

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

JOUBERT ANTÔNIO DOS SANTOS

ENTRE O SERTÃO E O LITORAL: VEREDAS

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

JOUBERT ANTÔNIO DOS SANTOS

ENTRE O SERTÃO E O LITORAL: VEREDAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civalle

Coorientadora: Joelma Santana Siqueira

VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S237e Santos, Joubert Antônio dos, 1982-
2023 Entre o sertão e o litoral: veredas / Joubert Antônio dos
Santos. – Viçosa, MG, 2023.
1 dissertação eletrônica (179 f.)

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2023.

Referências bibliográficas: f. 176-179.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.393>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Rosa, João Guimarães, 1908-1967. Grande sertão :
veredas. Brasil - Geografia histórica. 2. Geografia na literatura.
I. Civale, Leonardo, 1962-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 911.81

JOUBERT ANTÔNIO DOS SANTOS

ENTRE O SERTÃO E O LITORAL: VEREDAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 22 de março de 2023.

Assentimento:

Joubert Antônio dos Santos
Joubert Antônio dos Santos

Autor

Documento assinado digitalmente

gov.br

LEONARDO CIVALE

Data: 24/06/2023 10:43:19-0300

Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Leonardo Civalé

Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao povo brasileiro por ter me possibilitado desenvolver essa pesquisa em uma Universidade Pública.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Leonardo Civale pela orientação precisa e pela compreensão com os contratemplos que enfrentei.

À Joelma Santana pela gentil predisposição em me coorientar.

Ao Gustavo Iorio e Adécio Cruz pelas preciosas sugestões.

À Carina Amorim pela leitura atenta e observações instigantes.

À minha família pelo apoio de sempre.

“Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas — e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.”

João Guimarães Rosa

RESUMO

SANTOS, Joubert Antônio dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2023. **Entre o sertão e o litoral: veredas**. Orientador: Leonardo Civale. Coorientadora: Joelma Santana Siqueira.

Esta pesquisa tratou de verificar como a dualidade sertão *versus* litoral comparece no *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, e o quanto isso revela da formação brasileira. Através de uma abordagem hermenêutica do texto, buscou-se dissecar os elementos geográficos, políticos, sociais, culturais etc, de expressão de tal dualidade, com vistas a verificar a hipótese de que estes, por um lado, a confirma, mas, por outro, a complexifica e, até mesmo, indicam a sua superação. O diálogo entre o sertanejo Riobaldo e o seu interlocutor citadino do litoral é movido pela busca mútua do esclarecimento, mas o “mundo é muito misturado”, de modo que as imagens historicamente atreladas a esses referentes espaciais são remexidas pelo diapasão da ambiguidade, da ambivalência, da relatividade, interpenetradas no texto de Rosa. As *ideologias geográficas* constituídas, historicamente, a partir do litoral, são “baralhadas” pela perspectiva do sertão que Riobaldo veicula, sem antagonizar com o seu interlocutor litorâneo. Rosa coloca em cena um país em trânsito, em *travessia*, entre o arcaico e o moderno, a barbárie e a civilização, o atraso e o progresso, à procura de um caminho, uma *vereda*, que conecte suas duas porções espaciais fundantes, sem sobreposições, a fim de se encontrar com a sua mais autêntica identidade.

Palavras-chave: Sertão *versus* litoral. Formação do Brasil. *Grande Sertão: Veredas*. João Guimarães Rosa.

ABSTRACT

SANTOS, Joubert Antônio dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2023. **Entre o sertão e o litoral: veredas**. Adviser: Leonardo Civale. Co-adviser: Joelma Santana Siqueira.

This research tried to verify how the hinterland *versus* coast duality appears in Grande Sertão:Veredas, by João Guimarães Rosa, and how much this reveals about the Brazilian formation. Through a hermeneutic approach to the text, we sought to dissect the geographic, political, social, cultural elements etc., of expression of such duality, with a view to verifying the hypothesis that these, on the one hand, confirm it, but, on the other, complicates it and even indicates its overcoming. The dialogue between the countryside Riobaldo and his urban interlocutor from the coast is driven by the mutual search for clarification, but the “world is very mixed”, so that the images historically linked to these spatial references are stirred by the tuning fork of ambiguity, ambivalence, of relativity, interpenetrated in Rosa's text. The geographical ideologies historically constituted from the coast are “shuffled” by the perspective of the hinterland that Riobaldo conveys, without antagonizing his coastal interlocutor. Rosa puts on stage a country in transit, crossing, between the archaic and the modern, barbarism and civilization, backwardness and progress, looking for a path, a *vereda* (shortcut), that connects its two founding spatial portions, without overlapping, in order to find your most authentic identity.

Keywords: Hinterland *versus* coastline. Formation of Brazil. *Grande Sertão: Veredas*. João Guimarães Rosa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A DUALIDADE SERTÃO <i>VERSUS</i> LITORAL	23
2.1 Uma dualidade fundamentada pela conquista territorial	24
2.2 Sertão: uma <i>ideologia geográfica</i>	34
2.2.1 O <i>Pubo</i> é o <i>próprio</i> sertão.....	35
3. A DUALIDADE SERTÃO <i>VERSUS</i> LITORAL EM OS SERTÕES	40
3.1 Formação e pensamento de Euclides	40
3.2 O desconhecimento do território sertanejo e sua gente	51
4 ENTRE O SERTÃO E O LITORAL: VEREDAS	56
4.1 O PODER PRIVADO <i>VERSUS</i> O PODER PÚBLICO	57
4.1.1 <i>O Sertão é o penal, criminal</i> : a violência e a selvageria.....	72
4.2 ZÉ BEBELO: O BRASIL ENTRE A MODERNIZAÇÃO E OS ARCAÍSMOS.....	76
4.2.2 Dentro do moderno, as armas do arcaico.....	83
4.2.3 Prévia do julgamento	89
4.2.4 Um tribunal no meio do sertão	93
4.2.5 Juízes do sertão	96
4.2.6 Depois do julgamento	108
4.3. RIOBALDO <i>É O BRASIL</i>	109
4.3.1 Origens.....	109
4.3.2 Entre o jagunço e o fazendeiro	115
4.3.2.1 Riobaldo, o jagunço	116
4.3.2.2 O fazendeiro Riobaldo	127
4.3.3 Entre o arcaico e o moderno	133
4.3.3.1 Riobaldo <i>versus</i> Tatarana.....	135
4.3.3.2 O Urutú-branco e os <i>tormentos</i>	137

4.3.3.3 O jagunço <i>diverso</i> de todos.....	140
4.3.3.4 O interlocutor cidadão	147
4.3.3.5 Vupes, o caixeiro viajante da modernidade	153
4. 4 PELA IMAGINAÇÃO DO ESPAÇO UMA SUPERAÇÃO DA DUALIDADE?... 157	
4.4.1 Pelas veredas da coetaneidade: o espaço de Riobaldo.....	160
4.4.2 Heterogeneidade: <i>no sertão tem de tudo</i>	164
4.4.3 Incartografável: <i>o senhor vê aonde é o sertão?</i>	166
4.4.4 Fugidio: <i>o sertão está movimentante todo-tempo</i>	168
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

A dualidade sertão *versus* litoral¹ é recorrente nos discursos sobre a formação brasileira e dada a insistência com que comparece, articulações sobre o todo da nação parecem não poder prescindir da consideração dessas duas partes do Brasil. Além de referenciarem as descrições do espaço e dos modos de vida, tal dualidade é operativa em explicações sobre descompassos políticos, sociais, econômicos, etc, do país, servindo como noções classificatórias aos estados/estágios de desenvolvimento econômico e social ao longo da história nacional, *geografia valorativa* que indica os espaços mais ou menos integrados ao *ideal nacional*. Além disso, funcionam como *elementos identitários* do país.² Uma identidade que se constitui, de acordo com Antônio Carlos Robert de Moraes (2005), desde o *berço* da nação sob o signo da construção do território. Apesar disso, neste texto publicado em 2005, ele lamenta a escassez de estudos dessa natureza.³

Vê-se que a dimensão espacial recorta uma determinação fundamental da história brasileira. Apesar dessa evidência, os estudos orientados para tal ótica escasseiam na atualidade. Assiste-se a uma debandada dos próprios geógrafos em busca de perspectivas mais “totalizadoras” e mais “elucidativas” da realidade. As linhas de pesquisa clássicas sobre tal temática não tiveram continuidade. Por exemplo, a aberta pelo fascinante estudo de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, onde o autor percorre o imaginário que impulsionava o movimento colonizador, a “Geografia fantástica” que embasava o desbravamentos das terras brasileiras na busca da localização do éden perdido. Enfim, esta problemática resta como praticamente descoberta no panorama das ciências sociais hoje. E não aprofundar o conhecimento do processo pelo qual se formaram as concepções do território brasileiro é realmente uma lacuna de monta.⁴

As referidas *concepções do território* foram moldadas, ao longo da história, por todo um imaginário que a dualidade sertão *versus* litoral suscitou. E é nesse âmbito que, de modo singelo, essa pesquisa se insere, assumindo um desafio a mais que é o de tratar dessa dualidade analisando-a em um objeto tradicionalmente vinculado a outro campo do saber, a literatura. Seria possível identificar, no *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, a dualidade sertão *versus* litoral? Em que medida Guimarães Rosa a reproduz e a subverte? É possível

¹ “As denominações de *sertão* e *litoral* são as mais utilizadas para identificar essas duas regiões. No entanto, também surgem outras nomeações equivalentes, tais como *hinterlândia*, *interior*, *Oeste*, correspondentes ao lugar sertão; e *marinha*, *costa* para indicar o lugar litoral.” (SOUZA, 2015, p.43).

² (SOUZA, 2015).

³ Por outro lado, o autor reconhece que se trata de um estudo de fôlego, que demandaria apoio institucional, muitos anos de trabalho e feito a muitas mãos.

⁴ (MORAES, 2005, p.96).

entrever uma interpretação do Brasil por Rosa a partir dos referidos termos? A Geografia contribui no enfrentamento de tais questões? São algumas das questões que colocaram em curso a presente pesquisa.

A nossa hipótese é que tal dualidade comparece na obra, mas é complexificada e, até mesmo, superada, tornando a obra um objeto de investigação instigante dessa matéria, sobretudo pela peculiaridade na produção de sentidos, construções simbólicas, intrínsecas a um texto literário. Já que essa dualidade foi, em grande medida, conformada por um imaginário, e a própria nação, de acordo com Benedict Anderson (2008), são *comunidades imaginadas*, indicia-se uma pertinência de tal natureza entre a obra que analisaremos, uma ficção, e o que nela buscaremos investigar.

No próprio *Grande Sertão: Veredas* nos parece haver uma alusão ao valor que a ficção pode proporcionar em termos de conhecimento, de inteligibilidade.

Mas o dono do sítio, que não sabia ler nem escrever, assim mesmo possuía um livro, capeado em couro, que se chamava o “Senclér das Ilhas”, e que pedi para deletrear nos meus descansos. Foi o primeiro desses que encontrei, de romance, porque antes eu só tinha conhecido livros de estudo. Nele achei outras verdades, muito extraordinárias.⁵

Ao se referir ao romance *Senclér das Ilhas*, Riobaldo diz que nele encontrou *outras verdades muito extraordinárias*. Tendo em vista que refere, anteriormente, que *só lera livros de estudo*, tais *verdades* parecem aludir a um tipo de apreensão do mundo diferente por meio da literatura que o científico não ofereceria.

Compartilhamos de apreciação parecida a de Riobaldo. Concebemos que a Literatura, as Artes em geral, tem o poder de expressar *verdades extraordinárias*, de captar e produzir sentidos de forma peculiar, que enriquecem a nossa interação intelectual e sensível com o mundo. Isso nos levou, ao longo de nossa trajetória acadêmica, a uma aproximação com a Literatura.

Os diálogos entre Geografia e Literatura começaram por cerca da década de 70 do século XX, por meio dos estudos da Geografia Humanista e Geografia Cultural, sob a influência de uma busca pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade. O presente trabalho se insere no curso de tal movimento, já que nos propusemos a analisar uma obra literária. Tal diálogo, todavia, deve estar informado de que a linguagem literária possui as suas especificidades e não pode ser submetida por uma decodificação instrumentalizante da Geografia. O diálogo deve ser

⁵ (Id, 2019, p.305).

de mútuo enriquecimento. Tomando o nosso trabalho como exemplo, se por um lado a obra pode ajudar a iluminar os estudos sobre o país, de outro, o conhecimento geográfico sobre a dualidade sertão *versus* litoral pode contribuir para uma leitura mais perspicaz da mesma.

De acordo com Willi Bolle⁶ (2004), a imensa fortuna crítica de Rosa pode ser agrupada em 5 linhas metodológicas: estudos linguísticos e estilísticos; estudos de composição, gênero e estrutura; crítica genética; interpretações esotéricas, mitológicas e metafísicas; e as interpretações sociológicas, históricas e políticas. Ele informa que a partir da década de 1990 houve uma retomada da última linha metodológica que passou a antagonizar com a penúltima, predominante na recepção até então.

Essa pesquisa, evidentemente, por proximidade epistemológica, se apropriará dos estudos da última linha apontada por Bolle, da qual o próprio é um dos grandes representantes. Pode-se dizer, de acordo com Bolle (2004), que essa linha de abordagem é inaugurada com a obra *As formas do Falso - um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas* (1972), de Walnice Nogueira Galvão. Todavia, anteriormente, Antônio Candido, que foi o seu orientador no trabalho supracitado, já havia contribuído, ainda que de forma menos concentrada, ao investigar a matéria brasileira na obra do Rosa. Voltar ao acúmulo crítico⁷ de Candido significa não só referenciar a sua importância no quadro da recepção, mas sublinhar que o processo metodológico que mobilizaremos neste trabalho encontra nas suas proposições de abordagem do texto literário uma fonte primordial.

Candido soube aliar a crítica social com a estética, de modo a não recair nem em análises tangentes ao texto nem em formalismos fechados aos contextos. Em um ensaio publicado em 1965, intitulado *Crítica e Sociologia*, busca circunscrever a metodologia que concebe ser a do crítico literário, salientando que é necessário fundir texto e contexto, dialeticamente, a fim de se obter uma interpretação que assegure a integridade da obra e acrescenta: “Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.”⁸ A obra deve ser abordada, portanto, como “[...] um todo indissolúvel [...]”⁹ em que

⁶ (BOLLE, 2004, p.19-20)

⁷ No mesmo ano em que o GSV é publicado, 1956, Candido lhe dedica uma resenha, no qual já se prenunciava a abordagem que faria em um ensaio, publicado na revista *Diálogo*, em 1957, com o título de *O sertão e o mundo e que passaria*, posteriormente, à sua fortuna crítica com o título *O homem dos avessos*, publicado no livro *Tese e antítese*, em 1963. Em 1970, publica o ensaio *Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*, no qual estuda, com um viés mais historiográfico, a figura do jagunço na literatura brasileira e desenvolve questões abordadas no ensaio anterior. Além desses ensaios, realiza esparsos comentários em *Literatura e subdesenvolvimento* e em *A nova narrativa*.

⁸ (CANDIDO, 2006, p.14, itálicos do autor).

⁹ (*Ibid.*, p.15).

os fatores externos possam ser alinhados a seus fatores estéticos. Quanto aos fatores externos, Candido ressalta que a crítica não deve seguir caminhos unilaterais, mas mobilizar *livremente* elementos sociológicos, psicológicos, linguísticos, que possam permitir uma *interpretação coerente*.¹⁰ Evidentemente que nosso trabalho não é o de um crítico literário, mas estes princípios metodológicos de Candido são pertinentes à postura que almejamos com o nosso objeto de pesquisa. Buscaremos correlacionar, dialeticamente, os elementos *externos* ao texto com os *internos*, verificando em que medida se iluminam, sem nos restringirmos, inclusive, a considerações sobre a espacialidade em sentido estrito, incorporando elementos de ordem política, sociológica, cultural, etc.

O caminho aberto por Candido foi retomado por Walnice Nogueira Galvão em 1970 com a tese *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*, que seria publicada em 1972. Sua pesquisa se apoiou mais em trabalhos de cunho sociológico,¹¹ que abordam as relações sócio-políticas, a economia, a cultura, etc, do sertão, do que propriamente de crítica literária,¹² o que já denota a sua tendência de interpretação.

Walnice busca verificar de onde deriva e como se constrói a ambiguidade que concebe ser o princípio organizador do *Grande Sertão: Veredas*. Seu primeiro passo foi identificá-la e analisá-la tanto na *matéria historicamente dada* quanto na *matéria imaginária* e em seguida verificá-la na composição do texto, ocorrendo em *todos os seus níveis*, segundo constata.¹³

Esta pesquisa, além de sua importância inaugural para a linha metodológica que nos é pertinente, é uma demonstração muito bem realizada de coadunação entre os elementos *externos* e *internos* ao texto propostos por Candido, evidenciando que estão correlacionados pela ambiguidade, servindo, dessa maneira, de inspiração para o nosso trabalho. Foi de muito proveito, ainda, para refletirmos sobre a condição jagunça e, em especial, a do personagem Riobaldo.

Depois deste trabalho de Walnice, o tipo de questão que havia proposto, junto com Candido, escassearam das análises de *Grande Sertão: Veredas* por cerca de duas décadas, período marcado pelo predomínio da corrente estruturalista e pela filosófico-metafísica e esotérica na maioria dos departamentos de Letras, e pela influência da Ditadura Militar, no

¹⁰ (*Ibid.*, p.16).

¹¹ Suas referências bibliográficas incluem autores como: Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Afonso Arinos, Câmara Cascudo, dentre outros.

¹² Identificamos referências a *O homem dos avessos*, de Antônio Candido, *Trilhas do Grande sertão*, de Manuel Cavalcanti Proença, e *Grande Sertão: a fala*, de Roberto Schwarz.

¹³ (GALVÃO, 1972).

âmbito político. De acordo com a avaliação de Corpas, esse contexto ajuda a explicar o escasseamento a que aludimos anteriormente.

A partir do momento em que se instalou, pouco depois da instauração da ditadura militar no Brasil, o império estruturalista no meio acadêmico, começou a parecer chato, *demodée*, terra-a-terra, sem-sentido, falar em conflito de classes na literatura. Ainda mais a respeito de uma obra na qual o trabalho com a linguagem abre um universo que aponta para além das contingências.

Tal tendência se perpetuou na fortuna crítica de Guimarães Rosa por toda a década de 1980, fortalecida pela hegemonia que ganharam as interpretações metafísicas do texto e pelo prestígio alcançado pelas teorias pós-estruturalistas em nossos departamentos de Letras. Por outro lado, em 1972, quando saiu *As formas do falso* (a tese havia sido defendida na USP em 1970), conflito de classes era expressão na prática proibida, dada a vigência do AI-5. Deixou de ser censurada nos discursos com a abertura política mas nem por isso voltou a ser empregada sempre que necessário. Os direcionamentos prioritários definidos para a discussão sobre literatura no Brasil depois da década de 1970 deixaram como tópico difuso, tido como menos relevante para o entendimento da forma literária, os impasses aportados pela enorme disparidade social que acomete essa e todas as nações da periferia do capitalismo.¹⁴

Note-se que, de acordo com Corpas, mesmo depois do fim da Ditadura, os elementos externos continuaram a ser depreciados no estudo da forma literária. A retomada só aconteceria na década 1990, quando são publicadas obras que deram continuidade, de diferentes modos, ao legado de Antonio Candido e Walnice Galvão. É o caso das obras de Willi Bolle, Luiz Roncari, Heloísa Starling, dentre outros.

Em 1995, Bolle publica *Grande Sertão: cidades*, no qual observa a defasagem dos estudos sobre a experiência brasileira em *Grande Sertão: Veredas*.

[...] reparamos que a crítica fez pouco para tentar compreender a obra principal de Guimarães Rosa como um retrato do Brasil no século XX. A meu ver, além dos ensaios de Antonio Candido, a dissertação de Walnice Nogueira Galvão é ainda o estudo que foi mais longe nesse tipo de deciframento.¹⁵

Ao mesmo tempo que reconhece o legado de Candido e Galvão, neste ensaio Bolle já apontava a tarefa que assumiria mais tarde em *Grandesertão.br*, a de conceber o *Grande Sertão: Veredas* como *retrato do Brasil*, contribuindo para suprir a referida defasagem. Além disso, ao comentar o trabalho de Alan Viggiano¹⁶, já indicava o tratamento metodológico que daria à sua

¹⁴ (CORPAS, 2006, p.81).

¹⁵ (BOLLE, 1995, p.82).

¹⁶ “Para uma leitura de *Grande Sertão: Veredas* os mapas elaborados por Alan Viggiano oferecem uma orientação importante. O que falta fazer é relacionar seu trabalho cartográfico descritivo do “itinerário de Riobaldo” com as reflexões de personagem-narrador sobre seu itinerar. Ou seja, relacionar os dados geográficos do “sobrevoo” cartográfico da região com a estrutura e o discurso da narração, com a máquina de conhecimento que é o romance - essa câmara ou esse espelho com que se viaja ao longo da estrada, e que trabalha com lentes de grande precisão e com um meio de percepção radiográfica: a imaginação” (BOLLE, 1995, p.87).

abordagem da obra nos trabalhos posteriores, nos quais buscou coadunar os elementos *externos e internos* ao texto.

Em ensaio de 1998, *O pacto no Grande sertão – esoterismo ou lei fundadora?*, Bolle volta a apontar a defasagem de estudos com abordagem histórico-sociológica do *Grande Sertão: Veredas* e volta a defender uma análise que congregue texto e contexto, “Poucos, na verdade, souberam decifrar no romance a dimensão da história a partir de categorias estéticas.”¹⁷ Dentre esses *poucos*, recoloca, novamente, a importância do trabalho de Walnice Galvão.

Avaliando a fortuna crítica, Bolle a subdivide em três linhas de estudo: “estritamente formais”, “histórico-sociológicas” e “esotérico-metafísicas.” Aproveitamos para salientar que em nenhum desses dois trabalhos Bolle ignora o valor dos estudos das demais correntes, e nesse ensaio lança a si mesmo, inclusive, o desafio de interpretar à luz histórico-sociológica, o pacto que Riobaldo realiza com o demônio, tema que a princípio seria mais apropriado a uma leitura metafísico-religiosa, e que será de muito proveito a um subcapítulo desta pesquisa. Tal desafio, como o próprio Bolle descreve, partiu de um pressuposto que Walnice Galvão propusera em *As formas do Falso*, a de que Rosa esconde a história para melhor a revelar.

Em 2004 publica *Grandesertão.br* que reúne e desenvolve as reflexões dos referidos ensaios. Nele é patente a filiação metodológica ao que havia proposto Candido e continuado por Galvão, como o próprio delinea:

A presente investigação baseia-se no pressuposto de que “a verdade da ficção é a sua forma. A hipótese geral é que existe uma correspondência entre um problema político e social - a falta de entendimento entre as classes - e a configuração da obra. O problema externo é incorporado ao romance como elemento de composição interno (situação narrativa, representação e comentário de falas, estratégias do texto difícil) [...]”¹⁸

Neste mesmo ano, é publicado também *O Brasil de Rosa*, de Luis Roncari. De acordo com Corpas, “O aparecimento desses dois livros, assim como o de *Lembranças do Brasil: teoria, política, história e ficção em Grande sertão: veredas* (Heloísa Starling, 1999), reflete e consolida a retomada da discussão sobre a matéria brasileira na literatura de Guimarães Rosa.”¹⁹ Ambos buscam vínculos entre a visão da formação brasileira apresentada por Rosa e os ficcionistas que o precederam, bem como com as dos intelectuais que formularam teses sobre o Brasil, com o fito de observar as linhas de continuidade, em que o “[...] fenômeno estético (...) integra um

¹⁷ (BOLLE, 1998, p.28).

¹⁸ (*Id.*, 2004, p.21).

¹⁹ (CORPAS, 2006, p.186).

fluxo de reflexões sobre a vida no país.”²⁰ Tal visão de Rosa estaria “[...] embutida na articulação entre os diferentes elementos de composição[...]”²¹ de seu texto, que ambos autores buscam elucidar. Tal princípio metodológico denota, portanto, que ambos se orientam pelo método crítico de Candido, no qual a perspectiva histórico-sociológica se articula com análise da forma estética, pressupostos que, como já anunciamos, comungamos.

Além do método de Candido, essa interpretação da obra de Rosa também se orienta por pressupostos metodológicos da Hermenêutica, sobretudo a de Gadamer, que passamos a apresentar, acompanhado de algumas apreciações críticas de Lima (2002).

De antemão é preciso salientar que Gadamer não pretendia estabelecer uma metodologia científica da interpretação. “[...] perseguimos a questão de como, uma vez liberada das inibições ontológicas do conceito de objetividade da ciência, a hermenêutica pôde fazer jus à historicidade da compreensão.”²² A tarefa da hermenêutica “[...] não é desenvolver um procedimento da compreensão, mas esclarecer as condições sob as quais surge compreensão.”²³ Todavia, conforme Lima (2002) não se trata de mera *desvinculação*, mas de evidenciar que o *fenômeno da interpretação* resiste à abordagem científica, e privilegia, em troca, aquilo que ela não é capaz de captar: “[...] *as experiências da filosofia, da história e da arte.*”²⁴

Isso decorre, em parte, porque a interpretação acontece por meio da "fusão de horizontes", ou seja, é uma releitura do passado por meio de seus efeitos no presente, de modo que não pode ser *puramente objetiva*, colocando-a em dissonância com os propósitos de objetivação da ciência. Esses efeitos no presente estão condicionados pelas *convenções* de tal momento, que interferem na compreensão do intérprete, lição que Gadamer aprendeu de Heidegger.

Outra interferência são as preconceções do intérprete, que são examinadas em sua legitimidade no contato com o texto. “Elaborar os projetos corretos e adequados às coisas, que como projetos são antecipações que apenas devem ser confirmadas "nas coisas", tal é a tarefa constante da compreensão.”²⁵ Há sempre, claro, um projeto prévio a toda leitura, condicionado por certa perspectiva e inculcado de certas expectativas, condição para que o sentido se manifeste, inclusive, todavia tal projeto deve ser *constantemente revisado*²⁶ à medida que a leitura avança.

²⁰ (*Ibid.*, p.190).

²¹ (*Ibid.*, p.189).

²² (GADAMER, 1999, p.400).

²³ (*Ibid.*, p.442).

²⁴ (LIMA, 2002, p.76).

²⁵ (GADAMER, 1999, p.402).

²⁶ Esse *reprojetar* constante, de acordo com Gadamer (1999), é a *pré-estrutura da compreensão* de Heidegger.

A validade, a “objetividade”, de tal projeto, só será obtida por meio de sua *elaboração*, de modo que o ideal é que o intérprete verifique, antecipadamente, a sua legitimidade, evitando dirigir-se diretamente ao texto, a fim de não incorrer em arbitrariedades. Todavia, Gadamer salienta que é presumível que haverá divergências entre o texto e as *próprias opiniões e expectativas do leitor*. O que não pode ocorrer é que sejam mantidas mesmo depois de haver a compreensão. Isso não significa anular as *próprias opiniões*, mas também não pode haver uma apropriação impositiva sobre o texto.

Quando se ouve alguém ou quando se empreende uma leitura, não é necessário que se esqueçam todas as opiniões prévias sobre seu conteúdo e todas as opiniões próprias. O que se exige é simplesmente a abertura à opinião do outro ou à do texto. Mas essa abertura já inclui sempre que se ponha a opinião do outro em alguma relação com o conjunto das opiniões próprias, ou que a gente se ponha em certa relação com elas.²⁷

O intérprete, portanto, deve respeitar a *alteridade do texto*, deve permitir que “[...] ele diga alguma coisa por si.”²⁸, afinal é ele quem pauta. Todavia, para que tal alteridade seja salientada, é necessário que se tenha consciência e se aproprie “[...] das próprias opiniões prévias e preconceitos.”²⁹ que devem ser confrontadas com a *verdade* do texto. Uma consciência que assim proceda permitirá “[...] uma compreensão correta a partir das próprias coisas.”³⁰, sem margem para *casualidades*.

Outro fator que interfere na compreensão, de acordo com Gadamer, é a *distância histórica*. Isso quer dizer que o *verdadeiro sentido de um texto*, sofre a influência da *situação histórica do intérprete*, algo que Gadamer concebe de modo positivo, pois desdobra a compreensão como um comportamento produtivo e não somente reprodutivo. “O sentido de um texto supera seu autor não ocasionalmente, mas sempre.”³¹ A *distância no tempo* não é vista como um obstáculo, mas “[...] como uma possibilidade positiva e produtiva do compreender.”³² Isto porque, certos sentidos, antes insuspeitados, podem surgir por novas interpretações, além de poder haver a depuração de erros. E esse é um processo interminável, já que “[...] o verdadeiro sentido contido num texto ou numa obra de arte não se esgota ao chegar a um determinado ponto final, pois é um processo infinito.”

²⁷ (*op.cit.*, p.404).

²⁸ (*Ibid.* p.405).

²⁹ (*Ibid.* p.405).

³⁰ (*Ibid.*, p.406).

³¹ (*Ibid.*, p.444).

³² (*Ibid.* p.446).

Comentando a positividade da distância no tempo, Lima afirma que ela permite duas coisas: que haja a "[...] fixação de um contexto bem delimitado"³³; e que "[...] o objeto não seja recebido com a mesma preconcepção de seus contemporâneos, assim tornando possível o seu questionamento."³⁴ É a partir da distância temporal que ocorre a *fusão de horizontes*, a *história eficaz*, a indicar que a compreensão, em tal âmbito, nunca é absoluta, já que ocorre “[...] de acordo com e dentro dos limites possibilitados por minha situação.”³⁵

Outro tópico da hermenêutica de Gadamer que nos interessa é a *lógica da questão e da resposta*. O ponto de partida é que quando um texto se torna objeto de interpretação, isso significa que o mesmo interpelou o intérprete, e a interpretação realizada, por consequência, estará rastreada pela pergunta que foi posta. “Compreender um texto quer dizer compreender essa pergunta.”³⁶ Deve-se, portanto, retomá-la, ciente de que se refere ao texto e não ao autor, a princípio. Para dar conta dessa tarefa, então, devemos nós, os interpelados, começarmos a perguntar, a fim de construirmos a pergunta que o texto pode responder. Disso podemos depreender, portanto, que tal reconstrução, que visa estabelecer o contexto sócio histórico a que o *discurso-objeto* pertence, conforme Lima (2002), não se opera desarticulada

[...] da preconcepção do contexto do analista. Ao contrário, aquela primeira tarefa já é condicionada pelo horizonte do intérprete, cujo esclarecimento, sempre relativo, constitui a segunda etapa da lógica da questão e resposta. Enlaçando as duas etapas, atua a história eficaz, através da *Horizontverschmelzung* (fusão de horizontes).³⁷

O que ocorre, então, de acordo com Gadamer (1999), por meio da *dialética de pergunta e resposta*, se assemelha a uma *conversação*, em que o texto *fala* por meio do intérprete, é verdade, mas não de modo arbitrário, pois

[...] este trazer-à-fala, próprio da compreensão, não é uma intervenção arbitrária, nascida de origem própria, mas está referida, enquanto pergunta, à resposta latente no texto. A latência de uma resposta pressupõe, por sua vez, que aquele que pergunta é alcançado e interpelado pela própria tradição.³⁸

Entre o texto e o intérprete, em síntese, dessa maneira, ocorre, então, uma *fusão de horizontes*, uma *relação recíproca*.

³³ (LIMA, 2002, p.84).

³⁴ (*Ibid.*, p.84).

³⁵ (*Ibid.*, p.85).

³⁶ (*Ibid.* 544).

³⁷ (*Ibid.*, p.86).

³⁸ (*Ibid.*, p.555).

Em vista dos objetivos dessa pesquisa, procuramos apresentar, em linhas gerais, os pressupostos que nos pareceram mais pertinentes, ressaltando que não se tratou, por isso, de uma exegese rigorosa de toda a teoria de Gadamer sobre a hermenêutica. Cumprida essa explanação sobre a linha metodológica da análise em curso, passamos, agora, a apresentar os nossos objetivos e a estruturação dos capítulos que visam abarcá-los.

O objetivo principal desta pesquisa foi verificar em que medida as expressões da dualidade sertão *versus* litoral, em *Grande Sertão: Veredas*, obra publicada por João Guimarães Rosa em 1956, a confirma e a subverte, e se a partir das imagens produzidas é possível constatar representações do Brasil.

Para tanto, estruturamos essa dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado *A dualidade sertão versus litoral*, buscamos estabelecer um painel histórico sobre tal dualidade, versando como a imagem do sertão foi sendo fundamentada sob o signo da conquista territorial, a partir dos olhares da *região colonial* litorânea; sobre o afastamento político, cultural, econômico, etc., progressivo que se processa entre essas *duas partes* do Brasil, materializado na constituição de uma sociedade pastoril no interior; sobre a pertinência do conceito de *ideologia geográfica*, de Antônio Carlos Robert de Moraes (2003; 2005), a fim de contemplar o sertão como uma *construção simbólica*, estabelecida à medida que o território nacional foi sendo constituído. Nesse sentido, por exemplificação, analisamos um episódio do *Grande Sertão: Veredas*, no qual ocorre o encontro do bando de Zé Bebelo com os catrumanos, no *Pubo*, lugar que nos parece representar as imagens tradicionalmente associadas ao sertão historicamente constituído pelos olhares litorâneos e que avaliamos dialogando com Moraes (2003; 2005).

No segundo capítulo, intitulado *A dualidade sertão versus litoral em Os Sertões de Euclides da Cunha*, procurou-se apresentar os termos principais que essa dualidade assume na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, tendo em vista, por um lado, que se trata de uma obra literária incontornável no tratamento da mesma, que oferece uma plataforma instigante de comparação a *Grande Sertão: Veredas* e, por outro, pela proximidade de sua matéria ao escopo da Geografia. Em um primeiro momento, nos balizamos nas interpretações de Luiz Costa Lima (1997) e Nísia Trindade Lima (2013) para sondar a formação e o pensamento de Euclides, refletido na obra, que configura tal dualidade e, em um segundo, procedemos a uma análise que visou evidenciar o desconhecimento que o Estado e suas forças militares manifestaram, nas expedições a Canudos, sobre o território e a gente sertaneja, dado que o desconhecimento do litoral em relação ao sertão foi uma das principais fontes de construção da referida dualidade ao longo da formação brasileira.

No terceiro capítulo, intitulado *Entre o sertão e o litoral: veredas*, se assenta a nossa análise de *Grande Sertão: Veredas*. Em um primeiro momento, procuramos abordar o sistema de poder privado do Coronelismo e seus embates com o poder público, sob o ângulo de um participante desse sistema, o jagunço Riobaldo, que todavia já é um fazendeiro no momento da narração. São feitas considerações sobre a relação entre jagunços e coronéis, a representação de um território paralelo ao Estado, a jagunçagem como meio de sobrevivência; a alienação da exploração à qual os jagunços eram submetidos; a naturalização da violência; as imagens da barbárie e da selvageria; etc.

Em seguida, a análise se concentra em torno das ações de Zé Bebelo, representante do *Governo* que se insurge contra a referida ordem privada. Primeiro evidenciamos porque ele pode ser considerado um agente do Governo no projeto de integrar o sertão à nação, modernizando-o, civilizando-o; em seguida, buscamos iluminar as contradições desse processo, que complexificam a dualidade sertão *versus* litoral, sobretudo a partir do momento em que é preso e julgado pelo *tribunal do sertão*.

Em um terceiro momento deste capítulo a análise se concentra em torno do personagem Riobaldo, narrador-protagonista da obra. Concebemos que suas crises de identidade de certa forma alegorizam os impasses de um Brasil entre o arcaico e o moderno, a barbárie e a civilização, etc., enfim, o corolário da dualidade sertão *versus* litoral. Abordamos as origens de Riobaldo, tentando rastrear o seu perfil étnico, considerando a hipótese de que possa ser um mestiço, além das condições sócio econômicas de sua mãe e pai; o que o impele a querer abandonar a jagunçagem; a luta interna entre a sensibilidade e a brutalidade enquanto jagunço; o pacto com o *demo* e o projeto de ascensão social; os valores e interesses embutidos na sua condição de fazendeiro que se verificam na manutenção de arcaísmos, como o uso privado da violência; a aproximação aos valores da cidade/litoral; o diálogo com o interlocutor cidadão que alegoriza o diálogo entre sertão e litoral; o personagem Vupes, mensageiro do progresso e da modernização, mas que, contraditoriamente, reata Riobaldo à jagunçagem, etc.

Por final, depois de demonstrarmos que a dualidade sertão *versus* litoral é confirmada e complexificada, buscamos apontar que, por meio de uma reimaginação do espaço, Guimarães Rosa sugere a sua superação. Para tal fim, dialogamos com a teoria e os conceitos que a geógrafa inglesa Doreen Massey (2008) desenvolve em sua obra *Pelo Espaço*, que versa sobre a forma como imaginamos o espaço, limitadora da compreensão, e a necessidade de que seja reimaginado, pois, afinal, o modo como pensamos o espaço é importante, na medida em que modula as construções simbólicas, as relações sociais, políticas, enfim, a nossa relação com o *Outro*. Abordamos o diálogo entre Riobaldo e o interlocutor articulado ao conceito de

coetaneidade; a contraposição, por meio de expressões de heterogeneidade no espaço do sertão, às ideias essencialistas de lugar e Estado Nação que Massey critica; a representação de um espaço incartografável que dialoga com a crítica que Massey realiza sobre o problema de concebermos os mapas como correspondência do espaço; a representação de um espaço sertanejo fugidio articulada à crítica de Massey de se imaginar o espaço como algo fixo, estático.

Realizada a apresentação da estrutura dos capítulos, importa agora, em caráter de contextualização e de preâmbulo elementar, realizarmos breves considerações sobre o tempo e o espaço na obra. Nos parece relevante abordarmos o seu “grau de realismo”, ou seja, em que medida podemos perspectiva-la em termos históricos e geográficos, pois uma parte da crítica considera que o sertão representado é um mundo metafísico, enquanto outra parcela considera haver lastros do real, ainda que de forma alegórica. Na nossa concepção as duas vertentes de compreensão e análise não são totalmente excludentes, todavia esse trabalho caminhará com os desafios da segunda. No bojo da narração de Riobaldo, além das perguntas existenciais que dirige a si mesmo, há o trânsito, de fundo, da constituição da nação brasileira, entre progresso e atraso, modernização e arcaísmos, civilização e barbárie. Contrapondo-se a Roberto Schwarz³⁹, para o qual não haveria a interposição de uma camada histórica entre o local e o universal, escreve Roncari.

No entanto, e vão aqui algumas interrogações e afirmações, sobre as quais só poderei discorrer num outro lugar: e se o tempo revelar o contrário, que o Grande sertão: veredas é em tudo história, que ele não só trata da história como é todo penetrado pela história, que seu universo de representações são realidades sublimadas, integradas a figurações míticas, e portanto com dimensão mimética e realista mais forte do que se tem visto? Do meu ponto de vista, esse universo possui também como camada importante de sustentação uma alegoria histórica dos dilemas do trânsito do Brasil de uma vida costumeira arcaica e desordenada (Ricardão, Hermógenes, Nhorinhá, Diadorim, Jiní etc.) para uma vida institucional moderna ordenada (Joca Ramiro, Zé Bebelo, Otacília, Rosalina etc.). E é justamente isso que Guimarães parece ter querido representar no Grande sertão...: o drama do Brasil, na vida pública e privada, captado num momento de grandes indefinições, quando ainda os dois ventos contrários, o da

³⁹ “Em Grande sertão a História quase não tem lugar – o que não é defeito; dentro das proposições do livro é virtude. Enquanto em Dr. Faustus a trama, no seu caminho para os valores universais, passa detidamente pelo destino alemão, em Guimarães Rosa a passagem da região para o destino humano, tomado em sentido mais geral possível, é imediata. O sertão é o mundo, mostra Antônio Cândido (in Diálogo, n.8); o que se passa no primeiro é elaboração artística das virtualidades do segundo. Esta ligação direta desobriga o autor de qualquer realismo, pois o compromisso assumido pouco se prende à realidade empírica. É ainda Antônio Cândido que mostra como são concebidos homem e paisagem, mesclas da realidade e símbolo, constituindo para além do mapa, da língua e dos habitantes mineiros um regionalismo cuja referência é o globo. No coração mesmo da linguagem, tornada fluida e refeita maior, o escritor realiza esse seu constante itinerário: da realidade para o fantástico, do mínimo para o imenso, do chulo para o símbolo cósmico. Na página final do livro o Rio São Francisco, espinha dorsal, cujos braços permeiam tudo no romance, emerge da fala ambígua transformado em pênis gigantesco, emblema de continuidade e paixão. `Existe é homem humano. Travessia. ” (SCHWARZ, 1965, 1981, p.50-51).

tradição dos costumes e o da civilização das instituições importadas, trombavam com a mesma força, criando a imagem do redemoinho e do diabo no meio, que podia pôr tudo a perder. E disso nós só começaremos a nos dar conta se situarmos os fatos do livro historicamente, na Primeira República, e lembrarmos que foi escrito durante os anos dos governos Dutra e Getúlio (em 1937, Rosa já escrevera Sagarana, que sai só em 1946; em 1954, já anuncia Corpo de baile e Grande sertão..., publicados em 1956, pouco tempo depois do suicídio de Getúlio), quando a vida político-institucional brasileira sofria ainda sérios transtornos, ainda que não tão violentos e traumáticos quanto os da Alemanha, nos anos em que foi escrito o Dr. Faustus, um tanto próximos daqueles em que foi escrito o Grande sertão... Sendo assim, não teríamos de repensar os significados e os pesos das representações locais, nacionais e universais na literatura de Guimarães Rosa? É esta a hipótese a ser confirmada, a de que, no caminho de Sagarana ao Grande sertão..., a história, que parecia um artifício a ser transcendido no primeiro, ganha proporções e centralidade no segundo, e com isso o destino humano, na sua luta pelas formas e pela ordem da inteligência, torna-se condicionado também pelo destino histórico da nação.⁴⁰

A transcrição desse longo trecho se deve não só à suposição da presença da história no *Grande Sertão: Veredas*, ainda que seja por *realidades sublimadas*, mas porque aponta que tanto no período da ação narrativa, a República Velha, quanto no que a obra é escrita, governos Dutra e Getúlio, *os dois ventos contrários, o da tradição dos costumes e o da civilização das instituições importadas, trombavam com a mesma força*. Concebemos que um desses ventos sopra do litoral para o interior e o outro em sentido contrário. É esse confronto que colocaremos em tela adiante, buscando evidenciar que a dualidade sertão *versus* litoral se confirma, se complexifica e até mesmo é superada no *Grande Sertão: Veredas*.

Como já salientado, não há um enquadramento histórico claro para a ação narrativa, mas a partir da reunião de alguns indícios, é possível assegurar que se situa na República Velha. Quando Riobaldo se refere, por exemplo, a um ataque a São Francisco, aponta que teria acontecido no final do século XIX. “Mas, mire e veja o senhor: nas éras de 96, quando os serranos cismaram e avançaram, tomaram conta de São Francisco, sem prazo nem pena.”⁴¹ As *éras de 96*, certamente, é o ano de 1896,⁴² pois em 1796 ainda não havia a jagunçagem e em 1986, já havia se extinguido. Além disso, Riobaldo aponta que Diadorim nascera no século XIX: “Em um 11 de setembro da era de 1800 e tantos... O senhor lê. De Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins — que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gozo de amor...”⁴³ Outros indícios apontam que o quadro histórico contempla o início do século XX, pelo menos até a década de 20. Em tal década, mais precisamente entre 1924 e 1927, acontece a Coluna Prestes, referida na obra:

⁴⁰ (RONCARI, 2007, p. 149).

⁴¹ (ROSA, 2019, p.136).

⁴² Riobaldo afirma que em tal época já havia abandonado a jagunçagem: “Essas coisas já não aconteceram mais no meu tempo, pois por aí eu já estava retirado para ser criador, e lavrador de algodão e cana.” (*Ibid.*, p.136 - 137).

⁴³ (*Ibid.*, p.484).

Os revoltosos depois passaram por aqui, soldados de Prestes, vinham de Goiás, reclamavam posse de todos **animais de sela**. Sei que deram fogo, na barra do Urucúia, em São Romão, aonde aportou um vapor do **Governo**, cheio de tropas da Bahia. Muitos anos adiante, um roceiro vai lavar um **pau**, encontra **balas cravadas**.⁴⁴

É provável que o *Prestes* citado no trecho acima seja de Luís Carlos Prestes, líder do movimento que ficou conhecido como “Coluna Prestes”, contestatário da política oligárquica do “café com leite”, que percorreu cerca de treze estados brasileiros à cavalo, burros, etc. Além de apontar que estavam à procura de *animais de sela*, Riobaldo refere que travaram combate com tropas do *Governo*, vindas da Bahia. Ou seja, são elementos que, reunidos, substanciam que o fato relatado pelo sertanejo pode ser vinculado com o fato histórico. São em detalhes sutis que as marcas históricas se fazem presentes, como a materialidade de *balas cravadas* que podem ser descobertas ao se lavar um *pau*, imagem que parece sinalizar o trato delicado do autor com a matéria histórica em sua obra. Ela não estará explícita, mas subjacente, cabendo ao leitor o trabalho de lavar o *pau* e rastrear a história que, de acordo com Galvão, Guimarães Rosa dissimula⁴⁵ para melhor desvendar. Para Bolle, isso ocorre com o intuito de “[...] representar também a dimensão ‘possível’ e alegórica da história.”⁴⁶

Tal sublimação do tempo histórico acontece também por meio da representação do espaço, pois toda a ação narrativa acontece no espaço sertanejo. As grandes cidades, o litoral, e as suas respectivas instituições políticas e jurídicas, cultura, etc, comparecem de formas sutis, indiretas, cifradas, na narrativa de Riobaldo, diminuindo as possibilidades de se fazer as tessituras contextuais que demarcam os períodos históricos. Uma das tarefas deste trabalho é iluminá-las e buscar seus significados mais profundos.

Mais adiante abordaremos a representação do espaço de forma mais detida, mas desde já podemos apontar que, ainda que não seja possível estabelecer uma cartografia clara e objetiva do espaço da ação narrativa, é possível assegurar, a partir de alguns topônimos reais e delineando as andanças de Riobaldo, que se situa entre o centro de Minas Gerais e o sul da Bahia, tendo o rio São Francisco como o grande eixo central. Todavia, mesmo que seja possível rastrear, em parte, as pegadas de Riobaldo, o que nos interessa constatar é que se trata de um espaço interiorano, do sertão de Minas, historicamente dualizado, portanto, ao litoral. É investigar os significados que a sua representação, conjugada com o enredo e personagens,

⁴⁴ (*Ibid.*, p.82, grifo nosso).

⁴⁵ Galvão (1972) salienta que, além de serem poucos, os índices históricos não são precisos, como é o caso da data de nascimento de Diadorim.

⁴⁶ (BOLLE, 2004, p.121).

expressam, sobretudo à luz da dualidade com o litoral.⁴⁷ De acordo com Candido, “Não se trata de livro realista nem pitoresco, embora realismo e pitoresco nele se encontrem a cada passo; mas de um livro carregado de valores simbólicos, onde os dados da realidade física e social constituem ponto de partida.”⁴⁸ Por não ser *pitoresco*, nem *realista* inteiramente, é que supomos poder obter na obra saberes, contraposições, *redemunhos*, que remexam na dura crosta da dualidade fixada entre litoral e sertão, e tragam à tona veredas insuspeitadas.

Bolle, ao criticar a fundamentação e enquadramento de *Grande Sertão: Veredas* à teoria de Oliveira Viana por Roncari, aponta que a obra em si pode ser uma grande fonte de conhecimento sobre o país.

Sem dúvida, a leitura do romance à luz do autor de Instituições políticas brasileiras (1949) abre importantes perspectivas de compreensão. O que é problemático, no entanto, é procurar fundamentar, e até certo ponto enquadrar, a complexa ordem ficcional de um escritor com a inventividade de Guimarães Rosa numa teoria já pronta. Não seria mais proveitoso para o conhecimento do Brasil trabalhar com a hipótese de que *Grande Sertão: Veredas* tem um potencial igual (e talvez até superior) ao das teorias já conhecidas, mas que ainda precisa ser decifrado? Eis o grande desafio da interpretação.⁴⁹

Estamos de acordo com Bolle e essa será a conduta da escrita deste trabalho, amparando-se nos pressupostos metodológicos de Candido e Gadamer.

2 A DUALIDADE SERTÃO *VERSUS* LITORAL

Não pretendemos realizar uma história do conceito de sertão, já devidamente estudado pela crítica. O trataremos em linhas gerais, concentrando a nossa análise na dualidade sertão *versus* litoral que marca os ensaios de interpretação do Brasil, enquanto um país cindido entre a civilização e a barbárie, o progresso e o atraso, a modernidade e o arcaico, o urbano e o rural, dentre outras contraposições deste corolário. Nossa perspectiva será similar à adotada por Lima (2013), referência fundamental a esse capítulo:

A perspectiva adotada não pretende propriamente reconstituir a história da ideia de sertão, mas levar em conta esse aspecto mais processual presente nas interpretações

⁴⁷ Bolle salienta, a partir de uma expressão da obra, que personagens e espaço estão amalgamados de tal forma que estudar a travessia dos personagens é também acompanhar as transformações no espaço e vice-versa. “‘Jagunço é o sertão’, diz o narrador de *Grande Sertão: veredas*. Com efeito, a história do jagunço Riobaldo e de seus companheiros representa, assim como *Os Sertões*, um caso exemplar de narrativa histórica como história de um espaço.” (BOLLE, 2004, p.99).

⁴⁸ (CANDIDO, 1977, p.146).

⁴⁹ (ROSA, 2019, p.123).

do Brasil, marcadas pela ênfase nos contrastes entre um pólo atrasado e um pólo moderno, metaforicamente associados às noções de litoral e sertão.⁵⁰

Além do estudo desta dualidade, trataremos de aspectos que sejam pertinentes para a abordagem da obra, bem como faremos incursões sobre a mesma quando se fizer pertinente.

2.1 Uma dualidade fundamentada pela conquista territorial

O conceito de sertão emerge sob o signo da conquista territorial portuguesa no Brasil. No século XVI, o sertão significava o espaço do desconhecido, além do litoral, e o desconhecimento era preenchido pela fantasia⁵¹, por certa teratologia medieval observável nos mapas da época, como aponta Romero (2016), que possuíam um lastro de significados políticos e culturais.

De acordo com Mader, o imaginário sobre o sertão se constituiu em contraste com a ideia de *região colonial* que seria, efetivamente, o espaço ocupado pelo colonizador, onde vigoraria o “[...] mundo da ordem, estabelecida por duas instâncias: a Igreja e o Estado.”⁵² De tal forma, o sertão significava

[...] o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser então para constituir-se em Região Colonial.⁵³

No *Grande Sertão: Veredas* essa noção de espaço desconhecido⁵⁴, não dominado, *locus* do diabo, nos parece especialmente representada na caracterização de um lugar chamado *Liso do Sussuarão*.

⁵⁰ (LIMA, 2013, p.60-61).

⁵¹ Romero (2016) salienta, no entanto, que a cartografia seiscentista articulava a imaginação com a descrição: “É preciso, contudo, entender os mapas desse período como uma articulação entre a geografia descritiva e uma geografia do imaginário. As representações do espaço devem ser vistas de forma combinada, palavra e imagem não se excluem e, mesmo sob tensão, formam o quadro de um cosmos em construção pela força descritiva da palavra e pelo poder visual e figurativo da imagem.” (ROMERO, 2016, p.15).

⁵² (MADER, 1995, p.13).

⁵³ (*Ibid.*, p.13).

⁵⁴ Para Bolle o Liso do Sussuarão é extremo em três sentidos: geográfico, existencial e simbólico. Geográfico porque se situa entre Minas Gerais, Goiás e Bahia, ou seja, no centro do país, apesar de ser um *ermo*; existencial porque significou a segunda travessia importante na vida de Riobaldo, em que ele tem que superar o “miolo mal do sertão”; e simbólico porque **representa o limite do que se conhece**. Nesse sentido, trata-se da *terra ignota* de Euclides que será retrabalhada por Rosa (BOLLE, 2004, p.67).

Nada, nada vezes, e o **demo**: esse, Liso do Sussuarão, **é o mais longe** — pra lá, pra lá, nos êrmos. Se emenda com si mesmo. Água, não tem. Crer que quando a gente entesta com aquilo o mundo se acaba: carece de se dar volta, sempre. Um é que **dali não avança**, espia só o começo, só. Ver o luar alumando, mãe, e escutar como quantos gritos o vento se sabe sozinho, na cama **daqueles desertos**. Não tem excrementos. Não tem pássaros.

O medo de Riobaldo em relação ao *Liso* decorre do fato de ser um lugar desconhecido, *dali não avança*. Esse desconhecimento, por sua vez, parece estar atrelado a três fatores: à sua distância - *é o mais longe*; por ser espaço de manifestação do *demo*; e por ser inóspito à presença humana, já que seria uma área de *deserto*.⁵⁵ Esse medo de Riobaldo parece corresponder ao medo que o colonizador português nutria pelo espaço que ele não conhecia.

A ideia de espaço do desconhecido, distante da zona de exploração colonial, se ancora, inclusive, na própria etimologia da palavra sertão que, de acordo com o estudioso Gustavo Barroso, citado por Galvão (2001), *remete a um lugar que fica no centro ou no meio das terras*, ou seja, que estaria longe da costa:

Num paciente trabalho de erudição, Gustavo Barroso percorre os principais dicionários e autores clássicos portugueses e brasileiros, chegando a algumas conclusões. Que, por exemplo, a palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. Ainda mais, que nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade), mas sim com a de “**interior**”, **de distante da costa**: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. [...] O vocábulo se escrevia mais frequentemente com c (certam e certão [...]) do que com s. E vai encontrar a etimologia correta no Dicionário da língua bunda de Angola, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete muceltão, bem como sua corruptela certão, e dado como *locus mediterraneus*, isto é, **um lugar que fica no centro ou no meio das terras**. Ainda mais, na língua original era sinônimo de “mato”, sentido correntemente usado na África Portuguesa, só depois ampliando-se para “mato longe da costa”. Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeram-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário.⁵⁶

Portanto, o imaginário de sertão é formulado a partir da perspectiva do colonizador português. É o espaço do desconhecido, contraposto ao litoral colonizado. É o espaço do bárbaro, contraposto ao do branco civilizado, e por isso tido como espaço desabitado, já que tudo que o que não correspondia à civilização europeia era reduzido ao selvagem:

⁵⁵ Característica que aproxima o Liso do Sussuarão de ser uma representação do semiárido nordestino, culturalmente denominado apenas de “sertão”. Bolle afirma, em *Grandesertão.br*, que em 1998 realizou um trabalho de campo a fim de localizar o Liso do Sussuarão e isso lhe permitiu constatar que Rosa suprimiu, na representação de tal espaço, o rio Carinhanha, bem como de outros cursos d'água, de modo a criar-se uma grande extensão desértica em sentido norte-sul. “O trabalho de campo nos leva, portanto, a verificar empiricamente, quais são os principais procedimentos de uso ficcional da geografia por parte do romancista: as técnicas de fragmentação, desmontagem, deslocamento, condensação e remontagem. O narrador retira pedaços do sertão real e os recompõe livremente - de maneira análoga aos mapas mentais, que nascem da memória afetiva, de lembranças encobridoras, de pedaços de sonhos e fantasias, medos e desejos.” (BOLLE, 2004, p.71)

⁵⁶ (GALVÃO, 2001, p. 16, grifo nosso).

Para essa cultura, a época da colonização, o índio, assim como, posteriormente, o negro, escravo minerador, não eram contados como habitantes, como sujeitos. Símbolo da barbárie para o colonizador, o índio representava, portanto, um obstáculo ao avanço da colonização, por isso deveria ser extinto ou dominado para servir como escravo.⁵⁷

Imaginação que, portanto, estava carregada de um sentido político ideológico claro, que era desestoricizar o *Outro* para dominá-lo e explorá-lo. A projeção de uma imagem de espaço isolado, desabitado, perdurou pelo período do Brasil Colônia, ainda que o sertão mineiro, referência do espaço da obra analisada, tenha sido integrado à economia do ciclo do ouro, fornecendo carne para a região das minas:

O sertão mineiro já nasceu moderno porque está incorporado aos fluxos econômicos desde a origem da sua ocupação, entre os séculos XVII e XVIII. A pecuária de corte, assim como a própria busca de metais, desde o início integra esse espaço ao mundo da mercadoria, ao mesmo tempo que contribui para a circulação econômica interna e para a construção do que viria a ser o Brasil.⁵⁸

A propósito, durante o ciclo do ouro, outro significado negativo foi reforçado em relação ao sertão: o de “terra sem lei”.

A concepção do termo irá diferenciar as áreas densamente povoadas e controladas pela Coroa Portuguesa – no caso, as minas – daquelas em que a rarefação da população e o conflito entre diferentes agentes pelo controle do território serão as determinantes para que a ideia de sertão esteja associada à **ausência de lei** e da ordem – ou seja, os currais.⁵⁹

Na construção da referida imagem, muito contribuiu o fato de que para os sertões fugiam os desertores⁶⁰ da ordem que imperava na região colonizada:

Para alguns degredados, para os homiziados, para muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz.⁶¹

⁵⁷ (MELO, 2006, p. 81).

⁵⁸ (PELISSARO, 2011, p. 90).

⁵⁹ (*Ibid.*, p. 82-83, grifo nosso).

⁶⁰ “Segundo alguns estudiosos (NUNES, 1784, p. 428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”; segundo outros (TELES, 1991), proviria do latim clássico serere, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor) (AMADO, 1995, p. 148).

⁶¹ (*Ibid.*, p. 149 -150).

Tal tipo de fluxo migratório reforçou a imagem do sertão ser um espaço habitado por bárbaros que deveriam ser civilizados, mas, percebe-se que, para esses migrantes internos, significava, na verdade, libertação em relação à opressão sofrida. Ou seja, pode-se dizer, a partir disso, que as imaginações sobre o espaço estão diretamente relacionadas a uma geometria do poder. A imagem projetada vai depender da posição ocupada pelo indivíduo na mesma e, na esteira da modernidade, em oposição ao *Outro*.

Se para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começava logo além dos limites da cidade (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis; para o bandeirante paulista do século XVI ou XVII, o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos, mas dourados, fontes de mortandades e riquezas, lócus do desejo; para os governantes lusos dessas mesmas capitanias, entretanto, o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados, em seus tão bons serviços prestados a Coroa.⁶²

O sertão se tornou um lugar de refúgio dos desertores devido à sua vastidão espacial, associada às condições naturais adversas.⁶³ Em contrapartida, todavia, alguns viajantes, como Saint-Hilaire, em vista da rarefação demográfica, se perguntaram sobre a ausência humana, algo que Souza (2015) considera um equívoco, tendo em vista que se trata, na verdade, de uma forma de compatibilidade: “O sertão, pois, não é a ausência de humanidade e sim o perfeito *locus* para um modo de vida específico em sua articulação com os grandes espaços.”⁶⁴ Diferentemente das primeiras entradas, em que o homem se impacta com o espaço natural do sertão, os vaqueiros com ele se harmonizou.

Não houve, no Oeste, o contraste, nem mesmo o choque, entre o homem e o solo. Um consórcio notável os uniu e harmonizou, confundiu-os. Nada se opôs, nessa geografia de linhas longas e simples, à expansão da força impetuosa dos habitantes, na ânsia de abarcar, com o regime pastoril, os infinitos horizontes.⁶⁵

O vaqueiro não efetuou grandes alterações na natureza sertaneja, ajustando “[...] suas necessidades ao meio encontrado, sem tomar o novo espaço como patrimônio a ser transformado, melhorado e defendido.”⁶⁶ E isso, em última análise, correspondia ao seu modo

⁶² (*Ibid.*, p. 149 -150).

⁶³ Constatação parecida notaremos em *Os Sertões*, a partir das dificuldades que a caatinga impôs aos soldados.

⁶⁴ (SOUZA, 2015, p.68).

⁶⁵ (SODRÉ, 1990, p.15).

⁶⁶ (*Ibid.*, p.74.).

de vida nômade,⁶⁷ que a pobreza condicionava. Desse modo, a sociedade pastoril sertaneja se constituiu à diferença da litorânea na produção do espaço, já que essa promoveu grandes alterações na natureza.

A atividade pecuária compareceu como a mais viável perante as adversidades naturais - infertilidade do solo, pobreza das matas -, a escassez de mão-de-obra e ao baixo capital para investimento, substanciando a autonomia dos sertanejos em relação ao litoral, e a partir da qual se “[...] fortalece a altivez nativa que sustenta a consciência da nacionalidade.”⁶⁸ De acordo com Souza (2015), não só Capistrano de Abreu, mas os estudiosos que o sucederam, tomaram a pecuária como uma referência na caracterização do sertão, buscando não apenas compreender a economia de tal atividade, mas também as relações sociais que forjou, bem como sua influência na “índole” do sertanejo, aspectos do arcabouço identitário⁶⁹ constituído em contraste com o litoral.

Ao fim, da vida pastoril deriva a identidade da sociedade sertaneja, objetivo real dos autores que qualificam as partes da nação. Dentre elas, o sertão do gado teve um curso de desenvolvimento próprio na história brasileira, influenciando na persistente noção do Brasil como uma terra de contrastes.⁷⁰

Todavia, salienta Souza (2015), não é uma caracterização como se o sertão pastoril fosse um campo autônomo de investigação,⁷¹ observado *in loco* pelos intelectuais do pensamento social brasileiro, procurando-se identificar suas particularidades, mas como um referente para se falar do Brasil. O sertão pastoril que comparece nos trabalhos sociográficos, portanto, é um sertão genérico, parte de uma alegoria do que se projeta ser o país.

Conforme Souza (2015), desde as primeiras Bandeiras, à medida que houve uma consolidação da população no interior, ocorreu uma progressiva desvinculação com o litoral, com a metrópole lusitana, e o abrasileiramento se robusteceu, fundado em uma integração com a natureza, que se traduziu na relação com os “vegetais, animais e índios.”⁷² Sertão,

⁶⁷ Sodré aponta que o modo de vida nômade dos vaqueiros fez a economia pastoril prescindir de escravos. “Esse nomadismo, aliás, é que fundamenta a refratariedade da cultura pastoril ao trabalho escravo. Só homens livres podiam cingir-se no modo de existência que o nomadismo impunha.” (SODRÉ, 1990, p.85).

⁶⁸ (SOUZA, 2015, p.62).

⁶⁹ A propósito dessa importância da pecuária no delineamento identitário do sertanejo, é particularmente significativo apontar que Riobaldo refere estar o seu bando atravessando *distritos de gado* (ROSA, 2019, p.242), ao começar a caçada a Hermógenes e Ricardão por terem matado Joca Ramiro, nos parecendo ser um índice de volta ao regramento do sertão tradicional, depois da relativa aproximação à civilidade ocorrida por meio do julgamento de Zé Bebelo.

⁷⁰ (*Ibid.*, p.63).

⁷¹ Apesar de prevalecer as observações genéricas, aponta que houve trabalhos de estudo específico sobre a pecuária no Brasil e cita, como exemplo, o de José Alípio Goulart, intitulado *Brasil do boi e do couro*.

⁷² (SOUZA, 2015, p.59).

geograficamente afastado do litoral, passou a significar um distanciamento em relação ao poder português e a constituição de uma vida social mais autônoma, que fomentou um “orgulho nativista.”⁷³ Tal sentimento de independência se radicalizou com o modo de vida diferente que a pecuária implicou em relação ao litoral. “Nas zonas interiores, a pecuária irá romper com o sedentarismo colonial de que se queixam inúmeros cronistas.”⁷⁴

De acordo com o historiador Capistrano de Abreu, essa relativa independência política durou longo tempo. “Muito tempo viveu esta gente entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização.”⁷⁵ E mesmo quando houve o primeiro movimento da Coroa no sentido de estabelecer um sistema legal e policial no sertão, houve resistência:

A carta régia de 20 de janeiro de 1699, primeiro esforço para introduzir alguma ordem naquela massa amorfa, mandou criar nas freguesias do sertão juízes à semelhança dos de vintena, que saíam dos mais poderosos da terra, e em cada freguesia um capitão-mor e cabos de milícia obrigados a socorrer e ajudar os juízes. A resistência contra estes se equiparava à resistência contra os juízes de fora, e ficariam seqüestrados os bens do réu até sentença final; as penas pecuniárias deveriam ser preferidas por não se poder facilmente executar as corporais. Ouvidores, corregedores eram obrigados a uma visita trienal.⁷⁶

Logo em seguida, Capistrano parece apontar os fatores responsáveis pela referida resistência.

Reinava respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidosamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinatos e vendetas. Com a economia naturista dominante, custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou o auxílio de vizinhos.⁷⁷

Depreende-se dessa passagem de Capistrano que já existia uma “lei sertaneja”, baseada em consensos socializados, e quando se transgredia tal “lei”, a violência era mobilizada, sobretudo por meio de tocaias. Os “braços” dessa violência eram obtidos facilmente da *economia naturista dominante*, que a partir do restante da argumentação do texto de Capistrano podemos afirmar que fosse a pecuária.

⁷³ (*Ibid.*, p.60).

⁷⁴ (*Ibid.*, p.60).

⁷⁵ (ABREU, 1998, p.138).

⁷⁶ (*Ibid.*, p.139).

⁷⁷ (*Ibid.*, p.139).

A ocupação do território sertanejo, condicionada pelo regime das bandeiras, não foi acompanhada pelo agenciamento do poder central,⁷⁸ que não conseguiu constituir uma capilaridade frente à dispersão populacional no grande espaço do sertão e ao seu *isolamento autonomista*. Em tal contexto, o poder local dos latifundiários lograria se firmar, mobilizando esses “braços armados”. A segurança privada, portanto, se fortaleceu, em detrimento do poder público. “Grandes proprietários, forçados pelo desequilíbrio, montaram a repressão própria. Clãs rurais, verdadeiras sobrevivências daqueles que dominaram certas zonas do país, sob o segundo império, surgiram e mantêm-se.”⁷⁹ O que a princípio, no âmbito da cultura pastoril, se traduzia como anseio por autonomia, a partir do fortalecimento dos poderes locais foi se transformando em agitação social, em que os vaqueiros não se submetem a nenhuma ordem, até mesmo se vinda do seio da sociedade sertaneja.⁸⁰ Isso se fortaleceu de tal modo que para controlar os espaços do sertão, o poder central precisou cooptar ou se sobrepor aos poderes locais.

O criador de gado, em sua “[...] fome inesgotável de novas terras [...]”⁸¹, encontrou no sertão um espaço propício à expansão, processo que, junto à rarefação demográfica, estimulou a concentração de terras: “A grande propriedade expandiu-se consideravelmente. Campos imensos ficaram entregues ao pastoreio. Uma população oscilante surgiu do contraste.”⁸² A combinação de grande propriedade com povoamento esparsa, condicionado pelo meio ambiente hostil e pela pecuária, prevaleceu durante o movimento de expansão territorial e favoreceu a consolidação do poder político dos latifundiários.⁸³

De acordo com Souza (2015), uma constante entre aqueles que procuraram pensar a formação do Brasil subsiste no estudo da peculiar relação entre a sociabilidade política constituída em seus espaços interiores com o Estado. Isto porque para se entender a estruturação das relações políticas entre sociedade e Estado, há de se mirar onde a política genuinamente brasileira teria se constituído, o sertão.⁸⁴ A partir dessa incursão, se tornaram ainda mais nítidas

⁷⁸ “Ao tempo da colônia, o dominador teve, contra ela, dois motivos de rancor. Foi o primeiro uma razão fortíssima para Portugal da decadência: o elemento pastoril não pesava no fisco, não contribuía senão com parcela diminuta. Havia outros elementos que contribuía com parcelas avultadíssimas. Para eles voltou-se a atenção do colonizador. O outro motivo não era menos forte: o vaqueiro sempre demonstrou uma enraizada aversão ao domínio. Fugiu do litoral, buscou os sertões, penetrou-os, desceu e remontou rios, perlustrou vales, nessa fuga intensa à autoridade, ao fisco ao mando dos homens de coroa que, “arranhando o litoral”, como deles disse Frei Vicente do Salvador, nele fixavam a organização do fisco, da repressão, da vigilância tenaz e opaca.” (SODRÉ, 1990, p.55-56).

⁷⁹ (*Ibid.*, p.16-17).

⁸⁰ (Cf. Sodré, p.24).

⁸¹ (SODRÉ, 1990, p.16).

⁸² (*Ibid.*, p.16).

⁸³ (SOUZA, 2015, p.68).

⁸⁴ (*Ibid.*, p.77).

as diferenças políticas, na composição brasileira, entre litoral e sertão, não significando, todavia, isolamento das mútuas influências.

Em razão também de distinções quanto a padrões de relação política, há um litoral em contraste com uma hinterlândia. Diferenças que não existem em separado, mas que se põem em contato e se modificam uma a outra. Contudo, diz-se que a influência se tem dado na direção sertão/costa. **É de lá do sertão (...), de onde vem a matéria-prima da qual se faz o Brasil.**⁸⁵

Essa *influência* seria, sobretudo, a corrosão e retardo do sentido público no Brasil que o *espírito localista ou privatista*⁸⁶ da política sertaneja fomenta, facilitada pelas *enormes distâncias*⁸⁷ em relação ao litoral, onde se sediava o poder estatal. A subsistência dessa linha de força na política nacional, mesmo com as mudanças políticas e históricas do país, mostraria que não se tratava de um arranjo conjuntural e fundamentaria um modelo analítico que dicotomiza o público e o privado. Os estudiosos da relação política entre sertão e Estado, segundo Souza (2015), interessaram-se em descobrir a sociabilidade sertaneja e, assim, decodificar a peculiaridade das relações estabelecidas com o poder público. Essa relação interessa, particularmente à análise em curso, tendo em vista que corresponde à matéria que trabalharemos no capítulo que se centra em torno do embate entre as forças de Zé Bebelo e as de Joca Ramiro, representantes da política nacional (litorânea) e sertaneja, respectivamente.

De acordo com Nestor Duarte (1939) o referido privatismo é herança portuguesa que encontrou no espaço interior do Brasil um *locus* ideal de reprodução. Em sua avaliação, ainda que tenha ampliado os limites políticos e territoriais dos Estado português, as Bandeiras foram mobilizadas pelo sentido privatista.

Ainda que constitua empresa assinalável para toda organização política a conquista e dilatação territorial - elemento de caráter e significação política tão importante - não é a bandeira uma iniciativa oficial, obra empenhada, por natureza e propósito do poder político. Nela não se serve o Estado, mas a si mesmo, ao fim de lucro pessoal que domina a empresa. Mesmo que contenha interesses políticos não é a eles que tem em mira, senão indireta e despreocupadamente, mas aos interesses da ordem privada.⁸⁸

Conforme o autor, essa ordem privada foi configurada pela própria Coroa portuguesa antes mesmo do início da colonização e são expressões desse sentido a organização feudal inicial, o estímulo às primeiras bandeiras e o uso de exércitos particulares durante todo o

⁸⁵ (*Ibid.*, p.77, grifo nosso).

⁸⁶ (*Ibid.*, p.78).

⁸⁷ (*Ibid.*, p.78).

⁸⁸ (DUARTE, 1939, p.57).

período colonial. Freyre (2003) explica que essa concessão da Coroa se deveu à necessidade de povoar o território sem custos.

Tudo deixou-se, porém, **à iniciativa particular**. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes. Da extensão delas fez-se um chamariz, despertando-se nos homens de pouco capital, mas de coragem, o instinto de posse; e acrescentando-se ao domínio sobre terras tão vastas, direitos de senhores feudais sobre a gente que fosse aí mourejar. A atitude da Coroa vê-se claramente qual foi: **povoar sem ônus os ermos da América**. Desbravá-los do mato grosso, defendê-los do corsário e do selvagem, transformá-los em zona de produção, correndo as despesas por conta dos particulares que se atrevessem a desvirginar terra tão áspera. A estes se deve, na verdade, a coragem de iniciativa, a firmeza de ânimo, a capacidade de organização que presidiram o estabelecimento, no Brasil, de uma grande colônia de plantação.⁸⁹

Portanto, a ordem privatista, que manteria uma perenidade na política brasileira, se estruturou desde os estertores do processo de ocupação e exploração da terra. A princípio como uma solução econômica, mas em seguida, um problema político, na medida em que o Estado foi perdendo a capacidade de acompanhar a expansão do território em direção ao interior. A oposição política, então, entre sertão e litoral, se instala e se intensifica, chegando às raias da mútua aversão.⁹⁰ Além do sentido privatista, a grande dimensão espacial do Brasil, de acordo com Duarte (1939), se interpôs nesta questão política primordial da formação do país, já que dificultou uma coesão identitária em torno de uma coletividade que pudesse ser reconhecida como Brasil. Isso implicou, como aponta Almeida (1932), um estranhamento entre brasileiros: “O compatriota que esbarramos na rua está muitas vezes inúmeras léguas longe de nós. Somos quase estrangeiros um para o outro.”⁹¹ Para esse autor, além da “[...] força da resistência passiva esmagadora das extensões territoriais [...]”⁹² em si, este problema se relaciona à falta de articulação entre as regiões, que o autor argumenta recorrendo a uma metáfora biológica.

Todo o mundo sabe que o organismo nacional sofre da insuficiência funcional do aparelho circulatório. A diferenciação crescente da formação das nossas células sociais que se vão espalhando por este país afora, resulta mais da falta de um sistema regular de **vias de comunicação** que vençam o cordão de isolamento das distâncias do que mesmo da influência regional dos fatores mesológicos. Daí o contraste frisante entre o movimento acelerado de certos órgãos nossos em relação ao movimento retardado de outros no corpo social do país.⁹³

⁸⁹ (FREYRE, 2003, p.170, grifo nosso).

⁹⁰ (Cf. SOUZA, 2015, p.84).

⁹¹ (ALMEIDA, 1932, p.39).

⁹² (*Ibid.*, 1932, p.41).

⁹³ (*Ibid.*, p.40, grifo nosso).

Além do isolamento em si, a debilidade de *vias de comunicação* entre as regiões intensificou a diferença de ritmo de evolução socioeconômica entre as mesmas, aumentando o referido distanciamento/estranhamento. Sinteticamente isso pode ser expresso pelos seguintes termos de Almeida (1932): “Este país guarda uma grande distância dele mesmo em todos os sentidos. Grandes espaços vazios esburacam a vida nacional.”⁹⁴

Enfim, nota-se que as contingências do espaço brasileiro, em consonância com a ordem privatista, foram determinantes para que no sertão se constituísse um outro padrão de relações com o poder público, tornando-se *o material mais ativo da conduta política dos brasileiros*, de acordo com Raymundo Faoro (2001). E como dito anteriormente, para compreender este padrão de relações, há de se estudar a sociabilidade forjada no interior que, na visão de Faoro, se radica na dos conquistadores, constituidora de uma *estrutura oposta ao litoral*.

A vida indômita do conquistador, sua dispersão na mata, o equipamento da tropa à sua custa, ditar-lhe-ia uma forma especial de sociabilidade, num contexto próprio de relações com o poder público. O seu tipo social definirá uma **estrutura oposta ao litoral**, em separação ainda não superada, volvidos quatro séculos. Será o “contraste maior da nossa história”? Nas dobras de uma civilização desdenhada, empobrecida com as realizações do litoral, toma corpo **o material mais ativo da conduta política dos brasileiros**, que a centralização, irradiada da costa, busca, **envergonhada**, reprimir, ocultar e negar. A herança do conquistador⁹⁵ — o “coronel” e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão — permanecerá, estável, *conservadora*, na vida brasileira, não raro atrasando e retardando a onda modernizadora, mais modernizadora do que civilizadora, projetada do Atlântico.⁹⁶

Tal sociabilidade é vista de forma *envergonhada* a partir do litoral, pois estaria atrasada em relação às realizações *modernizadoras* litorâneas. Nota-se que Faoro vê com pessimismo a possibilidade de alterar esse quadro, tendo em vista que a sociabilidade *conservadora* do conquistador se mantém estável por meio dos tipos sociais derivados, e manifesta um despreço pelo nível de civilização que o litoral poderia difundir. Desse modo, o autor parece indicar que o fosso entre sertão e litoral, em sua visão, seria insuperável.

⁹⁴ (*Ibid.*, p.39).

⁹⁵ De acordo com a nota do autor, o “conquistador” é um “gênero do qual o bandeirante é a expressão mais autêntica”.

⁹⁶ (FAORO, 2001, p.184-185, grifo nosso).

2.2 Sertão: uma *ideologia geográfica*

De acordo com Moraes (2003), outra importante referência na articulação deste capítulo, no âmbito da geografia clássica, o sertão não pode ser particularizado por meio de seus atributos físicos nem por meio de uma paisagem humana específica, condição que impossibilita estabelecer divisões objetivas do seu espaço, cartografá-lo.⁹⁷

A idéia de sertão possui, portanto, um status teórico distinto das noções mais usuais de “habitat”, “ambiente”, “região” ou “território”, não se confundindo com elas. Enquanto estas teriam por referência limites e extensões materialmente aferíveis no campo, aquela recobriria situações telúricas díspares e variadas, não fornecendo fundamento para divisões objetivas do espaço terrestre. Assim, do ponto de vista clássico da geografia, pode-se considerar consistente a afirmação roseana de que “o sertão está em toda parte.”⁹⁸

Na concepção do autor, o sertão se define no âmbito do campo cultural, pois trata-se de uma *realidade simbólica*, uma *ideologia geográfica*⁹⁹ que, todavia, repercute nos processos de ocupação e reocupação do território.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política.¹⁰⁰

Antes do processo de ocupação do território do sertão, portanto, ele foi apropriado simbolicamente, formatado ideologicamente, por olhares externos sintonizados pela “[...] mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo”¹⁰¹, que qualificaram o seu espaço, ainda que não necessariamente, mas, quase sempre, de forma negativa. Tal qualificação recorreu, com frequência, a uma contraposição com o espaço do litoral.

Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção. Daí ela sempre se apresentar numa **formulação dualista**, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. A dualidade mais repetida no pensamento social

⁹⁷ Este aspecto do sertão, de ser incartografável, será abordado no último capítulo desta análise.

⁹⁸ (MORAES, 2003, p.3).

⁹⁹ (*Ibid.*, p.3).

¹⁰⁰ (*Id.*; 2005, p.44).

¹⁰¹ (*Ibid.*, p.3).

brasileiro opõe o sertão ao litoral, tomando o primeiro termo como sinônimo de hinterlândia, cobrindo portanto todo o vasto interior do território nacional¹⁰².

Portanto, se realiza uma qualificação do sertão por meio da sua depreciação em relação ao litoral. É assim que sua *imagem*¹⁰³ foi construída, associada a valores culturais negativos.

Quando se qualifica positivamente o sertão é sob uma premissa: a de que há um *potencial adormecido* que precisa de ações/projetos para o transformar em realidade. Nesse sentido, Moraes (2003) cita como exemplo os intelectuais estado-novistas que reconheciam que a autenticidade e originalidade do sertanejo deveriam ajudar a guiar um novo projeto nacional que incluía, claro, incorporar as terras e riquezas interioranas. Euclides da Cunha também considerava o sertanejo mais autêntico que o brasileiro do litoral e também se imbuíu de um projeto de incorporação e transformação do *interior*, aspecto que trataremos no próximo capítulo.

A propósito da referida qualificação positiva do sertanejo por alguns, Lima (2013) sinaliza que a dualidade sertão *versus* litoral nem sempre se apresenta de forma muito clara, sendo atravessada, às vezes, por elementos paradoxais:

Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos¹⁰⁴.

Essa complexificação da dualidade comparece tanto em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, quanto em *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, porém de formas distintas, como buscaremos demonstrar ao longo deste trabalho.

2.2.1 O Pubo é o próprio sertão

Um episódio que, no *Grande Sertão: Veredas*, nos parece sintetizar algumas das imagens vinculadas, ao longo da história, à *ideologia geográfica* que incidiu sobre o sertão, é o

¹⁰² (*Ibid.*, p.4, grifo nosso).

¹⁰³ (*Ibid.*, p.3).

¹⁰⁴ (LIMA, 2013, p.55).

do encontro do bando de Zé Bebelo com os catrumanos, no *Pubo*. As primeiras imagens apresentadas são a de um lugar isolado, distante.

— “O que mal não pergunto: mas donde será que ossenhor está servido de estando vindo, **chefe cidadão**, com tantos agregados e pertences?”

— “Ei, do **Brasil**, amigo!” — Zé Bebelo cantou resposta, alta graça. — “Vim departir alçada e foro: **outra lei** — em cada esconso, nas toesas deste sertão...”¹⁰⁵

O Brasil aqui é tratado como uma exterioridade ao povoado onde viviam os catrumanos, o *Pubo*. O espaço nesse caso, portanto, sinaliza que estes não eram concebidos como brasileiros, ainda não faziam parte da nação, e uma contraposição é claramente posta: Brasil *versus* sertão dos catrumanos. Além do índice espacial, note-se que o catrumano refere Zé Bebelo como *chefe cidadão*, associando a cidadania a algo externo ao sertão e Zé Bebelo informa ao catrumano que estava em missão de sobrepor a legislatura do país, *outra lei*, sobre aquele rincão sertanejo. Ou seja, tratava-se de uma missão integradora daquele território e sua gente.

Antes mesmo do encontro, o narrador indicia que era uma região isolada, para a qual se dirigiram equivocadamente, “[...] andávamos desconhecidos no errado.”¹⁰⁶, de modo “[...] que o nome não se soubesse. Até, até.”¹⁰⁷ A replicação do advérbio *até* acentua que trata-se de uma região distante que, conforme Riobaldo, seria o *próprio* sertão, “Sertão, — se diz —, o senhor querendo procurar, nunca não encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem. Mas, aonde lá, era o sertão churro, **o próprio**, mesmo.”¹⁰⁸ De acordo com Moraes (2003) essa noção de distância deve ser relativizada, pois depende das escalas, do espaço de circulação do sujeito que moldam os seus referenciais culturais. Como exemplo, cita que para os caiçaras “[...] a noção de sertão é aplicada aos fundos de vale que avançam no sopé da serra do Mar, distanciando-se das praias.”¹⁰⁹ De todo modo, sendo perto ou longe, ressalta o geógrafo que o sertão não significa um espaço de vivência, familiar, mas o espaço que está fora da circulação cotidiana.

Além do qualificativo de ser um lugar distante, o restante da descrição do *Pubo* parece indicar que Riobaldo está imbuído de acatar as caracterizações comuns ligadas à imagem tradicional de sertão, nos termos de Moraes (2003), já que o qualifica de o *próprio, mesmo*. Seria o *próprio* sertão porque é um vazio demográfico, “Topar um vivente é que era mesmo

¹⁰⁵ (ROSA, 2019, p.311, grifo nosso).

¹⁰⁶ (ROSA, 2019, p.306).

¹⁰⁷ (*Ibid.*, p.306).

¹⁰⁸ (*Ibid.*, p.306).

¹⁰⁹ (MORAES, 2003, p.4).

grande raridade.”¹¹⁰, ainda não incorporado aos fluxos econômicos do país, onde até mesmo a atividade econômica predominante em outros lugares do sertão,¹¹¹ a pecuária, escasseava, “E o gado mesmo vasqueava: só por pouco acaso um boi ou vaca, de solidão, bicho passeado sem dono.”¹¹² Essas duas características, a de vazio demográfico e ausência de uma atividade econômica definidora, de acordo com Moraes, são comumente acionadas para se referir ao sertão.

Também não são as atividades produtivas ali praticadas que o qualificam, ou mesmo a marca de tais atividades numa paisagem local. O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres. Ao contrário, a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raro definidos como “vazios demográficos” ou “terras desocupadas.”¹¹³

Por fim, Riobaldo conclui: “Nós estávamos em **fundos fundos**.”¹¹⁴ Tal imagem, baseada nesse contexto, nos remeteu à noção de *fundo* territorial, espaço ainda não incorporado pelo poder político e pelos fluxos econômicos, como aborda Moraes.

[...] constituídos por áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia.¹¹⁵

De acordo com a caracterização desse autor, pode-se dizer, ainda, que o Pubo é o *próprio* sertão, porque nele vivem *povos diferentes, exóticos*.

O sertão também é definido como um lugar ocupado por **povos diferentes, exóticos**, qualificando-se como a morada dos “outros” (Todorov, 1993 e 1997). É um espaço com habitantes culturalmente ou racialmente distintos na classificação dos tipos nacionais. Tratam-se nesses discursos de localidades povoadas por **seres** identificados como saídos de uma **outra época** ou descendentes de uma outra origem que aquela que tipifica a formação da nacionalidade (Schwarcz, 1993). Não poucas vezes, o

¹¹⁰ (*Ibid.*, p.307).

¹¹¹ Para Walnice Galvão a pecuária seria o fator que melhor define a zona de abrangência do sertão “Dá-se o nome de *sertão* a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação.

¹¹² (*Ibid.*, (p.307).

¹¹³ (MORAES, 2003, p.2).

¹¹⁴ (ROSA, 2019, p.307).

¹¹⁵ (MORAES, 2008, p.69).

sertão foi estabelecido como o ‘habitat dos selvagens’, a ‘terra de tapuias’, ou ainda ‘terrenos ocupados pelos indígenas ferozes.’¹¹⁶

Esse exotismo se verifica na caracterização dos Catrumanos, povo de “estranhoso aspecto,”¹¹⁷ que Riobaldo concebia como muito diferentes, “Raça daqueles homens era **diverseada distante**, cujos modos e usos, mal ensinada. [...]”¹¹⁸, “Gente tão em célebres, conforme eu nunca tinha divulgado nem ouvido dizer, na vida.”¹¹⁹ Tão diferentes que pareciam ser de *outra época*, tanto pelos materiais usados, “Todos estavam com alguma garantia: que eram lazarinas, bocudas baludas, garruchas e bacamartes, escopetas e trabucão — **peças de armas de outras idades.**”¹²⁰, “A que era um **dobrão de prata, antigo do Imperador**, desses de novecentos-e-sessenta réis em cunho [...]”¹²¹, como até mesmo pela *voz*.

E renuia com a cabeça, o banglafumém, mesmo quando falava, com uma **voz de qualidade diversa**, costumada daquela terra de lugar; e os outros renuindo também: — “Ah, pode não... Pode não...” — com o vozeio soturno.
Nos tempos antigos, devia de ter sido assim.¹²²

Além de exóticos, muitas vezes os habitantes sertanejos eram classificados como *selvagens*, atribuição que recaiu sobretudo sobre os indígenas. Os catrumanos também são assim qualificados, na medida que são animalizados. “Aqueles homens eram orelhudos, que a regra da lua tomava conta deles, e dormiam farejando.”¹²³, “[...] menos arredados dos bichos do que nós mesmos estamos: porque nenhuma más artes do demônio regedor eles nem divulgavam.”¹²⁴ Note-se que para Riobaldo essa condição os tornava mais vulneráveis à ação maligna do demônio¹²⁵ e que, por morarem naquele *lontão de mundo*, ficariam *tapados de Deus* e não teriam a *salvação*. O lugar, portanto, os condicionava, brutalizando-os.

Que o que acontecia era de serem só esses homens reperdidos **sem salvação** naquele recanto lontão de mundo, grotiros dum sertão, os catrumanos daquelas brenhas.” O Acauã que explicou, o Acauã sabia deles. Que viviam **tapados de Deus**, assim nos

¹¹⁶ (MORAES, 2003, p.4).

¹¹⁷ (ROSA, 2019, p.307).

¹¹⁸ (*Ibid.*, p.311, grifo nosso).

¹¹⁹ (*Ibid.*, p.308).

¹²⁰ (*Ibid.*, p.308, grifo nosso).

¹²¹ (*Ibid.*, p.310, grifo nosso).

¹²² (*Ibid.*, p.308, grifo nosso).

¹²³ (*Ibid.*, p.312).

¹²⁴ (*Ibid.*, p.312).

¹²⁵ Riobaldo associa os indígenas também ao demônio: “Quem tem mais dose de demo em si é índio, qualquer raça de bugre.” (*Ibid.*, p.22).

ocos. Nem não saíam dos solapos, segundo refleti, dando cria **feito bichos**, em socavas.¹²⁶

A propósito dessa animalização dos catrumanos, é interessante observar que essa palavra, etimologicamente, de acordo com Costa (2021), significa *quatro patas*.

Esta denominação – catrumano –, foi cunhada pelo viajante europeu Auguste de Saint-Hilaire (1975, p. 307 e passim), que, percorrendo o sertão, chamado por ele de *deserto*, surpreendeu-se ao ver que os sertanejos sempre estavam a cavalo, independentemente de sua situação econômica. Aos poucos, ao longo de seu relato, ele constrói o termo. Quando constrói o quadro geral do sertão, em um dado momento, ele afirma que o sertanejo se parece com um homem de quatro mãos, ou melhor, de **quatro patas**. Deriva daí, etimologicamente, a palavra **catrumano**. Porém, dada a força da ficcionalização construída por João Guimarães Rosa que tomou a realidade regional norte mineira para discutir o Brasil e, em *Grande Sertão: Veredas*, ele se referir a um grupo de catrumanos, como definido posteriormente por Aurélio, a partir do deslizamento de significado construído pelos mineiros, a palavra passou a conter apenas os significados vinculados aos habitantes do **mais fundo do sertão**, ou seja, a região Urucuiana que possuía homens, considerados de **pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros**.¹²⁷

Seja no sentido animalesco, que a etimologia evoca, seja no sentido de homens *rústicos*, habitantes *do mais fundo sertão*, é possível assegurar que há correspondências entre as imagens que foram tradicionalmente atribuídas aos sertanejos ao longo da história brasileira com as dos catrumanos do *Grande Sertão: Veredas*.

Na conclusão desse episódio, Riobaldo denota que o seu interlocutor sabia de que tipo de sertão ele estava falando, já que supostamente estaria acostumado às imagens tradicionais desse espaço. “Do fundo do sertão. O sertão: **o senhor sabe**.”¹²⁸ Esse sertão tradicional no imaginário popular, o *próprio* sertão, é demarcado espacialmente, por final, quando Riobaldo comenta a coordenação de rota por Zé Bebelo. “Porque Zé Bebelo previa de vir, cá em baixo, no **escuro sertão**, e, o que ele pensava, queria, e mandava: tal a guerra, por confrontação; e **para o sertão retroceder, feito pusesse o sertão para trás!**”¹²⁹ Ao sair do Pubo, portanto, o bando deixava *para trás o escuro sertão*.

Por final, pode-se apontar, ainda, que outro índice do isolamento espacial e cívico da região onde viviam os catrumanos é a epidemia de Varíola - “bexiga preta” - que assolava o povo vizinho do Sucruíú. Esse problema relacionado à falta de um mínimo serviço de saúde pública, aos olhos dos catrumanos, recebe uma explicação religiosa. “Estão com a maldição, a

¹²⁶ (*Ibid.*, p.309).

¹²⁷ (ROSA, 2019, p.136).

¹²⁸ (*Ibid.*, p.313).

¹²⁹ (*Ibid.*, p.313-314).

urros. Castigo de Deus Jesus! Povo do Sucruiú, gente dura de rúim... Ossenhor utúrje, mestre: convém desemendar deste lado, não passar no Sucruiú, respraz... Bexiga da preta!...”¹³⁰

Como já dito, não se pretendeu, neste capítulo, estabelecer um histórico definitivo do conceito de sertão, ou melhor, de sua dualidade com o litoral, mas um panorama geral que subsidie, minimamente, a abordagem que almejamos de *Grande Sertão: Veredas*. Ainda no bojo desse esforço, dedicamos um capítulo inteiro, também singelo, à análise da dualidade sertão *versus* litoral na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que nos pareceu incontornável aos nossos propósitos e que passamos, agora, a apreciar.

3. A DUALIDADE SERTÃO *VERSUS* LITORAL EM *OS SERTÕES*

A dualidade sertão *versus* litoral é a mais presente no pensamento social brasileiro¹³¹ e, certamente, a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é uma das maiores matrizes de tal dualidade, senão a maior. Além dessa importância, parte da crítica aponta influências¹³² de *Os sertões* em *Grande Sertão: Veredas*, caso de Candido (2002)¹³³ e Galvão (1972)¹³⁴ e até mesmo que Guimarães Rosa realiza no *Grande Sertão: Veredas* a reescrita de alguns termos de *Os Sertões*, como defende Bolle (2004), de modo que nos pareceu promissor uma abordagem dos aspectos que conformam essa dualidade na obra de Euclides.

3.1 Formação e pensamento de Euclides

De acordo com Lima (2013), o Visconde do Uruguai foi o primeiro a propor a dicotomia sertão *versus* litoral, todavia, podemos dizer que é Euclides da Cunha, a partir do seu clássico *Os Sertões*, aquele que iria consolidá-la e difundi-la com tamanha força, que viria a se tornar uma das linhas marcantes de interpretação do país pelo pensamento social brasileiro. Obra tão vigorosa nas minúcias que poderia ajudar a identificar as razões para o atraso do

¹³⁰ (*Ibid.*, p.310).

¹³¹ (LIMA, 2013).

¹³² Uma parte considera importante a influência do ensaísmo nacional em sua obra: “[...] não há como passar sob silêncio a terceira grande base da narrativa rosiana: o ensaísmo brasileiro, cuja bela tradição começa com Euclides da Cunha e se prolonga com as obras de Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Manoel Bonfim, entre outros. (ROSENFELD, 2007, p.12).

¹³³ Antonio Candido, em seu ensaio “O homem dos avessos”, salienta que *Grande sertão: veredas*, ao seu modo, também era uma narrativa sobre *a Terra, o Homem e a Luta*.

¹³⁴ Walnice Galvão se vale de Euclides da Cunha, em sua obra *As formas do falso*, para iluminar o contexto sócio-histórico de *Grande Sertão: Veredas*.

interior do país em relação ao litoral e do país em relação às potências estrangeiras, uma das indagações dos que se propunham a interpretar e projetar o país.

Se rastreamos as linhas que conformaram o pensamento de Euclides em torno do projeto nacional, encontraremos um homem que, de acordo com Sevcenko (1989), representava a intelectualidade da geração de 1870, em pensamento e ação, mas que dela se diferenciava por estar investido pelo contexto da República. Dedicado à ação pública que era, Euclides, ao se perceber excluído pela elite das ações concretas e decisivas de transformação, reverte suas energias ao campo que lhe restava e sobre o qual tinha amplo domínio: a literatura. Ainda que fosse limitado esse campo, é nele que deixa “[...] *o registro de sua missão, cumprida a despeito de todas as contrariedades.*”¹³⁵

É possível notar na literatura e ação intelectual adotada por Euclides a influência de matrizes teóricas e científicas importantes como o evolucionismo spenceriano, o darwinismo racial e o positivismo de Comte. De acordo com Lima (2013), a ordem da estrutura tripartite de *Os sertões*, por exemplo, relaciona-se com a sociologia dominante da época, que apregoava uma atenção, primeiramente, aos fatores mesológicos e climáticos. Na obra, de acordo com essa autora, os elementos geográficos e geológicos configuram as imagens e metáforas utilizadas nos capítulos seguintes.

A despeito, ainda, da formação de Euclides, Lima (2013) ressalta que a influência da formação militar no pensamento de Euclides não recebeu o devido valor pela crítica, tendo em vista que é nuclear para se entender a força do positivismo em sua obra, especialmente o professado por Benjamin Constant, de corrente pacifista e integradora. Constant fora professor de Euclides no Colégio Aquino e na Escola Militar da Praia Vermelha. Tal formação¹³⁶ é central para os objetivos deste trabalho, em razão de que dela deriva o ideário da incorporação do interior ao circuito da nação.

Embora Euclides se escuse de afirmar que o meio conforma as raças, parece que acreditava, ao menos, numa influência indireta: “Ante o que vimos a formação brasileira do Norte é mui diversa da do Sul. As circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originaram diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-as até o nosso tempo.”¹³⁷ Tal influência indireta parece ser refletida na qualificação que Euclides realiza da miscigenação ocorrida no litoral e no sertão. Para ele, os fatores mesológicos propiciaram

¹³⁵ (SEVCENKO, 1989, p. 128).

¹³⁶De acordo com a autora, este aspecto da formação de Euclides iria aproximar a sua caracterização do sertão da de Taunay e Rondon. (LIMA, 2013, p.118).

¹³⁷(CUNHA,1984, p.40).

um isolamento étnico e histórico dos sertanejos em relação à miscigenação desenfreada do litoral, que tornava seus habitantes degenerados, em contrapartida essa condição implicava, também, em alheamento à civilização, à modernidade, etc., fazendo do sertanejo um retrógrado. Portanto, o legado do isolamento dos sertanejos, ante a perspectiva euclidiana, é ambíguo, desconcertando os enquadramentos deterministas. Apesar do sertanejo ser visto por Euclides como a “rocha viva da raça”, tratava-o como um mestiço desequilibrado, assim como os litorâneos. Euclides aponta, no entanto, que havia a possibilidade de contornar esse problema por meio de um processo civilizatório de integração do sertão. “[...] As oposições entre o litoral e sertão não seriam inconciliáveis, mas passíveis de solução através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do país.”¹³⁸ A própria imagem antitética do *Hércules-quasímodo*, que emprega para se referir ao sertanejo, reforça o ideal de superação das fraquezas: “O sujeito do sertão é como a vegetação a sua volta: arrasado pelas condições mesológicas, torto e com aparência frágil (Quasímodo), mas com força suficiente para se transfigurar, resistir e lutar (Hércules).”¹³⁹

De acordo com Lima (2013) o sertanejo, apreciado por Euclides, comportava uma ambivalência: era, ao mesmo tempo, avesso à civilização, dadas a sua mentalidade e religiosidade atávicas, mas representantes autênticos da nacionalidade brasileira, em oposição aos litorâneos, classificados de *copistas*,¹⁴⁰ já que seriam meros reprodutores da cultura europeia ocidental. Tal ambivalência, no entanto, não era vista por Euclides como um problema, no quadro de seu projeto de país, mas como algo necessário e positivo. Um projeto de Brasil que visasse se constituir sobre uma base civilizacional original deveria, necessariamente, incorporar o sertão, apesar da resistência que a “rocha viva da raça” ofereceria.

O sertanejo seria mais um retrógrado do que um degenerado, como os *mestiços do litoral*¹⁴¹ eram. A questão seria, então, apenas de se corrigir o anacronismo secular¹⁴² em que estavam. Como estariam menos corrompidos do que os *mestiços do litoral*, seriam os autênticos representantes da nacionalidade a ser consolidada. Nesse mesmo sentido, de busca por uma originalidade brasileira, Lima (2013) afirma que em vários de seus trabalhos, Euclides enfatizou que o ponto de partida para esse movimento de estudo e integração do sertão ao país deveria partir de São Paulo e não do Rio de Janeiro. Isto porque São Paulo seria o “berço da civilização

¹³⁸(LIMA, 2013, p.121).

¹³⁹(*Ibid.*, p. 55).

¹⁴⁰ (CUNHA, 1984, p.90).

¹⁴¹ (*Ibid.*, p.51).

¹⁴² Aqui provavelmente Sevcenko está se referindo à necessidade de se ajustarem à linha histórica da modernidade ocidental. Como veremos mais adiante, de acordo com a crítica de Doreen Massey esse é um problema central na forma como se imagina o espaço criado pela modernidade.

mestiça dos bandeirantes”¹⁴³, enquanto no Rio, a grande cidade litorânea, estariam os degenerados da nação, a civilização de *copistas*.

Apesar da positividade mencionada, que considerava o sertanejo um brasileiro mais original do que o litorâneo, Lima aponta que esse essencialismo nacional carregava um paradoxo, se confrontado com o que pensava Euclides a respeito da mestiçagem. Ele considerava que o mestiço - como é o caso das *sub-raças sertanejas*¹⁴⁴ - “[...] traz diminuída a capacidade intelectual do ascendente superior e restrita a capacidade física do ascendente inferior. É de posse deste axioma que se proporá entender a guerra que há cinco anos testemunhara.”¹⁴⁵ O evolucionismo presente no pensamento de Euclides condena, pois, a mestiçagem, mas se postos em paralelo, o sertão do nordeste com o litoral, aquele se apresenta em melhores condições nesse sentido, tendo em vista que não ocorria em seu espaço o aporte imediato das populações estrangeiras, que *complicavam a mestiçagem do litoral*.

Enquanto mil causas perturbadoras **complicavam a mestiçagem no litoral** revolvido pelas imigrações e pela guerra e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro das bandeiras — ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante.¹⁴⁶

O referido essencialismo apontado por Lima (2013) seria tributário, de acordo com Lima (1997), das condições mesológicas conferidas pela Serra do Mar¹⁴⁷, que permitiu às populações sertanejas manterem-se isoladas. Isso implicou que a mestiçagem ocorrida no Nordeste, entre os bandeirantes e indígenas, acontecesse em menor proporção do que a mestiçagem ocorrida no litoral, além de se manterem distantes da degenerescência progressiva deste. Tal classificação, a partir do crivo evolucionista, permitiu a Euclides obter e projetar “[...] a imagem romântica de um povo nacional”¹⁴⁸, sem que isso impedisse as críticas *surdas* tecidas aos românticos em sua obra. Tais condições, portanto, conferiam ao sertão nordestino, o berço da

¹⁴³ (LIMA, 2013, p.119)

¹⁴⁴ (CUNHA, 1984, p.1).

¹⁴⁵ (LIMA, 1997, p.39).

¹⁴⁶ (CUNHA, 1984, p.47, grifo nosso).

¹⁴⁷ “A serra do Mar tem um notável perfil em nossa história. A prumo sobre o Atlântico desdobra-se como a cortina de baluarte desmedido. De encontro às suas escarpas embatia, frágilima, a ânsia guerreira dos Cavendish e dos Fenton. No alto, volvendo o olhar em cheio para os chapadões, o forasteiro sentia-se em segurança. Estava sobre ameias intransponíveis que o punham do mesmo passo a cavaleiro do invasor e da metrópole. Transposta a montanha — arqueada como a precinta de pedra de um continente — era um isolador étnico e um isolador histórico. Anulava o apego irremediável ao litoral, que se exercia ao norte; reduzia-o a estreita faixa de mangues e restingas, ante a qual se amorteciam todas as cobiças, e alteava, sobranceira às frotas, intangível no recesso das matas, a atração misteriosa das minas...” (CUNHA, 1984, p.38).

¹⁴⁸ (LIMA, 1997, p.40)

nação: “[...] aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nacionalidade.”¹⁴⁹

Na esteira desse argumento, é o caso de se indagar: por que não a Amazônia? Já que se tratava, também, de uma hinterlândia. De acordo com Lima (1997), Euclides concebia que as condições climáticas adversas - “[...] o calor úmido das paragens amazonenses, por ex., deprime e exaure.”¹⁵⁰ - não favoreciam a propagação do *gens aristocrático* dos portugueses, tendendo a desaparecer ante o “*selvagem bronco*”.¹⁵¹ De acordo com Euclides (1984, p.36), no norte aconteceria uma *seleção natural*¹⁵², em que as imposições de uma necessária *aclimatação* seriam convertidas numa *evolução regressiva*.¹⁵³ Tais imposições, exigiam aprimoramentos físicos e, ao mesmo tempo, repercutiam em debilidade nas faculdades intelectuais e, conseqüentemente, morais, de modo que o português, na Amazônia, fugia aos cruzamentos. A inadaptabilidade do português ao *meio*,¹⁵⁴ que derivava também de doenças, como a malária e a hepatite,¹⁵⁵ implicava no desaparecimento, ali, da sua estirpe: “O tipo deperece num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite à descendência até a extinção total.”¹⁵⁶ O *meio*, portanto, se tornara um aliado do “selvagem bronco”, de “raça inferior”, mais adaptado fisicamente a ele, contra o branco colonizador. Tais condições, todavia, não ocorreriam, em outras regiões do Brasil: “Isto não acontece em grande parte do Brasil Central e em todos os lugares do Sul.”¹⁵⁷

Verifica-se, portanto, que Euclides mobiliza noções de um determinismo geográfico para delinear as razões para a essência nacional estar sediada no sertão e não em outras partes do país, que estariam condenadas à degenerescência. São dois, pois, os quadros que se configuram, simultaneamente, a partir do evolucionismo no pensamento de Euclides, de acordo com Lima (1997), “[...] o da essencialidade¹⁵⁸ e o da perdição.”¹⁵⁹ A primeira associada ao sertão e, a segunda, ao litoral.

¹⁴⁹ (CUNHA, 1984, p.45).

¹⁵⁰ (*Ibid.* p.36).

¹⁵¹ (*Ibid.* p.36).

¹⁵² (*Ibid.* p.36).

¹⁵³ (*Ibid.*,p.36).

¹⁵⁴ (*Ibid.*,p.36).

¹⁵⁵ “A raça inferior, o selvagem bronco, domina-o; aliado ao meio vence-o, esmaga-o, anula-o na concorrência formidável ao impaludismo, ao hepatismo, às pirexias esgotantes, às canículas abrasadoras, e aos alagadiços maleitosos”. (CUNHA, 1984, p.36-37).

¹⁵⁶ (*Ibid.*, p.36).

¹⁵⁷ (*Ibid.*, p.36).

¹⁵⁸ Em capítulo seguinte desse trabalho mostraremos, a partir das considerações da geógrafa inglesa Doreen Massey, que a ideia de uma essência associada a dado lugar é decorrente de um modo de se imaginar o espaço a partir da modernidade, sobre o qual a autora se insurge. Proporemos que a representação do espaço sertanejo por Rosa também se contrapõe a esse tipo de imaginação.

¹⁵⁹ (LIMA, 1997, p.41).

Todavia, conforme Lima (1997), esse pensamento, que sustentava a referida imaginação de um espaço nacional cindido, não se sustentava quando confrontado com a realidade. Apesar do notório esforço intelectual de Euclides de procurar convergir o evolucionismo¹⁶⁰ com o projeto, de lastro romântico, de formação nacional, se deparava sempre com uma condição inegável: seja no litoral ou no interior, o brasileiro é mestiço: “De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado.”¹⁶¹ Seja o *degenerado* do litoral ou o *retrógrado* do sertão, o mestiço brasileiro é para Euclides, portanto, um *desequilibrado*.

De acordo com Lima (2013), se Euclides já manifestara seu desacordo com os rumos que a República estava tomando, as ambivalências em relação a ela vão se acentuar a partir da viagem que realiza a Canudos, bem como será alterada a sua visão sobre os sertanejos. Lima afirma que um dos sinais claros de tal mudança estaria na alteração do título da obra que, a princípio, seria “*Os sertões: a nossa Vendeia*”, mas que em razão das críticas, sobretudo, a de se atribuir uma orientação monarquista ao movimento de resistência dos sertanejos que a associação com a rebelião francesa implicava, decidiu o autor retirar “*a nossa Vendeia*” da denominação. Além do título, de acordo com Lima, “Em contraste com os primeiros artigos publicados na imprensa e com o texto do diário de viagem, vemos em *Os sertões* acentuar-se a crítica aos excessos e contradições da República.”¹⁶²

Apesar disso, é com certa resignação e sentimento ambíguo, que Euclides descreve os estertores da resistência sertaneja: “Entalhava-se o cerne de uma nacionalidade. Atacava-se a fundo a **rocha viva da nossa raça**. Vinha de molde a dinamite. Era uma **consagração**.”¹⁶³ Como haveria de ser uma *consagração* atingir a *rocha viva da nossa raça*? Aparentemente Euclides concebia o ato como uma necessidade para a modelação, o entalhe, da nossa nacionalidade. “Dessa forma, as oposições entre o litoral e o sertão não seriam inconciliáveis, mas passíveis de solução através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do país.”¹⁶⁴ Evidentemente, devemos contemplar tal projeto sem incorrer em anacronismos. Euclides deve ser analisado como um intelectual de seu tempo que, com um estilo muito original - mesclando ensaísmo com literatura, vincados por cientificismo - produziu

¹⁶⁰ LIMA aponta que, apesar de não ter sido um intento de Euclides, sua obra evidenciou que o argumento evolucionista não se ajustava à realidade brasileira. (LIMA, 1997, p. 42).

¹⁶¹ (CUNHA, 1984, p.48).

¹⁶² (LIMA, 2013, p.118).

¹⁶³ (CUNHA, 1984, p.258, grifo nosso).

¹⁶⁴ (LIMA, 2013, p.121).

uma abordagem original do que se buscava naquele momento: a constituição da nação brasileira.

A literatura se incorporava a um projeto político e cultural ainda mais manifesto do que o que vigorara entre nossos primeiros românticos. É então plausível afirmar-se que já na década de 20 o exemplo de Euclides funcionava como modelo tanto político quanto literário, tendo o **empenho nacionalista** como sua categoria abrangente.”¹⁶⁵

Todavia, de acordo com Lima (2013), isso não impediu que outros, também empenhados no projeto nacionalista, o criticassem, seja por falta de um realismo social *terra-a-terra*, como fora apontado por Mário de Andrade, seja pela falta de conhecimento da nossa economia, como advertiu Vicente Licínio Cardoso. De qualquer forma, o que não se pode negar é que o referido projeto está na base da obra e a sua expressão mais clara seria “[...] a afirmação do sertanejo como essência do país.”¹⁶⁶ Portanto, interpretar o país passaria, necessariamente, por uma compreensão do sertanejo.

À primeira vista, aos olhos de um Euclides influenciado pelo positivismo evolucionista, o sertanejo é classificado como uma *sub-raça*, como se explicita já na nota preliminar da obra:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das **sub-raças** sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, **destinadas a próximo desaparecimento** ante as exigências crescentes da **civilização** e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.¹⁶⁷

Percebe-se que Euclides via, com alta dosagem de fatalismo, o destino dos sertanejos: *desapareceriam*. Certamente tal fatalismo decorria das teorias evolucionistas, pilares na formação científica do autor, que o levavam a enxergar os sertanejos como sub-raças, sobretudo, se postos em contraste com as *exigências crescentes da civilização*. Diante disso, Lima (2013) enceta uma interessante problematização: se os sertanejos estavam fadados a desaparecer, qual a necessidade de serem combatidos? O autor assinala que isso não invalida a denúncia de Euclides sobre as atrocidades cometidas pelas tropas federais, todavia enfraquecia o argumento científico, que lhe criava um *embaraço*.¹⁶⁸ Esse embaraço, contudo, se reverte em

¹⁶⁵ (LIMA, 1997 p.21-22, grifo nosso).

¹⁶⁶ (*Ibid.*, p.21-22).

¹⁶⁷ (CUNHA, 1984, p.1, grifo nosso).

¹⁶⁸ Lima aponta que tal embaraço não existiria para os europeus que Euclides admirava: “[...] enquanto europeus, pertencentes a populações que podiam supor homogêneas, a mestiçagem seria para eles problema doutros povos e doutros continentes” (LIMA, 1997, p. 27).

contradição motivada, de acordo com Lima: “A denúncia que acompanha seu grande livro é provocada por um movimento de revolta que não encontra apoio e, na verdade, se manifesta em independência da explicação “científica” que adota - o que ali se massacrara se extinguiria pelo mero curso do tempo.”¹⁶⁹ Tal contradição poderia ter sido desativada, se Euclides, em sua “nota preliminar”, provavelmente escrita depois de findada a obra, não deixasse elementos de dúvida. A exemplo, o crítico destaca o seguinte trecho: “[...] destinavam-se **talvez** à formação dos princípios imediatos de uma grande raça.”¹⁷⁰ De acordo com o crítico, Euclides não repudia, enfaticamente, portanto, a ação violenta das forças policiais do Estado que teriam impedido a formação de *uma grande raça*. O *talvez* instaura a dúvida quanto a tal possibilidade, além de revelar o lastro do evolucionismo no pensamento do autor.

Tangente a esse último aspecto, Lima (1997) realiza uma problematização instigante e pertinente sobre o pensamento de Euclides, que incide sobre a forma como mirou os sertanejos, na configuração de sua obra e na interpretação e projeção do país. Trata-se, de acordo com o crítico, da incompreensão das teorias do sociólogo polonês Gumplowicz por Euclides, seu leitor e admirador. Lima considera que se Euclides não tivesse feito uma *desleitura* do evolucionismo peculiar deste sociólogo,¹⁷¹ a destruição de Canudos, de modo algum, não teria sido considerada uma “[...] inevitabilidade histórica, e o sertanejo, se não estava destinado a formar uma ‘grande raça’ - o que não se inferiria de Gumplowicz! - tampouco estava condenado a desaparecer. Em troca a acusação ao governo e ao Exército não teriam ressalvas.”¹⁷² Todavia, Lima considera que se Euclides tivesse entendido Gumplowicz, as duas primeiras partes de “*Os sertões*” não se justificariam e, reduzindo-se à terceira parte, resultaria, apenas, em documento de indignação moral do autor perante o ocorrido. Além disso, não estaria presente na obra uma preocupação com o presente e futuro do país já que, tal preocupação não decorreria apenas de sua *indignação moral*.

Não existiria, portanto, sem tal *desleitura*, uma interpretação de matiz *científica* do país por Euclides e, assim, “‘[...] os impactos da afirmação da ‘rocha viva’ da nacionalidade e, indiretamente, da denúncia da ‘civilização de empréstimo’ arraigada no litoral seria nenhum.”¹⁷³ Desdobrando tais considerações, podemos apontar, portanto, que a interpretação

¹⁶⁹ (*Ibid.*, p. 27).

¹⁷⁰ (CUNHA, 1984, p.1, grifo nosso).

¹⁷¹ O sociólogo, de acordo com Lima (1997), era um darwinista, mas não se ancorava no evolucionismo biológico. Sua tese preconizava que a suplantação de determinadas raças sobre outras aconteceria por intermédio da dominação engendrada a partir de guerras.

¹⁷² (LIMA, 1997, p.32).

¹⁷³ (LIMA, 1997, p. 32).

original do país, a partir de uma peculiar representação da dualidade litoral *versus* sertão, só pode ser plenamente compreendida a partir da referida orientação científica.

O governo republicano alegava, endossado pela imprensa, que o movimento em Canudos teria o intuito de restaurar a monarquia. Euclides reconhece que se tratava-se de uma insurgência contra a república, contudo, não se tratava de um movimento monarquista, já que o jagunço, ainda em *fase evolutiva*, não possuía a capacidade de compreendê-la:

Mas não traduzia o mais pálido intuito político; o **jagunço** é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceitável o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.¹⁷⁴

Em decorrência da referida incapacidade, o *jagunço*, portanto, só obedeceria ao estatuto de um poder local, investido em um *chefe sacerdotal ou guerreiro*. A princípio poderíamos derivar que a dificuldade do sertanejo de ser um partícipe dos estatutos republicanos, que lhes seriam abstratos demais, aumentariam o contraste entre sertão e litoral. Todavia, o desencanto de Euclides com a República e sua avaliação crítica da civilização do litoral, matizou de forma mais complexa a questão:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a **República**. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma **civilização de empréstimo**; respingando em faina **cega de copistas**, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as **exigências da nossa própria nacionalidade**, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los **três séculos**...¹⁷⁵

Se o sertanejo estaria, de acordo com uma linearidade histórica encetada pela modernidade que parece influenciar o pensamento de Euclides, *três séculos* atrasados em relação aos litorâneos, esses, por sua vez, não forjaram uma formação original e consistente da nossa nacionalidade, já que eram meros *copistas* de valores e códigos estrangeiros, como foi no caso da adoção, repentina, da *República*. Tal adoção cega e sem ponderar se o ideário republicano correspondia às *exigências da nossa própria nacionalidade*, além de configurar, no litoral, uma *civilização de empréstimo*, aumentou o fosso com o sertão, a ponto de fazer

¹⁷⁴ (*Ibid.*, p.90, grifo nosso).

¹⁷⁵ (CUNHA, 1984, p.90).

parecer mais estrangeiro o sertanejo do que os imigrantes europeus, e dificultando, assim, a coesão tão necessária para se constituir a identidade da nação.

Portanto, Euclides não concebia que o passo decisivo para a constituição da nação estava entre a civilização e a barbárie.¹⁷⁶ Este dilema sequer parece existir, na medida em que no litoral não existia uma civilização brasileira plena, mas uma ilusão de civilização, já que tratava-se de um arremedo do estrangeiro, de mera importação *cega* de códigos alheios. Enquanto o sertanejo não era propriamente um bárbaro, mas apenas uma “[...] sub-raça que se demorara em um estágio inferior.”¹⁷⁷ Apesar da condescendência de Euclides com o “atraso” do sertanejo, e de até mesmo, como já referimos, enxergá-lo como a essência identitária na nação brasileira, o fato é que, por ser considerada uma *sub-raça*, um *retardado*, o sertanejo não estaria à altura dos auspícios da forja nacional. Ficava, assim, Euclides em caminho estreito, pois nem o sertanejo nem o litorâneo serviam, naquele momento, para agenciar o projeto de nação. A alternativa, então, de acordo com Lima (1997), estaria em esperar pela conformação, no futuro, de uma “grande raça.” No entanto, a sua “semente”, supostamente derivada da sub-raça sertaneja, fora dizimada.

Para evitar esse dilema que o crivo da leitura étnica de Euclides instaura, muitos analistas se desviam do mesmo, alegando que decorre de uma *ciência ultrapassada* e preferem realçar “[...] a afirmação de uma essência que orientaria o projeto de nacionalidade e a denúncia da civilização de empréstimo.”¹⁷⁸ Já o próprio Euclides, de acordo com Lima (1997), recorreu a um artifício inesperado: a incorporação do mito enquanto fundador da essência da “grande raça” nacional. Evidentemente, isso representava, *a priori*, um embaraço elementar, pois o evolucionismo, estruturante do pensamento de Euclides, deriva do quadro iluminista, que se contrapunha, terminantemente, à arregimentação do mito. Mas, diante do impasse, foi indispensável a Euclides, ainda que não fosse a sua intenção. “O transcendente é contrabandeado como se fizesse parte do fenomênico observável.”¹⁷⁹ Ou seja, Euclides tratara de vestir o mito com o casaco da ciência, torção que cria uma *estranha familiaridade*, mas sem a qual não seria possível pensar o país sem a existência de uma “grande raça”.

Além disso, a resistência do sertanejo, que surpreendera o governo, a imprensa e os referidos postulados científicos, confirmava que a escolha, por Euclides, do grupo étnico que seria a “rocha viva” da nação, fora acertada, ao mesmo tempo que fortalecia o seu repúdio à

¹⁷⁶ Assim como estaria no *Facundo*, de Sarmiento, para a Argentina, de acordo com Lima (1997).

¹⁷⁷ (LIMA, 1997, p.44).

¹⁷⁸ (*Ibid.*, p.45).

¹⁷⁹ (*Ibid.*, p.55).

“civilização de empréstimo” do litoral que, alheia ao seu próprio país, atacava o seu “cerne.”¹⁸⁰ O repúdio de Euclides pelo litoral fundamentava, conforme Lima (1997), o seu ataque ao “Brasil oficial”.¹⁸¹

Parte considerável da crítica, aponta que as considerações de Euclides sobre os sertanejos se alterariam a partir do contato estabelecido com Canudos e essa mudança é perceptível ao longo da própria obra em tela. De acordo com Lima, muda, inclusive, a sua visão sobre o Brasil.¹⁸² Cobrir jornalisticamente tal episódio foi a oportunidade de conhecer melhor o sertão e pensar o Brasil. De acordo com Souza (2015). “Canudos se converte em mote para uma análise das condições da nacionalidade brasileira. Ao publicar *Os Sertões*, expõe-se como um pensador que quer dissecar a fundo as realidades de seu país.”¹⁸³ O estranhamento do espaço desconhecido, bem como de sua gente, tida como “outra raça”¹⁸⁴, gerou o questionamento sobre a unicidade do país e estimulou a inquirição sobre o interior em contraste com o litoral. Em síntese, pode-se dizer que a proposta de Euclides parecia ser a de conhecer o sertão para, em seguida, opinar e sugerir sobre o mesmo, com vistas a resolver o descompasso, a disjunção com o litoral, pois além disso travar o *desenvolvimento evolutivo*, a nacionalidade que desejava não adviria apenas de um desses pólos, era preciso almejar a unidade nacional. “Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso **desenvolvimento evolutivo** e perturba a **unidade nacional**.”¹⁸⁵

A integração do sertão seria construtiva ao projeto país, na medida em que comparece como a *rocha viva da nação*, ou seja, como a parte resguardada de uma autenticidade brasileira. Ao conceber o sertanejo como um *retardatário* e não um *degenerado*, parece estar positivando o que é possível para colocá-lo no *liame do progresso*,¹⁸⁶ mesmo que para tanto fosse necessário o uso da força.

Os rudes impenitentes, os criminosos retardatários, que tinham a gravíssima culpa de um apego estúpido às mais antigas tradições, **requeriam corretivo enérgico**. Era preciso que saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, **a pranchadas**.¹⁸⁷

¹⁸⁰ (*Ibid.*, p.87).

¹⁸¹ (*Ibid.*, p.59).

¹⁸² (*Ibid.*, p. 24).

¹⁸³ (SOUZA, 2015, p.95).

¹⁸⁴ (CUNHA, 1984, p.39).

¹⁸⁵ (*Ibid.*, p.224).

¹⁸⁶ (*Ibid.*, p.224).

¹⁸⁷ (*Ibid.*, p.113, grifo nosso).

O uso ostensivo da força nesse movimento de interiorização forçada do progresso, da civilização, etc., defendido por Euclides nos parece alegorizado nas ações do personagem Zé Bebelo, de *Grande Sertão: veredas*, que se vale da violência para impor seu projeto de civilização do sertão.

Se o atraso civilizatório do sertão parecia superável para Euclides, por outro lado um obstáculo se manteria, eternamente, resistente à incorporação plena: a natureza do sertão. "E vencido o inimigo que podia ser vencido, recuar incontinenti ante o inimigo invencível e eterno - a terra desolada e estéril."¹⁸⁸ No subcapítulo seguinte buscaremos evidenciar a força de tal obstáculo, potencializado pelo desconhecimento do território do sertão de Canudos pelas forças policiais do Estado, bem como de sua gente.

3.2 O desconhecimento do território sertanejo e sua gente

Euclides aponta que o insucesso das primeiras expedições decorreu, em parte, de um desconhecimento do território. Na primeira, notoriamente, não sabiam da extensão territorial e que se tratava de um meio inóspito: "*Partiu sem os recursos indispensáveis a uma travessia de duzentos quilômetros, em terreno agro e despovoado, orientada por dois guias contratados em Juazeiro.*"¹⁸⁹ Quanto às condições climáticas, nota-se que houvera, de igual modo, um desconhecimento:

De sorte que logo em princípio o comandante reconheceu inexecutável dar à marcha uma norma capaz de poupar as forças das praças. No sertão, mesmo antes do pleno estio, é impossível o caminhar de homens equipados, ajoujados de mochilas e cantis, depois das dez horas da manhã. Pelos tabuleiros o dia desdobra-se abrasador, sem sombras; a terra nua reverbera os ardores da canícula, multiplicando-os; e sob o influxo exaustivo de uma temperatura altíssima aceleram-se de modo pasmoso as funções vitais, determinando assaltos súbitos de cansaço. Por outro lado, é possível o itinerário disposto de maneira a aproveitarem-se as horas da madrugada ou da noite. É forçoso avançar a despeito das soalheiras fortes até às cacimbas dos pousos dos vaqueiros.¹⁹⁰

A diferença é que, nesse caso, foi possível ao comandante reconfigurar o ritmo da marcha, mobilizando alternativas mitigadoras ao calor abrasador, como seguir o percurso pela *madrugada ou noite*. Todavia, isso não impediu que os soldados ficassem exauridos, já que em

¹⁸⁸ (*Ibid.*, p.220).

¹⁸⁹ (CUNHA, 1997, p.101).

¹⁹⁰ (*Ibid.*, p.101).

dados pontos era *forçoso avançar* para se chegar até a uma fonte de água. O desconhecimento do território implicou, portanto, com que fosse uma *travessia penosíssima*.

O desconhecimento do *outro geográfico*,¹⁹¹ ainda se faria na notória inadequação das táticas de batalha importadas adotadas naquele território, e ao adversário. Quanto ao primeiro aspecto, se fizera de todo ausente na primeira expedição, já que a tropa fora surpreendentemente atacada enquanto dormia. O combate aconteceu de forma improvisada, sem “[...] vislumbrar um único movimento tático.”¹⁹² Quanto ao segundo, Euclides salienta que o comandante desistiu de prosseguir *a empresa*, pois “Vira de perto o arrojo dos matutos.”¹⁹³ Apesar destes terem sido derrotados, em razão, sobretudo, da superioridade técnica dos armamentos dos soldados, a bravura demonstrada causara tal pavor no comandante, que a tropa se retirou de Uauá, “[...] como uma fuga.”¹⁹⁴ e, quando chegaram a Juazeiro, o estado lastimável em que se encontrava os soldados “[...] davam a imagem da derrota.”¹⁹⁵

Seria plausível pensar que um novo ataque requeria cautela. Um aparato militar superior ao último é formado - mais homens e mais armas. E a tática, essencialmente, seria buscar atrair os *matutos* para *diferentes pontos*, já que costumavam se concentrar em *círculo único*. Tal estratégia, derivada da já secular experiência dos *nossos patrícios* - copiada dos africanos e indígenas - exigiam, todavia, grande conhecimento do território. Euclides relata que, por essa razão, os portugueses buscavam formar *tropas irregulares* que pudessem atuar de forma correlativa ao meio, agindo “[...] folgadoamente no trançado das matas e sobre as asperezas do solo [...]”¹⁹⁶, a dar apoio às regulares que, por se manterem fiéis a *táticas inalteráveis*, poderiam se embaraçar. A expedição a Canudos exigia *performance* parecida.

Contudo, um comando militar orientado por táticas estrangeiras, poderia não corresponder e Euclides frisa o descompasso, sublinhando a relevância que a caatinga assumiria. Os militares estrategistas europeus, reconheciam que as florestas eram um *agente tático precioso*, mas concebiam que as adversidades que impunham prejudicavam a ambas as partes em disputa. Todavia, a mesma condição não se configuraria em meio à caatinga, pois essa é um “[...] aliado incorruptível do sertanejo em revolta.”¹⁹⁷ Aliado tão substancial que “Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se,

¹⁹¹ Termo de Antônio Carlos Robert de Moraes, já referido neste trabalho.

¹⁹² (*Ibid.*, p.104).

¹⁹³ (*Ibid.*, p.104).

¹⁹⁴ (CUNHA, 1997, p.104).

¹⁹⁵ (*Ibid.*, p.104).

¹⁹⁶ (*Ibid.*, p.105)

¹⁹⁷ (*Ibid.*, p.106).

impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.”¹⁹⁸ Notoriamente, portanto, a caatinga exigia um conhecimento do território que advém da experiência de o vivenciar, algo com o qual contava o sertanejo que *ali nasceu e cresceu*. Já os soldados, além de informados por táticas inadaptadas a esse território, é um *forasteiro* naquelas terras, ou seja, não possuem a mesma apropriação.

Em um primeiro momento, contudo, os soldados não enxergaram na caatinga um grande obstáculo para vencer o inimigo, sobre os quais nem pensavam. “O matagal sem folhas”,¹⁹⁹ provavelmente criou uma falsa noção de que o reconhecimento daquele território estava acontecendo plenamente e o arranjo tático estava sob controle. Ainda que se defrontassem com o inimigo, acreditavam que os venceriam rapidamente e a vegetação não os deteria: “Aqueles esgalhos far-se-ão em estilhas a um breve choque de espadas e não é crível que os gravetos finos quebrem o arranco das manobras prontas. E lá se vão, marchando, tranqüilamente heróicos...”²⁰⁰ A vitória, portanto, já era dada como certa. Aqueles soldados já se sentiam heróis da nação por debelar a insurreição, e seguiam, assim, tranquilos. Todavia, os sertanejos, que eles ainda não haviam visto, os surpreendem, com tiros certos. Diante do agravamento da situação, o comandante resolve atacar incisivamente o inimigo, mas no momento em que foi necessária uma movimentação rápida dos soldados, a caatinga impôs vários obstáculos. “As seções precipitam-se para os pontos onde estalam os estampidos e estacam ante uma barreira flexível, mas impenetrável, de juremas. Enredam-se no cipoal que as agrilhoa, que lhes arrebatam das mãos as armas, e não vingam transpô-lo.”²⁰¹ Os soldados buscam escapar e se desviar do *cipoal*, mas a caatinga lhes “ataca” de outras formas:

“Espalham-se, correm à toa, num labirinto de galhos. Caem, presos pelos laços corredios dos quipás reptantes; ou estacam, pernas imobilizadas por fortíssimos **tentáculos**. Debatem-se desesperadamente até deixarem em pedaços as fardas, entre as **garras felinas** de acúleos recurvos das macambiras...”²⁰²

Note-se que para enfatizar a decisiva influência da caatinga no combate, Euclides mobiliza metáforas que sugerem uma natureza animada - *tentáculos*, *garras felinas* - que atuou, efetivamente, como se fosse um combatente ao lado dos sertanejos. O estado físico, bem como

¹⁹⁸ (*Ibid.*, p.106).

¹⁹⁹ (*Ibid.*, p.106).

²⁰⁰ (*Ibid.*, p.106).

²⁰¹ (*Ibid.*, p.107).

²⁰² (*Ibid.*, p.107, *grifo nosso*).

as vestes e armamentos dos soldados ficaram em estado tão deplorável, que pareciam ter lutado “[...] *braço a braço, com selvagens.*”²⁰³

O desconhecimento do território se repetiria, de acordo com as minuciosas observações de Euclides, nas expedições seguintes. “O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores — uma invasão — em **território estrangeiro.**”²⁰⁴ Isso, na sua visão, era um paradoxo, pois tratava-se de desconhecimento de brasileiros sobre seu próprio país.

Convinha-se em que era terrivelmente paradoxal uma pátria que os filhos procuravam armados até os dentes, em som de guerra, despedaçando as suas entranhas a disparos de Krupps, **desconhecendo-a de todo, nunca a tendo visto**, surpreendidos ante a própria forma da terra árida, e revolta, e brutal [...]”²⁰⁵

De tal modo que lhe parecia uma “[...] ficção geográfica.”²⁰⁶ Ao estranhamento da natureza física se somava o estranhamento em relação aos sertanejos “[...] Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil.”²⁰⁷ e esse distanciamento social “[...] dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria.”²⁰⁸ Em termos de combate, esse sertão “²⁰⁹[...] misterioso e agro...” compunha uma *realidade* terrível e “Os novos campeadores sentiam-na dominadoramente.”²¹⁰, pois o inimigo, que bem conhecia o território do sertão, estava “[...] homiziado nos sem-fins das chapadas [...]”²¹¹ e os companheiros que já haviam lutado, chegavam “[...] mutilados e abatidos [...]”²¹² não só pela guerra em si, mas pelas agruras físicas que o sertão *agro* impunha “O que era preciso combater a todo o transe e vencer não era o jagunço, era o deserto”²¹³

Portanto, a junção de desconhecimento do território, de natureza inóspita, imprudência e desconhecimento do adversário, redundaram em fracasso quanto aos objetivos das expedições, e refletem, em sentido *lato*, o quão pouco os litorâneos conheciam o sertão e sua gente, já na virada do século XIX para o XX.

²⁰³ (*Ibid.*, p.107).

²⁰⁴ (*Ibid.*, p.225).

²⁰⁵ (*Ibid.*, p.225, grifo nosso).

²⁰⁶ (*Ibid.*, p.225).

²⁰⁷ (*Ibid.*, p.224).

²⁰⁸ (*Ibid.*, p.224).

²⁰⁹ (*Ibid.*, p.225).

²¹⁰ (*Ibid.*, p.224).

²¹¹ (*Ibid.*, p.224).

²¹² (*Ibid.*, p.225).

²¹³ (*Ibid.*, p. 219).

Na apreciação de Euclides das expedições militares, fica claro que não conheciam bem o espaço geográfico em que os combates seriam travados, bem como se valeram de táticas estrangeiras inadequadas às condicionantes do meio. Isso demonstrava, na prática, que o governo brasileiro desconhecia parte significativa de seu território. Podemos dizer que o desconhecimento será reconhecido, em momento posterior, inclusive, pelo próprio Euclides, quando muda a sua posição em relação aos sertanejos.

No *Grande Sertão: veredas* o problema do desconhecimento é, de certa forma, “resolvido”. Em parte, porque Zé Bebelo, agente encarregado de instituir a ordem republicana no sertão, conhece bem aquele “mar de territórios”.²¹⁴ A outra razão é que o interlocutor, vindo do litoral, pretende estudar esse *mar de territórios*, “[...] o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos.”²¹⁵ e, para tanto, adota a postura de escutar um sertanejo. Nos capítulos seguintes desdobraremos esses aspectos.

Souza (2015) afirma que os estudiosos da formação brasileira que se seguiram a Euclides, confirmaram o seu diagnóstico de nação cindida, que deve buscar a melhor integração possível, e prevalece a concepção de que seja o sertão a porção mais autêntica da identidade nacional. A diferença é que acreditavam na possibilidade não só de reverter o atraso do sertanejo, mas de incorporar as terras do interior a um programa de país, desde que mudanças fossem realizadas. A principal mudança seria a internalização da nação, que propiciaria a manutenção das qualidades de cada polaridade. A direção, portanto, deveria ser do litoral para o sertão.

[...] porque aí se processará a modificação pelos dois lados. Ou seja, o litoral vai ao sertão para encontrar a fonte verdadeira da nacionalidade. No caminho para a hinterlândia, deixa os sinais de impurezas e contaminações adquiridos na exposição a tudo o que não é o não-Brasil. Por sua vez, o sertão, que lá já está, não sofre o deslocamento espacial, mas ao receber a chegada do mundo litorâneo abandona seu estado de atraso e primitivismo e passa a integrar a civilização.²¹⁶

Conforme Souza, para tal tarefa, o Estado comparecia como o agente central. A nação só poderia, de fato, ser integrada a partir de sua ação articuladora em todo o território, garantindo, sobretudo, as vias de transporte e comunicação necessárias para o dinamismo

²¹⁴ (ROSA, 2019, p.25).

²¹⁵ (*Ibid.*, p.25).

²¹⁶ (SOUZA, 2015, p.113).

econômico. Tal projeto os intelectuais começam a ver respaldados pelo poder executivo a partir do Estado Novo.²¹⁷

Depois de superado o afastamento social, seria o momento de sondar o que existe no sertão: “Devassar o sertão é percorrê-lo em todo, dominando pelo registro minucioso o conteúdo total desse espaço. A composição da realidade sertaneja antes desconhecida, deve ser rastreada, tomando sabido o que há nas terras antes temidas pela sua estranheza.”²¹⁸ O interlocutor de Riobaldo em *Grande Sertão: veredas*, de certo modo, parece se adequar a esses propósitos: “[...] o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos.”²¹⁹ Nos próximos capítulos acompanharemos a sua sondagem por esse *mar de territórios* que é o sertão e constataremos o que a sua conversa com Riobaldo tem a revelar sobre o Brasil.

4 ENTRE O SERTÃO E O LITORAL: VEREDAS

Ainda que a dualidade sertão versus litoral não tenha sido simplificada nas formulações de Euclides, em Rosa os elementos de sua composição comparecem mais complexificados. Um bom exemplo, nesse sentido, é notável na guerra travada entre o bando de Joca Ramiro e o de Zé Bebelo, que metaforiza o embate entre civilização e barbárie.

Zé Bebelo, com o intuito de civilizar o sertão, empreende uma guerra contra a jagunçada. Embora saibamos que a guerra não é estranha a pretensos projetos de civilização que já aconteceram ao longo da história da humanidade, trata-se de algo associado à barbárie. Além dessa contradição, para eliminar a jagunçada, Zé Bebelo mobiliza jagunços. Ou seja, reivindica o novo, a modernidade, mas mobiliza para tanto uma estrutura arcaica. Joca Ramiro, por sua vez, entra na guerra em apoio aos grupos de jagunços atacados por Zé Bebelo e em defesa da tradição sertaneja. Quando, finalmente, aprisiona Zé Bebelo, rompe com as expectativas moldadas pela estereotipização do sertanejo como bárbaro, selvagem, pois não o mata. Ao invés disso, gerencia o seu julgamento por meio de um tribunal em moldes modernos, em que os jagunços de Joca Ramiro são convidados a falar. Nessa circunstância são retirados, portanto, da esfera da ação, à qual estão associados pelo imaginário social, e colocados no da reflexão e teoria, provando, de certa forma, que poderiam ser “fortes”, mas civilizados. Isso parece ressoar, como aponta Lima (2016), o clamor de Euclides, em *Os Sertões*.

²¹⁷ (Cf. SOUZA, 2015, p.118).

²¹⁸ (*Ibid.*, p.123).

²¹⁹ (ROSA, 2019, p.25).

A face mais difundida do jagunço é a do bandido, do bárbaro. Todavia, trata-se de uma figura mais complexa, ambivalente e, provavelmente por isso mesmo, escolhida por Rosa. Entre os jagunços rasos é difícil perceber, pois agem como se compusessem uma só massa coletiva, muito identificada, mas entre os líderes dos bandos, à exceção do Hermógenes e do Ricardão, isso é mais evidente, de modo que buscaremos, nos subcapítulos seguintes, tratá-los com mais afinco.

4.1 O PODER PRIVADO *VERSUS* O PODER PÚBLICO

Em razão da rarefeita presença do Estado no interior do território brasileiro, o poder privado, já proeminente durante todo o período colonial, prevalece durante a República Velha, período em que acontecem as ações narrativas de *Grande Sertão: Veredas*. De acordo com Victor Nunes Leal (2012), mais do que uma mera sobrevivência desse poder, sua permanência se verifica em razão de uma adaptação à coexistência com a República. Paradoxalmente, de acordo com esse autor, mesmo com um poder público cada vez mais fortalecido, o poder privado se manteve influente, e a razão esteve sediada justamente no sistema político representativo. O eleitorado rural, do qual o poder público não poderia prescindir, era fortemente dependente dos *senhores de terras*, dos coronéis²²⁰, que direcionavam os votos de acordo com as alianças políticas estabelecidas, prática que ficou conhecida como “voto de cabresto”.

Em virtude, portanto, de possuir a posse da terra, que lhe garantia uma privilegiada situação social e econômica, o coronel gozava de muito prestígio político. Dentro de sua esfera de influência, exercia, muitas vezes, o papel das instituições (sem as substituir), dentre os quais, por exemplo, o do arbítrio jurídico ou o de policiamento.²²¹ Este último não exercia diretamente, mas por meio de “[...] empregados, agregados ou capangas”.²²²

De acordo com Vasconcelos (2002), tais tipos sociais se formaram a partir do fim do regime escravocrata, compondo uma massa de *homens livres*, dentre os quais, uns encontraram no banditismo uma maneira de sobreviver “[...] seja como capangas – homens assalariados a serviço de um fazendeiro que formava assim seu exército privado –, seja como cangaceiros –

²²⁰ “Derivado do título de ‘coronel’ da Guarda Nacional, que era concedido geralmente aos mais opulentos fazendeiros e usado pelos sertanejos para designar os chefes políticos em geral, esse vocábulo caracteriza o sistema do mandonismo local na evolução político-social do Brasil.” (BOLLE, 2004, p.120).

²²¹ “[...] o indivíduo de prestígio, armado e acolitado, pode representar uma forma primária de controle, adaptada às regiões sem peia e às épocas de formação.” (CANDIDO, p.138).

²²² (LEAL, 2012, p.37).

homens independentes que se organizavam em bandos sob a direção de um chefe prestigioso.”²²³ Além de capangas e cangaceiros, existiu ainda um terceiro tipo, o jagunço, figura central do *Grande Sertão: Veredas*, caracterizado assim por Vasconcelos.

O jagunço, empregado a soldo dos latifundiários e fazendeiros, arregimentado entre aqueles que não tinham terra nem trabalho ou entre os homens livres da plebe rural, como os agregados ou moradores, colocavam-se a serviço dos coronéis e estabeleciam com eles uma relação de dependência, oferecendo seu braço armado em troca de proteção. Fruto da condição semi-servil de agregados, camaradas e rendeiros e do monopólio da terra, os apaniguados dos grandes proprietários exerciam função policial ao mesmo tempo que constituíam uma força utilizada para o exercício do poder.²²⁴

O jagunço e os coronéis, portanto, compunham um sistema de poder, produzido por mudanças e permanências nas estruturas sociais, políticas e econômicas do Brasil, de modo que investigar a sua representação em *Grande Sertão: Veredas*, pode significar compreender melhor tal sistema, que segundo Bolle, seria um dos propósitos de Guimarães Rosa:

A meu ver, a única utopia do romancista - com uma estratégia não iluminista, mas luciférica - é a invenção de uma nova linguagem. No mais, seu projeto consiste em revelar o funcionamento do sistema *real* de poder no país, mostrando inclusive como determinadas utopias são manipuladas pela retórica dominante.²²⁵

Não temos condições de asseverar as pretensões do autor, todavia, podemos, a partir de uma análise atenta e sustentada a partir do próprio texto, investigar tal sistema de poder privado, e seu embates com o poder público, no seu período de declínio, já que essa parece ser a fase que a obra abarca.

Uma importante consideração preliminar que devemos fazer é que a estória é contada a partir da perspectiva de Riobaldo, já fazendeiro²²⁶ no tempo da narração, que todavia narra as suas memórias da vida de jagunço, bem como apresenta o sertão sob o ângulo dos jagunços de seu bando.

²²³ (VASCONCELOS, 2002, p.324-325).

²²⁴ (*Ibid.*, p.325-326).

²²⁵ (BOLLE, 2004, p.122, grifo do autor).

²²⁶ De acordo com Vasconcelos (2002), o fazendeiro ex-jagunço que é Riobaldo pode ter sido inspirado na crônica sertaneja: “Até mesmo para o velho Riobaldo de “range-rede” Rosa encontrou exemplos na crônica sertaneja. São inúmeros os casos de jagunços aposentados, como um certo Raimundo Lobo, que no início do século cuidava pacatamente de sua fazendinha no Pará (Audrin, 1963, p. 196), ou Luís Padre e Sinhô Pereira, que, no decênio de 1960, “habitavam ainda em suas propriedades ao norte de Minas Gerais” e, como [P]atriarcas tranqüilos, pareciam ter esquecido seu passado de lutas, de quase cinqüenta anos antes”, segundo conta Maria Isaura Pereira de Queiroz. (Queiroz, 1977, p. 55).” (VASCONCELOS, 2002, p.323).

O banditismo e a violência que lhe é inerente atravessam o romance e determinam em grande parte seu movimento e desfecho, permitindo inscrevê-lo no cruzamento entre o literário e o histórico. Através desse entrecruze o romance pode contribuir para iluminar, a partir do ponto de vista de um participante do mundo da jagunçagem, o modo como se estabeleceram as relações de poder vigentes no sertão brasileiro durante a República Velha, envolvendo fazendeiros, bandos de jagunços e milícias. Na sua representação desse mundo, Guimarães Rosa deu voz às contradições e dilaceramentos do nosso país, cuja imagem desenhou como um espaço em que o processo de modernização nunca se deu de maneira homogênea. O Brasil urbano, progressista e moderno aparece sugerido graças à presença e intervenção de Zé Bebelo e das forças do governo, que põem fim ao mundo jagunço, símbolo de um Brasil rural, arcaico e atrasado. Ao mesmo tempo, a morte desse mundo, ainda que vivida enquanto perda, representa também a morte do arcaísmo do favor, tão arbitrário e violento quanto o Estado que o destruiu. Grande sertão: Veredas expõe a face contraditória do país ao sugerir que o arcaísmo não é apenas resíduo do passado, mas um dos modos mais efetivos do presente e, como tal, corolário do projeto de modernização do país.²²⁷

A presença dos coronéis é significativa, mas sublimada.

[...] alude aos grandes, os chefões de nossa amizade, os manipuladores de votos, dispensadores de plebendas, donos de vastas propriedades, sem que eles jamais apareçam diretamente: São Sul de Oliveira, Doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio.²²⁸

A engrenagem do poder, a visão de mundo, as crenças, a cultura, os problemas sociais, a violência, a moral, etc, são apresentados, portanto, sob a mirada dos jagunços.

É significativo que o primeiro contato de Riobaldo com a jagunçagem aconteça na fazenda de Selorico Mendes, pois além deste ser supostamente o seu pai, como abordaremos em um dos capítulos seguintes, trata-se de um entusiasta tão forte do jaguncismo que parece condensar em si a imbricação de jagunços e coronéis. Tal primeiro contato acontece quando Selorico recebe em sua fazenda, a São Gregório, um amigo fazendeiro acompanhado de jagunços:

Depois pouco que voltei do Curralinho, definitivo, grande fato se deu, que ao senhor não esconde. Certa madrugada, os cachorros todos latiram, no São Gregório, alguém estava batendo. Era mês de maio, em má lua, o frio fiava. E, quando tão moço, eu custava muito para me levantar; não por fraca saúde, mas por preguiça mal corrigida. Assim que saí da cama e fui ver se era de se abrir, meu padrinho Selorico Mendes, com a lamparina na mão, já estava pondo para dentro da sala uns homens, que eram seis, todos de chapéu-grande e trajados de capotes e capas, arrastavam esporas. Ali entraram com uma aragem que me deu susto de possível reboldosa. Admirei: tantas armas. Mas eles não eram caçadores. Ao que farejei: **pé de guerra**. Meu padrinho mandou eu ir lá dentro, chamar alguma das mulheres, que coasse café quente. Quando voltei, um dos homens — Alarico Totôe — estava expondo, explicando. Todos continuavam sem tomar assentos. Alarico Totôe sendo um **fazendeiro** do Grão-Mogol, conhecido de meu padrinho. Ele, com seu irmão Aluiz Totôe, pessoas finas,

²²⁷ (VASCONCELOS, 2002, p.324).

²²⁸ (CANDIDO, 1977, p.150).

gente de bem. Tinham encomendado o **auxílio amigo dos jagunços**, por **uma questão política**, logo entendi.²²⁹

Riobaldo tivera a percepção imediata do que se tratava, *farejei: pé de guerra*, de tal modo que até se assustara temendo uma *possível reboldosa*²³⁰, mas em seguida, Alarico Totõe, o amigo fazendeiro de Selorico, explica-lhe que a razão da presença deles se devia a *uma questão política*, para a qual solicitara o *auxílio amigo dos jagunços*. Explicação que Riobaldo ouve e entende, denotando já conhecer o sistema de alianças entre coronéis e jagunços e os motivos para tanto, *logo entendi*.

Além disso, é no mesmo lugar que Riobaldo contacta pela primeira vez com três personagens importantíssimos para o enredo e para a compreensão da referida relação: Joca Ramiro, Ricardão e Hermógenes. Selorico, apesar de ouvir e aprovar o que ouvia do amigo fazendeiro, se concentrou mesmo é na presença de Joca Ramiro, pela grande admiração que por ele nutria.

Meu padrinho escutava, aprovando com a cabeça. Mas para quem ele sempre estava olhando, com uma admiração toda perturbosa, era para o chefe dos jagunços, o principal. E o senhor sabe quem era esse? Joca Ramiro! **Só de ouvir o nome**, eu parei, na maior suspensão.²³¹

Riobaldo, por sua vez, denota que apesar de ser o primeiro contato, conhecia não somente o sistema de alianças entre coronéis e jagunços, bem como o grande líder destes, *pois só de ouvir o nome*, fizera a associação. Imediatamente ao lado de Joca Ramiro, estavam os outros dois: “Um, se chamava Ricardão: corpulento e quieto, com um modo simpático de sorriso; compunha o **ar de um fazendeiro** abastado. O outro — Hermógenes — homem sem anjo-da-guarda.”²³² Ricardão não só compunha *ar de um fazendeiro*, como de fato era, o que sinaliza que o jagunço de *Grande Sertão: Veredas* não era um tipo social que se resumia a despossuídos da terra que se lançavam no banditismo como via de sobrevivência, havia outros elementos de atração, muitos associados à tradição da cavalaria, como o gosto pela aventura, a cultura da honra, etc, o que não é precisamente o caso de Ricardão, que se move, sim, pelo gosto da aventura, mas atrelado a uma motivação de base estritamente econômica, que fica muito clara em seus argumentos no julgamento de Zé Bebelo, que analisaremos mais adiante.

²²⁹ (ROSA, 2019, p.96).

²³⁰ “Situação desagradável, difícil, contingência dura” (MARTINS, 2020, p.415).

²³¹ (ROSA, 2019, p.96).

²³² (*Ibid.*, p.97, grifo nosso)

Quem mais se aproxima da tradição da cavalaria é outro personagem muito importante na obra, Medeiro Vaz. Este não é movido por motivação econômica nem política, como salienta Galvão (1972).

Todos eles são poderosos fazendeiros; e sua motivação política e privada é várias vezes mencionada no texto. O único que escapa, não às origens de classe, mas a essa motivação, é Medeiro Vaz, este sim saído diretamente do plano dos ideais para o plano do rigor histórico deste romance.²³³

De modo que seria o único a não fazer parte das tradicionais alianças dos poderes locais, do coronelismo, movendo-se por ideais mais elevados.

E entra na dimensão daquilo que, depurado pelos séculos e pelo desconhecimento, formando uma espécie de Idade do Ouro moral localizada no passado, associou-se progressivamente ao anseio por ideais éticos mais altos e mais abstratos, longe da esfera dos negócios. Medeiro Vaz vem a ser o único cavaleiro andante (versão moderna) deste romance, sem um deslize, sem uma motivação menor, nem o poder, nem o interesse privado, nem a política, nem a aliança de dominação. (GALVÃO, 1972, p.66).

Uma atitude que demarca claramente essa sua estirpe acontece quando se desfaz de uma herança para lutar contra a desordem que grassava no sertão.

Então Medeiro Vaz não estava lá. O que tinha sido antanha a história mesma dele, o senhor sabe? Quando moço, de antepassados de posses, ele recebera grande fazenda. Podia gerir e ficar **estadonho**. Mas vieram as guerras e os desmandos de jagunços — tudo era morte e roubo, e desrespeito carnal das mulheres casadas e donzelas, foi impossível qualquer sossego, desde em quando aquele imundo de loucura subiu as serras e se espraizou nos gerais. Então Medeiro Vaz, ao fim de forte pensar, reconheceu o **dever** dele: largou tudo, se desfez do que abarcava, em terras e gados, se livrou leve como que quisesse voltar a seu só nascimento. Não tinha bocas de pessoa, não sustinha herdeiros forçados. No derradeiro, fez o fez — por suas mãos pôs fogo na distinta casa-de-fazenda, **fazendão sido de pai, avô, bisavô** — espiou até o voêjo das cinzas; lá hoje é arvoredos.²³⁴

Medeiro Vaz se despoja não só das *posses*, mas de um poder hereditário, *fazendão sido de pai, avô, bisavô*, em nome de um *dever*, como se fosse regido por uma ética de cavaleiro medieval.

Diante dessas fortalezas do lucro e da ordem, sentimos vagamente que ser jagunço é mais reto, quando mais não fosse porque o jagunço vive no perigo. Tanto assim, que se há fazendeiros que exploram para seus fins o jaguncismo, há pelo menos um, o severo Medeiro Vaz, que assume papel mais digno, ao queimar simbolicamente o que o prendia na terra e adotar a condição de jagunço como forma de viver, como modo

²³³ (GALVÃO, 1972, p.65)

²³⁴ (ROSA, 2019, p.39)

de conceber a vida perigosa que pode ser uma busca de valores, do bem e do mal no sertão.²³⁵

Além disso, ele se abstém de participar do sistema coronelista, algo que nos parece indiciado pela palavra *estadonho*, lexicalmente muito parecida à palavra “Estado”.

Há outras notas salpicadas no texto que nos permitem caracterizá-lo como uma espécie de “cavaleiro andante” ou de um adepto da cultura de cavalaria. Ao saudar a distinção de Joca Ramiro, por exemplo, o chama de *par-de-frança*: “Quando conheceu Joca Ramiro, então achou outra esperança maior: para ele, Joca Ramiro era único homem, **par-de-frança**, capaz de tomar conta deste sertão nosso, mandando por lei, de sobregovêrno.”²³⁶ Trata-se de uma clara referência aos cavaleiros que compunham a guarda pessoal de Carlos Magno e que alude, provavelmente, a um romance de cavalaria *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, de Jerônimo de Moreira carvalho, que de acordo com Galvão (1972) foi o mais lido no interior do Brasil durante o século XIX.

Desse fluxo, que dá continuidade à tradição portuguesa dos romances velhos ou rimances, o texto que mais se alastrou pelo sertão e mais vida e popularidade teve, foi a História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França - seguida da de Bernardo del Carpio que Vendeu em Batalha aos Doze Pares de França. As razões da sobrevivência insistente desse livro no sertão brasileiro ainda estão à espera de um investigador.²³⁷

Apesar do apreço de Medeiro Vaz por Joca Ramiro se expressar por via do referido termo, havia uma distinção significativa entre os dois, pois este se movia de acordo com os interesses do poder privado local, “Fato que Joca Ramiro também igualmente saía por justiça e alta política, mas só em favor de **amigos perseguidos**”.²³⁸ Estes *amigos perseguidos* certamente eram fazendeiros, como é o caso de Alarico Totõe, que solicitara seu *auxílio amigo de jagunço*.

Como a aliança previa que os fazendeiros concedessem proteção aos jagunços quando fosse necessário, Alarico Totõe estava na fazenda de Selorico em busca de refúgio para seus aliados: “No terminar, Alarico Totõe pediu que precisavam de um recanto oculto, onde a tropa dos homens passasse o dia que vinha, pois que viajavam de noite, dando surpresa e desmanchando rastro”.²³⁹ Selorico atendeu de bom grado, pois além de ser pedido de um amigo, reconhecia os jagunços como aliados contra um inimigo que lhes era comum, o *Governo*:

²³⁵ (CANDIDO, 1977, p.149).

²³⁶ (ROSA, 2019, p.40, grifo nosso).

²³⁷ (GALVÃO, 1972, p.58)

²³⁸ (ROSA, 2019, p. 40).

²³⁹ (*Ibid.*, p.97).

“Semanas seguintes, meu padrinho só falou nos jagunços. Dito que Joca Ramiro era um chefe cursado: muitos iguais não nascem assim — dono de glórias! Aquela turma de cabras, tivesse sorte, podia impor **caráter ao Governo**”.²⁴⁰ O momento dessa ação narrativa nos parece equivaler ao declínio do Coronelismo e o conseqüente aumento da centralização do poder em torno do *Governo* Federal e, notoriamente, Selorico é um fazendeiro que a recusa, desejando que os jagunços fizessem uma imposição moral, *de caráter*, frente ao movimento centralizador, que nos parece significar a manutenção dos valores culturais da tradição sertaneja e, evidentemente, o circuito do poder privado local. A sua já mencionada identificação com os jagunços certamente possuía esse fundo de interesse. A vitória dos jagunços contra o *Governo* significava a manutenção de um sistema político que lhe favorecia. Enquanto os jagunços estiveram escondidos em sua fazenda, conviveu intensamente com eles: “Meu padrinho levava aquele dia todo no meio deles. Contava: o cuidado nos arranjos, as coisas todas regradas, aquele dormir de **ordem**, aquela **autoridade** enorme no entremeamento. Nem nada faltava”.²⁴¹ Não por acaso ressaltava valores como *ordem e autoridade*, que sublinhavam a lei do sertão a partir de uma perspectiva hierárquica que lhe agradava, já que lhe favorecia. A identificação era tanta que, ao contar os casos, “Parecia que ele queria se emprestar a si as façanhas dos jagunços, e que Joca Ramiro estava ali junto de nós, obedecendo mandados, e que a total valentia pertencia a ele, Selorico Mendes.”²⁴², de tal modo que é pertinente repetir, ele parece simbolizar a forte imbricação entre coronéis e jagunços.

A *proteção* de fazendeiros a jagunços era, sobretudo, no sentido de lhes conceder esconderijo em contexto de fuga.

Sô Candelário? Morto em tiroteio de combate, metralhadoras tinham serrado o corpo dele, de esguêlha, por riba da cintura. O Alípio, preso, levado para a cadeia de algum lugar. Titão Passos? Ah, perseguido por uma soldadesca, tivera de se escapar para a Bahia, pela **proteção** do Coronel Horácio de Matos.²⁴³

Além disso, recebiam soldos e munições:

Esse Antenor, sempre louvando e vivendo Joca Ramiro, acabou por me dar a entender, curtamente, o em conseqüente: que Joca Ramiro talvez fazia mal em estar tanto tempo por longe, alguns de bofe ruim já calculavam que ele estivesse abandonando seu pessoal, em horas de tanta guerra; que Joca Ramiro era rico, dono de muitas posses em terras, e se arranchava passando bem em casas de grandes fazendeiros e políticos,

²⁴⁰ (*Ibid.*, p.100, grifo nosso).

²⁴¹ (*Ibid.*, p.100, grifo nosso).

²⁴² (*Ibid.*, p.100-101).

²⁴³ (*Ibid.*, p.56-57, grifo nosso).

deles recebia dinheiro de munição e paga: seô Sul de Oliveira, coronel Caetano Cordeiro, doutor Mirabô de Melo.²⁴⁴

Note-se pelo trecho acima, assim como em outros da obra, que os coronéis são mencionados, mas estão sempre à distância, não participam diretamente da ação narrativa. O mesmo pode-se dizer dos políticos, “[...] não aparecem diretamente na ação, e pouco nas referências, os políticos que manobram o jagunço, nem os soldados que os perseguem.”²⁴⁵ Os *chefes políticos* não são nomeados, mas tem uma influência suposta na ação dos jagunços.

O que o Hermógenes queria me prometer era que em breve iam estar acabados aqueles riscos de trabalho e combate, com liquidados os bebelos, e então a gente ficava livre para lidar melhormente, atacando bons lugares, **em serviço para chefes políticos**. E que, nessa ocasião, ele queria me escolher para comandar uma parte dos seus, por ser isso de minha rija competência — cabo-de-turma.²⁴⁶

Acabar o conflito com os *bebelos*, para o Hermógenes, significava eliminar um empecilho para o pleno exercício da jagunçagem, *ficava livre para lidar melhormente*, e manter a relação orgânica com o Coronelismo, podendo focar no *serviço para chefes políticos*. Objetivos que não causam estranhamento, pois a ação jagunça do Hermógenes, além da maldade e selvageria que Riobaldo lhe atribui, está investida de interesses econômicos e políticos que ele assume em razão de estar sujeitado ao Ricardão. Já Riobaldo, que detestava, em tal contexto, estar sob o comando do Hermógenes, justifica para si que lutava em nome de um *estado de lei*: “[...] aqueles zebebelos também não tinham varado o Norte para destruir gente? E pois?! O que tivesse de ser, somente sendo. Não era nem o Hermógenes, era um **estado de lei**, nem dele não era, eu cumpria, todos cumpriam.”²⁴⁷ A *lei* que *todos cumpriam* era a que derivava dos costumes e da tradição jagunça e que se chocava frontalmente com a civil que Zé Bebelo queria difundir pelo sertão. *Lei* que organizava uma espécie de estado paralelo ao Estado Nacional, “[...] nos internos deste nosso **Estado** nosso.”²⁴⁸, “‘Melhor é se ele der a palavra de que vaiss’embora do **Estado**, para bem longe, em desde que não fique em terras daqui nem da Bahia...’”²⁴⁹ Há o uso, inclusive, da palavra *Estado*, grafada com letra inicial maiúscula, em uma clara referência à instituição política burguesa. Assim redigida, parece reforçar que no

²⁴⁴ (*Ibid.*, p.145).

²⁴⁵ (CANDIDO, 1977, p.150).

²⁴⁶ (ROSA, 2019, p.188).

²⁴⁷ (*Ibid.*, p.169).

²⁴⁸ (*Ibid.*, p.12, grifo nosso).

²⁴⁹ (*Ibid.*, p.223, grifo nosso).

sertão vige, efetivamente, um outro Estado, mais precisamente no norte de Minas Gerais, na fronteira com a Bahia.

Aí o mundo de homens anunciando de si e sobre o vasto chegando, da banda do **Norte**. Joca Ramiro! [...] E, no abre-vento, a toda cavaleirama chegando, empiquetados, com ferragem de cascos no pedregulho. Eram de ser uns duzentos, quase tudo **manos-velhos baianos**, gente nova trazida.²⁵⁰

Um território comandado por Joca Ramiro e que seria atacado por Zé Bebelo, representante do Estado centralizador. Note-se que a palavra *Norte*, mais do que indicar a orientação geográfica - que de fato, em tal contexto, corresponde ao norte de Minas Gerais,²⁵¹ já que os jagunços que acompanhavam Joca Ramiro eram *manos-velhos baianos* - significa o território do estado paralelo regimentado pelos jagunços, já que, assim como a palavra Estado, também está grafada com letra inicial maiúscula.

Há indicativos de que em tal território a natureza inóspita dificultaria ao Estado brasileiro espriar a sua legislatura e facilitaria aos coronéis e jagunços perfazer o seu poder. Um deles é indicado na perseguição ao Ricardão, que possuía uma fazenda depois do Liso do Sussuarão, território semi-árido.

Pra por lá do Sussuarão, já em tantos terrenos da Bahia, um dos dois Judas possuía sua maior fazenda, com os muitos gados, lavouras, e lá morava sua família dele legítima de raça — mulher e filhos. A gente suprisse de varar o Liso em boas farsas, se chegava lá sem ser esperados, arrastava aquele pessoal por dura surpresa — acabou-se com aquilo! **Mesmo quem havia de deduzir que o Liso do Sussuarão prestasse para nele caminho se impor?** Ah, eles prosperavam em sua fazenda feito num **quartel de bronze**.²⁵²

²⁵⁰ (*Ibid.*, p.201, grifo nosso).

²⁵¹ De acordo com Candido, a disposição geográfica de Minas Gerais teria fomentado diversos tipos de banditismo: “Dos Estados do Brasil, Minas Gerais é o mais diversificado, constituindo uma espécie de passagem, tanto entre o Norte e Sul quanto entre Leste e Oeste. Na sua parte setentrional, a natureza e os tipos humanos confundem-se com os da Bahia sertaneja: na parte meridional, equipara-se a São Paulo e ao Rio de Janeiro; para o lado poente, faz corpo com a paisagem social e física de Goiás. No meio dessas áreas centrífugas, a região das minas manifesta o que ele tem de mais original e se associou desde o início a um cunho urbano inexistente em outras áreas do interior do Brasil antes do século XIX. É natural, portanto, que essa variedade de regiões favoreça muitos tipos de banditismo e violência endêmica. Haveria mesmo certas modalidades que se poderiam qualificar de propriamente mineiras, como é o caso de contrabandistas de ouro e pedras preciosas do século XVIII, criando problemas graves de repressão; ou, ainda, o dos salteadores do Caminho das Minas, tornando perigosa esta via comercial que ligava o interior ao Rio, e contra os quais lutou com êxito o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. [...]. Nesse tempo do seu fastígio, Minas Gerais foi uma área de violência e fraude, a partir da anomia dos primeiros anos do século XVIII, disciplinada pouco a pouco pela ordem pública. Esta circunstância aparece na literatura desde aquele período como se pode ver no Vila Rica, de Cláudio Manuel da Costa, terminado provavelmente em 1773, que é no fundo a primeira descrição dos bandos de jagunços e seus conflitos, às ordens de mandões tão poderosos quanto Manuel Nunes Viana, que, no final do poema, presta obediência ao Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho”. (CANDIDO, 1977, p.3).

²⁵² (ROSA, 2019, p.33, grifo nosso).

O bando de Riobaldo planejara surpreender *o pessoal* do Ricardão atacando-os a partir do *Liso*, porque supunham que seus adversários não guardariam bem o lado associado a esse território inóspito, que funcionava como uma espécie de escudo natural, *quartel de bronze*. A tentativa de atravessá-lo mostraria ao bando que, de fato, ele cumpria esse papel, *Mesmo quem havia de deduzir que o Liso do Sussuarão prestasse para nele caminho se impor?* Tal condicionamento nos remeteu às enormes dificuldades que a caatinga implicou ao exército brasileiro no seu ataque a Canudos, descritas com minúcia em *Os Sertões*, e abordadas por nossa análise em capítulo anterior.

Esta, dentre outras dificuldades, são sugeridas pela narrativa de Riobaldo, para explicar a menor presença do Estado no sertão, “Por que o Governo não cuida?!”²⁵³, tornando-o atrativo para bandidos, “[...] onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.”²⁵⁴ Todavia, não quer dizer que não fosse um território em disputa. Os confrontos entre os bandos de jagunços denotam claramente que eram.

Ainda disse João Goanhá que estávamos em brevidade. Porque ele sabia que os Judas, reforçados, tinham resolvido passar o **Rio** em dois lugares, e marcharem em cima de Medeiro Vaz, para acabar com ele de uma vez, no **país de lá**. Onde era que o perigo, Medeiro Vaz precisava de nós.²⁵⁵

Medeiro Vaz se encontrava no *país de lá*, ou seja, em território que não controlava, daí a sua vulnerabilidade. A reforçar o sentido de poder territorial, note-se que o limite com tal *país* é um *Rio* - que por estar escrito com inicial em maiúscula, indica ser o rio principal do espaço narrativo da obra, o Rio São Francisco -, elemento da natureza tradicionalmente usado para demarcar fronteiras entre Estados Nacionais. Em tal *País* morreria Medeiro “Medeiro Vaz morreu, naquele país fechado.”²⁵⁶

O embate mais importante para este subcapítulo, todavia, é o entre o bando de Joca Ramiro e o de Zé Bebelo, pois significa o confronto do poder privado com o poder público. Talvez em razão das dificuldades apontadas, o Governo resolvera delegar a missão de civilizar o sertão a quem lhe conhecia bem, Zé Bebelo. Ao cabo, porém, é preso, julgado e, no veredicto, Joca Ramiro questiona o seu conhecimento. — “Adianta querer saber muita coisa? O senhor sabia, lá para cima — me disseram. Mas, de repente, chegou neste sertão, viu tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto. **Sabença aprendida** não adiantou para nada... Serviu

²⁵³ (*Ibid.*, p.17).

²⁵⁴ (*Ibid.*, p.11).

²⁵⁵ (*Ibid.*, p.57, grifo nosso).

²⁵⁶ (*Ibid.*, p.66).

algum?”²⁵⁷ Joca refere para Bebelo que ali, no *Norte*, era um sertão *diverso diferente* de onde viera. A sua *sabença aprendida* em Goiás de nada lhe valia, já que eram espaços regidos por regramentos diferentes. Goiás, geograficamente, está em uma região também interioriana, mas certifiquemo-nos de que Zé Bebelo estava informado por regramentos cívicos do litoral.

Apesar deste processo de prisão e expulsão de Zé Bebelo (o analisaremos mais detidamente adiante) indicar que os jagunços venceram as forças governamentais, indícios apontam que naquele momento da narrativa a jagunçagem já se encontrava em declínio.

De lá mais adiante, atravessado o Jequitaiá, tudo ia se abrir a ser para nós todos campo de fogo e aos perigos de mortes. As *turmas* de cavaleiros de Zé Bebelo campeavam **naquele país**, caçando gente, sopitando, vigiando. Do povo morador, não faltava quem, desconfiando de nós, mandasse a eles envio de denúncia, pois todos queriam **aproveitar a ocasião para se acabar com os jagunços, para sempre.**²⁵⁸

Além de ser um território que os jagunços de Joca Ramiro não controlavam, sublinhado pela noção de afastamento da expressão *naquele país*, onde correriam *perigos de mortes*, percebe-se que a população local, constantemente ameaçada pela jagunçagem, concebia que a presença das *turmas*²⁵⁹ de Zé Bebelo, representantes das forças centralizadoras, geravam a *ocasião ideal para se acabar com os jagunços, para sempre*, denunciando-os.

Durante o período em que vigorou, mais do que um desejo por aventura, como já foi apontado neste capítulo, a jagunçagem se alimentou da pobreza. Condição que podemos entrever no desejo do sitiante Jõe Engrácio em entrar para o bando de Medeiro Vaz:

“**Versar viagem a cavalo sem ter estradas — só dôido é quem faz isso, ou jagunz...**” [...] **Modo mesmo assim, ele Jõe Engrácio reparou na quantidade de comidas e mantimentos que a gente tinha reunido**, em tantos burros cargueiros: e que era despropósito, por amor daquela fartura — as carnes e farinhas, e rapadura, nem faltava sal, nem café. De tudo. E ele, vendo o que via, perguntou aonde se ia, dando dizendo de querer ir junto. — “Bobou?” — foi só o que Medeiro Vaz indeferiu. — “Bobei, chefe. Perdão peço...” — Jõe Engrácio reverenciou.²⁶⁰

Apesar de ter ponderado as adversidades que a vida aventureira do jagunço implica, *Versar viagem a cavalo sem ter estradas — só dôido é quem faz isso, ou jagunz...*, Jõe Engrácio inveja a fartura de alimentos do bando, *Modo mesmo assim, ele Jõe Engrácio reparou na*

²⁵⁷ (*Ibid.*, p.210, grifo nosso).

²⁵⁸ (*Ibid.*, p.124).

²⁵⁹ O uso deste termo em lugar de *bando* pode ter o sentido de acentuar a forma positiva como a população via as *turmas de Zé Bebelo*.

²⁶⁰ (*Ibid.*, p.39, grifo nosso).

quantidade de comidas e mantimentos que a gente tinha reunido. Ou seja, o impulso da sobrevivência o aproximava mais da jagunçagem do que a cultura da aventura.

Além das necessidades primárias, como a de se alimentar, os sertanejos pobres se envolveram com a jagunçagem por outro motivo.

Demais, de tudo ali se prazia fartura confortável! Abastada comida, armamento de primeira, monte de munição, roupas e calçados para os melhores. E o cobre para semanal de pagamento, pois nenhum daqueles homens estava ali **por amor-de-deus**, mas ajeitando **seu meio de viver**. Diziam que era dinheiro do cofre do Governo. Parecia.²⁶¹

Não lutavam necessariamente por uma causa, *por amor-de-deus*, tratava-se de um trabalho remunerado por fazendeiros ou até mesmo, indiretamente, pelo Governo. Diante de tanta miséria no sertão, Riobaldo acredita ser difícil o pobre não ser seduzido pela jagunçagem, “são árvores que pegam poeira”²⁶², ou seja, estão em uma condição social que os deixam à deriva. Haveriam de ter um “[...] triste amor à honestidade” para resistirem²⁶³. O próprio Riobaldo, quando criança, tivera que esmolar. Enquanto jagunço, ele também era remunerado, “Sem receio de ser tirado de meu dinheiro: que eu empacotava ainda boa quantia, que Zé Bebelo sempre me pagou no pontual, e gastar eu não tinha onde.”²⁶⁴, todavia não entrara para a jagunçagem em razão da pobreza, afinal ele já havia sido reconhecido como filho por Selorico Mendes e disporia, se quisesse, de vida farta. Foram por motivos que iremos abordar mais adiante.

Há um episódio central em sua trajetória, nesse sentido, que é pertinente comentar aqui. Trata-se de seu contato com o fazendeiro Seô Habão, que dispunha da *patente* de *Capitão da Guarda-Nacional*, “Consoante o diploma de patente, que no chão, num canto, avistei, lavrado preenchido cerimonial, de que esse Habão era **Capitão da Guarda-Nacional**, em válidos títulos.”²⁶⁵ De tal instituição derivou a denominação de “coronel” a fazendeiros. De acordo com Leal (2012), tal patente estava diretamente vinculada ao *prestígio econômico ou social* de quem as portava, podendo, inclusive, ser comprada:

A Guarda Nacional, criada em 1831 para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do **prestígio econômico ou social** de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre

²⁶¹ (*Ibid.*, p. 109, grifo nosso).

²⁶² (*Ibid.*, p.61).

²⁶³ (*Ibid.*, p.61).

²⁶⁴ (*Ibid.*, p.138).

²⁶⁵ (*Ibid.*, p.319).

os proprietários rurais. De começo, a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um **poder econômico**, que estava na origem das investidas anteriores.²⁶⁶

Seô Habão dispunha de *poder econômico*, fruto de sua obstinada gana em se “[...] cuidar comercial”²⁶⁷ de tudo, mas também da exploração da mão-de-obra da região, “Disse que ia botar os do Sucruiú para o corte da cana e fazeção de rapadura. Ao que a rapadura havia de ser para vender para eles do Sucruiú, mesmo, que depois pagavam com trabalhos redobrados.”²⁶⁸, pela qual não nutria nenhuma compaixão, “A bexiga do Sucruiú já terminou. Estou ciente dos que morreram: foram **só dezoito pessoas...**”²⁶⁹ Mesmo diante da notícia da morte de pessoas por bexiga - denominação popular para a varíola - sua razão estritamente economicista a considera apenas por um crivo quantitativo, como se fossem parcela de uma safra perdida. Mesma razão que Riobaldo entreviu nas intenções de tornar os jagunços seus *jornaleiros*.

Eu tinha era um começo de certo desgosto, que seria meditável. — “Para o ano, se Deus quiser, boto grandes roças no Valado e aqui... O feijão, milho, muito arroz...” Ele repisava, que o que se podia estender em lavoura, lá, era um desadoro. E espiou para mim, com aqueles olhos baçosos — aí eu entendi a gana dele: que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito **jornaleiros** dele. Até enjoei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos!²⁷⁰

Talvez porque Seô Habão se mostrasse muito *diverso*²⁷¹ deles, jagunços, não manifestando nenhum interesse nas histórias da jagunçagem,²⁷² que a referida intenção²⁷³ fizera despertar em Riobaldo a sua condição de explorado. Em meio aos movimentos que a vida

²⁶⁶ (LEAL, 2012, p. 29-30, grifo nosso).

²⁶⁷ “O homem depressa pronunciou que tinha prazer naquilo, que sua boiada toda estava às ordens; mas, como por uma regra, perguntou assim mesmo quantas cabeças, mais ou menos, a gente já tinha consumido. Assim ele dava balanço, inquiria, e espiava gerente para tudo, como se até do céu, e do vento suão, homem carecesse de **cuidar comercial**”. (ROSA, p.331, grifo nosso).

²⁶⁸ (*Ibid.*, p.333).

²⁶⁹ (*Ibid.*, p.333, grifo nosso).

²⁷⁰ (*Ibid.*, p.333, grifo nosso).

²⁷¹ “[...] ele era de raça tão persistente, no diverso da nossa [...]” (*Ibid.*, p.332).

²⁷² “E, no mais, nem ouvia, apesar de toda a cortesia de respeito, quando se falava em Joca Ramiro, no Hermógenes e no Ricardão, em tiroteios com os praças e na grande tomada, por quinhentos cavaleiros, da formosa cidade de São Francisco — que é a que o Rio olha com melhor amor”. (*Ibid.*, p.332).

²⁷³ “E seô Habão, longe de se intimidar com o bando, parece ir formando a tenção de reduzir todos os seus componentes a trabalhadores de enxada, encangados para cavar a sua terra e plantar o seu feijão. (CANDIDO, 1977, p.149).

itinerante de jagunço incutia, mantinha-se alheio às misérias e doenças do sertão, bem como de sua própria condição.²⁷⁴

Esse despertar da alienação que ocorre a Riobaldo, contudo, não acontece com o restante dos jagunços, nem em circunstâncias extremas. Por exemplo, diante das adversidades impostas pelo Liso do Sussuarão, que Riobaldo considerava uma loucura querer atravessar, ele cogita perguntar o que os demais companheiros pensavam, mas lembra-se que eram *sertanejos tão sofridos* que estariam resignados àquela condição, “E os outros, companheiros, que é que os outros pensavam? Sei? De certo nadas e noves — iam como o costume — **sertanejos tão sofridos**. Jagunço é **homem já meio desistido por si...**”²⁷⁵ O jagunço seria, portanto, *homem já meio desistido de si*, tão acostumado ao rigor climático como à submissão sócio econômica, que seria incapaz de se sublevar diante da situação. A miséria era tanta no sertão que os jagunços se contentavam com *pouco*.

Dos outros, companheiros conosco, deixo de dizer. Desmexi deles. Bons homens no trivial, cacundeiros simplórios desse **Norte pobre**, uns assim. Não por orgulho meu, mas antes por me faltar o raso de paciência, acho que sempre desgostei de criaturas que com **pouco e fácil se contentam**. Sou deste jeito. Mas Titão Passos, digo, apreciei; porque o que salvava a feição dele era ter o coração nascido grande, cabedor de grandes amizades. Ele achava o **Norte natural**.²⁷⁶

Apesar de não explícita, pelo contexto, sugere-se que Titão Passos considerava *natural* a pobreza do *Norte*, controlado pelo bando de Joca Ramiro a mando de coronéis. A alienação dos jagunços à sua própria condição de explorados, bem como em relação à pobreza que os cercava, poderia se explicar pelo nomadismo constante e pelo entretenimento dos combates.

Vendo assaz, se espantava da seriedade do mundo para caber o que não se quer. Será acerto que os aleijões e feiezas estejam bem convenientemente repartidos, nos recantos dos lugares. Se não, se perdia qualquer coragem. O sertão está cheio desses. Só quando se jornadaia de jagunço, no teso das marchas, praxe de ir em movimento, não se nota tanto: o estatuto de misérias e enfermidades. Guerra diverte — o demo acha.²⁷⁷

²⁷⁴ Candido, perante tal estrutura de exploração econômica, todavia, concebe que haveria mais *dignidade* nos jagunços do que nos fazendeiros: “O jagunço é, portanto, aquele que, no sertão, adota uma certa conduta de guerra e aventura compatível com o meio, embora se revista de atributos contrários a isto; mas não é necessariamente pior do que os outros, que adotam condutas de paz, atuam teoricamente por meios legais como o voto, e se opõem à barbárie enquanto civilizados. Ao contrário, parece frequentemente que o risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros ‘estadinhos’, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou o exploram para maior luzimento da máquina econômica”. (CANDIDO, 1977, p.148).

²⁷⁵ (ROSA, 2019, p.45, grifo nosso).

²⁷⁶ (*Ibid.*, p.122, grifo nosso).

²⁷⁷ (*Ibid.*, p. 51-52).

Walnice Nogueira Galvão (1972) assinala que em razão de estarem inseridos em uma economia calcada na pecuária extensiva, o vaqueiro, o jagunço, estão em constante itinerância pelo sertão. Tal condição criava uma sensação de independência e liberdade em relação à estrutura do sistema sócio econômico ao qual estavam submetidos, alienando-os da exploração.

Livre, e por isso mesmo dependente. Sem ter nada de seu, e por isso mesmo servidor pessoal de quem tem. Inconsciente de seu destino, e por isso mesmo tendo seu destino totalmente determinado por outrem. Sem causas a defender, e por isso mesmo usado para defender causas alheias. Avulso e móvel, e por isso mesmo chefiado autoritariamente e fixado em sua posição de instrumento. Posto em disponibilidade pela organização econômica que não necessita de sua força de trabalho, e por isso mesmo encontrando quem dele disponha, para outras tarefas que não as da produção. Tal é a condição dessa imensa massa de sujeitos disponíveis em suas “existências avulsas” que estavam aí para serem usados, e que o foram, ao longo de toda a história brasileira.²⁷⁸

Como aponta Galvão neste trecho, os jagunços, parte da *massa de sujeitos disponíveis*, agiam em defesa de causas *alheias*. Isso nos parece muito bem representado em uma reflexão de Riobaldo: “Eu tinha de obedecer a ele, fazer o que mandasse. Mandava matar. Meu querer não correspondia ali, por conta nenhuma. Eu nem conhecia aqueles inimigos, tinha raiva nenhuma deles”²⁷⁹ Tal reflexão lhe ocorre em um momento de pausa, na qual o bando, comandado por Hermógenes, esperava o melhor momento para atacar o bando de Zé Bebelo. Em outros trechos da obra a contraposição movimento/alienação *versus* pausa/reflexão se repete, correspondendo à observação sociológica de Galvão.

Todavia, ainda que o *movimento* os levasse a ver menos as agruras alheias, em alguns momentos poderia haver, inesperadamente, o bloqueio pelas faces da pobreza que irrompiam no caminho.

A gente às vezes ia por aí, os cem, duzentos companheiros a cavalo, tinindo e musicando de tão armados — e, vai, um sujeito magro, amarelado, saía de algum canto, e vinha, espremendo seu medo, farraposo: com um vintém azinhavrado no conco da mão, o homem queria comprar um punhado de mantimento; aquele era casado, pai de família faminta. Coisas sem continuação...²⁸⁰

Note-se que Riobaldo não consegue desenvolver a cena, *Coisas sem continuação...* Ao relato do bloqueio do fluxo do bando se segue um bloqueio em sua memória? Ou é uma dificuldade em falar da fome? Ao conjugarmos essas duas perguntas estamos querendo propor

²⁷⁸ (GALVÃO, 1972, 41-42).

²⁷⁹ (ROSA, 2019, p.168-169).

²⁸⁰ (*Ibid.*, 2019, p.61).

que cenas de miséria, pobreza, o remetem à sua infância pobre e aos sofrimentos correspondentes que não queria recordar.

Portanto, o condicionamento da pobreza, da exploração, da alienação, que circundavam os poderes locais no sertão durante a vigência do coronelismo, nos parecem profundamente representados no *Grande Sertão: Veredas*, sistema contra o qual se insurgiu as forças centralizadoras do Estado brasileiro e que, na obra, comparecem por meio das ações de Zé Bebelo, que buscaremos tratar com afinco em capítulo seguinte. Outra condicionante central dos poderes locais era, evidentemente, a violência praticada pelos jagunços.

4.1.1 *O Sertão é o penal, criminal: a violência e a selvageria*

Como já apresentado no capítulo *A dualidade sertão versus litoral* desta análise, uma das representações do sertão, constituída sobretudo durante o período colonial, é a da terra habitada por bárbaros, selvagens, sem nenhum tempero de lei. No *Grande Sertão: Veredas* tais imagens se confirmam (ainda que sejam também complexificadas, o que trataremos em subcapítulo seguinte), concentrando-se na figura do jagunço. Todavia, mesmo entre os demais sertanejos, há manifestações que as corroboram:

Mire veja: um rapazinho, no Nazaré, foi desfeitoado, e matou um homem. Matou, correu em casa. Sabe o que o pai dele temperou? — “Filho, isso é a tua maioridade. Na velhice, já tenho defesa, de quem me vingue...” Bolas, ora. Senhor vê, o senhor sabe. Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada.²⁸¹

Nesse sertão *penal, criminal*, onde não há lei, justiça, espaço onde campeia a arbitrariedade, enfim, de inconsistente ordem institucional, a violência se justifica e é naturalizada²⁸², como se fosse uma necessidade básica para a sobrevivência. O filho atinge a maioridade não por uma idade específica, mas por ter matado quem lhe havia *desfeitoado*, como se fosse um animal selvagem aprendendo a caçar para sobreviver sem os cuidados dos pais. Era o gesto que garantia que estava preparado para viver no “habitat” do sertão e pronto para defender e vingar o pai. A *defesa* sendo feita por um ente familiar é um claro sintoma da rarefação ou mesmo ausência das forças legais de proteção nos espaços sertanejos. Já os ciclos de vingança se tornaram, por várias décadas, um código de justicamento e moralidade,

²⁸¹ (ROSA, 2019, p.91-92).

²⁸² De acordo com Cândido, não por acaso, tanto a descrição da violência grupal quanto individual estavam presentes nas origens do regionalismo brasileiro, pois eram “[...] *normais* de certo modo nas sociedades rústicas do passado”. (CÂNDIDO, 1977, p.135).

entrelaçando gerações com sangue seco.²⁸³ A propósito, em outra passagem da obra, tal tradição da vingança familiar, comparece. Diante de gracejos homofóbicos de Fancho-Bode e Fulorêncio, Diadorim ataca Fancho e Riobaldo se posta em retaguarda. A briga se resolve sem mortes, mas a desconfiança permaneceria, possivelmente para as próximas gerações: “Cá pensei, silencioso, silenciosinho: ‘Um dia um de nós dois agora tem de comer o outro... Ou, se não, fica o assunto para os nossos netos, ou para os netos dos nossos filhos...’”²⁸⁴ No entanto, não foi preciso, pois em combate seguinte um morreria e outro seria preso, levantando suspeitas de que a morte teria sido perpetrada por Riobaldo, que nega.

A banalização da violência, no entanto, em território em que a lei é feita pelas pessoas do lugar, podia levar até mesmo parentes a se matarem:

Semelhante não foi, quando um homem, Rudugério de Freitas, dos Freitas ruivos da Água-Alimpada, mandou obrigado um filho dele ir matar outro, buscar para matarem, esse outro, que roubou sacrário de ouro da igreja da Abadia. Aí, então, em vez de cumprir o estrito, o irmão combinou com o irmão, os dois vieram e mataram mesmo foi o velho pai deles, distribuído de foçadas.²⁸⁵

Ou a maltrataram um representante do poder religioso, quando suas vontades não eram atendidas: “[...] falavam que era sinal de castigo, que o mundo ia se acabar naquele ponto, causa de, em épocas, terem castrado um padre, ali perto umas vinte léguas, por via do padre não ter consentido de casar um filho com sua própria mãe”.²⁸⁶

A barbárie, portanto, é representada por uma violência que ultrapassa barreiras morais, éticas, religiosas, entre sertanejos comuns, mas certamente são os capangas, cangaceiros e jagunços, os tipos sociais do interior do Brasil que mais lhe são associados.

Entre estes, Guimarães Rosa escolhe a figura do jagunço. De acordo com Candido (1977), manifestando um princípio estruturante da obra, o da reversibilidade, “O jagunço oscila entre o cavaleiro e o bandido”²⁸⁷, o que o torna um tipo mais complexo. No bojo da dualidade sertão *versus* litoral, no entanto, a face do *bandido* foi a mais apreçoada e no *Grande Sertão: veredas* está muito presente.

Cavalaria de jagunços galopando, saindo para distâncias marcadas. Abriam festa de bombareal e foguetório, quando entravam numa cidade. Mandavam tocar o sino da

²⁸³ Uma riquíssima representação dessa tradição pode ser conferida no filme *Abril despedaçado*, de Walter Salles, baseado na obra homônima do escritor albanês Ismail Kadaré. Neste caso, no entanto, acontece em algum lugar do sertão nordestino.

²⁸⁴ (*Ibid.*, p.132).

²⁸⁵ (*Ibid.*, p.64).

²⁸⁶ (*Ibid.*, p.63).

²⁸⁷ (CANDIDO, 1977, 147).

igreja. Arrombavam a cadeia, soltando os presos, arrancavam o dinheiro em coletoria, e cejavam em Casa-da-Câmara...²⁸⁸

Furtos e arruaças eram, de fato, uma constante, por mero divertimento ou por necessidade. O dinheiro para o pagamento da “jorna”²⁸⁹ dos jagunços de Joca Ramiro, por exemplo, provinha de roubo: “É a jorna, para satisfazer àquela cabroeira vivente, que estavam ali em seu emprego de cargo? Ah, tinham roubado, saqueado muito, grassavam. A sebaça era a lavoura deles, falavam até em atacar grandes cidades. Foi ou não foi?”²⁹⁰ Percebe-se que além do poder que exerciam no sertão, podiam ameaçar o poder estatal nas urbes, o que certamente servia para acentuar a dualidade entre o sertão e a cidade, que corresponderiam aos pólos da barbárie e da civilização, respectivamente. Um relato, nesse sentido, é particularmente interessante. O bando do Andalécio invade a cidade de São Francisco por honra e vingança:

Daí, aqueles retornaram, arremeteram mesmo, senhores da cidade quase toda, conforme guerrearam contra o Major Alcides Amaral e uns soldados, cercados numas duas ou três casas e um quintal, guerrearam noites e dias. A ver, por vingar, porque antes o major Amaral tinha prendido o Andalécio, cortado os bigodes dele.²⁹¹

O conflito, portanto, houvera sido provocado por uma afronta, de um agente do poder governamental, à moralidade, à macheza de Andalécio simbolizados por seu grande *bigode*. “Bigode de homem não se corta!”²⁹² A honra, virtude geralmente atrelada à tradição da cavalaria medieval, de fato é uma das faces do jagunço apontadas por Candido (1977). Neste caso, porém, está ancorado em um forte traço do conservadorismo do interior do Brasil, ainda que não lhe seja exclusivo: o machismo. Traço que se coaduna com a imagem do homem rústico, bruto, que habitaria os sertões do Brasil.

No capítulo seguinte, buscaremos evidenciar que nem todos os bandos agiam da mesma forma, como bandidos, consoante a designação de seus líderes. Fiquemos, por ora, só com um exemplo. Riobaldo contrasta as atitudes diferentes entre o bando de Medeiro Vaz e do Hermógenes.

Mas a vantagem nossa era que todos os moradores pertenciam do nosso lado. Medeiro Vaz não maltratava ninguém sem **necessidade justa**, não tomava nada à força, nem consentia em **desatinos** de seus homens. Esbarrávamos em lugar, as pessoas vinham,

²⁸⁸ (ROSA, 2019, p.94).

²⁸⁹ De acordo com Martins, forma reduzida de “jornal”, que significa “pagamento por dia de serviço”. (MARTINS, 2020, p.287).

²⁹⁰ (ROSA, 2019, p.136).

²⁹¹ (*Ibid.*, p.136).

²⁹² (*Ibid.*, p.136).

davam o que podiam, em comidas, outros presentes. Mas os hermógenes e os cardões roubavam, defloravam demais, determinavam sebaça em qualquer povoal **atôa**, **renitiam feito peste**.²⁹³

O bando de Medeiro Vaz agia, portanto, de acordo com um dado regramento. Só maltrataria alguém se houvesse uma *necessidade justa*, e não aceitaria *desatinos* por seus comandados, que não fossem razoáveis em seu comportamento junto à população, diferentemente do bando do Hermógenes que, *atôa*, atacavam, ou seja, sem uma norma de conduta, sem as propriedades do juízo, aproximando-os do mundo selvagem, *renitiam feito peste*.

Junto ao traço da violência naturalizada, encontra-se a do pendor selvagem. Uma das passagens que talvez melhor exemplifique isso, seja a dos jagunços amolando os dentes a faca.

[...] estavam desbastando os dentes deles mesmos, aperfeiçoando os dentes em pontas! Se me entende? Senhor ver, essa atarefação, o tratar, dava aloj e apresso, dava até aflição em aflito, abobante. Os que lavravam desse jeito: o Jesualdo — mocinho novo, com sua simpatia —, o Araruta e o Nestor; os que ensinavam a eles eram o Simião e o Acauã. Assim um **uso correntio**, apontar os dentes de diante, a poder de gume de ferramenta, por amor de remedar o **aguçoso** de dentes de peixe **feroz** do rio de São Francisco — **piranha redoleira**, a cabeça-de-burro.²⁹⁴

O objetivo com com tal *uso correntio* é que tivessem dentes *aguçosos*, tal qual certos peixes do rio São Francisco, e, assim, parecessem *feroz*. Quer dizer, queriam se investir de uma qualidade própria do mundo animal, a fim de parecerem mais ameaçadores, evidenciando que estariam dispostos a atacarem brutalmente, como a *piranha redoleira*. Cena que causara repulsa em Riobaldo, que tivera até ânsia de vômito²⁹⁵ e, potencialmente, no interlocutor, que podemos inferir a partir da pergunta de Riobaldo, *Se me entende?*, demarcando a suas diferenças em relação àqueles homens, ao mesmo tempo que os aproximava.

Riobaldo, apesar dessa repulsa, em meio à *guerra*, reconhece a necessidade de uma animalização, “O que nós estávamos fazendo era uma razão de loucura muita, coisa que só mesmo em **guerra** é que se quer. O punhal travessado na boca, sabe?: sem querer, **a gente rosna**.”²⁹⁶

Outra cena que sugere a selvageria e a barbárie entre os jagunços, acontece quando, por engano, matam e se alimentam de um humano:

²⁹³ (*Ibid.*, p.49, grifo nosso)

²⁹⁴ (*Ibid.*, p.135, grifo nosso).

²⁹⁵ Significado de “alojo”, de acordo com Martins (2020, p.23)

²⁹⁶ (ROSA, 2019, p.167, grifo nosso).

Com outros nossos padecimentos, os homens tramavam zuretados de fome — caça não achávamos — até que tomaram à bala um macaco vultoso, destrincharam, quartearam e estavam comendo. Provei. Diadorim não chegou a provar. Por quanto — juro ao senhor — enquanto estavam ainda mais assando, e manducando, se soube, o corpudo não era bugio não, não achavam o rabo. Era homem humano, morador, um chamado José dos Alves!²⁹⁷

Se recordarmos o imaginário produzido pelos colonizadores europeus a respeito dos povos originários da América, constataremos que a prática do canibalismo de algumas tribos foi uma das mais manipuladas com o fito de qualificá-los como selvagens. A cena em tela, no entanto, não parece ajuizar nesse sentido. Quando souberam, apesar de um banalizar o ato, os demais se assombraram e não conseguiram continuar a comer, “Foi assombro. A mulher, fincada de joelhos, invocava. Algum disse: — ‘Agora, que está bem falecido, se come o que alma não é, modo de não morrermos todos...’ Não se achou graça. Não, mais não comeram, não puderam”.²⁹⁸ Além de não corroborar com a imagem tradicional da barbaridade associada ao canibalismo, a cena parece convocar a uma reflexão sobre as condições de vida de quem é julgado como bárbaro, humanizando-os ao invés de os animalizar.

4.2 ZÉ BEBELO: O BRASIL ENTRE A MODERNIZAÇÃO E OS ARCAÍSMOS

“Vizinhança do sertão — esse Alto-Norte brabo começava. — **Estes rios têm de correr bem!** eu de mim dei. Sertão é isto, o senhor sabe: **tudo incerto, tudo certo.**”²⁹⁹ No *Grande Sertão: Veredas* - e pode-se dizer que na Literatura do Rosa - as coisas quase sempre estão em constante transformação, em que as reversibilidades são possíveis, *tudo incerto, tudo certo*. Nada parece ser absoluto. Nesse eterno fluir, há sempre a possibilidade de algo novo acontecer. *Estes rios têm de correr bem!*

Tal filosofia, que aceita o fluir, o confronto de contrários, o jogo da dialética, não é uma maneira sutil de remexer nos alicerces da dualidade que, historicamente, constitui as nossas imagens de litoral e sertão? Nas diversas camadas simbólicas da narrativa, Riobaldo tece reversos, contradições, paradoxos, enfim, mistura as tintas que cinzela o imaginário de tal dualidade.

A ambiguidade³⁰⁰ e o hibridismo de certos personagens, como é o caso de Zé Bebelo não seriam um dos reflexos do entrelaçamento das forças arcaicas e modernas, do encontro do

²⁹⁷ (*Ibid.*, p.47)

²⁹⁸ (*Ibid.*, p. 48)

²⁹⁹ (*Ibid.*, p.128, grifo nosso).

³⁰⁰ “[...] a análise da ambiguidade é a via de acesso a camadas semânticas latentes, implícitas, não ditas que sobredeterminam o sentido das proposições explícitas”. (ROSENFELD, 2013, p.22).

litoral com o sertão? “Zé Bebelo me alumiou. Zé Bebelo **ia e voltava**, como um vivo demais de fogo e vento, zás de raio veloz como o pensamento da idéia – mas a **água** e o **chão não queriam saber dele**.”³⁰¹ Talvez Zé Bebelo esclareça Riobaldo por mostrar a possibilidade de condensar em si a existência dos contrários. A metáfora espacial – *ia e voltava* - evoca o movimento dialético. Zé Bebelo é o Brasil ainda entre o moderno e o arcaico. Por ora, o *chão* do sertão, arcaico, *não queria saber dele*. Nem o fluxo da *água* daquele lugar refletia a transformação que pretendia... Quem constata é Riobaldo.

Não por acaso Zé Bebelo é admirado por Riobaldo, mesmo quando compõe bandos adversários. É um personagem central para este trabalho, bem como para a investigação do outro personagem central que é, evidentemente, Riobaldo. Este entra para a jagunçagem por influência de Zé Bebelo e, paradoxalmente, é por meio do sucesso do projeto dele que vislumbra a possibilidade de sair da jagunçagem. De modo que, primeiro, sondaremos Zé Bebelo, especialmente a sua relação com o Governo e o entrelaçamento entre o arcaico e o moderno que seus atributos e ações representam para, em seguida, seguirmos as *veredas* de Riobaldo.

Muitas das camadas da dualidade sertão *versus* litoral - progresso *versus* atraso, modernidade *versus* arcaico, cidade *versus* sertão - se substanciam e se complexificam em Zé Bebelo, personagem ambíguo no qual tais polaridades se entrecruzam, no bojo de projetos e ações com fins particulares e gerais que, nele, se misturam.

A respeito disso, escreve Walnice Nogueira Galvão

Os atributos pessoais de Zé Bebelo representam a modernidade, no contexto histórico da República Velha do romance; são eles a inteligência, o desejo de instruir-se, a visão nacional. Mas, também ele ambíguo, comporta forte contingente de atributos pessoais tradicionais: a valentia em primeiro lugar, a sede de poder pessoal, a utilização de recursos habituais para cumprir seus intentos - usa jagunços para acabar com jagunços. Rende-se afinal à lei do sertão, assumindo a chefia do próprio bando que combatera; e isso, para levar avante uma missão de vingança particular sem qualquer propósito `nacional`. Perdeu a parada histórica; só lhe restava ou morrer pelas armas - à maneira tradicional - ou degradar-se em negociante, que é o que lhe acontece; ao menos, este fim implica a uma etapa histórica mais avançada.³⁰²

Tais *atributos pessoais* nos sinalizam que Zé Bebelo representa, em sua travessia, os impasses da modernização no Brasil e a incorporação de elementos arcaicos, configurando-a como conservadora. Buscaremos demonstrar isso neste capítulo, explicitando a sua relação com o governo, com o poder central, que buscava nacionalizar o sertão e modernizá-lo, civilizá-lo;

³⁰¹ (ROSA, 2019, p.250).

³⁰² (GALVÃO, 1972, p.64-65)

e iluminar as contradições desse processo, que confrontam e complexificam a dualidade sertão *versus* litoral.

4.2.1 A relação com o Governo

Quando Zé Bebelo é ainda aluno de Riobaldo e lhe apresenta *projetos*, já temos indícios de sua aproximação das forças legais e da combinação entre interesses gerais e particulares.

Porque ele tinha me **estatutado** os todos **projetos**. Como estava reunindo e pervalendo aquela gente, para sair pelo Estado acima, em comando de grande guerra. O fim de tudo, que seria: romper em peito de bando e bando, acabar com eles, liquidar com os jagunços, até o último, relimpar o mundo da jagunçada braba. — “**Somente que eu tiver feito**, siô Baldo, estou todo: entro direito na **política!**” Antes me confessou essa única sina que ambicionava, de muito coração: e era de ser **deputado**.³⁰³

A apresentação dos projetos, em caráter formal-legalista, *estatutado*, denota a natureza dos mesmos, a girar em torno da lei oficial. O do Estado, que Zé Bebelo agencia, era *liquidar* o braço armado da lei do sertão, a *jagunçada braba*, e integrar à ordem institucional do país os territórios controlados pelos poderes locais. Notemos que na denominação do território que seria atacado por Zé Bebelo, *Estado acima*³⁰⁴, uma das palavras, *Estado*, está grafada em maiúscula, referência clara ao corpo institucional de um país e indicando que, em tal território, funcionaria uma espécie de “Estado paralelo” ao nacional. Já o projeto particular de Zé Bebelo era se tornar um *deputado*, ou seja, de poder ser um propositor de leis, integrando o mundo da *política*. *Mundo* que permite a convergência dos interesses nacionais com os seus, portanto, condicionando um ao outro. O particular *somente* será alcançado se Zé Bebelo *tiver feito* o combinado: *liquidar com os jagunços*.³⁰⁵

Zé Bebelo se sentia especial por ser o único *capaz* de realizar o referido projeto nacional, “Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que **nasci para tanto!**”,³⁰⁶

³⁰³ (ROSA, 2019, p.107, grifo nosso).

³⁰⁴ Se considerarmos, à luz do contexto, que o termo “acima” é sinônimo de “norte”, podemos dizer que “Estado acima” corresponde ao “Norte”, já citado neste trabalho, também grafado com maiúscula, reforçando, portanto, que não se trata apenas de uma orientação geográfica - norte de Minas Gerais - mas de um território com esfera de poder próprio.

³⁰⁵ Assinale-se que tal prática, a da “troca de favores”, ainda é corrente no *modus operandi* da política institucional brasileira.

³⁰⁶ (*Ibid.*, p.108, grifo nosso).

tingindo sua afirmação de forte conotação missionária/religiosa,³⁰⁷ já que teria nascido destinado a cumpri-lo, *nasci para tanto!*.

A fim de reforçar que o seu desígnio de combater a *jagunçada* possuía um motivo patriótico-missionário, ressalta para Riobaldo: “O único homem-jagunço que eu podia acatar, siô Baldo, já está falecido... Agora, temos de render este **serviço à pátria — tudo é nacional!**”³⁰⁸ Quer dizer, ele só aceitaria ser regido pela tradição jagunça, desde que fosse sob as ordens de Joãozinho Bem-Bem. Como este está morto, é como se para Zé Bebelo estivesse morta também a referida tradição, só lhe restando cumprir o papel cívico para o qual fora destinado, que seria prestar aquele *serviço à pátria* de incorporar os territórios do *Norte* ao poder do *Estado*, já que *tudo é nacional*. Ao combater os jagunços no Norte, conseqüentemente estaria combatendo o poder das oligarquias regionais que se valiam de seus serviços de coação durante as eleições:

— “Sei seja de se anuir que sempre haja vergonha de jagunços, a sobrecorja? Deixa, que, daqui a uns meses, neste nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe **encomendar** para as eleições as turmas de sacripantes, desentrandando da justiça, só para tudo destruírem, do civilizado e legal!”³⁰⁹

Zé Bebelo, como agente de um poder³¹⁰ que buscava diminuir os poderes oligárquicos regionais, se manifesta claramente contra uma prática do Coronelismo no Brasil, o “voto de cabresto”. Em troca de favorecimentos de governadores, *chefes* locais, os coronéis *encomendavam* que os seus dependentes votassem no governador com o qual tinha conluio, processo que era acompanhado pela ameaça constante dos seus jagunços. Tratava-se de um voto conduzido, que feria um processo eleitoral *civilizado e legal*, já que não cumpria um princípio básico da República, a soberania do povo.

Vencida essa etapa, o *Norte* estaria apto a se modernizar, a receber o progresso: “Dizendo que, depois, estável que abolisse o **jaguncismo**, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, **botando pontes**, baseando **fábricas**, remediando a **saúde de todos**,

³⁰⁷ Isso nos reportou às supostas missões civilizadoras, como as que justificaram o neocolonialismo violento na África, a do Destino Manifesto nos EUA, que provocaram o genocídio de muitas tribos indígenas, a das missões jesuítas no Brasil, que além da aculturação, provocaram a morte de milhares de indígenas por doenças para as quais não possuíam anticorpos, dentre outros.

³⁰⁸ (*Ibid.*, p.108, grifo nosso).

³⁰⁹ (*Ibid.*, p.108, grifo nosso).

³¹⁰ “Zé Bebelo desempenha o papel histórico do princípio centralizador e republicano, em oposição ao princípio federativo e localista representado pelos coronéis - Joca Ramiro e seus pares - com seus bandos privados” (GALVÃO, 1972, p.64).

preenchendo a pobreza, estreando **mil escolas**.³¹¹ Obviamente, Zé Bebelo, enquanto *deputado*, não teria o poder de empreender sozinho todas essas transformações. Suas promessas são as do Estado, que procurava reforçar o seu poder contrapondo-se aos problemas que os arcaísmos do Coronelismo implicavam: contra a violência o combate ao *jaguncismo*; diversificação da economia, até então de base exclusivamente agrária, por meio da construção de *fábricas*; combate ao analfabetismo por meio da construção de *mil escolas*; combater as doenças através da universalização do serviço de saúde; e o aumento da integração do sertão ao restante do país *botando pontes*. Um projeto de modernização, portanto, contra os arcaísmos que perduravam na estrutura sócio econômica do sertão.

Além dos indícios presentes nas falas de Zé Bebelo, é possível entrever a ingerência do Estado em seus *projetos* por meio de observações que Riobaldo, enquanto fora seu professor e secretário, realiza. “Sempre chegavam pessoas de fora, que conversavam em sozinhos com Zé Bebelo, **gente de cidade**. De um, eu soube que era **delegado**, em **missão**.”³¹² Essa *gente de cidade* fora recebida reservadamente por Zé Bebelo durante os preparativos deste para o ataque aos jagunços do *Norte*. A presença de um *delegado*, agente de segurança pública, na sua casa, em tal circunstância, é um forte sinal de que para combater os “fora-da-lei” estaria recebendo informações, bem como orientações do mesmo, presente ali em caráter de *missão*, um objetivo que evoca o sentido civilizador já entrevisto na determinação de Zé Bebelo.

Durante tais preparativos, a *fartura* era notória, observa Riobaldo:

Demais, de tudo ali se prazia fartura confortável! Abastada comida, armamento de primeira, monte de munição, roupas e calçados para os melhores. E o cobre para semanal de pagamento, pois nenhum daqueles homens estava ali por amor-de-deus, mas ajeitando seu meio de viver. Diziam que era dinheiro do **cofre do Governo**. Parecia.³¹³

As suspeitas, confirmadas por Riobaldo, de que todo esse aparato era bancado pelos *cofres do governo*, evidenciam que além das orientações, o *projeto* de Zé Bebelo estava sendo financiado pelo Estado, como se o seu bando fosse uma tropa do exército. Tal sentido se reforça, se observarmos as terminologias que Riobaldo utiliza para se referir aos jagunços e à hierarquia do bando.

De glória e avio de própria **soldadesca**, e cavalos que davam até medo de não se achar pasto que chegasse, e o pessoal perto por uns mil. Acompanhado dos chefes-de-turma

³¹¹ (ROSA, 2019, p.108).

³¹² (*Ibid.*, 2019, p.109, grifo nosso)

³¹³ (ROSA, 2019, p. 109, grifo nosso).

— que ele dava **patente** de serem seus **sotenedentes** e **oficiais** de seu terço — Zé Bebelo, montado num formudo ruço-pombo e com um chapéu **distintíssimo** na cabeça, repassava daqui p'r'ali, eguando bem, vistoriava. Me chamou para junto, eu tinha de ter à mão um caderno grosso, para por ordem dele assentar nomes, números e diversos, **amanuense**.³¹⁴

São terminologias próprias do meio militar como *soldadesca*, *patente*, *sotenedentes* (provável corruptela de subtenente), *oficiais*. A liderança de Zé Bebelo transparecia na distribuição das *patentes*, mas, se observarmos a cultura militar, deveria ter um distintivo que a simbolizasse. E tinha. Um *chapéu distintíssimo*, além de *formudo* cavalo que, certamente, o deixava mais “elevado” em relação aos demais. Além disso, note-se que as suspeitas de Riobaldo não eram vagas porque ele era o *amanuense* de Zé Bebelo podendo, portanto, ter uma noção mais exata dos recursos que circulavam no bando.

No contexto de uma batalha que empreende contra o bando do Hermógenes, transparece, novamente, o embate das forças centrais do Estado contra o poder local. Ao pedir que Riobaldo não fosse ao “campo de batalha” e permanecesse em um lugar chamado Pedra-Branca, diz Zé Bebelo: “Tem paciência, você espera, para reunir os **municipais do lugar** e fazer discurso, logo que um estafeta vier relatar qual foi nossa primeira vitória...³¹⁵ Além de combater os jagunços, podemos entrever um claro intuito de Zé Bebelo: convencer os *municipais do lugar*³¹⁶ por meio de um *discurso*, que um outro sistema político era mais desejável. Lembre-se que é no âmbito da esfera municipal que o coronelismo se fazia mais evidente.

Quando Zé Bebelo volta da batalha que vencera,³¹⁷ ficara ainda mais fácil convencer o povo de que tal sistema deveria ser a *república*: “Ao que Zé Bebelo elogiou a lei, deu **viva ao governo**, para perto futuro prometeu muita **coisa republicana**.”³¹⁸ Com tal exaltação, indicava, portanto, que o sistema que seria implantado na esfera municipal era determinado pelo *governo*.

³¹⁴ (*Ibid.*, p.109, grifo nosso).

³¹⁵ (*Ibid.*, p.110, grifo nosso).

³¹⁶ Não é por coincidência que Zé Bebelo é aliado do governo, armado por ele, financiado por ele: é o princípio centralizador respaldado pelo centro. Os outros chefes, Joca Ramiro inclusive, fazem parte da habitual aliança privada de dominação, eventualmente - e é o caso do enredo deste romance - em oposição ao poder central, mas sempre com forte poder local. (GALVÃO, 1972, p.65).

³¹⁷ “Para lá do Rio Pacú, no município de **Brasília**, tinham volteado um bando de jagunços — o com o valentão Hermógenes à testa — e derrotado total. Mais de dez mortos, mais de dez cabras agarrados presos; infelizmente só, foi que aquele Hermógenes conseguira de fugir. Mas não podia ir a longe! Ao que Zé Bebelo **elogiou a lei, deu viva ao governo**, para perto futuro prometeu muita coisa **republicana**”. (*Ibid.*, p.110, grifo nosso). Muito provavelmente o município ao qual se refere Riobaldo seja o atual *Brasília de Minas* e não a capital federal atual, mas não deixa de ser um acaso interessante, ainda mais se considerado à luz do contexto. Tal município estabelece uma fronteira entre o *bando* de Zé Bebelo e o bando do Hermógenes, entre um defensor da *coisa republicana*, da *lei*, do *governo* e o líder da jagunçada braba, bárbara, do sertão sem lei.

³¹⁸ (ROSA, 2019, p.110, grifo nosso).

De todo modo, Zé Bebelo aproveita o ensejo para se promover. Visando camuflar o seu intuito, solicita a Riobaldo, com modéstia afetada: `Você deve de citar mais é em **meu nome**, o que por meu recato não versei. E falar muito **nacional**...’”³¹⁹ O interesse particular se mistura ao público, portanto, mesmo em uma situação em que o poder público, ainda que indiretamente, buscava combater interesses privados.

Mais uma prova de que Zé Bebelo agia como uma força militar nacional se verifica na destinação que dera aos prisioneiros feitos em tal combate com o bando do Hermógenes.

Daí, quando se estava no depois do almoço, vieram cavaleiros nossos, tangendo o troço de presos. Senti pena daqueles pobres, cansados, azombados, quase todos sujos de sangues secos — se via que não tinham esperança nenhuma decente. Iam de leva para a **cadeia** de **Extrema**, e de lá para outras cadeias, de certo, até para a da **Capital**.³²⁰

Foram encaminhados até a uma *cadeia*, instituição de represália do Estado. Primeiro a uma regional, a de *Extrema*, e de lá, supõe Riobaldo, à da *Capital*, de onde certamente partiam as coordenadas para o que Zé Bebelo deveria fazer no sertão. Essa destinação, evidentemente, era incomum perante a tradição jagunça. Zé Bebelo agia sob os parâmetros de um outro sistema de justiça. “Apreciei a excelência dele, no sistema de não se matar”³²¹, disse Riobaldo referindo-se à resolução que tomara diante de outros prisioneiros, agora, do bando do Ricardão: “Mas mais não se aproveitou, o Ricardão já tinha tido fuga. Então os nossos, de jeriza, com os oito prisioneiros feitos queriam se concluir. — `Eh, de jeito nenhum, êpa! Não consinto covardias de perversidade!’”³²² Notoriamente Zé Bebelo contraria o costume dos jagunços em tal situação que *queriam se concluir*, ou seja, matar os prisioneiros. Um ato bárbaro, mas que estaria conforme a tradição da jagunçagem. É difícil conceber que um agente da justiça oficial conseguisse demover os jagunços de tal ato. Para mudar tal prática “por dentro”, só mesmo por um jagunço a mando do governo. Em outras palavras, é como se o moderno se vestisse de arcaico para mudar o arcaico.

Riobaldo, no entanto, parecia entrever as contradições. Para justificar sua deserção do bando de Zé Bebelo, afirma: “Fugi. De repente, eu vi que não podia mais, me **governou** um desgosto. Não sei se era porque eu reprovava aquilo: de se ir, com tanta maioria e largueza, matando e prendendo gente, na constante **brutalidade**”.³²³ Podemos, claro, apontar que tal

³¹⁹ (ROSA. 2019, p.110, grifo nosso).

³²⁰ (*Ibid.*, p. 110-111).

³²¹ (*Ibid.*, p.112).

³²² (*Ibid.*, p.112).

³²³ (*Ibid.*, 2019, p.112, grifo nosso).

atitude é decorrente do constante conflito que a condição jagunça provocava em Riobaldo, mas há elementos nesse trecho que nos parecem sugerir que, além disso, Riobaldo via contradição do governo em combater a brutalidade com mais *brutalidade*. Se essa suposição procede, o uso do vocábulo *governou* pode ter sido usado como um recurso de ênfase.

Ao comentar a violência que acometia Minas Gerais durante o auge da mineração do ouro no século XVIII, Antonio Candido (1977) aponta que a *Ordem pública* a foi disciplinando também fazendo uso de *valentões*. Tal contradição pode ser entrevista, de acordo com o crítico, no poema Vila Rica,³²⁴ de Cláudio Manuel da Costa.

O poema canta a vitória da ordem pública sobre este estado de coisas, mas deixa ver que o movimento se fazia, tanto do lado oficial, quanto do lado dos caudilhos rebeldes e dos francos desordeiros, por meio da ação dos valentões, frequentemente formando bandos a serviço dos chefes locais, precursores dos coronéis dos nossos dias.³²⁵

Candido aponta ainda outras obras em que a violência é combatida com violência, recrutando-se marginais, e conclui: “Assim, entrevemos que no mundo da violência, então como agora, há pouca variação de método entre transgressores e defensores da lei.”³²⁶

O que expusemos até aqui nos autoriza a sugerir que há, nesse aspecto, uma problematização da dualidade barbárie *versus* civilização que cerca a questão da jagunçagem, já que as ações bárbaras dos jagunços de Zé Bebelo foram orquestradas pelo Estado pretensamente civilizado. Se combateu violência com violência e jagunço com jagunço.

Buscaremos demonstrar, adiante, que tal dualidade ganha contornos ainda mais complexificados diante das contradições, ambiguidades e volatilidades de Zé Bebelo, chegando ao ápice durante o seu julgamento, uma instituição tipicamente civil, mas que é usada pelos transgressores da lei.

4.2.2 Dentro do moderno, as armas do arcaico

Como se pode supor a partir do subcapítulo anterior, Zé Bebelo representa o projeto do Estado de integração e modernização dos territórios dominados por estruturas arcaicas. “Considerava o **progresso** de todos — como se mais esse **todo Brasil, territórios.**”³²⁷ O discurso utilizado pelas forças centralizadoras do Estado, e que Zé Bebelo verbaliza, se

³²⁴ Provavelmente terminado em 1773, de acordo com Candido (1977, p.136)

³²⁵ (CANDIDO, 1977, p.137).

³²⁶ (*Ibid.*, p.138).

³²⁷ (ROSA. 2019, p.65, grifo nosso).

fundamenta na necessidade do *progresso* se espriaiar aos *territórios* de *todo* o *Brasil*, não ficando circunscrito ao litoral, às cidades.

Zé Bebelo se move, portanto, sob o motor da transformação, “Falou que vai reformar isto tudo!”³²⁸, “vai remexer o mundo!”³²⁹, “Aquele queria saber tudo, dispor de tudo, poder tudo, tudo alterar.”³³⁰ Todavia, a modernização que engendra se mostra superficial, débil, e conservadora de muitos arcaísmos.³³¹ Isso já se mostra no período imediatamente anterior à guerra que empreenderia contra os jagunços, no bojo dos estudos que realiza tendo Riobaldo como professor. Zé Bebelo manifesta uma urgência em resolver rapidamente o seu atraso educacional, “O que ele queria era botar na cabeça, duma vez, o que os livros dão e não. Ele era a inteligência! Vorava.”³³², apesar de já ser alfabetizado e saber as operações matemáticas básicas³³³. Essa necessidade voraz de Zé Bebelo se instruir a curto prazo parece alegorizar o processo de modernização no Brasil (e de outros países periféricos do capitalismo), que também foi movido por uma abrupta necessidade de se adequar a determinado padrão de desenvolvimento sócio econômico, de moldes exógenos.³³⁴ Pode-se dizer que tal desenvolvimento não foi atingido e o atraso foi escondido por meio de simulacros de modernidade³³⁵. Comparativamente, Zé Bebelo também dissimula e esconde que estava estudando: “Me ferrou do braço, com porção de falas e agrados, subiu a escada comigo, me levou para um quarto, lá dentro, ligeiro, parecia até que querendo me esconder de todos.”³³⁶ E depois, combina: “Vamos constar é que estou assentando os planos! Você fica sendo meu

³²⁸ (*Ibid.*, 2019, p. 74).

³²⁹ (*Ibid.*, 2019, p. 74).

³³⁰ (*Ibid.*, 2019, p.65).

³³¹ “Em vez de simplesmente deixar para traz o romance de Machado (o romance urbano) Rosa, delicada e sorrateiramente, faz uma releitura crítica das velhas estruturas imaginárias que ainda existem no Brasil “moderno”. Traz à baila as mentalidades perenes do colonialismo e do Império, que persistem intocadas pelas vanguardas”. (ROSENFELD, 2007, p.11).

³³² (ROSA, 2019, p.106).

³³³ “Assim ler e escrever, e as quatro contas, ele já soubesse, consumia jornais.” (*Ibid.*, p.106).

³³⁴ Tal necessidade de acelerar a modernização também se refletiu no meio cultural, especialmente na literatura, diante da qual Rosa resistiu, segundo Rosenfield: “A obra de Guimarães Rosa surge num momento crucial da sociedade brasileira [...]. Momento no qual um país profundamente rural e arcaico começa a se transformar de maneira muito rápida, muito precipitada. A semana de 22 é um dos exemplos desta precipitação que transforma a literatura brasileira segundo os modelos e os gestos da arte européia. A importação dos vanguardistas têm um elo íntimo com os gostos e conceitos da modernização européia. Modernização esta, que não corresponde bem ao estado de coisas do Brasil. Guimarães Rosa resiste deliberadamente, conscientemente, à literatura dos vanguardistas brasileiros. Ele pagou muito caro por isso durante um tempo, foi acusado de ser retrógrado, de fazer uma estética da pobreza, de fazer uma coisa arcaizante, local, um regionalismo etc. Agora, o que Guimarães Rosa fez, na verdade, era tentar equacionar uma ruptura que foi rápida demais”. (ROSENFELD, 2007, p.11).

³³⁵ Além dos discursos empolados, Zé Bebelo exhibe, de modo afetado, certa erudição, ao utilizar um termo latino para se referir à morte de Medeiro Vaz: “Aqui soube. *Lux* eterna...” (*Ibid.*, p.75, grifo nosso).

³³⁶ (*Ibid.*, p.106).

secretário.”³³⁷ Zé Bebelo, portanto, dissimula que estava envolvido com estratégias para a guerra, *assentando planos*, para não ser visto com estranheza pela tradição jagunça, enquanto buscava o lustro de sujeito civilizado,³³⁸ condição desejável para guiar uma missão modernizadora. Os estudos, logo antes de saírem a combate não nos parece ser um elemento fortuito, portanto.

Outro motivo que podemos apontar para Zé Bebelo procurar esconder que estava estudando, atrela-se a um aspecto de ordem cultural muito forte no sertão: o machismo. Em meio a grupos de homens brutalizados, condicionados à ação física constante, a maioria analfabeta, estudar poderia significar fraqueza ou coisa de homem afeminado. Zé Bebelo, portanto, enquanto líder de homens com essa natureza, necessitava dissimular. Tal sentido é reforçado em trecho logo seguinte, em que Riobaldo afirma que os jagunços debochavam, às escondidas, dos projetos políticos de Zé Bebelo, mas ainda lhe mantinham firme respeito “Por via de sua macheza”.³³⁹ Macheza atrelada a ações de coragem, valentia e destreza, valorizados pelos códigos de honra e moral dos jagunços:

Ah, Zé Bebelo era o do duro — sete punhais de sete aços, trouxados numa bainha só! Atirava e tanto com qualquer quilate de arma, sempre certa a pontaria, laçava e campeava feito um todo vaqueiro, amansava animal de maior brabeza — burro grande ou cavalo; duelava de faca, nos espíritos solertes de onça acuada, sem parar de pôr; e medo, ou cada parente de medo, ele cuspiam em riba e desconhecia. Contavam: ele entrava de cheio, pessoalmente, e botava paz em qualquer rutuba. Ô homem couro-n’água, enfrentador! Dava os urros. E mesmo, para ele, parecia não ter nada impossível. Com tanta bobéia assim, desfrutável e escurril, e aí de quem pensasse em poitar olho de chacotas: morria vertiginoso...³⁴⁰

Se juntarmos as duas possíveis motivações para Zé Bebelo não publicizar que estava estudando, expostas acima, podemos considerar que se trata de uma contemporização entre o moderno e o arcaico. O necessário conhecimento formal deveria ser buscado, mas tendo em vista que ocorreria em meio a uma sociedade pouco alfabetizada e machista. Tal contemporização de Zé Bebelo reincide em outros momentos da narrativa e nos parece alegorizar o processo de modernização conservadora ocorrida no Brasil, durante o século XX.

Como salienta Galvão (1972), Zé Bebelo possuía atributos pessoais modernos e tradicionais, e concebemos que é justamente por isso que ele era a pessoa ideal para o tipo de projeto de modernização que o governo precisava empreender em um território dominado pelo

³³⁷ (*Ibid.*, p.106).

³³⁸ Outro motivo, e não excludente do outro, é que se esperava se tornar “deputado” depois da guerra e, portanto, deveria se preparar para tal.

³³⁹ (*Ibid.* 2019, p.107).

³⁴⁰ (*Ibid.*, p.107-108).

arcaísmo. Precisava-se de um líder que não apenas defendesse os ideais patrióticos e possuísse as qualidades de um civilizado, mas que também possuísse atributos que facilitassem a sua inserção naquele universo cultural, como a valentia, a coragem, a honradez, etc, tendo em vista que não seria possível realizar uma mudança radical, mudar uma estrutura arcaica para uma moderna a curto prazo.

A inteligência e a valentia, por exemplo, que de acordo com Riobaldo seriam incompatíveis em uma pessoa, nele convergem:

Soava no que falava, artes que falava, diferente na autoridade, mas com uma autoridade muito veloz. Desarmado, uma vez, caminhou para o Leôncio Dú, que tinha afastado todo o mundo e meneava um facão. Como gritou: — “Você quer vermelho? Te racho, fré!” Ao de que, o Leôncio Dú decidiu deixou o facão cair, e se entregou. Senhor ouve e sabe? Zé Bebelo era **inteligente e valente**. Um homem consegue intrujar de tudo; só de ser inteligente e valente é que muito não pode.³⁴¹

Supomos não ser exagero apontar que, de modo geral, a inteligência é associada com a civilização e a valentia com a selvageria, a barbaridade. Se for possível tais enquadramentos simbólicos, poderíamos dizer que em Zé Bebelo há, então, a convergência de universos culturais distintos, dos dois pólos da dualidade sertão *versus* litoral, o que torna esse personagem central para a análise geral deste trabalho.

Por possuir tais atributos, o personagem mostra-se volátil, oscilando de acordo com as circunstâncias,³⁴² “Sem menos, se entusiasmava com qual-me-quer, o que houvesse: choveu, louvava a chuva; trapo de minuto depois, prezava o sol.”³⁴³, algo que se ajusta, de acordo com Candido, a um dos princípios que regem a obra, o da reversibilidade:

Por isso é que, sendo as condutas relativas e o mundo tão cheio de reversibilidade, não há barreiras marcando a separação. O mesmo homem pode ser hoje soldado e amanhã jagunço, ou o contrário, assim como o versátil Zé Bebelo começa como saneador do Norte contra o jaguncismo, em nome da lei e do governo; vira jagunço e continua não obstante agindo como se estivesse na mesma tarefa patriótica; termina fazendeiro de novo e planeja tornar-se homem da cidade - tudo em função de uma certa utopia política de modificação do mundo sertanejo, segundo o qual ele prosperaria quase ritualmente, ao mesmo tempo que a terra. Zé Bebelo, portanto, mostra grande capacidade de se moldar de acordo com as circunstâncias.³⁴⁴

A referida versatilidade de Zé Bebelo pode ser entrevista no trecho seguinte, em que consegue conjugar a tradição jagunça com os imperativos da nacionalização.

³⁴¹ (*Ibid.*, p.65).

³⁴² Isso nos remeteu ao típico fisiologismo que organiza as ações de parcela considerável dos políticos brasileiros.

³⁴³ (*Ibid.*, p.65).

³⁴⁴ (CANDIDO, 1977, p.148).

Vim cobrar pela vida de meu amigo Joca Ramiro, que a vida em outro tempo me salvou de morte... E liquidar com esses dois **bandidos**, que **desonram** o nome da Pátria e este sertão nacional! Filhos da égua...” — e ele estava com a raiva tanta, que tudo quanto falava ficava sendo verdade.³⁴⁵

Em sua declaração, utiliza uma terminologia, *desonra*, que evoca um princípio caro aos jagunços, derivada da tradição cavaleiresca medieval, a honra, para acusar aqueles que não a possuem e, não por acaso, são chamados de *bandidos*. Estes infringiram não somente a lei do sertão ao matarem o chefe à traição, mas a lei da nação, da *Pátria*. A necessidade de vingança, tradição no âmbito da moral jagunça, é habilmente mobilizada para conjugar, a um só tempo, uma razão pessoal - *cobrar pela vida* de um amigo - com a do Estado, que é *liquidar* com a jagunçagem e tornar o sertão, efetivamente, *nacional*. Tal intento fica ainda mais claro, na sequência, em uma exclamação: “Vim por **ordem** e por **desordem**. Este cá é meus exércitos!...”³⁴⁶ Fala, portanto, em nome da *ordem* legal do país, e para tanto conta com *exércitos*, mas caso seja necessário, seguirá a lei jagunça, vista como *desordem* pelo crivo da ordem legal.

Ainda no bojo do movimento para vingar a morte de Joca Ramiro, Zé Bebelo aproveita para reclamar da falta de símbolos patrióticos no sertão, um indicativo de sua falta de nacionalidade.

Sempre, no fim, por animar, levantava demais o braço: — “Ainda quero passar, a cavalos, levando vocês, em **grandes cidades!** Aqui o que me faz falta é uma **bandeira, e tambor e cornetas, metais** mais... Mas hei-de! Ah, que vamos em Carinhanha e Montes Claros, ali, no haja vinho... Arranchar no mercado da Diamantina... Eh, vamos no Paracatú-do-Príncipe!...” Que boca, que o apito: apitava.³⁴⁷

Bandeira, tambor, cornetas, metais (instrumentos musicais de sopro), são elementos tradicionais em festejos patrióticos, que se tornaram muito relevantes na consolidação da identidade das nações. Notemos que estabelecer tal rito no sertão é parte de uma pré-condição para Zé Bebelo levar os jagunços até as *grandes cidades*. Nacionalizar o sertão os prepararia para acessarem o espaço de onde irradiavam os valores da nação. Ou seja, era preciso que, primeiro, se tornassem efetivamente brasileiros, internalizando valores patrióticos.

Apesar de manifestar o desejo de nacionalizar o sertão e estabelecer uma ordem republicana, na prática, todavia, Zé Bebelo contemporizava com práticas arcaicas. “Normal,

³⁴⁵ (ROSA, 2019, 75, grifo nosso).

³⁴⁶ (*Ibid.*, p.75).

³⁴⁷ (*Ibid.*, p.78, grifo nosso)

quando a gente encontrava alguma boiada tangida, ele cobrava só **imposto** de uma ou umas duas reses, para o nosso sustento nos dias. Autorizava que era preciso respeitar o trabalho dos outros, e entusiasmar o afinco e a **ordem**, no meio do triste sertão.”³⁴⁸ Assegurava, portanto, que não houvessem sebaças, garantindo a *ordem*, mas mantendo, todavia, um costume antigo entre os jagunços: cobrar *imposto*.

Outro exemplo de contemporização com o arcaico é o caso de dois irmãos que mataram o pai. Foram pegos pelo bando de jagunços liderados por Zé Bebelo e julgados. Assim relata Riobaldo: “Demos julgamento. Ao que, fosse Medeiro Vaz, enviava imediato os dois para tão razoável força. Mas porém, o chefe nosso, naquele tempo, já era — o senhor saiba —: Zé Bebelo!”.³⁴⁹ Riobaldo aprova a resolução de seu chefe, apontando, claramente, que era uma resolução mais moderna do que a que supostamente seria tomada por Medeiro Vaz. Riobaldo cria, então, uma correspondência do comando de Bebelo com a civilização e a de Medeiro com algo mais arcaico. Ao perdoar os irmãos, no entanto, Bebelo aceita - ainda que teatralmente, o argumento dos irmãos “Tudo que Zé Bebelo se entesou sério, em pufo, empôlo, mas sem rugas em testa, eu prestes vi que ele estava se rindo por de dentro.”³⁵⁰, fundamentado na religiosidade “[...] em padroeiragem à Virgem [...]”³⁵¹ e recorre, por sua vez, a um argumento de base arcaica - do “olho por olho, dente por dente”³⁵²: “O pai não queria matar? Pois então, morreu — dá na mesma. Absolvo!”³⁵³, que não admite nem mesmo a possibilidade de haver uma contrariedade, como costuma ser nos julgamentos de instâncias jurídicas modernas, “Tenho a honra de resumir circunstância desta decisão, sem admitir apelo nem revôgo, legal e lealdado, conformemente!...”³⁵⁴. Portanto, Zé Bebelo é apresentado como agente de leis modernas, mas trata-se de algo aparente, superficial, com contradições internas. Sua volatilidade e capacidade de se moldar, todavia, ameniza as contradições. Pode ir da paz à guerra em segundos.

Ah, mas, com ele, até o feio da guerra podia alguma alegria, tecia seu divertimento. Acabando um combate, saía esgalopado, revólver ainda em mão, perseguir quem achasse, só aos brados: — “Viva a lei! Viva a lei...!” — e era o pipôco-paco. Ou: — “Paz! Paz!” — gritava também; e bala: se entregaram mais dois. — “Viva a lei! Viva a lei!...”³⁵⁵

³⁴⁸ (*Ibid.*, p.65, grifo nosso).

³⁴⁹ (*Ibid.*, p.64).

³⁵⁰ (*Ibid.*, p.64).

³⁵¹ (*Ibid.*, p.64).

³⁵² Derivado do Código de Hamurabi, do século XVIII a.C.

³⁵³ (*Ibid.*, p.64).

³⁵⁴ (*Ibid.*, p.64).

³⁵⁵ (*Ibid.*, p.66)

O pedido de *paz* poderia ser logo seguido por combate a *bala* que tudo estaria justificado pelo que rezava a sua *lei*, que Riobaldo não sabia definir bem “[...] alguém soubesse?”³⁵⁶, mas que para um veredeiro correspondia, praticamente, em uma sentença de morte “ não faz **vivalei** em mim não, môr-de-Deus, seu Zé Bebelo’, por perdão... ”³⁵⁷A composição *vivalei*, em que o vocábulo *lei* não está separado, acentua esse sentido, pois parece sinalizar que o veredeiro não identificava na prática de Zé Bebelo o exercício de um código de justiça; *vivalei* era apenas uma massa verbal que significava a sua vida em risco.

A propósito, Bolle aponta que o nome “Bebelo” ou “Rebelo”, significa o que, de fato, move Zé Bebelo. “[...] *de re-bellun* - aquele que sempre volta a praticar a guerra, aquele que gostava prático da guerra, do que provava um muito forte prazer - é uma figuração da própria guerra.”³⁵⁸ O seu julgamento, portanto, é o julgamento da instituição da guerra³⁵⁹ entre os jagunços, que supostamente cessa durante o mesmo, mas é retomada logo em seguida com a morte de Joca Ramiro.

Trata-se, assim, de um personagem ambíguo, pois aparenta ser um vetor da modernização, da civilização, mas é engendrado, na verdade, pela guerra. Por outro lado, é a sua prisão que motivará a existência de uma instituição cívica, um tribunal, que impele os bárbaros jagunços a se tornarem “jagunços civilizados”. Ou seria tudo uma encenação, como defende Bolle?

A seguir passaremos, portanto, à análise do julgamento³⁶⁰ de Zé Bebelo, circunstância em que fica ainda mais clara a conjugação e a complexificação entre o moderno e o arcaico, a civilização e a barbárie, na sua figura, bem como em outros personagens e na própria existência do tribunal.

4.2.3 Prévia do julgamento

Depois de ser aprisionado, Zé Bebelo invoca o julgamento por meio de um código típico dos valentes, o desafio: “Assaca! Ou me matam logo, aqui, ou então eu exijo julgamento correto legal!...”.³⁶¹ Joca Ramiro deveria escolher, portanto, entre uma resolução bárbara e uma

³⁵⁶ (*Ibid.*, p.66).

³⁵⁷ (*Ibid.*, p.66).

³⁵⁸ (BOLLE, 2004, p.125-126).

³⁵⁹ “Discute-se ali a instituição representada alegoricamente pelo seu nome.”(BOLLE, 2004, p.125-126).

³⁶⁰ “[...] episódio-chave a partir do qual se pode ter uma visão de toda a rede de discursos, comentários e fragmentos que definem o sistema jagunço.” (BOLLE, 2004, p.125).

³⁶¹ (ROSA., 2019, p.205).

civilizada. Depois da forma como Zé Bebelo foi capturado, como se fosse um boi, pois foi pego no “laço”³⁶², e considerando a crueldade com a qual os jagunços são representados, supomos que o leitor tenda a esperar que Zé Bebelo seja morto. No entanto, Joca Ramiro escolhe julgá-lo. Tal escolha está associada a duas condicionantes que conformam este personagem: a uma nobreza cavaleiresca, de tipo medieval, e suas relações políticas e econômicas.

Riobaldo relata que, para Medeiro Vaz “[...] Joca Ramiro era único homem, **par-de-frança**,³⁶³ capaz de tomar conta deste sertão nosso, mandando por lei, de sobregovêrno”.³⁶⁴ Ou seja, era um jagunço tão distinto, como um cavaleiro *par-de-frança*, que haveria de ser o líder de um governo superior. Nota-se, portanto, que era um poder emanado de valores intrínsecos ao indivíduo, nos moldes da nobreza cavaleiresca medieval e com um forte senso de hierarquia. Nesse sentido, é oportuno destacar que, histórico culturalmente os valores da idade média são associados a uma idade das trevas, de incivilização, de acordo com a historiografia ocidental. Parece-nos, portanto, que Rosa mobiliza esse repertório da cultura ocidental para caracterizar um de seus personagens principais, para delinear um dos aspectos da sociabilidade sertaneja e, de acordo com a atitude de Joca, se contrapor à ideia de que perante à suposta luz do litoral, só existiria trevas no sertão.

Além do desafio, Zé Bebelo soubera mobilizar os códigos da moralidade sertaneja ao exigir, anteriormente, que Joca Ramiro o respeitasse.

— “Dê respeito, chefe. O senhor está diante de mim, o grande cavaleiro, mas eu sou seu igual. Dê respeito!”

— “O senhor se acalme. O senhor está preso...” — Joca Ramiro respondeu, sem levantar a voz.

Mas, com surpresa de todos, Zé Bebelo também mudou de toada, para debicar, com um engraçado atrevimento:

— “Preso? Ah, preso... Estou, pois sei que estou. Mas, então, o que o senhor vê não é o que o senhor vê, compadre: é o que o senhor vai ver...”

— “Vejo um homem valente, preso...” — aí o que disse Joca Ramiro, disse com consideração.

— “**Isso. Certo. Se estou preso... é outra coisa...**”³⁶⁵

Zé Bebelo denotou não se importar com a decretação de prisão por Joca Ramiro, *se estou preso...é outra coisa*, mas que manifestasse respeito por ele e reconhecesse sua valentia. Quando Joca assim o faz, se satisfaz. *Isso. Certo*. Portanto, nos parece que o processo civilizado

³⁶² (*Ibid.*, p.205).

³⁶³ “Cavaleiro audaz, admirado, verdadeiro chefe, superior por virtudes morais. Alusão à novela de cavalaria Carlos Magno e os Doze Pares de França, muito popular no Brasil”. (MARTINS, 2020, p.372).

³⁶⁴ (ROSA, 2019, p.40).

³⁶⁵ (*Ibid.*, p.206, grifo nosso).

se reforça paradoxalmente a partir do momento que Zé Bebelo, talvez por mero capricho retórico, mobiliza códigos de conduta jagunça entre ele e Joca.

Outra hipótese, não menos plausível, é que Joca Ramiro estivesse querendo evitar conflitos com o governo, do qual Zé Bebelo é um enviado.

Depois de decidir que haveria o julgamento, Joca Ramiro escolhe um lugar muito simbólico para as polaridades que seriam confrontadas:

Assim que Joca Ramiro fazia questã de navegar três léguas a longe com acompanhamento de todos os jagunços e capatazes e chefes, e o prisioneiro levado em riba dum cavalo preto, e todas as tropas, com munição, coisas tomadas, e mantimentos de comida, rumo do **Norte** — tudo por glória.³⁶⁶

Rumaram com Zé Bebelo para o *Norte*³⁶⁷, pois é justamente esse território que ele se dispusera a civilizar a mando do governo central. E mais, seria realizado na Fazenda Sempre-Verde, do doutor Mirabô de Melo, provavelmente um coronel que se valia dos serviços dos jagunços, tratado por eles como “amigo”. Portanto, o julgamento ser realizado em uma fazenda significava que o processo ocorreria sob a influência que a política de alianças entre jagunços e coronéis mantinha no sertão. O nome da fazenda, inclusive, de acordo com Bolle, aponta a permanência de tal política: “Note-se que o nome da fazenda, ‘Sempre-Verde’, funciona como uma daqueles emblemas barrocos, em que um símile da história natural serve para legitimar uma ordem pública que se quer perpétua”.³⁶⁸

Por essas razões é que Joca Ramiro *fazia questã*, e fica subentendido na resposta que Diadorim dá para Riobaldo que não entendia o porquê do deslocamento tão longo: “Mas, por que causa iam dar com aquele homem tamanha passeata? Carecia algum? Diadorim não me respondeu. Mas, pelo que não disse e disse, tirei por tino.”³⁶⁹ Ou seja, Riobaldo inferiu, *pelo que não disse* Diadorim, que se explicava de acordo com as alianças entre coronéis e líderes jagunços, das quais não se falava abertamente, já que estaria internalizada.

Por outro lado, realizar um julgamento por meio de um tribunal não era um costume na tradição jagunça.

Arte, o julgamento? O que isso tinha de ser, achei logo que ninguém ao certo não sabia. O Hermógenes me ouviu, e gostou: — ‘É e é. Vamos ver, vamos ver, o que não

³⁶⁶ (ROSA, 2019, p. 208, grifo nosso).

³⁶⁷ “Essa cena põe em xeque a afirmação de Euclides da Cunha de que o juízo da História não se deslocaria até o sertão. Trata-se do julgamento de Zé Bebelo na Fazenda Sempre-Verde por Joca Ramiro e seus jagunços, com a conotação alegórica de um tribunal da História no meio do sertão”. (BOLLE, 2004, p.98).

³⁶⁸ (BOLLE, 2004, p.126).

³⁶⁹ (ROSA, 2019, p.207).

sendo dos usos...` — foi o que ele citou. — ‘Ei, agora é julgamento!’ — os muitos caçoavam, em festa fona.³⁷⁰

Como não era dos *usos*, o evento, à primeira vista, foi tratado com desdém pelos jagunços. Não acostumados ao tradicional rito de formalidade e seriedade que envolve um tribunal, o trataram como *festa fona*³⁷¹, ou seja, tiveram um comportamento no extremo contrário. Sô Candelário, umas das lideranças dos jagunços, também enxergava de forma parecida: “Sô Candelário tinha remetido dois homens, longe, no São José Preto, só para comprarem foguetes, que no fim teriam de pipocar.”³⁷²

A mistura de imagens do mundo civilizado com o arcaico sertão continua no momento que precede o início do julgamento. Depois de sentarem Zé Bebelo “[...] em um tamborete de tripés, o assento de **couro**”³⁷³, os jagunços foram se juntando ao seu redor, como se fosse uma assembleia: “A jagunçama veio avançando, feito um rodear de **gado**.”³⁷⁴ Cria-se, portanto, a imagem de um símbolo da democracia, sistema político associado à modernidade, mas contrastada pela animalização dos jagunços, que naquele agrupamento pareciam *gado*, e por um índice da cultura rústica da pecuária, o *couro*.

Outro significado possível que a disposição circular dos jagunços em torno de Zé Bebelo sugere é a do teatro antigo. Tanto nos anfiteatros gregos quanto nos romanos essa era a forma tradicional. Suposição que nos ocorreu a partir da teoria de Bolle que o julgamento encena uma auto avaliação do “sistema jagunço”:

O julgamento de Zé Bebelo é a peça-chave de uma representação teatral, retórica e mascarada, em que o sistema jagunço fala de si mesmo. Zé Bebelo, Joca Ramiro, Ricardão, Hermógenes, assim como os demais chefes e seus comandados, são figuras cuja existência está fundamentada no discurso da jagunçagem - entendendo-se “discurso”, no sentido de Michel Foucault, como a representação verbal de uma instituição - que existe também fora do romance e condiciona a fala de todos os seus integrantes, sendo eles reais ou ficcionais.³⁷⁵

Sendo assembleia ou teatro, a configuração já estava dada para o julgamento começar...

³⁷⁰ (*Ibid.*, p.207).

³⁷¹ De acordo com Martins (2020, p.232), “festa” é feminino do adjetivo “festo”, “festivo”, “feliz”, e “fona” significa “azáfama”, logo “festa fona” significa “alegre azáfama”.

³⁷² (ROSA, 2019, p.207).

³⁷³ (*Ibid.*, p.209).

³⁷⁴ (*Ibid.*, p.209).

³⁷⁵ (BOLLE, 2004, p. 126).

4.2.4 Um tribunal no meio do sertão

Zé Bebelo, desde o início, denota ser, como se espera, o conhecedor do rito de um tribunal. Do tamborete de couro em que estava, convida os demais jagunços a se sentarem: “— ‘Se abanquem... Se abanquem, senhores! Não se vêem...’ — ainda falou, de papeata, com vênias³⁷⁶ e acionados³⁷⁷, e aqueles gestos de cotovelo, querendo mostrar o chão em roda, o dele.”³⁷⁸ Riobaldo denota que esse discurso inicial de Zé Bebelo é acompanhado de muito formalismo nos gestos, algo típico da cultura dos comportamentos em um tribunal cível. A fim de ressaltar isso, utiliza, inclusive, um termo comum em tais circunstâncias, a *vênia*. O convite de Zé Bebelo nos sugere que todos ficassem à mesma altura a fim de demonstrar que o julgamento seria justo, procedido sobre bases igualitárias. Tal comportamento, no entanto, não codificado pelos jagunços, foi visto como afronta. Joca Ramiro, no papel de juiz que deve manter a ordem no tribunal, intervêm rapidamente: “Joca Ramiro, astuto natural, aceitou o louco oferecimento de se abancar: risonho ligeiro se sentou, no chão, defronte de Zé Bebelo”.³⁷⁹ Gesto que, além do referido, anunciava a sua nobreza - um “lorde”, na avaliação de Riobaldo -, correspondendo à alta política que iniciara quando decidira que haveria julgamento.³⁸⁰ Logo em seguida, Zé Bebelo também se senta no chão. Às demais lideranças, submetidas hierarquicamente a Joca, não restava outra coisa a não ser se comportar de modo parecido ao grande chefe: “E até os outros chefes, todos, um por um, mudaram de jeito: não se sentaram também, mas foram ficando moleados ou agachados, por nivelar e não diferir.”³⁸¹

Demonstrando sua grande capacidade de se moldar de acordo com as circunstâncias, Zé Bebelo, diante de ameaça de Joca Ramiro, volta a mobilizar um código cultural que os jagunços entendem e valorizam, a valentia:

³⁷⁶ Significa “reverência; mesura; gesto”, de acordo com Martins (2020, p.520).

³⁷⁷ Significa “gesto, movimento que acompanha o discurso”, de acordo com Martins (2020, p.8).

³⁷⁸ (ROSA, 2019, p.209).

³⁷⁹ (*Ibid.*, p.209).

³⁸⁰ Tal imagem corresponde à do primeiro encontro entre os dois: “Joca Ramiro chegando, **real**, em seu alto cavalo branco, e defrontando Zé Bebelo a pé, rasgado e sujo, sem chapéu nenhum, com as mãos amarradas atrás, e seguro por dois homens. Mas, mesmo assim, Zé Bebelo empinou o queixo, inteirou de olhar aquele, cima a baixo. Daí disse: — “Dê respeito, chefe. O senhor está diante de mim, o grande cavaleiro, mas eu sou seu igual. Dê respeito!”. (*Ibid.*, p.206). A respeito desse trecho, escreve Roncari: “Não era a primeira vez que se associava Joca Ramiro a alguém ‘real’, não só por causa de sua figura alta e soberana, como a descrita acima, parecendo um rei do sertão, mas também devido a sua forma de exercer o poder, tendo grandeza o bastante para descer de sua posição e colocar-se em pé de igualdade com o inimigo derrotado; por isso Zé Bebelo podia dizer: “eu sou seu igual”. (RONCARI, 2004, p.266).

³⁸¹ (ROSA, 2019, p.209).

— “Lhe aviso: o senhor pode ser fuzilado, duma vez. Perdeu a guerra, está prisioneiro nosso...” — Joca Ramiro fraseou.
 — “Com efeito! Se era para isso, então, para que tanto requifife?” — Zé Bebelo repostou, com toda a ligeireza.³⁸²

No plano da linguagem, todavia, Zé Bebelo mantém traços da formalidade exigida pela civilidade de um tribunal, utilizando vocabulário pomposo - *com efeito*, bem como mantêm os códigos comportamentais. “Reajo é com protesto. Rompo embargos! Porque acusação tem de ser em sensatas palavras — não é com afrontas de ofensa de insulto...” — Encarou o Hermógenes: — ‘Homem: não abusa homem! Não alarga a voz!...’.³⁸³ Zé Bebelo aciona dispositivos legais de um julgamento - *protesto, embargos* - e exige uma linguagem adequada, *sensatas palavras*, à acusação, fazendo um claro contraponto às *ofensas* de Hermógenes que, assim, fica realçado como incivilizado.

Joca Ramiro, por sua vez, também demonstra habilidade para se mover de um pólo a outro - entre os códigos do tribunal e a “lei do sertão”. Para resolver esse conflito entre Zé Bebelo e Hermógenes durante o julgamento, mobiliza códigos culturais próprios dos sertanejos

— “Mas ele não falou o nome-da-mãe, amigo...” E era verdade. Todo o mundo concordou, pelo que vi de todos. Só para o nome-da-mãe ou de “ladrão” era que não havia remédio, por ser a ofensa grave. Com Joca Ramiro explicar assim, não havia jagunço que não aceitasse o razoável da ponderação, o relembado. O Hermógenes mesmo se melou na atrapalhação das ligeirezas, e aí tinha de condizer.³⁸⁴

Para convencer Hermógenes, Joca Ramiro aciona, portanto, o seu repertório cultural de sertanejo, compartilhado, tacitamente, entre os jagunços (inclusive o Hermógenes), que fundamenta e ajuda a avaliar o que seria uma *ofensa grave*. Atrelada, no caso, a uma forte base moral, permitiu que o consenso de que não se tratava de falta grave e todos aceitaram *o razoável da ponderação*. E podemos dizer que, para tanto, Joca Ramiro utiliza um recurso e uma forma típica entre os atores de um processo judicial, a retórica. Além do referido recurso, procura, formalmente, ordenar as etapas do processo — “A gente pode principiar a **acusação**.”³⁸⁵ É rito de um tribunal cível começar pela *acusação*, e terminar com uma *sentença*, “Ele mesmo, Joca Ramiro, como de lei, deixava para dar opinião no fim, baixar sentença.”³⁸⁶, papel que cabe a um juiz.

³⁸² (*Ibid.*, p.210).

³⁸³ (*Ibid.*, p.214).

³⁸⁴ (*Ibid.*, p.214).

³⁸⁵ (*Ibid.*, p.212).

³⁸⁶ (*Ibid.*, p.212).

Se Joca Ramiro mobilizou a cultura como recurso retórico, mais notório ainda se percebe nos discursos de Zé Bebelo.

Assim se diz. Joca Ramiro não reveio logo. Mexeu com as sobancelhas. Só, daí:
 — “O senhor veio querendo **desnortear**, desencaminhar os sertanejos de seu **costume velho de lei...**”
 — “Velho é, o que já está **de si desencaminhado**. O **velho** valeu enquanto foi **novo...**”
 — “O senhor não é do sertão. **Não é da terra...**”
 — “**Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é é a minhoca — que galinha come e cata: esgaravata!**”³⁸⁷

O uso da palavra *desnortear*, à primeira vista, poderia ter o sentido de desorientação, mas quando contemplada no contexto de toda a frase, percebe-se que o sentido é político. Joca está acusando Zé Bebelo de querer impingir outra lei, outra ordem, diferente do *costume velho*, ou seja, da tradicional *lei* sertaneja. Zé Bebelo o contrapõe por meio de torneios retóricos dizendo que, na verdade, o sertão já estava mudando, já estava *de si desencaminhado* e que *velho* só vale enquanto está *novo*, ou seja, transpôs de um sentido sociocultural para a dimensão da utilidade. Joca, ainda assim, recoloca a dimensão cultural, *não é da terra*, apontando que Zé Bebelo não teria um pertencimento cultural suficiente para dizer aquilo. Este, novamente, responde de forma retórica, transpondo da dimensão cultural para uma biológica: — “*Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é é a minhoca — que galinha come e cata: esgaravata!*”.

Se o julgamento já causava estranhamento entre os jagunços, tais artifícios da linguagem, no diálogo entre Joca e Zé Bebelo, incomuns na sociabilidade deles, tornava a compreensão difícil: “Estavam escutando sem entender, estavam ouvindo missa.”³⁸⁸ De certa forma, tal dinâmica alegoriza o alheamento do povo brasileiro da participação nas grandes decisões da vida pública nacional e ao mesmo tempo dirige uma crítica à manipulação discursiva feita pelos políticos. Bolle diz algo parecido, nesse sentido: “Com efeito, os discursos de Zé Bebelo são a alegoria de um Brasil retórico, eternamente projetado para o futuro.”³⁸⁹

Portanto, levando-se em conta o nível anímico e discursivo, percebe-se que há no julgamento uma imbricação entre elementos do mundo sertanejo, arcaico, e elementos da cultura da *civitas*, moderna, *complexificando* a dualidade civilização *versus* barbárie. A fim de apontarmos mais um exemplo, nesse sentido, verifiquemos o que diz Diadorim a Riobaldo ao fim de seu discurso: “Diadorim mais me disse: e que tinha sido **menos por minhas tantas**

³⁸⁷ (*Ibid.*, p.211).

³⁸⁸ (*Ibid.*, p.211).

³⁸⁹ (BOLLE, 2004, p.133).

palavras, do que pelo rompanete **brabo** com que falei, **acendido**, exportando uma espécie de autoridade que em mim veio”.³⁹⁰ Ou seja, Riobaldo não seguiu o protocolo comportamental que se espera em um tribunal, agindo de acordo com o que a tradição jagunça cultua, falando sem comedimentos, *acendido*, demonstrando uma *brabeza*, conduta valorizada por Diadorim, que pouco se interessou por suas *palavras*. Diadorim manifesta, portanto, uma apropriação superficial do processo de um julgamento, atendo-se mais à forma do que ao conteúdo, à argumentação. O que nos parece alegorizar, assim como todo o julgamento, a superficialidade da modernização no Brasil. Roncari assinala que a adaptação do tribunal aos costumes do sertão, alegoriza a situação periférica do Brasil em face do mundo moderno:

“Uma instituição que incorporasse o costume, em vez de simplesmente combatê-lo para erradicá-lo e substituí-lo por uma ordem artificial vinda de fora, como fazia Zé Bebelo, usando para isso dos mesmos meios violentos dos jagunços. [...] De alguma forma, o Brasil estava sendo ali também alegorizado, como um enorme espaço periférico [...], experimentando as possibilidades de civilização [...]”³⁹¹

4.2.5 Juízes do sertão

Durante o julgamento, tanto no plano dos argumentos, quanto até mesmo no plano figurativo, “Sô Candelário duma banda de Joca Ramiro, com Titão Passos e João Goanhá; o Ricardão da outra, com o Hermógenes.”³⁹², se conforma por dois grupos. Um que defende a absolvição de Zé Bebelo e outro a sua condenação e morte. Um que aceita uma contemporização com a lei da cidade, com o poder público, e outro que não aceita. Tal polarização já prenunciava a guerra que se seguiria ao julgamento. Vamos buscar, a seguir, analisar o discurso de cada um à luz de seus atributos e formação.

Antes de relatar o que Hermógenes dissera, Riobaldo salienta que [...] Hermógenes precisava de muitas vinganças.”³⁹³, ou seja, ele não estaria em condições de participar de um julgamento civilizado, pois está dominando por uma passionalidade, o desejo de *vingança*, e não pela razão. Em seguida, o caracteriza como alguém selvagem: “Ele era sujeito vindo saindo de brejos, pedras e cachoeiras, homem todo cruzado.”³⁹⁴ Tal atributo de ser *todo cruzado*, nos parece ser uma alusão à encruzilhada, local que de acordo com a cultura popular é onde se estabelece pactos com o diabo. De imediato, portanto, Riobaldo o caracteriza como um bárbaro,

³⁹⁰ (ROSA, 2019, p.223 - 224).

³⁹¹ (RONCARI, 2004).

³⁹² (ROSA, 2019, p. 211).

³⁹³ (*Ibid.*, p.212).

³⁹⁴ (*Ibid.*, p.212).

já que segundo a tradição do mundo ocidental, sobretudo com a dos países colonizadores, esses seriam selvagens e dominados por forças demoníacas.

E de fato, as atitudes de Hermógenes corroboram esse estereótipo. Em sua *acusação*, defende que Zé Bebelo fosse morto e, mais do que isso, que ocorresse de forma cruel, bárbara, como sugere a sua proposta “Acusação, que a gente acha, é que se devia de amarrar este cujo, feito porco. O sangrante... Ou então botar atravessado no chão, a gente todos passava a cavalo por riba dele — a ver se vida sobrava, para não sobrar!”³⁹⁵ Em sua argumentação, salienta que Zé Bebelo interferiu na esfera de poder do bando de Joca, “Dele é este Norte?”³⁹⁶, sob financiamento governamental, de forma não explicitada, o que o tornava pior que os soldados: “Veio a pago do Governo. Mais cachorro que os soldados mesmos... Merece ter vida não. Acuso é isto, acusação de morte. O diacho, cão!”³⁹⁷

Por ser assim, anteriormente Riobaldo já havia questionado porque Joca Ramiro o mantinha no bando, ao que Diadorim lhe argumentou:

Mais em paz, comigo mais, Diadorim foi me desinflando. Ao que eu ainda não tinha prazo para entender o uso, que eu desconfiava de minha boca e da água e do copo, e que não sei em que mundo-de-lua eu entrava minhas ideias. O Hermógenes tinha seus defeitos, mas puxava por Joca Ramiro, **fiel** — punia e terçava. Que, eu mais uns dias esperasse, e ia ver o ganho do sol nascer. Que eu não entendia de amizades, no **sistema de jagunços**. Amigo era o braço, e o aço!³⁹⁸

Ser um selvagem, um bárbaro, portanto, não era um problema perante o *sistema de jagunços*, de acordo com Diadorim, desde que ele fosse *fiel* e servisse o seu *braço* ao chefe Joca Ramiro.

Seu Candelário, por sua vez, não sugere que se mate Zé Bebelo, todavia sua proposta também é arcaica: “Só quero pergunta: se ele convém em nós dois resolvermos isto à faca! Pergunto para briga de duelo... É o que acho! Carece mais de **discussão** não... Zé Bebelo e eu — nós dois, na faca!...”.³⁹⁹ Para acabar com a *discussão*, que o devia estar caceteando por não ser de seus *usos*, propõe a realização de um duelo, à moda dos romances de cavalaria. De acordo com Riobaldo, Sô Candelário não conseguia avançar além dessa proposta arcaica, [...] mais longe não conseguia de dizer [...]”⁴⁰⁰, mostrando-se inapto aos ritos do julgamento. Joca Ramiro, por outro lado, parecia já conhecer, com segurança, os fundamentos e etapas do

³⁹⁵ (*Ibid.*, p.213).

³⁹⁶ (*Ibid.*, p.213).

³⁹⁷ (*Ibid.*, p.213).

³⁹⁸ (*Ibid.*, p.147).

³⁹⁹ (*Ibid.*, p.215).

⁴⁰⁰ (*Ibid.*, p.215).

processo e adverte Sô Candelário que ainda não haviam chegado à etapa da condenação: “Resultado e condena, a gente deixa para o fim, compadre. Demore, que logo vai ver. Agora é a acusação das culpas. Que crimes o compadre indica neste homem?”.⁴⁰¹ O desajuste de Sô candelário com as exigências do julgamento ficam evidentes em seu veredicto:

Crime?... Crime não vejo. É o que acho, por mim é o que declaro: com a opinião dos outros não me assopro. Que **crime**? Veio guerrear, como nós também. Perdeu, pronto! A gente não é jagunços? A pois: **jagunço com jagunço — aos peitos, papos**. Isso é crime?⁴⁰²

Na sua concepção, os códigos de guerra entre jagunços se regiam de outra forma e as diferenças seriam resolvidas nos enfrentamentos diretos, *jagunço com jagunço, aos peitos, papos*, não havendo a necessidade de imputação de *crime*. Indiretamente, partindo de tais premissas, aponta que não fazia sentido a realização do julgamento. De acordo com os seus preceitos de guerreiro, Zé Bebelo não cometera crime, pois não estava implicado em “traição”, não era “ladrão de cavalos ou de gado”, não era descumpridor de “palavra”.⁴⁰³ Além disso, reforça que “brigou valente”, conduta muito valorizada no espectro cultural guerreiro. Em suma, Sô Candelário, é um nítido defensor da lei do sertão.

O terceiro a falar foi o Ricardão.

Aquele retardou tanto para começar a dizer, que pensei fosse ficar para sempre calado. Ele era o famoso Ricardão, o homem das beiras do Verde Pequeno. **Amigo acorçoado de importantes políticos, e dono de muitas posses**. Composto homem volumoso, de meças. Se gordo próprio não era, isso só **por no sertão não se ver nenhum homem gordo**. Mas um não podia deixar de se admirar do peso de tanta corpulência, a coisa de zebú guzerate. As carnes socadas em si — **parecia que ele comesse muito mais do que todo o mundo** — mais feijão, fubá de milho, mais arroz e farofa —, tudo impressado, calcado, sacas e sacas.⁴⁰⁴

Além de aumentar a dramaticidade, a sua demora em falar revela a segurança de quem tinha poder econômico, *dono de muitas posses*, e político, *amigo acorçoado de importantes políticos*, que se materializam na sua *corpulência*, acentuada, em contraste, *por no sertão não se ver nenhum homem gordo*. Condição que revela, por consequência, as desigualdades sócio econômicas: *parecia que ele comesse muito mais do que todo o mundo*.

Em seu julgamento, se emparelha com o Hermógenes, aumentando ainda mais a carga dramática. Não por acaso, Riobaldo os assim descreve: “O Hermógenes e o Ricardão – eles

⁴⁰¹ (*Ibid.*, p.215).

⁴⁰² (*Ibid.*, p.215).

⁴⁰³ (*Ibid.*, p.215).

⁴⁰⁴ (*Ibid.*, p.216-217).

dois eram chouriço e morcela.”⁴⁰⁵ Quer dizer, são parecidos. Ambos são sanguinários⁴⁰⁶ e defendem a tradição sertaneja. No entanto, diferenças marcantes os separam:

“O Hermógenes? Certo, um bom jagunço, cabo-de-turma; mas **desmerecido de situação política, sem tino nem prosápia**. E o Ricardão, rico, dono de fazendas, somente vivia pensando em lucros, querendo dinheiro e ajuntando. Diadorim, do Ricardão era que ele gostava menos: — “Ele é **bruto comercial**...” — disse, e fechou a boca forte, feito fosse cuspir.”⁴⁰⁷

Enquanto o Ricardão era *acorçoado de importantes políticos*, o Hermógenes era *desmerecido de situação política*, pois não teria *tino nem prosápia* para tanto. Ou seja, não tem vocação para o trato político, já que é um sujeito mais selvagem, nem a linhagem⁴⁰⁸ que a Ricardão confere poderio econômico - *rico, dono de fazendas* - e, conseqüentemente, influência política. Tais atributos faziam com que “O Ricardão, no exatamento, era quem mandava no Hermógenes”.⁴⁰⁹

Depois do longo silêncio inicial, Ricardão apresenta seu parecer:

Agora, eu sirvo a razão de meu compadre Hermógenes: que este homem Zé Bebelo veio caçar a gente, no **Norte sertão**, como mandadeiro de políticos e **do Governo**, se diz até que a soldo... A que perdeu, perdeu, mas deu muita lida, prejuizos. Sérios perigos, em que estivemos; o senhor sabe bem, compadre Chefe. Dou a conta dos companheiros nossos que ele matou, que eles mataram. Isso se pode repor? E os que ficaram inutilizados feridos, tantos e tantos... Sangue e os sofrimentos desses clamam. Agora, que vencemos, chegou a hora dessa vingança de desforra. A ver, fosse ele que vencesse, e nós não, onde era que uma hora destas a gente estava? Tristes mortos, todos, ou presos, mandados em ferros para o quartel da Diamantina, para muitas cadeias, para a capital do Estado. Nós todos, até o senhor mesmo, sei lá. Encareço, chefe. A gente não tem **cadeia**, tem outro despacho não, que dar a este; só um: é a misericórdia duma boa bala, de metebucha, e a arte está acabada e acertada. Assim que veio, não sabia que o fim mais fácil é esse? Com os outros, não se fez? Lei de jagunço é o momento, o menos luxos. Relembro também que a **responsabilidade nossa** está valendo: respeitante ao seo Sul de Oliveira, doutor Mirabô de Melo, o velho Nico Estácio, compadre Nhô Lajes e coronel Caetano Cordeiro... Esses estão aguentando **acossamento do Governo**, tiveram de sair de suas **terras e fazendas**, no que **produziram uma grande quebra**, vai tudo na mesma **desordem**...⁴¹⁰

Zé Bebelo deveria ser condenado, em sua concepção, porque era uma agente de interesses políticos externos ao *Norte sertão*. Sintomaticamente esse é o centro de sua

⁴⁰⁵ (*Ibid.*, p. 276).

⁴⁰⁶ Tais iguarias têm o sangue como um de seus ingredientes, o que nos parece apontar para o caráter sanguinário dos dois personagens.

⁴⁰⁷ (*Ibid.*, p.146).

⁴⁰⁸ De acordo com Martins, prosápia significa “progênie, raça, linhagem; orgulho, soberba”. (MARTINS, 2020, p.399).

⁴⁰⁹ (ROSA, 2019, p.218).

⁴¹⁰ (*Ibid.*, p. 216 - 217)

argumentação. Como era *Amigo acorçoado de importantes políticos, e dono de muitas posses*, evidentemente percebia que seus interesses políticos e econômicos estavam ameaçados pelo projeto centralizador *do Governo* que Zé Bebelo representava, sendo necessário eliminá-lo, portanto, a fim de preservá-los.

Ricardão argumenta que o bando tinha *responsabilidade* com os coronéis da região, como por exemplo, com o doutor Mirabô de Melo, dono da fazenda onde acontecia o julgamento, decorrente das alianças que possuíam com eles. Teriam o compromisso, de defender as posses, *terras e fazendas*, dos *acossamentos do Governo*, o que sugere que tais posses possam ter sido griladas por tais coronéis, prática recorrente no meio rural brasileiro. Como não estavam conseguindo realizar tal serviço, o *Norte* encontrava-se em derrocada econômica, *produziram uma grande quebra*, e conseqüentemente com a estrutura política em *desordem*. Ou seja, a avaliação de Ricardão nos parece alegorizar o declínio do Coronelismo, condicionado, por um lado, pela centralização do poder no país e, por outro, pelo enfraquecimento econômico.

Como defensor da lei do sertão, Ricardão estava concebendo o julgamento como um *luxo*, uma excentricidade, e que a *vingança* devia ser logo cumprida, pois a *lei de jagunço é o momento*. A única solução, assim, já que não havia *cadeia* na região, seria *a misericórdia dum a boa bala* contra Zé Bebelo, grande causador dos transtornos políticos e econômicos no *Norte sertão*.

Depois do Ricardão, Joca Ramiro convoca Titão Passos a dar o seu voto e este recorre aos mesmos argumentos de Sô Candelário.

O que eu acho é que é o seguinte: que este homem não tem crime constável. Pode ter crime para o **Governo**, para delegado e juiz-de-direito, para tenente de soldados. Mas **a gente é sertanejos**, ou não é sertanejos? Ele quis vir guerrear, veio — achou **guerreiros!**⁴¹¹

Ele julga Zé Bebelo não como um cidadão, mas como um *guerreiro*, assim como fizera Sô Candelário, e conseqüentemente não identificava *crime constável* perante o estatuto da guerra que comandava a ética daqueles *sertanejos*. A participação em um julgamento não modifica seus preceitos culturais e, com efeito, reafirma a sua identidade, *a gente é sertanejos*. Assim como Sô Candelário, não experimenta, de fato, o tribunal. Para ele continua sendo uma instituição do *Governo*, do aparelho coercitivo, posto à distância. Não se dispõe a pensar e a discutir o contraditório. A sua cultura guerreira não deixa margem de dúvida para tal caso,

⁴¹¹ (*Ibid.*, p.217).

desfuncionalizando, portanto, a existência do julgamento. A sua postura enquanto espera o veredicto de Joca Ramiro, denota isso: “Só Titão Passos espiava desolhadamente, ele tão aposto homem tão bom, tão sério: com as mãos ajuntadas baixo, em frente da barriga — só esperava **o nada** virar coisas. **Acontecesse o que**. Joca Ramiro ia decidir!”⁴¹² Não estava preocupado com o resultado, *acontece o que*, pois para ele aquilo não significava *nada*, independente do *circuitozinho*,⁴¹³ *ligeiro*, que os chefes fizeram, nesse entretempo, ele concebia que a decisão, de fato, cabia a Joca Ramiro.

Depois da fala de Riobaldo ele ainda diria (em resposta ao argumento de Ricardão): “E mais que esses grandes de nossa amizade: doutor Mirabô de Melo, coronel Caetano, e os outros — hão de concordar com a resolução que a gente tome, em desde que seja boa e de bom proveito geral.”⁴¹⁴ Denota em sua argumentação que a vinculação do bando de jagunços de Joca Ramiro com coronéis era tão forte que as decisões, como no caso é a *resolução* do que fazer com Zé Bebelo, devia considerar se seria de *proveito* para os coronéis. Supomos que Titão Passos acreditava que os coronéis concordariam que o melhor seria não matar Zé Bebelo, pois tratava-se, informalmente, de um agente das forças oficiais. Sua morte, conseqüentemente, poderia aumentar o empenho de tais forças sobre o Norte, prejudicando os interesses políticos e econômicos dos coronéis.

João Goanhá, o último a julgar e a dar o “voto de minerva”, exita a falar. De modo distinto a Ricardão, que também demorara, a sua exitação é por insegurança. “João Goanhá fez que ia levantar, mas permaneceu agachado mesmo. Resto que retardou um pouco no dizer, e o que disse, que digo: — ‘Eu cá, ché, eu estou p’lo qu’ o ché pro fim expedir...’”⁴¹⁵ Caracterizado por Riobaldo como sendo um “ignorante analfabeto”⁴¹⁶, um “capiáu peludo”⁴¹⁷, aparentemente não se sentia líder o bastante para decidir algo tão capital. A princípio, prefere manifestar a sua subordinação a Joca Ramiro, continuando *agachado*, e dizendo que acataria o que o chefe decidisse, em verbalização muito truncada, que nos parece um misto de sua insegurança, com a sua tosquice. Sua linguagem é quase não humana e, talvez por isso, seja caracterizado como um *capiáu peludo*, uma imagem associada não só ao inculto, mas ao animalesco.⁴¹⁸ Ele não consegue assumir as rédeas de seu discurso e, conseqüentemente, não consegue ser autônomo

⁴¹² (*Ibid.*, p.216).

⁴¹³ “Vai, vi os chefes. Eles conversaram um circuitozinho, ligeiro.”(*Ibid.*, p.226).

⁴¹⁴ (*Ibid.*, p.223).

⁴¹⁵ (*Ibid.*, p.218).

⁴¹⁶ (*Ibid.*, p.58).

⁴¹⁷ (*Ibid.*, p.218).

⁴¹⁸ Esta dificuldade em se expressar nos parece semelhante às dos personagens de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

em sua decisão. Como saída a esse impasse, prefere compor com os de sua confiança: “[...] meu voto é com o **compadre** Sô Candelário, e com meu **amigo** Titão Passos, cada com cada... Tem crime não. Matar não. Eh, diá!...”⁴¹⁹

Findada a votação dos chefes, Joca Ramiro, em sinal de sua “soberania”, de acordo com Riobaldo, concede que os jagunços rasos também falem. Nossa interpretação do ato se afina com a de Roncari.

Quando Joca Ramiro volta-se para esses homens e pede que falem, mais uma vez demonstra a sua grandeza, agora quebrando as barreiras seculares da estratificação social, ao dar voz a eles e chamando-os para opinarem. Assim, o grande chefe aprofunda até os círculos inferiores a participação nas decisões, o que manifesta o seu grau mais alto de coragem [...], na medida em que compartilha o poder não só com os que estavam mais embaixo na hierarquia, mas também com os que pertenciam ao outro extrato, o dos tradicionalmente excluídos; o que era também sinal de confiança em si, na legitimidade de sua posição de chefia, e nos seus seguidores, que a reconheciam.⁴²⁰

O primeiro a se manifestar, foi o jagunço Gú:

Não ajunto por mim, observo é pelos chefes, mesmo, com esta vênha. A gente é braço d’armas, para o risco de todo dia, para tudo o miúdo do que vem no ar. Mas, se alguma outra ocasião, depois, que Deus nem consinta, algum chefe nosso cair preso em mão de tenente de meganhas — então também hão de ser tratados com maior compostura, sem sofrer vergonhas e maldades... A guerra fica sendo de bem-criação, **bom estatuto**...⁴²¹

Em síntese, a racionalização que ele opera é cingida pelo código da vingança, pela lei jagunça. Considerava a possibilidade de as forças legais do governo agirem de forma tão bárbara com algum chefe jagunço quanto poderiam ser com Zé Bebelo, de modo que o *bom estatuto* seria não fazerem nenhuma *maldade* com ele, ou seja, é a tradição entre os jagunços que garante a melhor conduta diante de tal situação e não a lei da cidade, dos civilizados.

O segundo a falar foi o “groteiro” Dôsno ou Dôsno. A imprecisão em referir o seu nome já manifestava o desapareço de Riobaldo por ele: “Que era que podia guardar para dizer um homem desses, capiau medido por todos os capiaus do meu Norte?”⁴²² Tal capiau demonstrou que também não se ordenava por um sentido de justiça, não se importando se Zé Bebelo seria perdoado ou não - “[...] em antes de ser **remitir ou de se cumprir esse homem** [...]”⁴²³ - sua proposta é bastante utilitária e, possivelmente, influenciada por sua condição social de

⁴¹⁹ (*Ibid.*, p.218).

⁴²⁰ (RONCARI, 2004, p.327).

⁴²¹ (ROSA, 2019, p.220).

⁴²² (*Ibid.*, p.220).

⁴²³ (*Ibid.*, p.220).

“groteiro”, homem pobre, que se indagasse a Zé Bebelo “[...] ond’ é que estão a fortuna dele, em cobre.”⁴²⁴

Depois destes dois jagunços rasos, Riobaldo consegue, finalmente, irromper seu discurso. Antes de procedermos a algumas considerações sobre este, cabe algumas observações sobre seu comportamento e reflexões durante o julgamento. Riobaldo receia que Zé Bebelo o visse entre os do bando de Joca e o julgasse traidor. “Eu apreciava tanto aquele homem, e agora ele não havia de ser meu pesadêlo.”⁴²⁵ Quer dizer, acontecia um julgamento real e outro na consciência de Riobaldo que, na verdade, começara antes. E por quê Riobaldo tinha tanto apreço por Zé Bebelo e torcia para que fosse perdoado? Possivelmente porque ele representava a real possibilidade do sistema da jagunçagem ser extinguido e ele poder se tornar o que queria, um fazendeiro. Supomos que o projeto de civilização e modernização que Zé Bebelo representava, se localiza na travessia que Riobaldo busca de uma identidade para outra, de uma mais arcaica e bárbara para outra supostamente mais moderna e civilizada. Tal mudança, a nosso ver, alegoriza o processo da modernização conservadora no Brasil, já que se alimentou e preservou arcaísmos. O fazendeiro Riobaldo não se livrou por completo da identidade jagunça, tanto na prática, pois denota estar disposto a ainda fazer uso da violência, por exemplo, caso seja necessário, assim como em âmbito mais subjetivo, já que tenta, por meio da própria narração e da ajuda do interlocutor, extirpar as más lembranças que a vida de jagunço lhe causara, sobretudo a possibilidade de ter feito o pacto com o diabo. Há idas e vindas, contradições, etc, nessa busca de Riobaldo, assim como há na dualidade sertão *versus* litoral.

O projeto de Zé Bebelo, portanto, significava não apenas a possibilidade da mudança de identidade almejada, como de condição social. Mais do que admiração por sua capacidade intelectual, portanto, parece-nos que Zé Bebelo acaba sendo visto por Riobaldo como o grande vetor das transformações que lhe favoreceria, de modo que quando o salva da morte, é também a si que está salvando.

Uma apreciação sobre o discurso dos chefes que nos parece merecer destaque é o que realiza sobre o de Ricardão. Aprova-o em partes, denotando que concordava com as razões econômicas e políticas que o fazendeiro Ricardão apresentava.

Mire e veja o senhor: e o pior de tudo era que eu mesmo tinha de **achar correto o razoado do Ricardão**, reconhecer a verdade daquelas palavras relatadas. Isso achei, meio me entristeci. Por que? O justo que era, aquilo estava certo. Mas, de outros modos — que bem não sei — não estava. Assim, por curta ideia que eu queira dividir: certo, no que **Zé Bebelo tinha feito**; mas errado **no que Zé Bebelo era e não era**.

⁴²⁴ (*Ibid.*, p.220).

⁴²⁵ (*Ibid.*, p.207).

Quem sabe direito o que uma pessoa é? Antes sendo: **juízo é sempre defeituoso, porque o que a gente julga é o passado.** Eh, bê. Mas, para o escriturado da vida, o julgar não se dispensa; carece? **Só que uns peixes tem, que nadam rio-arriba, da barra às cabeceiras. Lei é lei? Lôas! Quem julga, já morreu.** Viver é muito perigoso, mesmo.⁴²⁶

Apesar do episódio se referir a um momento em que Riobaldo ainda era um jagunço, não se pode ignorar que, enquanto narra, já é um fazendeiro e, portanto, propenso a *achar correto o razoado do Ricardão*, pois o que *Zé Bebelo tinha feito* ia em sentido contrário aos valores e interesses que defendia, agora, como fazendeiro. Todavia, o apreço que sentia por ele, o impedia de condenar a sua pessoa, *no que Zé Bebelo era e não era*. Nesse ínterim, parece-nos que Riobaldo aproveita para estabelecer um paralelo com a sua própria condição. *Quem sabe direito o que uma pessoa é?* pergunta, e aponta que um *juízo é sempre defeituoso, porque o que a gente julga é o passado*. Ou seja, é como se endereçasse uma mensagem ao interlocutor e ao leitor de que o juízo sobre quem é Riobaldo, a partir da sua narrativa, tende a ser defeituoso, pois irá se basear na história da identidade que ele reprova, a de jagunço, e não a que seria a sua verdadeira, a do momento em que narra. Todavia, reconhece o valor de se julgar o passado, para *o escriturado da vida*. Alguns enfrentam o fluxo da história para sondá-lo - *Só que uns peixes tem, que nadam rio-arriba, da barra às cabeceiras*. Por fim, pergunta, retoricamente, se *lei é lei*, ou seja, se a lei oficial valeria no sertão e, especialmente, ao seu caso, e responde: *lôas!*⁴²⁷ denotando que se tratava de uma asneira pois, na verdade, o verdadeiro juízo não seria da história, mas de Cristo, *Quem julga, já morreu*.

Em seu discurso de defesa de Zé Bebelo, de imediato busca valorizar a sua fala “[...] Eu conheço este homem bem, Zé Bebelo. Estive do lado dele [...]”⁴²⁸ Dessa forma, consegue reverter o medo e a vergonha de que Zé Bebelo o visse durante o juízo em valor de testemunho. “Zé Bebelo é homem **valente** de bem, e inteiro, que **honra** o raio da palavra que dá!”⁴²⁹ Nota-se que ele qualifica Zé Bebelo de acordo com o que a tradição sertaneja valoriza, é *valente*, e tem *honra*. Todavia, nesse trabalho de adequação de seu discurso aos valores compartilhados pelo bando de Joca Ramiro, comete o deslize de afirmar que Zé Bebelo não permitia que se matasse os inimigos. Ele mesmo constata: “[...] que eu tinha feito grande toleima, que decerto ia ser para piorar — o que foi no eu dizer que Zé Bebelo não matava os presos; porque, se do nosso lado se matava, então não iam gostar de escutar aquilo de mim, que podia parecer forte

⁴²⁶ (*Ibid.*, p.217, grifo nosso).

⁴²⁷ De acordo com Martins, significa: “Parlapatice, impostura” (MARTINS, 2020, 302).

⁴²⁸ (ROSA, 2019, p.221).

⁴²⁹ (*Ibid.*, p.22, grifo nosso).

reprovação”.⁴³⁰ Tal deslize, assim como todo o seu discurso, denota que, à diferença de seus predecessores, não estava se guiando genuinamente por uma ética guerreira, mas adequando o seu discurso com o fito de defender Zé Bebelo. E para tanto, demonstra grande capacidade retórica, inclusive, quando argumenta, novamente invocando a honra, e a condimenta com a suscitação de vaidade e orgulho entre os jagunços:

A **guerra foi grande**, durou tempo que durou, encheu este sertão. Nela todo o mundo vai falar, pelo Norte dos Nortes, em Minas e na Bahia toda, **constantemente** anos, até em outras partes... Vão fazer cantigas, relatando as tantas façanhas... Pois então, xente, hão de se dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos, com seu cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregovêrno de Joca Ramiro — só para, no fim, fim, se acabar com um homenzinho sozinho — se condenar de matar Zé Bebelo, o quanto fosse um boi de corte? Um fato assim é **honra**? Ou é **vergonha**?...⁴³¹

Riobaldo remexe na vaidade e orgulho dos jagunços ao afirmar que a *guerra foi grande* e, conseqüentemente, *em constantes anos*, seria comentada na região onde o bando de Joca Ramiro atuava. Todavia, não poderiam ser covardes, senão a *honra* poderia se converter em *vergonha*. O torneio retórico de Riobaldo é efetivo, sobretudo com Sô Candelário, que se empolga com a possibilidade de *fama*: “...Seja a fama de glória... Todo o mundo vai falar nisso, por muitos anos, louvando a honra da gente, por muitas partes e lugares. Hão de botar verso em feira, assunto de sair até divulgado em jornal de cidade...”⁴³² O senso que o regula, portanto, não é o de estar sendo justo, mas o ganho moral perante a opinião pública sertaneja e, quiçá, até do público citadino.

Por fim, Riobaldo propõe uma solução do que fazer com Zé Bebelo: “Melhor é se ele der a palavra de que vais s’embora do **Estado**, para bem longe, em desde que não fique em terras daqui nem da Bahia...”⁴³³, que é acatada por Sô Candelário e Titão Passos. A grafia da palavra *Estado* com inicial maiúscula, como já salientamos, alude à instituição política das nações modernas e, notoriamente, demarca um território de exercício de poder paralelo ao Estado brasileiro no qual Zé Bebelo não deveria mais circular. E significa, em plano alegórico, que o possível diálogo entre sertão e litoral estaria interdito novamente.

⁴³⁰ (*Ibid.*, p.222).

⁴³¹ (*Ibid.*, p.221).

⁴³² (*Ibid.*, p.222).

⁴³³ (*Ibid.*, p.223, grifo nosso).

Zé Bebelo, em seu discurso de defesa, para se manter vivo, além de mobilizar novamente os códigos da tradição sertaneja, nega que tenha sido financiado pelo governo e que estivesse a serviço de seus desígnios:

— “...Agradeço os que por mim bem falaram e puniram... Vou depor. Vim para o Norte, pois vim, com guerra e **gastos**, à frente de meus homens, **minha guerra**... Sou crescido **valente**, contra homens valentes quis dar o combate. Não está certo? **Meu exemplo**, em nomes, foram estes: Joca Ramiro, Joãozinho Bem-Bem, Sô Candelário!... e tantos outros afamados chefes, uns aqui presentes, outros que não estão... Briguei muito mediano, não obrei injustiça nem ruindades nenhuma; nunca disso me reprovam. Desfaço de covardes e de biltragem! **Tenho nada ou pouco com o Governo**, não nasci gostando de soldados... Coisa que eu queria era **proclamar outro governo**, mas com a ajuda, depois, de vós, também. Estou vendo que a gente só brigou por um malentendido, maximé. Não obedeco ordens de chefes políticos. Se eu alcançasse, entrava para a política, mas **pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem em mim**, para deputado... Ah, este Norte em remanência: **progresso forte**, fartura para todos, a alegria nacional! Mas, no em mesmo, o afã de política, eu tive e não tenho mais... **A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...**⁴³⁴

Alega que empreendeu a *guerra* porque queria *dar o combate*, espécie de necessidade herdada, já que nascera *valente*, argumento que se sintoniza com o que dissera Sô Candelário, Titão Passos e João Goanhá, ao exaltarem a cultura guerreira. Ao associar a sua valentia à sua família, provavelmente está evocando a influência de um de seus ascendentes, citado por ele mesmo na curta biografia que apresenta anteriormente: seu Tataravô Francisco Vizeu Antunes, que fora “capitão-de-cavalos.”⁴³⁵ Ao assim proceder, alude não só à valentia e à honradez que um indivíduo deveria possuir para exercer tal cargo, mas também ao fato desse ter que arcar com recursos próprios os gastos militares de seus comandados. Isso substancia a negação de que estivesse sendo financiado - *tenho nada ou pouco com o Governo* - alegando que a guerra fora empreendida com *gastos* próprios.

Além da necessidade de combater, afirma que se movia por um objetivo político, *proclamar outro governo* que, contudo, não significava modificar o “modus operandi” da política no sertão. Se acaso ele conseguisse se tornar um político, denota que iria se ajustar ao Coronelismo, recorrendo a um de seus instrumentos basilares, o “voto de cabresto”: *pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem em mim*. Disto fica, então, a pergunta: Zé Bebelo diz isso para agradar aos ouvintes ou era mesmo o seu projeto? Nos parece ser ambos. Quando diz *a gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...* interpretamos que *sair do sertão* significa modificá-lo, algo que

⁴³⁴ (*Ibid.*, p.224).

⁴³⁵ “Eu. José, Zé Bebelo, é meu nome: José Rebêlo Adro Antunes! Tataravô meu Francisco Vizeu Antunes — foi capitão-de-cavalos...” (*Ibid.*, p.224).

só é possível, no entanto, a partir da incorporação de suas próprias estruturas, *dele a dentro*. Condição que nos parece alegorizar a modernização conservadora, em que se apontou para *progresso forte*, mas na qual mudanças só foram aceitas desde que se mantivessem certas estruturas arcaicas. Um claro exemplo é dado por seu próprio discurso de defesa, no qual consegue justificar a existência do julgamento como uma necessidade de mostrar um alto valor para a cultura jagunça.

De ter sido guardado prisioneiro vivo, e estar defronte de julgamento, isto é que eu louvo, e que me praz. Prova de que vós nossos jagunços do Norte são **civilizados de calibre**: que não matam com o distrair de mão um qualquer inimigo pegado. [...] Julgamento, digo, que **com arma ainda na mão pedi**; e que deste grande Joca Ramiro mereci, de sua alta fidalguia... Julgamento — isto, é o que a gente tem de sempre pedir! Para que? **Para não se ter medo!**⁴³⁶

Afirma que quando pediu julgamento estava ainda com *arma na mão*, ou seja, disposto a lutar, e que o requereu justamente para mostrar que não se deve *ter medo*. Portanto, a existência do julgamento, de acordo com o seu argumento, não foi uma afronta à tradição sertaneja, pelo contrário, foi utilizado para realçar uma qualidade muito valorizada entre os jagunços: a coragem. E não se tratou de uma excentricidade incorporada do mundo civilizado, que rebaixaria a tradição jagunça, porque na verdade o *civilizado* de maior valor, de *calibre*, é aquele que não mata prisioneiro de guerra.

O comportamento e os discursos de todos os chefes, portanto, demonstram que apesar de participarem do julgamento, um processo tradicionalmente associado ao organismo legal do Estado, o que lhes continua a reger é a lei do sertão, tangida pela guerra e pelas alianças políticas e econômicas do poder local. Configura-se, à superfície, uma instituição moderna e civilizada, mas as suas “entranhas” continuam arcaicas, seja em razão do regime de interesses particulares, seja pela incapacidade dos participantes de corresponderem à civilidade esperada. De modo que o julgamento redundava em uma legitimação do jaguncismo, ainda que críticas sobre o mesmo sejam tecidas, como aponta Bolle:

Entendo-a, [...] como um retrato do Brasil real, em forma de uma radiografia da instituição chamada pelo autor de “sistema jagunço”. Essa instituição se auto-encena e debate sobre si mesma, com todos os seus elementos: os chefes, os subordinados, os combatentes do lado de cá e o inimigo, a guerra, o crime, a lei, o poder e as estruturas econômicas e sociais. Na ótica dos interessados, essa encenação tem a função de **legitimar o sistema vigente**. Paralelamente, é promovida uma reflexão crítica da jagunçagem, por uma instância narrativa que às vezes está mais próxima do autor que

⁴³⁶ (*Ibid.*, p.225).

do protagonista-narrador, uma vez que este, o chefe de jagunços Riobaldo, não deixa de ser parte interessada.⁴³⁷

4.2.6 Depois do julgamento

Depois do julgamento, há o assassinato de Joca Ramiro por Hermógenes e Ricardão. O bando de Joca que, então, estava no Norte, vai em sentido oeste - na direção do Rio São Francisco. Ou seja, é como se estivessem adentrando o território para enfrentar suas forças malignas, suas ameaças, e se distanciando da civilização litorânea. Todo o pequeno avanço civilizatório alcançado com o julgamento é abandonado, pois a necessidade de vingar o grande líder, sua honra (e a deles mesmos), era maior. A lei do sertão voltava a vigorar em plenitude e o que se segue é um regresso ao estágio anterior. Portanto, parece-nos simbólico que o deslocamento, nesse “andamento” da narrativa, de recrudescimento da brutalidade, da violência, dos instintos selvagens, etc, aconteça para oeste,⁴³⁸ em direção ao interior, pois está mobilizando a tradição e o imaginário que associa o interior do território nacional à barbárie, aspecto que será desdobrado na sequência deste trabalho.

Riobaldo, apesar de ter sido o mensageiro da morte de Joca Ramiro ao bando do Alaripe, não queria participar da vingança, só queria *paz e descanso*,

Mesmo com a minha vontade toda de **paz e descanso**, eu estava **trazido ali**, no extrato, no meio **daquela diversidade, despropósitos**, com a morte da banda da mão esquerda e da banda da mão direita, com a morte nova em minha frente, eu senhor de certeza nenhuma. Sem Otacília, minha nôiva, que era para ser dona de tantos territórios agrícolas e adadas pastagens, com tantas vertentes e veredas, formosura dos buritizais. O que era isso, que a desordem da vida podia sempre mais do que a gente? Adjaz que **me aconformar com aquilo eu não queria, descido na inferneira**. Carecia de que tudo esbarrasse, momental meu, para se ter um recomeço. E isso era. Pela última vez, pelas últimas. Eu queria minha **vida própria, por meu querer governada**.⁴³⁹

Não enxergava motivo, via como *despropósitos* vingar a *morte nova*, a do líder Joca Ramiro. Era *algo que não queria*, mas a cultura de bando, sobretudo por influência de Diadorim, se impusera e o havia *trazido ali*, em meio *daquela diversidade* à sua vontade, que era a de ter permanecido descansando, em paz, na Guararavacã do Guaicuí, ou sair da jagunçagem e encontrar “paraíso”⁴⁴⁰ parecido junto à sua noiva, Otacília. Era um misto de não ver sentido naquela cultura de vingança com o desejo de ter a sua *vida própria*, que ele pudesse governar.

⁴³⁷ (BOLLE, 2004, p.98).

⁴³⁸ “Aindas que se escapassem para o poente [...]” (ROSA, 2019, p.243).

⁴³⁹ (*Ibid.*, p.284, grifo nosso).

⁴⁴⁰ Me refiro ao idílico espaço da Guararavacã do Guaicuí.

Nesse sentido, é interessante observar que há uma correspondência entre a topografia e o estado anímico de Riobaldo. Depois de passar dias de paz na Guararavacã do Guaicuí tivera, a contragosto, que descer em direção ao sertão semiárido, *me conformar com aquilo eu não queria, descido na inferneira*.⁴⁴¹ Além disso, me parece haver aqui também uma sugestão de paralelismo com planos espirituais, pois descera à *infernera*, depois de estar no quase celestial Guararavacã do Guaicuí. “[...] a gente ia investir o sertão, os mares de calor.”⁴⁴² O *calor* do inferno?

No próximo capítulo nos concentraremos em torno de Riobaldo, desses seus desajustes com a jagunçagem e o desejo em abandoná-la para se tornar fazendeiro, suas crises de identidade, os ímpetos de modernidade e civilização com a manutenção de arcaísmos, e o quanto isso pode revelar sobre o Brasil.

4.3. RIOBALDO É O BRASIL

Guimarães Rosa, em entrevista⁴⁴³ ao crítico alemão, Günter Lorenz, ao ser indagado sobre o narrador-protagonista de *Grande Sertão: veredas*, afirma que “Riobaldo é o sertão feito homem [...]” e, em uma volta à questão, resume: “[...] é apenas o Brasil.” Essa afirmação, de alguma forma, serviu de mote à investigação dessa pesquisa. Pretende-se, neste capítulo, compreender por que ele disse isso e o quanto uma sondagem sobre esse personagem diz sobre o sertão e o Brasil.

4.3.1 Origens

Neste subcapítulo, defenderemos a hipótese de que seja Riobaldo um mestiço, condição relevante para a nossa análise geral. Outras nuances como a sua orfandade, infância pobre, mãe possivelmente agregada, o letramento que recebe a partir do reencontro com Selorico, além do primeiro contato com a jagunçagem que este proporciona, também serão abordados, dentre outros.

⁴⁴¹ “[...] descemos no canudo das desgraças. (*Ibid.*, p.243).

⁴⁴² (*Ibid.*, p.242).

⁴⁴³ Entrevista concedida no Congresso de Escritores Latino-Americanos, em janeiro de 1965. Foi publicada por Günter Lorenz em seu livro: *Diálogo com a América Latina*. São Paulo: E.P.U., 1973. Consta, também, em: LORENZ, Günter W. *Diálogo com Guimarães Rosa*. In: COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 62-97. Todavia, o nosso acesso foi obtido em meio eletrônico, constante nas referências deste trabalho.

O estabelecimento do perfil étnico de Riobaldo não é uma tarefa simples, devido à escassa caracterização de sua mãe, a Bigrí, e à nebulosidade em relação a sua paternidade. Todavia, nos parece haver mínimas sinalizações para apontar que sua mãe fosse uma indígena e que seu pai, o padrinho Selorico Mendes, provavelmente um português ou descendente. Se assim for, podemos afirmar que Riobaldo é um típico mestiço brasileiro, substanciando, etnicamente, a afirmação de Rosa, em uma entrevista, de que Riobaldo é “apenas o Brasil.”⁴⁴⁴ Nos subcapítulos seguintes exploraremos as possíveis demais dimensões dessa afirmação.

Cabe, por ora, justificarmos as hipóteses que apontamos acima. Certamente a mais difícil e perigosa é a concepção de Bigrí como uma indígena, pois além das poucas referências a essa personagem na obra, há pouquíssimos trabalhos científicos sobre a mesma. Na primeira menção que faz à sua mãe, Riobaldo denota que sua percepção em relação ao comportamento dela mudou com o passar do tempo:

Toda mãe vive de boa, mas cada uma cumpre sua paga prenda singular, que é a dela e dela, diversa bondade. E eu nunca tinha pensado nessa ordem. Para mim, minha mãe era a minha mãe, essas coisas. Agora, eu achava. A bondade especial de minha mãe tinha sido a de amor constando com a justiça, que eu menino precisava. E a de, mesmo no punir meus demaseios, querer-bem às minhas alegrias. A lembrança dela me fantasiou, fraseou — só face dum momento — feito grandeza cantável, feito entre madrugada e manhecer.⁴⁴⁵

Riobaldo refere que era uma mãe severa, mas compreende que se tratava de sua *prenda singular* a ser cumprida, seu fado, exercido com *diversa bondade*, que incluía *punir* os seus *demaseios*, mas sempre orientada por uma *justiça* atrelada ao *amor*. A compreensão da severidade da mãe parece ter sido possível somente ao adulto Riobaldo - *Agora, eu achava* -, pois, provavelmente, só a maturidade lhe possibilitou relevar a condição de sua mãe ter lhe educado sozinha, necessitando ser mais rígida.

Tal condição implicou também que ela necessitasse de proteção social “Eu dou proteção. Eu, isto é — Deus, por baixos permeios... **Essa não faltou também à minha mãe**, quando eu era menino, no sertãozinho de minha terra.”⁴⁴⁶ Aparentemente Bigrí recebia a proteção de uma família, “Gente melhor do lugar eram todos dessa família Guedes, Jidião Guedes; quando saíram de lá, nos trouxeram junto, minha mãe e eu.”⁴⁴⁷ Não é possível assegurar que Bigrí fosse

⁴⁴⁴ “Gostaria de acrescentar que Riobaldo é algo assim como Raskolnikov, mas um Raskolnikov sem culpa, e que entretanto, deve expiá-la. Mas creio que Riobaldo também não é isso; melhor é apenas o Brasil.” (ROSA, 1965, n.p.).

⁴⁴⁵ (ROSA, 2019, p.37).

⁴⁴⁶ (*Ibid.*, p.38, grifo nosso).

⁴⁴⁷ (*Ibid.*, p.38).

uma agregada de tal família, mas considerando que Riobaldo refere a proteção que sua mãe recebeu depois de ter mencionado a proteção que ele, enquanto fazendeiro, concedia ao meeiro Zé-Zim, e considerando que foi uma prática recorrente de uma sociabilidade clientelista do Brasil da primeira república, é possível supor que sim. Devido à parca ou inexistente segurança pública no interior do Brasil naquele tempo, a solução, muitas vezes, era conseguir a tutela de algum poderoso local, e a uma mãe solo isso nos parece ainda mais provável.

A importância da proteção da família Guedes é ainda mais realçada pelo fato de, logo antes, Riobaldo mencionar o ódio que nutria por um homem, “O senhor sabe: a coisa mais alonjada de minha primeira meninice, que eu acho na memória, foi o ódio, que eu tive de um homem chamado Gramacêdo...”⁴⁴⁸, possivelmente por este representar alguma ameaça a ele e/ou à sua mãe.

Essa situação de desamparo da mãe de Riobaldo se explicita também quando ele refere o seu nome: “Minha mãe morreu — **apenas a Bigrí**, era como ela se chamava.”⁴⁴⁹ Ou seja, não pertencia a nenhuma família, nem mesmo possuía o sobrenome do pai de Riobaldo, denotando que a relação não fora formalizada. A hipótese de que fosse indígena se reforça se repararmos na semelhança gráfica e sonora entre o nome Bigrí e o termo “bugre”, que era usado pelos colonizadores, pejorativamente, para se referir aos indígenas.

A palavra “bugre” foi utilizada no Brasil, em diversos lugares, para designar os indígenas de distintos grupos por serem considerados arredios, não dispostos aos projetos de catequização e, posteriormente, de civilização implementados pela administração da colônia e do império.⁴⁵⁰

No próprio *Grande Sertão: Veredas* o termo é atrelado aos indígenas, em sentido negativo: “Quem tem mais dose de demo em si é índio, qualquer raça de bugre [...]”.⁴⁵¹ Além de mãe solo e, possivelmente, indígena, outra característica de Bigrí é que era muito pobre. A herança que deixara para Riobaldo atesta isso:

De herdado, fiquei com aquelas miserinhas — miséria quase inocente — que não podia fazer questão: lá larguei a outros o pote, a bacia, as esteiras, panela, chocolateira, uma caçarola bicuda e um alguidar; somente peguei minha rede, uma imagem de santo de pau, um caneco-de-asa pintado de flores, uma fivela grande com ornados, um cobertor de baeta e minha muda de roupa. Puseram para mim tudo em trouxa, como coube na metade dum saco.⁴⁵²

⁴⁴⁸ (*Ibid.*, p.38).

⁴⁴⁹ (*Ibid.*, p.92, grifo nosso).

⁴⁵⁰ (DORNELLES, 2011, p.271).

⁴⁵¹ (ROSA, 2019, p.22).

⁴⁵² (*Ibid.*, p.92).

Tão pouco fora a herança que até a palavra *miséria* comparece no diminutivo, *miserinhas*. Condição econômica diferente da do pai de Riobaldo, Selorico Mendes.

Decerto, ficou entusiasmado, quando teve notícias de que eu era o jagunço. E me deixou por herdeiro, em folha de testamento: das três fazendas, duas peguei. Só o São Gregório foi que ele testou para uma mulata⁴⁵³, com que no fim de sua velhice se ajuntou. Disso não fiz conta. Mesmo o que recebi eu menos merecia. Agora, derradeiramente, destaco: quando velho, ele penou remorso por mim; eu, velho, a curtir arrependimento por ele. Acho que nós dois éramos mesmo pertencentes.⁴⁵⁴

Riobaldo denota que teria herdado duas fazendas não propriamente e apenas por ser filho, mas porque havia se tornado jagunço,⁴⁵⁵ tipo social que Selorico admirava, “Altas artes de jagunços — isso ele amava constante — histórias.”⁴⁵⁶, como já destacamos neste trabalho. Notadamente essa admiração decorre da relação orgânica, de mútuo interesse, existente entre fazendeiros e jagunços durante a República Velha, bem como um apreço de Selorico pela conduta valente dos jagunços, traço de uma cultura medievalista no interior do Brasil. Isso o impelia a ter uma nostalgia dos tempos de vigência do Coronelismo e a ter inveja dos fazendeiros que ainda dispunham de *agregados valentes*

— “Ah, a vida vera é outra, do **cidadão do sertão**. Política! Tudo política, e **potentes chefias**. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, ronçice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda **fazendeiro graúdo** se reina mandador — **todos donos de agregados valentes**, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada!”⁴⁵⁷

As *potentes chefias*, exercidas por *fazendeiro graúdo*, é um dos traços políticos, *tudo política*, mais marcantes, como já vimos, da República Velha, o Coronelismo. Durante tal período, o Estado brasileiro ainda não dispunha da capacidade de perfazer o seu poder por todo o território nacional, sobretudo nas zonas interioranas. Esses “vazios de poder” foram ocupados

⁴⁵³ A outra fazenda Selorico deixara de herança a uma mulata, o que, a nosso ver, subverte um pouco a ordem patrimonial de corte racial marcante. Relações promíscuas entre homens brancos de posses com mulatas e indígenas foi frequente durante todo o período colonial e, mesmo depois do fim da escravidão, mas, nesse caso, houve uma ruptura no padrão de reprodução social. Se da indígena Bigrí Selorico nada falava “Nunca falou em minha mãe” (*Ibid.*, p.93), a mulata muito estimava, aparentemente. Considerando que seja Bigrí uma indígena, é inevitável não pensarmos que essas relações amorosas de Selorico simbolizam os pilares principais da miscigenação brasileira.

⁴⁵⁴ (*Ibid.*, p.96).

⁴⁵⁵ Riobaldo torna-se jagunço depois da morte de sua mãe, mas acredita que ela também aprovaria essa sua condição: “Minha mãe vivesse e viesse, ela mesma por nenhum descuido mero não havia de poder me reprovar”. (*Ibid.*, p.459). Diz isso em contexto das movimentações de guerra contra o bando do Hermógenes e sua mãe parece servir como parâmetro ético do que, então, fazia.

⁴⁵⁶ (*Ibid.*, p.93).

⁴⁵⁷ (*Ibid.*, p.93, grifo nosso).

pelo mandonismo dos coronéis que, por sua vez, mobilizavam a segurança privada da jagunçagem. Estes, além de obterem uma alternativa de sobrevivência econômica com essa associação aos *fazendeiros graúdos*, conseguiam certa proteção para as suas ações, ou seja, um salvo conduto.

É oportuno apontar que a existência da concentração de terras no Brasil, em posse dos *fazendeiros graúdos*, gerou uma massa de excluídos, da qual emergiu a jagunçagem. “O jagunço, empregado a soldo dos latifundiários e fazendeiros, arregimentado entre aqueles que **não tinham terra** nem trabalho ou entre os homens livres da plebe rural, como os agregados ou moradores, colocavam-se a serviço dos coronéis [...]”⁴⁵⁸ Configurou-se, portanto, um sistema a princípio paradoxal, pois ao mesmo tempo que expelia os sujeitos, incorporava-os como braço armado. Ao cabo, todavia, pela relação orgânica criada, mostrava-se capaz de acatar as contradições. Muitas vezes os jagunços se tornaram tão próximos aos fazendeiros, que eram também tratados como objeto de posse, como se denota nessa fala de Selorico, *todos donos de agregados valentes*, como em outras “Cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros.”⁴⁵⁹

Note-se que Selorico, ao rememorar os tempos do Coronelismo, utiliza uma expressão que aponta para o antagonismo do sertão com o litoral, *cidadão do sertão*. O termo “cidadão” é, reconhecidamente, associado à cidade e, no caso da formação brasileira, conseqüentemente, ao litoral. Haveria, então, uma contradição em termos. Todavia, tendo em vista o contexto em que a expressão é empregada, nos parece que Selorico se apropria do termo “cidadão” para referir que no sertão vigia uma outra sociabilidade, tangida por regras e valores diferentes das do litoral. Isso, evidentemente, ressoa a histórica dualidade entre sertão e litoral, mas, ao desenvolver o enredo, Rosa complexifica os termos dessa dualidade, no âmbito dessa relação entre Riobaldo e seu pai, a tingindo, na nossa visão, do seguinte paradoxo: Selorico deixa de herança duas fazendas a Riobaldo devido ao orgulho dele ter se tornado jagunço, todavia, é justamente essa herança que coloca no horizonte de Riobaldo a perspectiva de deixar a jagunçagem. Selorico via um *cidadão do sertão* em Riobaldo, todavia este não se via inteiramente assim enquanto jagunço. Dialeticamente, quando se torna fazendeiro, parece recobrar, em parte, a mesma saudade que Selorico nutria do sertão que não mais existia. Voltaremos a essa contradição identitária de Riobaldo mais adiante.

⁴⁵⁸ (VASCONCELOS, 2002, p.326-327).

⁴⁵⁹ (*Ibid.*, p.93).

Por ora, necessitamos apresentar os indícios contundentes de que o padrinho Selorico Mendes, efetivamente, era o seu pai. Logo que a mãe de Riobaldo falece, ele é levado até Selorico que, de imediato, lhe afirma: “De não ter conhecido você, estes anos todos, purgo meus arrependimentos...”⁴⁶⁰, mais adiante Riobaldo relata que “[...] quando velho, ele penou remorso por mim.”⁴⁶¹ *Arrependimento e remorso* parecem ser sentimentos mais de um pai ausente do que de um padrinho. Afinal, se padrinho fosse, porque ser acometido de tão graves pesares se, em termos de ajuda material, concedera a Riobaldo o necessário? Pagara pensão e professor para que estudasse:

Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Currallinho, para ter escola e morar em casa de um amigo dele, Nhô Marôto, cujo Gervásio Lé de Ataíde era o verdadeiro nome social. Bom homem. Lá eu não carecia de trabalhar, de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Marôto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até de botina e roupa que eu precisasse.⁴⁶²

Um padrinho teria tal empenho? Nos parece que não. Depois desse tempo de instrução, Riobaldo foge - “Acabei, por razão outra, fugindo do São Gregório, o senhor vai ver.”⁴⁶³ Portanto, por que um padrinho teria tanto sentimento de culpa? O *arrependimento* e o *remorso* decorrem de não ter declarado a Riobaldo que era o seu pai e, assim, ter evitado que fugisse? Além disso, Riobaldo herda duas fazendas, o que nos parece demasiado se fosse apenas um “afilhado.” A princípio, concebe que não merecia tal herança, já que havia fugido da Fazenda São Gregório, onde vivia como um lorde: “Meu padrinho Selorico Mendes me deixava viver na lordeza.”⁴⁶⁴ Tal situação projetava, aos olhos dos outros, a desconfiança de que fosse, na verdade, filho de Selorico, e não afilhado, “[...] me disseram que não era à-toa que minhas feições copiavam retrato de Selorico Mendes. Que ele tinha sido meu pai!”⁴⁶⁵ Em razão disso se sente desonrado e foge:

Afianço que, no escutar, em roda de mim o tonto houve — o mundo todo me desproduzia, numa grande desonra. Pareceu até que, de algum encoberto jeito, eu daquilo já sabia. Assim já tinha ouvido de outros, aos pedacinhos, ditos e indiretas, que eu desouvava. Perguntar a ele, fosse? Ah, eu não podia, não. Perguntar a mais pessoa nenhuma; chegava. Não desesquentei a cabeça. Ajuntei meus trens, minhas armas, selei um cavalo, fugi de lá.⁴⁶⁶

⁴⁶⁰ (*Ibid.*, p.93).

⁴⁶¹ (*Ibid.*, p.96).

⁴⁶² (*Ibid.*, p.94).

⁴⁶³ (*Ibid.*, p.96).

⁴⁶⁴ (*Ibid.*, p.101).

⁴⁶⁵ (*Ibid.*, p.101).

⁴⁶⁶ (*Ibid.*, p.101-102).

Essa atitude de Riobaldo é um pouco incoerente com a naturalização da orfandade que realiza anteriormente em sua narrativa, em que justifica não ter pai devido ao caráter de nomadismo do sertanejo:

Por mim, o que pensei, foi: que eu não tive pai; quer dizer isso, pois nem eu nunca soube autorizado o nome dele. Não me envergonho, por ser de escuro nascimento. Órfão de conhecença e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apegá, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas.⁴⁶⁷

Note-se que Riobaldo naturaliza ser órfão, pois seria uma condição comum no sertão. Isso revela um aspecto socioeconômico da vida do sertanejo *pobre*, a itinerância, mas também um traço do machismo, que seria o não reconhecimento da paternidade.

Cabe, então, perguntarmos por quê Riobaldo se sentia desonrado? Por suspeitar que era filho, possivelmente, de uma relação promíscua? Em razão de Selorico não o ter procurado durante tanto tempo? E, depois, por que se referir a ele como pai e com certo orgulho? “Duvidar, seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel Selorico Mendes, do São Gregório?!”⁴⁶⁸ Não pretendemos responder a essas questões. Por ora, nos apetece já termos apresentado os indícios que nos parecem indicar a paternidade de Selorico, algo que Riobaldo só veio a desconfiar na velhice: “Acho que nós dois éramos mesmo pertencentes.”⁴⁶⁹

4.3.2 Entre o jagunço e o fazendeiro

Riobaldo conta as suas memórias do tempo em que fora jagunço, mas no tempo da narração já é um fazendeiro. Neste subcapítulo buscaremos analisar os motivos que o impele a querer abandonar a jagunçagem, sobretudo a sua não identificação e o desejo de ascensão social, e os valores e interesses que podem estar embutidos na sua condição de fazendeiro.

Enquanto é jagunço, aparentemente se mostra mais afeito aos valores do litoral,⁴⁷⁰ já que vislumbra no projeto do poder público se espriar no sertão a possibilidade de deixar o jaguncismo e se tornar fazendeiro, todavia, quando se torna fazendeiro, aquele se reveste de ameaça aos seus interesses e ele parece defender o reforço do poder privado. Tentaremos

⁴⁶⁷ (*Ibid.*, p.37-38).

⁴⁶⁸ (*Ibid.*, p.334).

⁴⁶⁹ (*Ibid.*, p.96).

⁴⁷⁰ Projeta na cidade, inclusive, uma possibilidade de fuga da condição jagunça.

demonstrar isso, por exemplo, por meio de sua relação com a violência. Enquanto jagunço, o sentimento que prepondera é o de repulsa, mas enquanto fazendeiro, denota estar disposto a se valer dela caso necessário, mobilizando a mesma estrutura arcaica de acionar agregados como jagunços e buscar apoio nos compadres. Entre um e outro, seus pensamentos parecem refletir as ambivalências de uma modernização conservadora, preconizadora de uma relativa mudança nos costumes, mas sem mexer nas estruturas sociais e econômicas.

4.3.2.1 Riobaldo, o jagunço

Enquanto narra, o fazendeiro Riobaldo procura se afastar da identidade de jagunço, mas, paradoxalmente, para tanto, necessita remexer o tecido que perfez tal identidade. Precisa entender o que aconteceu, quais as forças que o compeliram a ser jagunço, algo que não foi possível enquanto ainda o era:

Mas mocidade é tarefa para mais tarde se **desmentir**. Também, eu **desse de pensar** em vago em tanto, perdia minha mão-de-homem para o **manejo quente** no meio de todos. Mas, hoje, que raciocinei, e penso a eito, não nem por isso não dou por baixa minha competência, num fôgo-e-ferro.⁴⁷¹

Acredita que se *desse de pensar* sobre o que estava fazendo, como faz, agora, no tempo da narração de sua história, perderia o traquejo, *o manejo quente*, que a vida prática de jagunço exigia. Todavia, isso poderia ter evitado que tivesse feito certas coisas, das quais se envergonha, necessitando as *desmentir*. Para tal exercício, conta com a mediação do seu interlocutor.

De tudo não falo. Não tenciono relatar ao senhor minha vida em dobrados passos; servia para que? Quero é armar o ponto dum fato, para depois lhe pedir um conselho. Por daí, então, careço de que o senhor escute bem essas passagens: da vida de Riobaldo, o jagunço. Narrei miúdo, desse dia, dessa noite, que dela nunca posso achar o esquecimento. O jagunço Riobaldo. **Fui eu? Fui e não fui. Não fui!** — porque não sou, não quero ser. Deus esteja!⁴⁷²

Reconhecer o que fez, expiar as suas culpas, *Fui eu? Fui*, parece ser o primeiro passo para expurgar o que reprova, *não fui*, e ao mesmo tempo afirmar a identidade que quer no tempo presente, *não fui!* É tentador não pensar que Guimarães Rosa, dessa forma, sugere ao leitor - representado pelo interlocutor - a conhecer a história do Brasil, talvez com o fito de expurgar

⁴⁷¹ (*Ibid.*, p.23-24, grifo nosso).

⁴⁷² (*Ibid.*, p.175-176).

as estruturas arcaizantes que, por meio de uma modernização conservadora, permaneceram. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Em muitos momentos de sua narrativa, Riobaldo expressa que teve vontade de abandonar o Jaguncismo, ora não sabendo justificar porque permanecera, “Aí, a gente se ajustou no meio do pessoal daquele doutor, que estava na mineração, que eu já disse e o senhor sabe. Por que não ficamos lá? Sei e não sei.”⁴⁷³ outrora buscando apontar justificativas:

Todo o mundo, então, todos, tinham de viver honrando a figura daquele, de Joca Ramiro, feito fosse Cristo Nosso Senhor, o exato?! E por aí eu já tinha pitado dois cigarros. Ser dono definitivo de mim, era o que eu queria, queria. Mas Diadorim sabia disso, parece que não deixava [...].⁴⁷⁴

Neste caso, justifica que por pertencer ao bando do finado Joca Ramiro, haveria de contribuir na vingança de sua morte. Apesar de questionar esse código de ética e conduta da cultura jagunça, e de querer *ser dono definitivo* de si, Diadorim, como uma espécie de vigilante de tal cultura, não deixava ele se afastar. Saliente-se nesse ínterim, inclusive, que foi por amizade/amor a Diadorim que ele se tornou jagunço. “[...] sabendo que eu tinha vindo para jagunço só mesmo por conta da **amizade!**”⁴⁷⁵

Em outro momento da narrativa, Riobaldo manifesta o seu desejo de deixar a jagunçagem diretamente a Diadorim:

— “Escuta, Diadorim: vamos embora da jagunçagem, que já é o depois-de-véspera, que os vivos também têm de viver por só si, e vingança não é promessa a Deus, nem sermão de sacramento. Não chegam os nossos que morremos, e os judas que matamos, para documento do fim de Joca Ramiro?!”⁴⁷⁶

Além de manifestar o desejo, Riobaldo o justifica negando a tradição da vingança. Diadorim o responde recorrendo justamente a fundamentos da cultura jagunça: a coragem, “Riobaldo, você teme?”⁴⁷⁷ e a lealdade, “[...] você jurou vinga, você é leal.”⁴⁷⁸ Riobaldo aponta, portanto, que a sua vontade era sair da jagunçagem, mas os apelos do centro gravitacional dessa cultura fagocitavam sua individualidade.

⁴⁷³ (*Ibid.*, p.60).

⁴⁷⁴ (*Ibid.*, p.34-35).

⁴⁷⁵ (*Ibid.*, p.185, grifo nosso).

⁴⁷⁶ (*Ibid.*, p.300). Obs.: as aspas fazem parte da citação.

⁴⁷⁷ (*Ibid.*, p.301).

⁴⁷⁸ (*Ibid.*, p.301).

Sobre aí, me senti pior de sorte que uma pulga entre dois dedos. No formato da forma, eu não era o valente nem mencionado medroso. Eu era um homem restante **trivial**. A verdade que diga, eu achava que não tinha nascido para aquilo, de ser sempre jagunço não gostava. Como é, então, que um se repinta e se sarrafa? Tudo sobrevém. Acho, acho, é do **influinto comum**, e do tempo de todos. Tanto um prazo de travessia marcada, **sazão, como os meses de seca e os de chuva**. Será? Medida de muitos outros igualasse com a minha, esses também não sentindo e não pensando. Se não, por que era que eram aqueles aprontados versos — que a gente cantava, tanto toda-a-vida, indo em bando por estradas jornadas, à alegria fingida no coração?⁴⁷⁹

Riobaldo constata que, animicamente, era um homem *trivial* e que, na verdade, *de ser sempre jagunço não gostava*, denotando, subjetivamente, não possuir vocação para aquela vida, mas o *influinto comum* o repintava de jagunço. Além disso, concebia que ser jagunço poderia ser um estado de alma passageiro, como se fosse uma *sazão*, ou uma estação climática - *como os meses de seca e os de chuva* -, e para confirmar essa sua percepção, que não apregoa como certeza - *será?* - sugere que os demais jagunços também não se identificavam. As músicas que cantavam, *toda-a-vida*, ou seja, constantemente, era uma forma de remediar o desagrado com a condição de jagunços, transparecendo a Riobaldo uma *alegria fingida no coração*.

Riobaldo, em diversos momentos, demonstra que a princípio depreciava os demais jagunços, mas a compreensão de suas atitudes em relação ao contexto em que viviam, a *guerra*, lhe permitiu um olhar mais condescendente e se entrosar com eles, ainda que com *meio-só* coração.

Cabralhada. Tiba. De boa entrada, ao que me gasturei, no vendo. Aqueles eram mais de cento e meio, sofreúdos, que todos curtidos no jagunçar, rafameia, mera gente. Azombado, que primeiro até fiquei, mas daí quis assuntação, achei, a meu cômodo. Assim, isto é, me acostumei com **meio-só** meu coração, naquele arranchamento. Propriamente, pessoal do Hermógenes. Digo: bons e maus, uns pelos outros, como neste mundo se pertence. Por um que ruim seja, logo mais para adiante se encontra outro pior. E a situação nossa era de **guerra**.⁴⁸⁰

Esse tipo de percepção permitia que fosse compreensivo até mesmo com os adversários: “Assim que, então, os de lá — os judas — não deviam de ser somente os cachorros endoidecidos; mas, em tanto, pessoas, feito nós, **jagunços em situação**.”⁴⁸¹

Tanto na sua subjetividade, quanto observando os companheiros e inimigos, Riobaldo constatava que ser jagunço não era propriamente uma escolha, decorrente de algum prazer, não se tratava de *gostar ou não gostar*: “**Conforme** lhe conto: será que eu mesmo já estava pegado do **costume conjunto** de ajagunçado? Será, sei. **Gostar ou não gostar**, isso é coisa diferente.

⁴⁷⁹ (*Ibid.*, p.57).

⁴⁸⁰ (*Ibid.*, p.133-134).

⁴⁸¹ (*Ibid.*, p. 291, grifo nosso).

O sinal é outro. Um ainda não é um: quando ainda faz parte com todos. Eu nem sabia.”⁴⁸² De fato, como aponta Candido, *ninguém nasce bandido*, “No tipo especial de mundo, que é o sertão, cada um tem seus motivos e **ninguém nasce bandido**, salvo o traidor Hermógenes - princípio negativo do mal [...]”⁴⁸³, e o meio da sociabilidade, o sertão, influencia na constituição da pessoa, em sua *realização ontológica*,⁴⁸⁴ de modo que se constitui uma coerência entre os comportamentos dos jagunços e o universo do sertão. Ainda na esteira desse argumento, Candido exemplifica:

E o mesmo homem que é jagunço, como vimos na tipologia citada mais alto, seria outra coisa noutro mundo. “A paz no céu ainda hoje em dia, para esse companheiro, Marcelino Pampa, que de certo dava para grande homem-de-bem, caso se tivesse nascido em grande cidade.”⁴⁸⁵

Apesar de reconhecer que há esse condicionamento, cabe-nos, todavia, desconfiar do narrador.⁴⁸⁶ A realidade seria, de fato, *conforme* contava ao interlocutor? Ou seja, que não havia a possibilidade da escolha em não ser jagunço? Ou estava, na verdade, buscando justificar seus atos cruéis, tentando expurgar, enquanto o fazendeiro que agora é, as culpas de jagunço que carrega? São questões sutilmente colocadas para o leitor. Buscando se eximir da culpa pelas mortes que causara, justifica que seria algo do destino: “Mas só aqueles que para morrer estavam com dia marcado. Minto? O senhor releve ideias. **Era assim.**”⁴⁸⁷ O interlocutor parece discordar e Riobaldo solicita que ele relativize, pois naquele tempo *era assim*. Ou seja, além de mobilizar a crença no destino, justifica suas atrocidades enquadrando-as em dado período histórico. A crença no destino é mobilizada por Riobaldo também para justificar atos alheios: “Tem coisas que não são de ruindade em si, mas danam, porque **é ao caso de virarem**, feito o que não é feito. Feito a garapa que se azéda. Viver é muito perigoso, já disse ao senhor.”⁴⁸⁸ Observa que seus companheiros jagunços não são maus em si, mas frutos de um destino, *porque é o caso de virarem*.

⁴⁸² (*Ibid.*, p.151, grifo nosso).

⁴⁸³ (CANDIDO, 1977, p.147).

⁴⁸⁴ (*Ibid.*, p.149).

⁴⁸⁵ (*Ibid.*, p.150).

⁴⁸⁶ Bolle recomenda desconfiar do narrador, já que se trata de alguém que fez um pacto com o diabo, “pai da mentira”: “Estranhamente, a crítica até hoje, pelo que me consta, não questionou a confiabilidade do narrador de Grande Sertão: Veredas - o que é uma omissão grave, visto que tudo, nesse romance, é mediatizado por um personagem que fez um trato com o “Pai da Mentira.” A análise do grau de verdade das falas do narrador impõe-se como uma tarefa básica, até que ponto se trata de um narrador confiável ou de uma encenação da credibilidade? Qual é a razão de ser da ambiguidade do narrador, que se apresenta ora como integrante do sistema, ora como independente? Em suma: qual é o *ethos* que rege o seu discurso?” (BOLLE, 2004, p.141-142)

⁴⁸⁷ (ROSA, 2019, p.172, grifo nosso).

⁴⁸⁸ (*Ibid.*, p.191).

O próprio Riobaldo, apesar de reafirmar o condicionamento que regia as práticas dos jagunços, sinaliza que era possível sair do circuito de *ruindades*.

Digo ao senhor que aquele povo era jagunços; eu queria bondade neles? Desminto. Eu não era criança, nunca bobo fui. Entendi o estado de jagunço, mesmo assim sendo eu marinheiro de primeira viagem. Um dia, agarraram um homem, que tinha vindo à traição, espreitar a gente por conta dos bebelos. Assassinarão. Me entristeceu, aquilo, até ao vago do ar. O senhor vigie esses: comem o crú de cobras. Carecem. Só por isso, para o pessoal não se abrandar nem esmorecer, até Sô Candelário, que se prezava de bondoso, mandava mesmo em tempo de paz, que seus homens sássem fossem, para estropelias, prática da vida. Ser ruim, sempre, às vezes é custoso, carece de perversos exercícios de experiência. Mas, com o tempo, todo o mundo envenenava do juízo.⁴⁸⁹

Note-se que Riobaldo não nega a barbárie dos jagunços e a necessidade de se manterem próximos das raias da selvageria. *Carecem*, por exemplo, de comerem *o crú de cobras* para não esmorecerem. Haviam de estarem sempre praticando *perversos exercícios* para se manterem ruins, algo muito *custoso*, pois não seria natural, genuíno. Todavia, não estabelece essa condição como irrevogável, abrindo a possibilidade de que, *com o tempo, todo o mundo envenenava do juízo*. O *juízo*, a razão, algo propriamente humano, inevitavelmente irromperia em algum momento sobre a selvageria.

Além da falta de identificação, deixar de ser jagunço para Riobaldo se associava, também, a um projeto de ascensão social, seja se apropriando da herança deixada por seu pai, Selorico Mendes, seja casando-se com Otacília, filha de fazendeiro. “Mas eu podia rever proveito, caçar de voltar dali para a casa-grande⁴⁹⁰ de Selorico Mendes, exigir meu estado devido, na Fazenda São Gregório.”⁴⁹¹ Essa era uma das duas fazendas que seu pai lhe deixara por herança, testamentada: “E era que meu padrinho Selorico Mendes acabara falecido, me abençoando e se honrando, orgulhoso de meus atos; e as duas maiores fazendas ele tinha deixado para mim, em cédula de testamento.”⁴⁹² Note-se que, paradoxalmente, foi justamente seus *atos* de jagunço que o tornaram um herdeiro, mas para tomar posse, haveria de se desfazer daquela condição. Até mesmo em meio a tiroteios, a latência do desejo se perfazia, como quando em batalha, junto ao bando do Hermógenes: “Não queriam morrer por nossa mão, não queriam. Ri me ri, e o Hermógenes me chamou com assombro. Em isso ele me crendo endoidado. Mas eu estava era de repente pensando em meu padrinho Selorico Mendes.” Pensava nele porque, certamente, queria naquele momento o avesso do que estava vivendo,

⁴⁸⁹ (*Ibid.*, p.139).

⁴⁹⁰ Parece-nos que, aqui, há uma clara referência à obra de Gilberto Freyre.

⁴⁹¹ (*Ibid.*, p.60).

⁴⁹² (*Ibid.*, p.483).

queria a paz. E a forma mais palpável de obtê-la seria sair da vida de jagunço e se apropriar da herança deixada por ele.

Uma outra forma (não excludente da anterior), como já anunciamos, seria se casando com Otacília: “No escaldado... `Saio daqui com vida, deserteio de jaguncismo, vou e me caso com Otacília’ — eu jurei, do propôsto de meus todos sofrimentos”⁴⁹³, “Sôr Amadeu chefiava largo: grandes gados em léguas de alqueires. Otacília não estava nôiva de ninguém.”⁴⁹⁴ Nota-se que o desejo de casar-se com Otacília tem um fundo de interesse econômico claramente posto, ainda que ele negasse:

“Por breve — pensei — era que eu me despedia daquela abençoada fazenda Santa Catarina, excelentes produções. **Não que eu acendesse em mim ambição de têres e havêres**; queria era só mesma Otacília, minha **vontade de amor**. Mas, com um significado de paz, de amizade de todos, de sossegadas boas regras, eu pensava: nas rezas, nas roupagens, na festa, na mesa grande com comedorias e doces; e, no meio do solene, o sôr Amadeu, pai dela, que apartasse — destinado para nós dois — um buritizal em **dote**, conforme o uso dos antigos.”⁴⁹⁵

Acusa uma *vontade de amor*, mas vislumbra a obtenção de um *dote*, a partir do matrimônio. Esse tipo de vinculação nos sugeriu que a citação da obra *Saint-Clair das ilhas no Grande Sertão: veredas* não é aleatória.⁴⁹⁶ Além de ter sido um romance largamente difundido no interior do Brasil ao longo do século XIX⁴⁹⁷, correspondente ao tempo de um Riobaldo jovem (quando lê a obra), há um paralelismo entre Riobaldo e o protagonista de tal romance, que pudemos constatar da leitura de Marlyse Meyer sobre tal romance:

E quem foi Sinclair das Ilhas? Um banido, figura essencialmente pré-romântica. Banido num espaço histórica e geograficamente determinado: a Escócia do tempo do rei Jaime I. Um chefe de clã, chefe por muito valor e bravura. Guerreiro e herói. Mas, igualmente herói *tout court*: o herói padronizado dos contos da carochinha, órfão sem o ser, abandonado por mãe malvada, criado por tio valoroso. Outras provações ainda vai ter, até a recompensa, na pessoa de bela e fidalga donzela que chega um dia à ilha de Barra, vestida de rapaz, atraída pela fama do valente e misógino herói. Este acaba cedendo ao encanto de Ambrosina e a destemida mocinha se transforma, mal se casam, em recatada, virtuosa e diligente esposa, mãe extremosa de três filhos, sem falar no filho adotivo de Sinclair, peça fundamental do enredo. Transforma a rude fortaleza no lar mais aconchegante e o heróico Sinclair num perfeítíssimo esposo e

⁴⁹³ (*Ibid.*, p.46).

⁴⁹⁴ (*Ibid.*, p.157-158).

⁴⁹⁵ (*Ibid.*, p.161).

⁴⁹⁶ “Mas o dono do sítio, que não sabia ler nem escrever, assim mesmo possuía um livro, capeado em couro, que se chamava o “Senclér das Ilhas”, e que pedi para deletrear nos meus descansos. Foi o primeiro desses que encontrei, de romance, porque antes eu só tinha conhecido livros de estudo. Nele achei outras verdades, muito extraordinárias.” (*Ibid.*, p.305).

⁴⁹⁷ “O que se pode afirmar é que Sinclair das Ilhas foi lido e treslido pelos Brasis afora. E isso não só por volta de 1850, como supõe R. Magalhães Jr., ou antes de 1835, como pensava Astrogildo Pereira. O Sinclair continua a ser encontrado nos catálogos Garnier até o começo do século XX [...]” (MEYER, 1996, p.45).

pai. **O Riobaldo da Otacília**, em suma. [...] Com o casamento não cessam as peripécias, que por vezes escurecem mas nunca alteram esse clima de paz e prazer domésticos.⁴⁹⁸

Como atesta Meyer, o Sinclair se parece ao *Riobaldo da Otacília*,⁴⁹⁹ que ao se casar encontra a paz no lar doméstico. Quando ainda jagunço, Riobaldo já mirava esse estado a partir do casamento com Otacília. A Fazenda Santa Catarina, onde vivia Otacília, espelhava o ideal de mudança em seu modo de vida:

O que lembro, tenho. Venho vindo, de velhas alegrias. A Fazenda Santa Catarina era **perto do céu** — um céu azul no repintado, com as nuvens que não se removem. A gente estava em maio. Quero bem a esses maios, o sol bom, o frio de saúde, as flores no campo, os finos ventos maiozinhos. A frente da fazenda, num tombado, respeitava para o espigão, para o céu. Entre os currais e o céu, tinha só um gramado limpo e uma restinga de cerrado, de donde descem **borboletas brancas**, que passam entre as réguas da cerca. Ali, a gente não vê o virar das horas. E a fôgo-apagou sempre cantava, sempre. Para mim, até hoje, o canto da fôgo-apagou tem um cheiro de folhas de assa-peixe. Depois de tantas guerras, eu achava um valor viável em tudo que era cordato e correntio, na tiração de leite, num papudo que ia carregando lata de lavagem para o chiqueiro, nas galinhas-d'angola ciscando às carreiras no fedegoso-bravo, com florezinhas amarelas, e no vassoural comido baixo, pelo gado e pelos porcos.⁵⁰⁰

Ser jagunço significava para Riobaldo a impossibilidade de ter uma vida normal, em que pudesse observar o ciclo natural das coisas, o cotidiano de uma vida simples. De modo que a Fazenda Santa Catarina comparecia como um ideal elevado, *perto do céu*, no horizonte do que lhe era significativo, e por isso gravado na memória - *o que lembro, tenho*. De todas as nuances apontadas no trecho acima, talvez a mais emblemática seja a das *borboletas brancas*, símbolo de uma paz que não possuía enquanto jagunço. Por tais sensações, esse contato com a Fazenda Santa Catarina reavivou nele o desejo de abandonar o jaguncismo para tomar posse de sua herança, a fazenda São Gregório. “Figuro que naquela ocasião tive curta saudade do São Gregório, com uma vontade vã de ser dono de meu chão, meu por posse e continuados trabalhos, trabalho de segurar a alma e endurecer as mãos. Estas coisas eu pensava repassadas.⁵⁰¹ Portanto, era um desejo não só de enriquecimento, mas de mudança de modo de vida, algo que se tornar fazendeiro lhe possibilitaria. Um desejo que o acompanharia permanentemente: *estas coisas eu pensava repassadas*.

⁴⁹⁸ (*Ibid.*, p.47).

⁴⁹⁹ Curiosamente há outras características que aproximam os protagonistas. Ambos eram órfãos de um dos genitores, Sinclair pela mãe e Riobaldo pelo pai. E a Ambrosina de Sinclair sugere a Diadorim de Riobaldo, que chegara à ilha *vestida de rapaz*.

⁵⁰⁰ (*Ibid.*, p.154).

⁵⁰¹ (*Ibid.*, p.154).

O projeto de ascensão social, seja tomando posse das fazendas herdadas e/ou casando-se com Otacília, está intrinsecamente ligado a um outro fator preponderante, que está na base desse processo: a tomada de consciência de sua condição social. Isso vai acontecer, sobretudo, quando, juntamente com seu bando, Riobaldo será visto por Habão como mão-de-obra disponível.

E espiou para mim, com aqueles olhos baçosos — aí eu entendi a gana dele: que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiros dele. Até enjoiei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos!⁵⁰²

Importante relevar, como sinaliza Bolle (2004), para fins de uma compreensão ajustada ao conserto todo da obra, que isso acontece no momento em que o moral do bando está em baixa, depois de *derrotas, reveses, casos de doenças*, etc, e a idealização, um tanto romântica, da jagunçagem, conseqüentemente, encontrava-se abalada. Para fins de contexto, importante apontar que Riobaldo e seu bando foram vistos por Habão, da forma já apontada, porque devido a uma epidemia de “bexiga preta” (varíola), na região do Sucruiú, estava havendo escassez de mão-de-obra. Ou seja, a conjunção da diminuição da força moral do bando, com este contexto socioeconômico, descortinou, à consciência de Riobaldo, a sua condição social e econômica real, como aponta Bolle "Se ele depusesse as armas nesse momento e abandonasse a jagunçagem, não seria mais que um simples diarista, desaparecendo no meio da plebe rural."⁵⁰³

De acordo com Bolle (2004), diante dessa situação, Riobaldo reconhece que dispunha de duas opções: ser um “enxadeiro” ou um "senhor." Como já está suposto, Riobaldo escolheu se tornar um fazendeiro. Mas, antes, teve que seguir um roteiro: fazer o pacto com o diabo e, assim, apoderar-se de forças a ponto de se tornar chefe do bando, vencer o Hermógenes e poder, em seguida, gozar da paz já como latifundiário.⁵⁰⁴ Fazer o pacto, portanto, de acordo com Bolle (2004), foi uma condição para que mudasse de classe social. Este autor, inclusive, aponta que a etimologia da palavra diabo se relaciona com tal sentido.

Em termos figurativos, a falta de diálogo e a gritante desigualdade, que racha a sociedade entre os que são donos de tudo e os que não possuem nada, podem ser vistas

⁵⁰² (*Ibid.*, p.333).

⁵⁰³ (BOLLE, 2004, p.150)

⁵⁰⁴ “O que legitima Riobaldo e entrar em posse de herança é a sua carreira como chefe de jagunços, sobretudo a glória de ter vencido a batalha decisiva - como que cumprindo o que sempre fora o sonho e a expectativa de seu padrinho.” (*Ibid.*, p.152).

como coisa do Diabo - entendendo-se o *diabolos*, no sentido etimológico, como a entidade que “**se interpõe,**” **entre as pessoas, entre as classes.**⁵⁰⁵

Em vista disso, é oportuno recuperar um caso que Riobaldo conta no início de sua narrativa: “E um Jisé Simpílicio — quem qualquer daqui jura ele tem um capeta em casa, miúdo satanazim, preso obrigado a ajudar em toda ganância que executa; razão que o Simpílicio se empresa em vias de completar de **rico.**”⁵⁰⁶ Ou seja, se realiza uma clara associação de uma figura demoníaca com o enriquecimento que pode já ser uma justificativa para si, ou para o seu interlocutor, do pacto que fez com o intuito também de se afortunar.

Bolle (2004) avalia que no episódio do pacto, dentre outros da obra, há uma sobrevalorização dos aspectos metafísicos, míticos, existenciais, etc, em detrimento dos históricos. O autor, a partir desse diagnóstico, não busca, todavia, realizar uma simples inversão de perspectiva na interpretação do pacto, mas uma leitura dialética que permita obter dos elementos metafísicos conhecimentos sobre a realidade histórica, social e política. O autor salienta, inclusive, ser comum evitar qualquer reflexão sobre a realidade brasileira a partir das questões existenciais de Riobaldo, dificultando vislumbrar no *Grande Sertão: Veredas* um retrato do Brasil, à altura de *Os Sertões*. Todavia, alerta que esta obra também evidenciou que é infrutífero separar o metafísico da política, já que o grupo que colocara a modernização brasileira em xeque era um movimento religioso.

Além de ter provocado o despertar da consciência de classe em Riobaldo, seô Habão será importante também no próprio processo de busca por ascensão social a partir daí. Ele participa da reaproximação de Riobaldo a Otacília, levando a esta um presente de Riobaldo:

Trasmente que, em Otacília, mesmo, verdadeiro eu quase nem cuidava de sentir, de ter saudade. Otacília estava sendo uma incerteza — assunto longe começado. Visse, o que desse, viesse. O seô Habão ia, levava a pedra de topázio, a vida do mundo ia vivendo, coração dá tantas mudanças; meus dízimos eu pagava. O pássaro que se separa de outro, vai voando adeus o tempo todo.⁵⁰⁷

A *pedra de topázio*, não parece ser o presente de um apaixonado, Riobaldo *nem cuidava de sentir*, e não denota estar preocupado se irá ou não se reencontrar com Otacília, *uma incerteza, visse o que desse e viesse*, e parece até mesmo resignado que isso não irá acontecer, *o pássaro que se separa de outro, vai voando adeus o tempo todo*, de modo que a *pedra* funciona apenas como uma espécie de contrato, como um ritual social, *meus dízimos eu pagava*,

⁵⁰⁵ (*Ibid.*, p.18).

⁵⁰⁶ (ROSA, 2019, p.11).

⁵⁰⁷ (*Ibid.*, p.355).

de demonstração de interesse pelo matrimônio. A esse senso racionalista que movia o objetivo de Riobaldo com o presente, o perfil de seô Habão como intercessor, parecia perfeito.

A figura de seô Habão se torna tão significativa da referida reaproximação, que quando um vaqueiro conta a Riobaldo que Otacília estava vindo ao seu encontro, protegida por um homem, de imediato ele associa a Seô Habão: “Seô Habão? Vigia se ele não traz consigo uma donzela formosíssima, ou se traz em apenas desilusão...”⁵⁰⁸ Ainda que ele não tivesse certeza disso, “Nem eu soubesse certo se era o seô Habão, se era Otacília...”⁵⁰⁹ e, mesmo tendo sido um equívoco, “Era a vossa nôiva não, Chefe...” — o que Alaripe relatava. — “O homem se chamava só Adão Lemes, indo conduzindo a irmã dele, fazendeira, cujo nome é Aesmeralda...”⁵¹⁰, é significativo que Habão tenha sido a primeira pessoa em quem Riobaldo pensou que pudesse estar acompanhando a sua *nôiva*. Ou seja, o fazendeiro comparece como uma espécie de padrinho dessa aproximação amorosa por interesse econômico e social. E é emblemático que tenha sido seô Habão porque a sua aproximação de Riobaldo também ocorre por tais tipo de interesse. Desde que soube que Riobaldo era herdeiro de Selorico Mendes, passou a lhe olhar com “[...] muitos outros olhos.”⁵¹¹ e a lhe presentear:

Mas sendo que, dividido o instante, eu já ali pensei: por que seria que o seô Habão se engraçava de me presentear de repente com uma prenda dum valor desse, eu que não era amigo nem parente dele, que não me devia obrigação, quase que nem me conhecia? Aos que projetos ele engenhava em sua mente, que possança minha ele adivinhava?⁵¹²

Além disso, se propunha a ajudar Riobaldo:

Mas o seô Habão não queria ter terminado: negócio que carecia ainda de algum ponto. Dei licença. Ele perguntou, sonseante: ...se eu não prazia de enviar por ele algum recado também para o senhor meu pai, Selorico Mendes, **dono do São Gregório, e de outras boas e ricas fazendas?**... Eu achei graça, acenei que sim: disse que fosse, reproduzisse a minha saudação... E então foi que o seô Habão levantou a cara, aquietado — até mediante sorriso.⁵¹³

Um sujeito que, como já vimos, se caracteriza por ser obstinado capitalista, não se propõe a portar um recado de Riobaldo a Selorico fortuitamente. A partir do que se infere do relato de Riobaldo, o próprio Habão denota qual era o seu interesse: se aproximar de um rico

⁵⁰⁸ (*Ibid.*, p.452).

⁵⁰⁹ (*Ibid.*, p.452).

⁵¹⁰ (*Ibid.*, p.478).

⁵¹¹ (*Ibid.*, p.334).

⁵¹² (*Ibid.*, p.345).

⁵¹³ (*Ibid.*, p.355, grifo nosso).

fazendeiro, *dono do São Gregório, e de outras boas e ricas fazendas*.⁵¹⁴ A propósito, é seô Habão quem comunica a morte de Selorico Mendes e, em tal circunstância, repete as práticas - presenteia Riobaldo com um cavalo e se dispõe a ajudá-lo no processo de tomar posse de sua herança:

Eu já estava de todo bom, firme para as arremessadas, quando ali na Barbaranha se surgiu para mim igualmente a visita de seô Habão — ele com o seo Ornelas se tivessem entre tempos pacificado. Homem baseado. Demonstrou que tinha muita satisfação em me ver, assim como para mim vinha trazendo outro cavalo de presente — o qual era ruço-rodado, ordem de valor e estampa. Ali agraciado aceitei, meu sinceramente. Mas ele portava causa maior — a que tinha ido confirmar e saber, e agenciar, por seus bons préstimos. E era que meu padrinho Selorico Mendes acabara falecido, me abençoando e se honrando, orgulhoso de meus atos; e as duas maiores fazendas ele tinha deixado para mim, em cédula de testamento. Seô Habão queria logo me levar lá, no Curalim, no Corinto, para eu entrar em paz de posses. Rejeitei; adiei, isto é. Porquanto, de fato, fui, e tudo recebi em limpo, sem precisão de tocar demandas, por falta de outros mais legítimos herdeiros, e o que também devido dou ao advogado meu que zelou a sucessão — Dr. Meigo de Lima.⁵¹⁵

Portanto, seô Habão participa de momentos significativos nessa *travessia* de Riobaldo, desde a conscientização de sua posição social até a concretização da sua mudança de classe, sempre se movendo por interesses capitalistas e por conservação de poder.

Esse tipo de travessia de Riobaldo nos parece alegorizar a modernização conservadora ocorrida no Brasil, abarcando as suas contradições. Talvez com o fito de melhor evidenciá-las, Guimarães Rosa configurou a sua narração no circuito ambivalente de um narrador sertanejo que é um fazendeiro ex-jagunço. Um sertanejo que incorporou as aspirações de modernização, mas que ao mudar de lugar social, reativou a necessidade de preservação de uma ordem social, política e econômica benéfica a si. A mudança de lugar social ocorre a partir do pacto que se realiza nas *Veredas Mortas* que, para Bolle

[...] é uma representação criptografada da modernização do Brasil. Uma vez que essa modernização tem sido contraditória e perversa, Guimarães Rosa pode ter chegado à conclusão de que poderia ser narrada de maneira autêntica somente a partir do *outro lado*. Não da perspectiva oficial de fachada, mas a partir dos bastidores, do ângulo dos que tiraram vantagens pessoais às custas das vítimas da história. Ricardão, Hermógenes, Riobaldo - três pactários: o rico, o violento, o oportunista. A máquina do poder vista de dentro. É o viés machadiano de Guimarães Rosa, o lado diabólico, luciferino desse escritor, cujas incursões pelos labirintos do Mal ensinam mais sobre a história da modernização do Brasil do que mil bem-intencionados programas. Uma modernização que se escreveu com linhas tortas.⁵¹⁶

⁵¹⁴ (*Ibid.*, p.355).

⁵¹⁵ (*Ibid.*, p.483).

⁵¹⁶ (BOLLE, 2004, p.148-149).

No subcapítulo seguinte, nos dedicaremos a demonstrar os aspectos do conservadorismo no fazendeiro Riobaldo, alegorizantes dessa modernização conservadora, marcada pela concentração de terras, na defesa armada da propriedade privada, na manutenção do poder privado em detrimento do público, enfim, por arcaísmos. “Grande Sertão: veredas expõe a face contraditória do país ao sugerir que o arcaísmo não é apenas resíduo do passado, mas um dos modos mais efetivos do presente e, como tal, corolário do projeto de modernização do país.”⁵¹⁷ Buscaremos delinear os referidos aspectos e as suas contradições.

4.3.2.2 O fazendeiro Riobaldo

Riobaldo informa que, no tempo em que narra a sua história, a violência no sertão já diminuía, certamente em decorrência da decadência da jagunçagem, o que ele avalia como algo positivo:

Vi tanta cruz! Pena não paga contar; se vou, não esbarro. E **me desgosta, três que me enjoa**, isso tudo. Me apraz é que o pessoal, hoje em dia, é bom de coração. Isto é, bom no trivial. Malícias maluqueiras, e perversidades, sempre tem alguma, mas escasseadas. **Geração** minha, verdadeira, ainda não eram assim. Ah, vai vir um tempo, em que não se usa **mais matar gente**... Eu, já estou velho.⁵¹⁸

Ele, um ex-jagunço, não demonstra nenhum saudosismo pela jagunçagem e suas práticas. Pelo contrário, demonstra repulsa – *me desgosta, três que me enjoa* – pelas crueldades cometidas por sua *geração*, e aponta o desejo de que no futuro não se use *mais matar gente*. Repudia, portanto, a barbárie, denotando um traço mínimo de adoção de práticas mais modernas de conduta.

Quando contrapõe a sua postura, quando ainda jagunço, à de Medeiro Vaz, tendo como paralelo a queima de casas, parece querer enfatizar que não condena propriamente a cultura jagunça, mas os atos bárbaros que ele próprio cometera.

No passado, eu, digo e sei, sou assim: relembrando minha vida para trás, eu gosto de todos, só curtindo desprezo e desgosto é por minha **mesma antiga pessoa**. Medeiro Vaz, antes de sair pelos Gerais com mão de justiça, botou fogo em sua casa, nem das cinzas carecia a possessão. Casas, por ordem minha aos bradados, eu incendiei: eu ficava escutando — o barulho de coisas rompendo e caindo, e estralando surdo, desamparadas, **lá dentro**. Sertão!⁵¹⁹

⁵¹⁷ (VASCONCELOS, 2002, p.324).

⁵¹⁸ (ROSA, 2019, p.116).

⁵¹⁹ (*Ibid.*, p.116).

Medeiro Vaz botara fogo em sua própria casa, dispensando a *possessão* herdada para lutar em nome de uma causa que considerava nobre, enquanto Riobaldo, que deixou o jaguncismo para tomar posse de fazendas, trajetória contrária, portanto, à de Medeiro Vaz, mandara botar fogo em casas alheias sem um motivo aparente. Atitude bárbara que, agora, na condição de fazendeiro, repudia. A imagem de coisas caindo *lá dentro*, parece-nos intensificar a gravidade da atitude, pois parecem ter sido ataques desferidos contra o espaço que o constituiu, podendo, assim, *lá dentro* se referir também à sua subjetividade. Dito de outro modo, nos parece que o que desmoronava, de forma desamparada, dentro das casas que destruíra, era o próprio sertão que o constituía.

Riobaldo condena atos de seu passado, mas ressalta que se tornou uma pessoa melhor: “O senhor... mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. É o que a vida me ensinou.”⁵²⁰ Parece-nos que Riobaldo está ao mesmo tempo fazendo um auto elogio – afinal de contas ele deixou se ser jagunço e se tornara fazendeiro, se afastando da violência - como parece referir que *é importante* observarmos os processos de mudança social que acontecem à nossa volta. Talvez seja uma outra forma de dizer que acredita no progresso, na possibilidade das pessoas se afastarem das *perversidades*, rumo a uma base civilizacional menos violenta.

Apesar de condenar as barbaridades jagunças e repudiar seus próprios atos, nota-se, todavia, que o fazendeiro Riobaldo poderia fazer uso da violência, caso suas propriedades fossem ameaçadas, seja por *outras leis*, seja por possíveis invasores.

Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, **com outras leis**, ou **com sobejos olhares**, e eu **ainda sorteio de acender esta zona, ai, se, se! É na boca do trabuco**: é no té-retê-retém... E **sozinho não estou**, há-de-o. Pra não isso, hei coloquei redor meu minha gente. Olhe o senhor: aqui, pegado, vereda abaixo, o Paspé — **meeiro** meu — é meu. Mais légua, se tanto, tem o Acauã, e tem o **Compadre** Ciril, ele e três filhos, sei que servem. Banda desta mão, o Alaripe: soubesse o senhor o que é que se preza, em rifleio e à faca, um cearense feito esse! Depois mais: o João Nonato, o Quipes, o Pacamã-de-Prêsas. E o Fafafa — este deu lances altos, todo lado comigo, no combate velho do Tamanduá-tão: limpamos o vento de quem não tinha ordem de respirar, e antes esses desrodeamos... O Fafafa tem uma eguada. Ele cria cavalos bons. Até um pouco mais longe, no pé-de-serra, de bando meu foram o Sesfrêdo, Jesualdo, o Nelson e João Concliz. Uns outros. O Triol... E não vou valendo? **Deixo terra com eles**, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. **Para que eu quero ajuntar riqueza? Estão aí, de armas areiadas**. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteiamento em paz, exp’rimentem ver. Digo isto ao senhor, de fidiúcia. Também, não vá pensar em dobro. Queremos é trabalhar, propor sossego.⁵²¹

⁵²⁰ (ROSA, 2019, p.23).

⁵²¹ (*Ibid.*, p.23-24).

Há, aqui, portanto, uma clara contradição, se contrapormos o discurso de aversão à violência com a pronta disposição em acioná-la, *ainda sorteio de acender esta zona ai, se, se! É na boca do tabuco!* O discurso antiviolação vai até o limite em que seus interesses de proprietário não forem ameaçados. Se - *ai, se, se* - for ameaçado não estará *sozinho*, pois trouxe para junto de si, seu ex-companheiros de jagunçagem, que estariam de prontidão para defendê-lo, *estão aí, de armas areiadas*. Estes receberam, em troca, terra para cuidarem - *deixo terra com eles*. Note-se que em momento algum Riobaldo menciona rendimento com essa relação econômica. *Para que eu quero ajuntar riqueza?* Parece que o intuito ao ceder as terras é apenas obter uma força armada. Dessa forma, é muito claro que Riobaldo replicou em sua *zona* o regime arcaico que vigorava nos tempos idos. Por um lado, isso sinaliza que o poder público ainda não havia adquirido forças na *zona* habitada por Riobaldo, mas, por outro, nota-se sua clara predisposição a se insurgir contra *outras leis*, mobilizando o poder da força, própria da *lei do sertão*.

Além de terras, os vizinhos de Riobaldo certamente também recebiam proteção do mesmo. De acordo com o que já expusemos neste trabalho, os jagunços provinham dos homens livres da plebe rural, e se ofereciam para ser o braço armado dos Coronéis, em troca de proteção, se tornando, muitas vezes, agregados nas fazendas. Não é possível assegurar que o personagem Zé-Zim fosse também um ex-jagunço, mas este meeiro recebia a proteção de Riobaldo.

O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor **meeiro** meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: — “Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d’angola, como todo o mundo faz?” — “Quero criar nada não...” — me deu resposta: — “Eu gosto muito de mudar...” Está aí, está com uma mocinha cabocla em casa, dois filhos dela já tem. Belo um dia, ele tora. É assim. Ninguém discrepa. Eu, tantas, mesmo digo. **Eu dou proteção.**⁵²²

Riobaldo conserva, portanto, uma relação socioeconômica arcaica. Em tal regime, a relação do patrão com o empregado não é mediada por um salário, mas pela divisão da produção. Zé-Zim, sem acesso à terra, é *meeiro* de Riobaldo, seu dependente econômico, e recebe sua *proteção*, em meio a um sertão que, portanto, ainda não é provido de segurança pública.

É importante sublinhar, nesse sentido, que quando Riobaldo se torna fazendeiro, ainda vigorava o sistema do Coronelismo com a jagunçagem, com a conivência do governo central. Isso fica claro quando se reporta a um caso acontecido em Januária. “Aí, quem trouxe socorro, para salvar o Major, foi o delegado Doutor Cantuária Guimarães, vindo às pressas de Januária, com punhadão de outros jagunços, de fazendeiros da política do Governo.”⁵²³ Para dar combate

⁵²² (ROSA., 2019, p. 38).

⁵²³ (*Ibid.*, p.136).

ao bando de jagunços do bando do Andalécio, que aterrorizava a cidade de São Francisco, fazendo o *Major* de prisioneiro, recorreram a jagunços de fazendeiros favoráveis ao governo. É plausível inferir, assim, que o governo não possuía capilaridade de poder militar sobre aquele território, já que o *delegado* de Januária teve que recorrer aos coronéis. Isso acontecera, de acordo com Riobaldo, nas “éras de 96”⁵²⁴, o que corresponde, provavelmente, a 1896,⁵²⁵ período histórico em que o Coronelismo já havia florescido no Brasil.⁵²⁶ Em tal período, Riobaldo já teria se retirado da jagunçagem, “Essas coisas já não aconteceram mais no meu tempo, pois por aí eu já estava retirado para ser criador, e lavrador de algodão e cana.”⁵²⁷

A permanência do Coronelismo, bem como a intenção de adequação a esse sistema, é indicada, sutilmente, por meio dos elogios que delega a Seo Ornelas, espécie de modelo para Riobaldo. “Soubessem que esse seo Ornelas era **homem bom descendente, posseiro de sesmaria**. Antes, tinha valido, com muitos passados, **por causa de política, e ainda valesse**, compadre que era do **Coronel Rotílio Manduca** em sua Fazenda Baluarte.”⁵²⁸ Riobaldo faz uma apreciação positiva de Ornelas, *homem bom*, informando que seria *descendente*, provavelmente de portugueses, já que também informa ser *posseiro de sesmaria*. Riobaldo refere que Ornelas, no passado, fora influente *por causa de política* e que *ainda* valia devido ao laço de compadrio com o Coronel Rotílio Manduca. Ora, esse Coronel possuía forte relação com o governo central brasileiro, já que viajava, com frequência, ao Rio de Janeiro, capital do país à época:

Célebre, esse, também — e que o senhor pode ter conhecido igualmente, pois era um que **viajava amiúde até no Rio de Janeiro**, se bem que famanado homem de cabras em armamentos, na política de jugunçagem. Aquele — sequinho, espigadinho, vestido cidadão, com mãozinhas pequenas, pezinhos — e do ar sempre assustado constantemente. Dele sozinho, o que se diz: umas duzentas mortes! Conheceu, o senhor? No barranco do São Francisco — o Coronel Rotílio Manduca — em sua Fazenda Baluarte!⁵²⁹

⁵²⁴ (*Ibid.*, p.136).

⁵²⁵ Inferimos tal data levando em conta a de publicação do *Grande Sertão: Veredas*, 1956, e ao período histórico no qual a ação narrativa da obra acontece, durante a República Velha.

⁵²⁶ “[...] uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império” (QUEIROZ, *apud* VASCONCELOS, 2002, p.325).

⁵²⁷ (*Ibid.*, p.136 - 137).

⁵²⁸ (*Ibid.*, p.362, grifo nosso).

⁵²⁹ (*Ibid.*, p.367, grifo nosso).

Alguns estudiosos⁵³⁰ apontam que tal Coronel existiu, de fato, e que serviu de inspiração para que Rosa criasse o personagem de Zé Bebelo. Notemos que, de fato, a sua caracterização corresponde ao perfil de Zé Bebelo, pois ambos possuíam laços com o *Governo* e se valiam da força armada dos jagunços.

Considerando que Riobaldo associa o valor de seo Ornelas ao compadrio que tinha com Coronel Rotílio Manduca, é justo supor que ele não só aprovava as relações políticas mantidas entre os coronéis e o governo central sediado no Rio de Janeiro, como as desejava. Seo Ornelas figura como um modelo para ele porque, além desses laços políticos, possuía uma trajetória de vida parecida à sua, um fazendeiro que já fora jagunço de *meio-ofício*:

Aquele velho fazendeiro possuía tudo. Conforme jagunço de **meio-ofício** tinha sido, e amigo hospedador, abastado em suas propriedades. De ser de **linhagem de família**, ele conseguia as **ponderadas maneiras, cidadão**, que se representava; que, isso, ainda que eu pelejasse constante, tarde seria para bem aprender.⁵³¹

Riobaldo almejava se tornar um homem de *ponderadas maneiras*, tal qual Ornelas, que sabia se portar de acordo com o lugar social que ocupava, de acordo com a sua *linhagem de família*. E isso, de acordo com Riobaldo, fazia dele um *cidadão*. Ou seja, a acepção de *cidadão*, aqui, para Riobaldo, se associa a uma perspectiva elitista, pois avalia que Ornelas assim o era devido à sua *linhagem* familiar, e algo mais comportamental, devido às suas *ponderadas maneiras*.

Até o período próximo do tempo da narração é possível assegurar, de acordo com o próprio narrador, que ainda vigorava o Coronelismo e a jagunçagem:

Mas o mais foi ainda atual agora, **recentemente**, quase, isto é; foi logo de se emendar depois do barulhão em Carinhanha — **mortandades**: quando se espirrou sangue **por toda banda**, o senhor sabe: “**Carinhanha** é bonitinha...” — uma verdade que barranqueiro canta, remador. Carinhanha é que sempre foi de um homem de valor e poder: o **coronel João Duque** — o **pai da coragem**. Antônio Dó eu conheci, certa vez, na Vargem Bonita, tinha uma feirinha lá, ele se chegou, com uns seus cabras, formaram grupo calados, arredados. **Andalécio foi meu bom amigo**. Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?

Mortandades ainda aconteciam *recentemente* ao tempo em que narra, *por toda banda*, ou seja, a jagunçagem ainda estaria operando, assim como o Coronelismo ainda estava em

⁵³⁰ “De acordo com uma pesquisa feita por Levínio Castilho e endossada por Saul Martins, antropólogo, especialista em folclore e professor da UFMG, “Zé Bebelo é a encarnação de Rotílio Manduca”” (COELHO, 2003, p.345).

⁵³¹ (*Ibid.*, p.363, grifo nosso).

vigor, pois Riobaldo informa que a *Carinhanha*⁵³², localidade que destaca, era controlada por um *coronel*, *João Duque*, que ele saúda como *pai da coragem*. Todavia, naquele momento da narração, ambos, Coronelismo e jagunçagem, teriam acabado. Riobaldo informa, explicitamente, apenas sobre a jagunçagem - *tempo de jagunço tinha mesmo de acabar* - mas é possível inferir também o fim do Coronelismo, já que ele indicia um paralelismo nesse trecho de sua narração referindo-se, sequencialmente, ao coronel João Duque e aos líderes de jagunços, Antônio Dó e Andalécio, causadores do conflito em São Francisco. Riobaldo notifica sua proximidade com cada um, denotando não haver contradição em saudar um coronel e ser amigo de um líder de jagunço, *Andalécio foi meu bom amigo*. Nos parece que além de corresponder à relação orgânica entre Coronelismo e jagunçagem que apontamos anteriormente, isso pode ser uma forma de Riobaldo tentar minimizar as contradições entre o seu passado de jagunço e o seu presente de fazendeiro. Ainda nesse sentido, lança uma questão interessante ao seu interlocutor e, conseqüentemente, ao leitor. Ele reconhece que o *tempo de jagunço tinha mesmo de acabar*, indicando aprovar o poder da modernidade e da civilização que veio da *cidade* e que acabou com o sistema dos jagunços e coronéis que vigorava no sertão, mas quando pergunta *Acaba?* concebemos que está questionando o interlocutor cidadão se a prática da violência, os conchavos políticos, etc, haviam terminado com o espraiamento dos valores da cidade no sertão. Bem sabemos que não. Mesmo com a urbanização e a difusão do poder político central, a estrutura de poder no país se manteve dependente de acordos com poderosos locais Brasil afora, inclusive no sertão, como indicamos no segundo capítulo deste trabalho. Além disso, a urbanização não implicou em diminuição da violência. Se durante a República Velha o poder estava concentrado no seio das oligarquias agrárias, a partir de 1930 concentraria-se cada vez mais nas mãos da burguesia industrial, e a exclusão da imensa maioria do povo, implicada com essa concentração de poder político, econômico, de terras, etc, está na base de uma desigualdade socioeconômica que potencializa a prática da violência.

Nesse sentido, nos parece que com a referida pergunta, a um só tempo, Riobaldo aponta ao interlocutor a contradição que atravessa a dualidade civilização (cidade) *versus* barbárie (sertão) e minimiza as próprias, alojadas entre o *ethos* de jagunço e fazendeiro, passado e presente. Ao apontar que ela está diretamente vinculada com o mundo do interlocutor, parece objetivar um olhar mais condescendente. É um convite indireto à alteridade. Buscaremos desenvolver esses aspectos no próximo subcapítulo.

⁵³² Provavelmente trata-se do município baiano localizado às margens do Rio São Francisco, próximo da divisa com Minas Gerais.

Além do conservadorismo de Riobaldo associado aos aspectos políticos e econômicos do Coronelismo, é possível notar ainda outros traços como, por exemplo, quando ignora que possa ter havido escravidão em uma fazenda.

Entre-Ribeiros, o senhor vá ver a fazenda velha, onde tinha um cômodo quase do tamanho da casa, por debaixo dela, socavado no antro do chão — lá judiaram com **escravos e pessoas**, até aos pouquinhos matar... Mas, para não mentir, lhe digo: eu nisso não acredito. Reconditório de se ocultar ouro, tesouro e armas, munição, ou dinheiro falso moedado, isto sim. O senhor deve de ficar prevenido: esse povo diverte por demais com a baboseira, dum traque de jumento formam tufão de ventania.⁵³³

Além de ignorar a possibilidade, ele separa *escravos* de *pessoas* com o conectivo *e*, sugerindo que *escravos* não seriam *pessoas*. Tais afirmações são feitas, devemos nos lembrar, por um Riobaldo já fazendeiro e, portanto, mais afeito a um pensamento conservador e, nesse caso, racista. A propósito, há uma menção curiosa em trecho seguinte: “E nós ficamos esperando a volta deles, cinco dias lá, com grande regozijo e repouso, na casa do **preto Pedro Segundo** de Rezende, que era posteiro em terras da Fazenda São Joãozinho, de um coronel Juca Sá.”⁵³⁴ Na composição do nome há a junção de *preto* com *Pedro Segundo*, nome que remete ao monarca que governou o Brasil 1840 e 1889, período em que ainda continuou a vigorar a escravidão. Trata-se de um pequeno índice de que há, para Guimarães Rosa, a possibilidade de haver uma reconciliação de classes?

4.3.3 Entre o arcaico e o moderno

No subcapítulo anterior buscamos demonstrar que Riobaldo, depois que se torna fazendeiro, opera de acordo com a lei do sertão e de um regime que acomoda seus interesses de classe. Abriga-se na casa dos arcaísmos, todavia não se fecha a aspirações modernas. Seus pensamentos, sua identidade, etc, parecem se constituir no trânsito entre tais polaridades, que podem comparecer também sob outras investidas, como atraso *versus* moderno, barbárie *versus* civilização. Tais dualidades são postas, mas são também misturadas, complexificadas. Há um movimento dialético. É um jagunço Riobaldo que se contrapõe à barbárie jagunça, mas que ao se tornar fazendeiro corrobora com o Coronelismo, regime que retroalimentou a barbárie, sem deixar de manter as portas abertas para o moderno. Esse Riobaldo é o Brasil? Em

⁵³³ (*Ibid.*, p.63).

⁵³⁴ (*Ibid.*, p.122, grifo nosso).

que medida essa investigação sobre esse narrador protagonista revela sobre o país e, mais especificamente, sobre a dualidade sertão *versus* litoral?

Como procuramos delinear anteriormente, Riobaldo busca alimentar a dualidade entre o que ele acredita ser e a identidade de jagunço, que procura afastar, mas isso se mostra impraticável porque o mundo é recheado de contradições, tudo *é e não é*,⁵³⁵ *verte e reverte*.⁵³⁶ Essa dialética impregnada na travessia do narrador de *Grande Sertão: veredas* está presente também na forma como ele *ponteia* o sertão e o mundo exterior, o do litoral. Há diferenças, mas há entrelaçamentos. Não são *pastos* claramente *demarcados*. Há barbárie no sertão, mas também há gestos civilizados, e do mundo dito civilizado, também provêm barbárie. Há atrasos e arcaísmos no sertão, mas a sua modernização acaba com isso? *Acaba?*⁵³⁷

O que aparentemente é apenas de ordem subjetiva, existencial, nos parece sugerir que refletamos sobre até que ponto é possível se afastar da barbárie, e em plano político mais direto, até que ponto o litoral não era culpado pelo que acontecia de supostamente ruim no sertão. Há um episódio que nos parece alegorizar essas questões. Ao saber que um prisioneiro seria degolado, Riobaldo manifesta indignação e *dó*.

Vim para a beira do córrego. Vendo como levavam o rapaz, como ele caminhava normal, seguindo para aquilo com seus dois pés. Essa injustiça não podia ser! Assim, os que passavam, depois que decerto iam para matar, eram outros, não vi o Hermógenes. Um, um Adílcio, com vaidade de ser capaz da maldade qualquer, pavão de penas. O outro, Luís Pajeú. Imaginado, a que iam matar o homem, lá nas primeiras árvores da capoeira, assim. Ânسيا de **dó**, apalpei o nó na goela, ardi. Aquilo fosse sonho mero, então só sonho; ou, não fosse então eu carecia de uma realidade no real, sem divago! Ajoelhei na beirada, debrucei, bebi água com encostando a boca, com a cara, feito um cachorro, um cavalo. A sede não passava, minha barriga devia de estar inchada, igual a de um sapo, igual um saco de todo tamanho. A umas cem braças para cima, onde o córrego atravessava a capoeira, estavam esfaqueando o rapaz, e **eu espiava para a água, esperando ver vir misturado o sangue vermelho dele — e que eu não era capaz de deixar de beber**. Acho que eu estava com uma febre.⁵³⁸

Portanto, um senso de justiça e sensibilidade refinada por profunda compaixão humana demarca um jagunço que é mesmo diferente, que escapa aos estereótipos geralmente atribuídos a esse tipo social, como sendo sujeitos brutos, selvagens, sem compaixão, etc. Mas mais do que isso, esse episódio evidencia que, ainda que individualmente se queira distanciar, isentar, de algo que reprove, ao ser partícipe de um dado grupo, torna-se também responsável pelo que ele pratica: *eu espiava para a água, esperando ver vir misturado o sangue vermelho dele — e que*

⁵³⁵ (*Ibid.*, p.14).

⁵³⁶ (*Ibid.*, p.82).

⁵³⁷ (*Ibid.*, p.137).

⁵³⁸ (*Ibid.*, p.195).

eu não era capaz de deixar de beber. A dualidade histórica litoral *versus* sertão frequentemente categorizou o sertão como o espaço da violência, da barbárie, mas cabe perguntarmos, no sentido metafórico sugerido pela passagem acima, em que medida o litoral não foi conivente ou mesmo contribuiu para isso? São realidades dissociadas? Como já está suposto por este trabalho, a resposta é não.

A seguir, trataremos dos exercícios de separação que Riobaldo tenta da identidade que rejeita, a *água do sangue*, mas salientando como a mistura prevalece, tendo em vista que isso alegoriza, como já apontamos, a pretensa construção da dualidade sertão *versus* litoral, mas que na prática não se sustenta.

4.3.3.1 Riobaldo *versus* Tatarana

No curso da travessia a vida se desempenhava em errâncias e Riobaldo queria que as coisas estivessem organizadas, desmisturadas,⁵³⁹ cada um cumprindo o seu *papel*, como em *teatro*.⁵⁴⁰ Pensar nisso, aparentemente, lhe confortava dos tormentos. Logo em seguida a essa reflexão, por exemplo, relata que se dispusera a fazer uma sondagem do território a mando de Sô Candelário que lhe diz: “‘Tu Tatarana, vai...’ Quando ele falava Tatarana, eu assumia que ele estava sério prezando minha valia de **atirador**.”⁵⁴¹ Para o *papel* de grande *atirador*, principal atributo do jagunço Riobaldo, havia um outro nome, *Tatarana*, e isso, talvez, o ajudasse a se separar daquele passado que não aprovava. Jagunço era o Tatarana, não o Riobaldo. Podemos até mesmo pensar que esse atributo não é aleatório. Metaforicamente, o fato de Tatarana ser um grande atirador, significava que tratava-se de uma pessoa mais convicta do que queria, já que costumava acertar com frequência seus alvos, o que não era o caso de Riobaldo.

Além desse aspecto, a identidade Tatarana é demarcada com o fito de separar o sujeito da guerra, o jagunço *em situação*, do Riobaldo sensível. Isto fica muito claro quando relembra o seu comportamento em meio à espera pelo melhor momento de atacar os *zebebelos*.⁵⁴² Em um primeiro momento, a sua sensibilidade aflora.

⁵³⁹ “Estou contando ao senhor, que carece de um explicado. Pensar mal é fácil, porque esta vida é embrejada. A gente vive, eu acho, é mesmo para se desiludir e **desmisturar**.” (*Ibid.*, p.120, grifo nosso).

⁵⁴⁰ “Em desde aquele tempo, eu já achava que a vida da gente vai em erros, como um relato sem pés nem cabeça, por falta de sisudez e alegria. Vida devia de ser como na sala do teatro, cada um inteiro fazendo com forte gosto seu papel, desempenho. Era o que eu acho, é o que eu achava.” (*Ibid.*, p.198).

⁵⁴¹ (*Ibid.*, p.198).

⁵⁴² Bando comandado por Zé Bebelo.

Tudo era paciência. Vinha um ventozinho, folheando. Tantos homens amoitados, que só espiavam: na obrigação — refleti. Até achei bonito, agora. Aí passarinhos que já vão voando, com o menorzinho ralo de luz eles se contentam, para seu só isso de caçar o de comer. Triste, triste, um tirirí cantou. Alegre, para mim, a peitica.

Todavia, logo em seguida, como nada é absoluto e a vida é como *jogo de baralho* que *verte e reverte*,⁵⁴³ assume, de repente, o papel de Tatarana, mesmo que a mando do Hermógenes.

Seguro nasci, sou feito. D’o Hermógenes ali junto estar, **naquela hora**, digo ao senhor, **gostei**. — “**Riobaldo, Tatarana!** É o é...” — **ele me governou**, de repente. Aceitei. Desamarrei mão, de vez pronta: eu já tinha resumido pontaria: eu tive consolo duma coisa, que era que aquele homem alto não podia ser Zé Bebelo... Não tremi, e escutei meu tiro, e o do Hermógenes; e o homem alto caiu certo morto, rolou na má poeira. Me deu uma raiva, deles, todos. E em toda a parte, a sobre, o tiroteio tinha começado.⁵⁴⁴

Naquele momento ele *gostou* do Hermógenes porque a convocação deste, por meio da identidade adequada às exigências *naquela hora*, lhe facilitou recobrar a brutalidade depois do momento de evasão sensível. Hermógenes o *governou*. O que implica, também, em salvo-conduto para a morte que perpetrara.

Em dado momento do conflito, Riobaldo entoava uma espécie de mantra. “**Bala e chumbo...**” — eu peguei a dizer. “Bala e chumbo... Bala e chumbo...” **O lugar do coração me apertando — eu era carne muita** e calor bravo. — “O que foi? Que é?” — o Hermógenes me perguntou. — “Nada não!” — respondi. “Bala e chumbo...Chumbo e bala...”⁵⁴⁵ Para poder reavivar em si a brutalidade necessária para continuar sendo Tatarana em meio ao combate, já que o Riobaldo sensível parecia emergir novamente, *o lugar do coração me apertando — eu era carne muita*, repetia, incessantemente, *Bala e chumbo*.

Além desse artifício, nesse mesmo combate, Riobaldo sente a necessidade de recobrar na memória a brutalidade, a barbárie de seus adversários, a fim de se robustecer e poder enfrentar o medo que o acometia. “Devia de me lembrar de outros apertos, e dar relembro do que eu sabia, de ódios daqueles homens querentes de ver sangues e carnes, das maldades deles capazes, demorando vingança com toda judiação.”⁵⁴⁶ Apesar de tentar, *o medo* o impede de relembrar. “Não pude, não pensava demarcado. **Medo** não deixava. Eu estando com um vapor na cabeça, o miôlo volteado. Mudei meu coração de posto. E a viagem em nossa noite seguia.

⁵⁴³ (*Ibid.*, p.82).

⁵⁴⁴ (*Ibid.*, p.170-171, grifo nosso).

⁵⁴⁵ (*Ibid.*, p.172).

⁵⁴⁶ (*Ibid.*, p.125).

Purguei a passagem do medo: grande vão eu atravessava.”⁵⁴⁷ Diferentemente de quem não conhecia o sertão e criava medo dele a partir de coisas imaginadas, o medo de Riobaldo decorria da sua experiência, já que ele conhecia bem os jagunços de Zé Bebelo, seus adversários nessa ocasião. Riobaldo conhecia, concretamente, as barbáries que podiam cometer. Mas mais do que isso, é importante perceber a vulnerabilidade que a proteção da identidade *Tatarana* implicava ao sensível Riobaldo.

4.3.3.2 O Urutú-branco e os tormentos

Se queria vencer o medo, os seus adversários, o Hermógenes, Riobaldo necessitaria de uma identidade mais forte. Para tanto, como já vimos, se torna o Urutú-Branco, por meio do pacto com o demo, nome que Riobaldo adquire ao se tornar chefe. De acordo com Cunha (2015), trata-se do “[...] nome de uma cobra de bote certo e que — detalhe dos detalhes — tem uma cruz vermelha marcada na testa.”⁵⁴⁸ Se considerarmos que Riobaldo assume tal codinome a partir do momento que ele se torna chefe do bando que vingará a morte de Joca Ramiro, em uma fase da narrativa em que há o retorno da guerra selvagem, essa denominação animalisca se reveste de muito sentido, ainda mais sendo de bicho letal. E o *detalhe* ao qual alude Cunha, a *cruz vermelha na testa* - evidentemente refere-se à dimensão religiosa que o pacto realizado para adquirir a coragem que não tinha, ambigualmente coloca.

Antes de realizar o pacto, todavia, Riobaldo indicia para o seu interlocutor, por meio de um caso, que para realizar o pacto precisava, paradoxalmente, vencer o medo.

Pois, então, por aí se vê, eu já vi: um sujeito medroso, que tem muito medo natural de onça, mas que tanto quer se transformar em jagunço valentão — e esse homem afia sua faca, e vai em soroca, capaz que mate a onça, com muita inimizade; o coração come, se enche das coragens terríveis! O senhor não é bom entendedor? Conto.⁵⁴⁹

Assim como o sujeito que tinha medo de onça, enfrentou e matou uma a fim de se tornar *jagunço valentão*, Riobaldo também enfrentaria o medo do demo e faria o pacto em prol de ser tornar um jagunço capaz de enfrentar quem já era pactário, o Hermógenes. “...O Hermógenes tem pauta... Ele se quis com o Capiroto...”, afirma João Bugre, um dos jagunços do bando de Medeiro Vaz, diante do tão inóspito Liso Sussuarão, mas que o Hermógenes havia atravessado. Pela mesma razão, não seria perseguido pela polícia.

⁵⁴⁷ (*Ibid.*, p.125).

⁵⁴⁸ (CUNHA, 2015, p.36).

⁵⁴⁹ (ROSA, 2019, p.127).

E os Judas?” — perguntei, com triste raciocínio: por que era que os soldados não deixavam a gente em paz, mas com aqueles não terçavam? — “Se diz que eles têm uma proteção preta...” — João Goanhá me esclareceu: — “**O Hermógenes fez o pacto. É o demônio rabudo quem pune por ele...**” Nisso todos acreditavam. Pela fraqueza do **meu medo** e pela força do meu ódio, acho que eu fui o primeiro que cri.⁵⁵⁰

Vencer o Hermógenes significaria não só vingar a morte de Joca Ramiro, mas limpar o sertão da má jagunçagem e, sobretudo, propiciar o seu projeto de tomar posse de suas heranças e se tornar fazendeiro, como já tratamos, mas para tanto seria preciso vencer antes o medo de fazer o pacto para deixar de ter medo do Hermógenes.

Ter feito ou não o pacto, é uma dúvida que o atormenta durante toda a narrativa “[...] a ideia me retorna.”⁵⁵¹ Mas, a julgar pelo trecho seguinte, o trato, apesar de muitos *custos*, foi feito e, desde então, se tornou um *ser corajoso*.

Eu cá não madruguei em **ser corajoso**; isto é: coragem em mim era variável. Ah, naqueles tempos eu não sabia, hoje é que sei: que, para a gente se transformar em ruim ou em valentão, ah basta se olhar um minutinho no espelho — caprichando de fazer cara de valentia; ou cara de ruindade! **Mas minha competência foi comprada a todos custos**, caminhou com os pés da idade. E, digo ao senhor, aquilo mesmo que a gente receia de fazer quando Deus manda, depois quando o diabo pede se perfaz. O Danador!⁵⁵²

Foi preciso, portanto, um ato extremo para atingir seu objetivo. Paradoxalmente foi preciso abrir mão de sua identidade para poder sair da jagunçagem com a qual não se identificava. Para encontrar Deus foi preciso pactuar com o Demo?

Deus que roda tudo! Diga o senhor, sobre mim diga. Até podendo ser, de alguém algum dia ouvir e entender assim: quem-sabe, a gente criatura ainda é tão ruim, tão, que Deus só pode às vezes manobrar com os homens é mandando por intermédio do diá? Ou que Deus — quando o projeto que ele começa é para muito adiante, **a ruindade nativa do homem só é capaz de ver o aproximado de Deus é em figura do Outro?**⁵⁵³

A propósito, outro tormento para Riobaldo é perceber a incoerência entre ser cristão e ser jagunço. Visando sanar essa questão, encaminha perguntas a Jõe Bexiguento, jagunço mais brutalizado e convicto da condição jagunça.

⁵⁵⁰ (*Ibid.*, p.57, grifo nosso).

⁵⁵¹ (*Ibid.*, p.36, grifo nosso).

⁵⁵² (ROSA, 2019, p.41).

⁵⁵³ (*Ibid.*, p.36, grifo nosso).

Mas, **a gente estava com Deus?** Jagunço podia? Jagunço — criatura **paga para crimes**, impondo o sofrer no quieto arruado dos outros, matando e roupillhando. Que podia? Esmo disso, disso, queri, por pura toleima; que sensata resposta podia me assentar o Jõe, broeiro⁵⁵⁴ peludo do Riachão do Jequitinhonha? Que podia? A gente, nós, assim jagunços, se **estava em permissão de fé para esperar de Deus perdão de proteção?** Perguntei, quente. — “Uai?! Nós vive...” — foi o respondido que ele me deu.⁵⁵⁵

Nota-se que Riobaldo encaminha a Jõe questões existenciais/espirituais, *a gente estava com Deus?* O bando *estava em permissão de fé para esperar de Deus perdão de proteção?*, lastreadas, todavia, em um fundo sócio econômico, *criatura paga para crimes, impondo o sofrer no quieto arruado dos outros, matando e roupillhando*. Jõe mostra-se surpreso com as perguntas *uai?!*, e sua resposta, *Nós vive*, parece apontar tanto para o cumprimento de uma existência de jagunço sem se perguntar porquê, como se fosse um destino dado, como parece justificar as ações com o motivo da sobrevivência. Mais do que isso, para Jõe não há incoerência entre suas ações e sua espiritualidade/fé, pois as condições impostas pelo sertão as fundamentam ontologicamente, configurando essa forma de existência, essa tipologia específica que seria o *ser jagunço*, nos termos de Candido:

[...] há em Guimarães Rosa um “**ser jagunço**” como forma de existência como **realização ontológica** no mundo do sertão. Sem prejuízo dos demais aspectos, inclusive os rigorosamente documentários, este me parece importante como chave de interpretação. Ele encarna as formas mais plenas da contradição no mundo-sertão e não significa necessariamente deformação, pois este mundo, como vem descrito no livro, traz imanente no bojo, ou difusas na aparência, certas formas de comportamento que são baralhadas e parciais nos outros homens, mas que no jagunço são levadas a termo e se tornam coerentes. O jagunço atualiza, dá vida a essas possibilidades atrofiadas do ser, porque o sertão assim o exige.⁵⁵⁶

Riobaldo, todavia, não estava fundeado na mesma ontologia. Pra ele continuava tudo *misturado*. Não satisfeito com a resposta de Jõe, insiste:

Mas eu não quis aquilo. Não aceitei. Questionei com ele, duvidando, rejeitando. (...) Discuti alto. Um, que estava com sua rede ali a próximo, decerto acordou com meu vozeio, e xingou xíu. Baixei, mas fui **ponteando opostos**. Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o rúim rúim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos **pastos demarcados**... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas **transtraz**⁵⁵⁷ **a esperança mesmo do meio do fel do desespero**. Ao que, este **mundo é muito misturado**...⁵⁵⁸

⁵⁵⁴ “Aquele que se alimenta de bró; capiau, sertanejo, sujeito rústico”. (MARTINS, 2020, p.82).

⁵⁵⁵ (ROSA, 2019, p.179).

⁵⁵⁶ (CANDIDO, 1977, p.149).

⁵⁵⁷ “O pref. acrescenta a ideia de através do tempo, renovando a f. comum. (MARTINS, 2020, p.498).

⁵⁵⁸ (ROSA, 2019, p.179).

Notoriamente Riobaldo percebia a referida incoerência e *ponteava*, então, esses *opostos* com o intuito de encontrar um discernimento. Todavia, em um *mundo muito misturado*, isso é muito difícil de alcançar. Daí, prefere acreditar que seja possível encontrar o que procura mesmo naquilo que seria o seu oposto, *transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero*. Transpondo esse raciocínio para o mote deste trabalho é possível o litoral aprender com o sertão e vice-versa? Desdobraremos essa questão no próximo capítulo. Por ora, nos interessa demonstrar que, se por um lado, houve esse movimento de brutalização e empoderamento para a violência por meio do pacto e uma permanência e confirmação dos arcaísmos enquanto fazendeiro, por outro, é possível perceber também um movimento de questionamento da cultura jagunça, como transparece na passagem que acabamos de abordar, e uma aproximação dos valores irradiados da cidade, do litoral, que buscaremos tratar nos subcapítulos seguintes.

4.3.3.3 O jagunço *diverso* de todos

Riobaldo se mostra um jagunço *diverso* dos demais, sobretudo antes de fazer o pacto, e isso remexe nos estereótipos que a dualidade sertão *versus* litoral constituiu historicamente. Sensibilidade, capacidade de reflexão, análise crítica, são alguns dos atributos que o torna uma figura desviante às apreciações pejorativas que incidem sobre os jagunços.

Anteriormente já sinalizamos uma delas, a sensibilidade, quando referimos a sua fruição da natureza em meio a um combate. Ela se manifesta também de forma aguda ao expressar seus sentimentos por Diadorim, algo que tonaliza suas percepções e descrições de paisagem e que foi objeto de outro trabalho acadêmico de nossa autoria.⁵⁵⁹ A poesia de tais percepções e descrições nos parece um sutil questionamento da figura do jagunço bruto, rude, e até mesmo da macheza. Uma nota dessa natureza sensível, que perpassa toda a narrativa, é a canção de Siruiz.

Tanto que o inimigo não dava de vir, pois bem a gente ficava em nervosias. Alguns, não. Feito aquele Luzié, que cantava sem mágoas, cigarra de entrechovas. Às vezes, pedi que ele cantasse para mim os versos, os que eu não esqueci nunca, formal, **a canção de Siruiz**. Adiantes versos. E, quando ouvindo, eu tinha **vontade de brincar com eles**. Minha mãe, ela era que podia ter cantado para mim aquilo. A **brandura de botar para se esquecer** uma porção de coisas — as bestas coisas em que a gente no fazer e no nem pensar vive **preso**, só por precisão, mas sem fidalguia. Diadorim, quando cuidava que sozinho estivesse, cantarolava, fio que com boa voz. Mas, próximo da gente, nunca que ele queria. A ver que também fiquei sabendo que os **outros não consideravam naqueles versos de Siruiz a beleza que eu achava**. Nem

⁵⁵⁹ Cf. Santos (2010).

Diadorim, mesmo. — “Você tem saudade de seu tempo de menino, Riobaldo?” — ele me perguntou, quando eu estava explicando o que era o meu sentir. Nem não. Tinha saudade nenhuma. **O que eu queria era ser menino**, mas agora, naquela hora, se eu pudesse possível.⁵⁶⁰

A canção em que só ele via beleza possibilitava-lhe, com *brandura*, *evadir*, *botar para se esquecer*, da condição que não lhe agradava e na qual estava *preso*. Em meio à espera do inimigo - momento grave, portanto - a canção aguçava-lhe o desejo de ser menino *naquela hora*, para brincar com seus versos.

Ao encenar um jagunço sensível, Rosa questiona uma das características que, a partir da dualidade sertão *versus* litoral, foi atribuída ao sertanejo, a de um sujeito incapaz de sutilezas, sempre fundeado na brutalidade. Provavelmente por isso mesmo Riobaldo receava ser mal julgado pelos companheiros: “Eu tinha receio de que me achassem de coração mole, soubessem que eu não era feito para aquela influência, que tinha pena de toda cria de Jesus.”⁵⁶¹ Companheiros do quais se achava *muito diverso*:

Com a chegada da soldadesca, o que parecia moagem era para eles era festa. Assim uns gritaram feito araras machas. Gente! Feito meninos. Disso eu fiz um pensamento: que eu era **muito diverso deles todos**, que sim. Então, eu não era **jagunço completo**, estava ali no meio executando um erro.⁵⁶²

Não se sentia um *jagunço completo*, pois não era tomado pela mesma alegria que os companheiros sentiam com a iminência de um combate e nem mesmo via sentido naquilo. “Agora se ia gastar o tempo inteiro em guerras e guerras.”⁵⁶³ Em outra passagem, novamente Riobaldo evoca a sua diferença em relação aos jagunços que se dedicavam em ser *completos*:

Ao às-tantas me aceitaram; mas meio atalhados. Se o que fossem mesmo de constância assim, por tempero de propensão; ou, então, por me arrediarem, porquanto me achando **deles diverso**? Somente isto nos princípios. Sendo que eu soube que eu era mesmo de **outras extrações**. Semelhante por este exemplo, como logo entendi: eles **queriam completo ser jagunços**, por alcanço, gala mestra; conforme o que avistei, seguinte. Pois não era que, num canto, estavam uns, permanecidos todos se ocupando num manejo caprichoso, e isto que eles executavam: que estavam desbastando os dentes deles mesmos, aperfeiçoando os dentes em pontas! Se me entende?⁵⁶⁴

Neste caso, é a própria reticência dos jagunços em relação a ele que desperta a figuração de ser um jagunço de *outras extrações*. Estes jagunços, para se sentirem mais *completos*,

⁵⁶⁰ (ROSA, 2019, p.198).

⁵⁶¹ (ROSA, 2019, p.139).

⁵⁶² (*Ibid.*, p.287, grifo nosso).

⁵⁶³ (*Ibid.*, p.291).

⁵⁶⁴ (*Ibid.*, p.134, grifo nosso).

buscavam se animalizar afiando os dentes. Essa associação dos sertanejos a selvagens, como já vimos, foi frequentemente utilizada durante o período colonial. Se Riobaldo é *deles diverso*, podemos concluir, então, que trata-se de um sujeito mais civilizado.

Essa autofiguração de mais civilizado se reforça quando constitui uma dicotomia entre o corpo físico e o intelecto, como ele procede quando visa justificar sua não deserção do bando do Hermógenes.

Se eu fosse **filho de mais ação, e menos ideia**, isso sim, tinha escapulado, calado, no estar da noite, varava dez léguas, madrugava, me escondia do largo do sol, varava mais dez, passava o São Felipe, as serras, as Vinte-e-Uma-Lagoas, encostava no São Francisco bem de frente da Januária, passava, chegava em **terra cidadã**, estava no pique.⁵⁶⁵

Ele não era tanto da *ação*, como os demais jagunços, e mais da *ideia*, o que o fazia ponderar as consequências de tal decisão e o impediu de chegar a uma *terra cidadã* que, neste contexto, significa um lugar onde não precisasse mais ser jagunço do Hermógenes. Com essa adjetivação,⁵⁶⁶ Riobaldo reforça a dualidade cidade/civilização *versus* sertão/barbárie.

Por ser um sujeito mais da *ideia*, os seus assuntos importantes amolavam o juízo dos outros, caceteavam, e por ser um questionador, um *ponteador de opostos*, Riobaldo não gozava da comodidade das certezas absolutas dos demais. “Eu nunca tinha certeza de coisa nenhuma.”⁵⁶⁷

Até mesmo quando o tema é espiritualidade, religiosidade, crenças populares, sobre as quais os jagunços guardam convicções, Riobaldo apresenta dúvidas e questionamentos. São muitos os exemplos. Logo na abertura de sua narrativa Riobaldo disserta sobre uma crença popular que a atravessa por inteiro: a existência do demônio. Ele manifesta descrença que o demônio tenha figurado num bezerro, senso que parece ser acompanhado de seu interlocutor “O senhor ri certas risadas...”⁵⁶⁸ e chama os crentes de “Povo prascóvio.”⁵⁶⁹ De acordo com o espaço geográfico/cultural que Riobaldo habita, o interior do Brasil, seria de se esperar que

⁵⁶⁵ (ROSA, 2019, p.150).

⁵⁶⁶ O termo *cidadã* está, política e juridicamente, associado à cidade, mais precisamente à *civitas* romana, como esclarecem Dal Ri Jr e Dal Ri: “A *civitas* era, inicialmente, a qualidade própria do cidadão, desenvolvendo, posteriormente, o significado de conjunto de cidadãos. Fruto desse fenômeno, a construção da cidadania como instituto jurídico da Roma Antiga não é delimitada apenas como uma ligação entre partes da comunidade, formando-a, mas é vinculada a um espaço geográfico de exercício de tais direitos. Será o **território da cidade**, o interior do *pomerium*, a dar concretude e materialidade a esse espaço. Por esse motivo, a concepção de cidadania no universo jurídico romano é intimamente ligada a um direito do cidadão à cidade. (Dal Ri Jr.; Dal Ri, 2013, p.331-332, grifo nosso).

⁵⁶⁷ (*Ibid.*, p.302).

⁵⁶⁸ (*Ibid.*, p.11).

⁵⁶⁹ (*Ibid.*, p.11).

compartilhasse da crença popular cristã que considera a existência do diabo e suas aparições variadas. Em outra passagem, o diabo estaria se manifestando em um *redemunho* de vento.

E o que era, que estava assombrando o animal, era uma folha seca esvoaçada, que sobre se viu quase nos olhos e nas orêlhas dele. Do vento. Do vento que vinha, rodopiado. **Redemoinho:** o senhor sabe — a briga de ventos. O quando um esbarra com outro, e se enrolam, o dôido espetáculo. A poeira subia, a dar que dava escuro, no alto, o ponto às voltas, folharada, e ramarêdo quebrado, no estalar de pios assovios, se torcendo turvo, esgarabulhando. Senti meu cavalo como meu corpo. Aquilo passou, embora, o ró-ró. A gente dava graças a Deus. Mas Diadorim e o Caçanje se estavam lá adiante, por me esperar chegar. — “**Redemunho!**” — o Caçanje falou, esconjurando. — “Vento que enviesa, que vinga da banda do mar...” — Diadorim disse. Mas o Caçanje não entendia que fosse: redemunho era d’Ele — **do diabo**. O demônio se vertia ali, dentro viajava. Estive dando risada. O demo! Digo ao senhor. Na hora, não ri? Pensei. O que pensei: *o diabo, na rua, no meio do redemunho...* Acho o mais terrível da minha vida, ditado nessas palavras, que o senhor nunca deve de renovar.

Para Riobaldo, tratava-se apenas de vento, *redemoinho*, mas para Caçanje possuía outro significado, era o *diabo*: *Mas o Caçanje não entendia que fosse: redemunho era d’Ele — do diabo. O demônio se vertia ali, dentro viajava.* Até mesmo a grafia se alterara, redemunho, para evidenciar as diferentes concepções entre Riobaldo e Caçanje. Essa atribuição de significado por Caçanje está radicada na cultura popular interiorana. Já que Riobaldo é formado pela mesma cultura, é pertinente indagar se compreendia mesmo o fenômeno cientificamente, se assim procedia para agradar o seu interlocutor, supostamente mais inclinado à explicação científica, se era para afastar a ideia de existência do diabo, ou todos esses fatores em conjunto. Quanto à primeira possibilidade, é difícil assegurar uma resposta satisfatória, mas quanto à segunda e à terceira, há muitos indícios de serem procedentes. À medida que a trama se desenvolve, percebemos que as declarações a respeito do diabo podem ser apenas uma vontade de negar a sua existência diante de uma possibilidade que o atormenta: ter feito o pacto. Tormento, todavia, que demonstra querer enfrentar - “Quem muito se evita, se convive.”⁵⁷⁰, aproveitando a prosa com o cidadão descrente, “O pacto! Se diz — o senhor sabe. Bobéia. (...) O senhor vê, superstição parva? Estornadas!...”⁵⁷¹ A terceira possibilidade será detidamente tratada em subcapítulo posterior. De qualquer forma, mais uma vez nos parece que as questões existenciais do narrador se entrelaçam com a dualidade sertão *versus* litoral que, aqui, comparece sob a investidura da ciência *versus* cultura popular.

⁵⁷⁰ (ROSA, 2019, p.11).

⁵⁷¹ (*Ibid.*, p.43).

Outro exemplo é o seu despreço pelo circuito de crença que se forma em torno de uma menina que fazia milagres.

Todo assim, o que minha vocação pedia era um **fazendão de Deus**, colocado no mais **tope**, se braseando incenso nas cabeceiras das roças, o povo entoando hinos, até os pássaros e bichos vinham bisar. Senhor imagina? Gente sã valente, querendo só o Céu, finalizando. Mas diverso do que se vê, ora cá ora ali lá. Como deu uma moça, no Barreiro-Novo, essa desistiu um dia de comer e só bebendo por dia três gotas de água de pia benta, em redor dela começaram milagres.⁵⁷²

De acordo com a fé de Riobaldo o objetivo único e final da prática religiosa seria buscar o *Céu* - não por acaso, desejava um *fazendão de Deus* posicionado no relevo mais *tope*, mais elevado - algo, portanto, não mundano. De modo *diverso*, as pessoas que procuravam a moça milagreira queriam soluções imediatas para seus problemas. “E aquela gente gritava, exigiam saúde expedita, rezavam alto, discutiam uns com outros, desesperavam de fé sem virtude — requeriam era sarar, não desejavam Céu nenhum.”⁵⁷³, que seriam a cura para as suas doenças:

[...] num estalo de tempo, já tinham surgido vindo milhares desses, para pedir cura, os doentes condenados: lázaros de lepra, aleijados por horríveis formas, ferimentos, os cegos mais sem gestos, loucos acorrentados, idiotas, héticos e hidróticos, de tudo: criaturas que fediam.⁵⁷⁴

As peregrinações até a moça são encerradas quando o *delegado-regional* a encaminha a um hospício:

Mas o delegado-regional chegou, trouxe os praças, determinou o desbando do povo, baldearam a moça para o hospício de doidos, na capital, diz-se que lá ela foi cativa de comer, por armagem de sonda. Tinham o direito? Estava certo? Meio modo, acho foi bom. Aquilo não era o que em minha crença eu prezava.⁵⁷⁵

Riobaldo concorda, mas provavelmente o motivo - por não condizer com sua *crença* - não é o mesmo do delegado, que a tratou como louca. Esse tratou o caso não pelo filtro da religião, como Riobaldo, mas pelo da razão. Desse modo, fica posta uma contraposição: a razão, associada à cidade, de onde provavelmente vinha o delegado, e a das crendices populares, associada ao sertão. No entanto, Riobaldo, ao manifestar acordo com a decisão do delegado,

⁵⁷² (*Ibid.*, p.51).

⁵⁷³ (*Ibid.*, p.51).

⁵⁷⁴ (*Ibid.*, p.51).

⁵⁷⁵ (*Ibid.*, p.51).

aponta que não se trata de uma dicotomia tão evidente. E é justamente a sua *crença* que matiza tal contraposição.

A propósito da *crença* de Riobaldo, um desejo a ela associado, nos remete a Canudos:

Às vezes eu penso: seria o caso de pessoas de fé e posição se reunirem, em algum apropriado lugar, no meio dos gerais, **para se viver só em altas rezas**, fortíssimas, louvando a Deus e pedindo glória do perdão do mundo. Todos vinham comparecendo, lá se levantava enorme igreja, não havia mais crimes, nem **ambição**, e todo sofrimento se espraiava em Deus, dado logo, até à hora de cada uma morte cantar. Raciocinei isso com compadre meu Quelemém, e ele duvidou com a cabeça: — “Riobaldo, **a colheita é comum, mas o capinar é sozinho...**” — ciente me respondeu.⁵⁷⁶

Vários elementos comuns se apresentam. A primeira e mais óbvia: comunidades basiladas na religiosidade, *para se viver só em altas rezas*. A outra seria a organização de uma comunidade isolada de um desejo estimulado pelo capitalismo, a *ambição*. Em Canudos se formou um modo de produção que amenizaria isso, já que havia a repartição dos frutos do trabalho coletivo. O *compadre Quelemém*, com quem Riobaldo compartilha essas reflexões, duvida, no entanto, dessa possibilidade de arranjo comunitário em prol de um objetivo comum, *a colheita é comum, mas o capinar é sozinho*. Portanto, mesmo quando Riobaldo não expressa uma dúvida diretamente, ele a apresenta por meio de outras vozes. Esses exemplos nos parecem suficientes para apontar que Riobaldo, mesmo sendo um “filho” da cultura sertaneja, não deixa de questionar algumas de suas construções simbólicas.

Além de ser um jagunço *diverso* em razão das características apontadas, que se congregam em torno de uma linha de desajuste à cultura sertaneja/jagunça, Riobaldo salienta a sua diferença quando busca uma aproximação aos valores culturais emanados da cidade, do litoral, da dita civilização.

Um dos sinais dessa busca por aproximação é quando, mesmo integrando o bando do Hermógenes, o repulsa, e elogia Zé Bebelo que, na circunstância, era adversário:

Entremeando, eu comparava com Zé Bebelo aquele homem. Nessa hora, eu gostava de Zé Bebelo, quase como um filho deve de gostar do pai. As tantas coisas me tonteavam: eu em claro. De repente, eu via que estava desejando que Zé Bebelo vencesse, porque era ele quem estava com a razão. Zé Bebelo devia de vir, forte viesse: liquidar mesmo, a rás, com o **inferno da jagunçada!**⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ (*Ibid.*, p.50).

⁵⁷⁷ (*Ibid.*, p.140).

Essa predileção por Zé Bebelo estava associada apenas à enorme repulsa por Hermógenes como está indicado no contexto desse trecho? Concebemos que outros fatores estão presentes e convergem no propósito de se aproximar dos valores culturais do litoral, ponderados pela presença do interlocutor: fazer uma expiação de seus erros, culpas, enquanto fora jagunço; aprovar o projeto civilizatório de Zé Bebelo de acabar com o *inferno da jagunçada*.

Riobaldo realiza elogios ao “mundo civilizado” por meio de elogios a Zé Bebelo. Em meio a um conflito contra o próprio, parecia ficar ainda mais evidente aos olhos de Riobaldo a sua *qualidade*.

Digo ao senhor: eu gostava de Zé Bebelo. Redigo — que eu menos atirava do que pensava. Como era possível, assim, com minha ajuda, a morte dele? Um homem daquela qualidade, o corpo dele, a ideia dele, tudo que eu sabia e conhecia. Nessas coisas eu pensei. Sempre — Zé Bebelo — a gente tinha que pensar. Um homem, coisa fraca em si, macia mesmo, aos pulos de vida e morte, no meio das duras pedras.⁵⁷⁸

Mesmo em uma situação que exigia mais a ação do que o pensamento, era inevitável a Riobaldo não associar a presença de Zé Bebelo com a faculdade do pensamento,⁵⁷⁹ *Sempre — Zé Bebelo — a gente tinha que pensar*, e esta, vista sob o crivo da dualidade civilização e barbárie, seria algo próprio dos civilizados. A propósito, se considerarmos que, por um período, fora professor de Zé Bebelo, quando assim o qualifica, pode estar, na verdade, realizando um auto-elogio, que o aproxima do espectro civilizado.

A fim de ressaltar ainda mais o contraste de Zé Bebelo com a brutalidade do sertão, no trecho acima Riobaldo o refere como um ente refinado, *coisa fraca em si, macia mesmo*, lutando pela sobrevivência *no meio das duras pedras*. Nesse sentido, é importante assinalar que é Riobaldo que evita a sua morte durante a troca de tiros entre os bandos e, conseqüentemente, lhe possibilita ter um julgamento, um processo civilizatório à sua altura.

Portanto, nota-se uma aproximação de Riobaldo da cultura da cidade, do litoral, tanto na condição de jagunço quanto na de fazendeiro. Se o jagunço questiona estereótipos, o fazendeiro sinaliza que apesar da preservação dos arcaísmos, sobretudo no plano político e econômico, no âmbito dos costumes, ao menos, houve a incorporação dos valores modernos provenientes do litoral. Buscaremos desdobrar esse último aspecto nos dois subcapítulos seguintes.

⁵⁷⁸ (*Ibid.*, p.204).

⁵⁷⁹ Se considerarmos que Zé Bebelo foi aluno de Riobaldo por um período, pode haver na qualificação que realiza de Zé Bebelo resquícios, na verdade, de um auto-elogio, que o aproxima do espectro civilizado.

4.3.3.4 O interlocutor cidadão

A participação do interlocutor é detectável apenas a partir de perguntas e respostas de Riobaldo, mas perante as quais é possível constatar que se trata de um cidadão instruído, pesquisador/escritor, cético em relação às crenças populares, avesso à barbárie, características saudadas por Riobaldo, que denota saber das diferenças culturais que os separam, mas busca, constantemente, uma aproximação.

Arrigucci (1994) sugere que o esquema narrativo, com interlocutor suposto, reflete o exercício em que o escritor se posta como ouvinte, em busca de conhecer melhor o que irá representar.

A sabedoria desse esquema técnico, diversas vezes utilizado por Guimarães Rosa, em algumas de suas mais notáveis narrativas, parece derivar, em primeiro lugar, da **imitação do quadro real do escritor em busca do outro**, ou seja, em busca desse que ele deseja conhecer e de alguma forma representar literariamente. Nasce de uma relação real e orgânica do escritor com a matéria que vai trabalhar, matéria com a qual pode ter e decerto tem as mais profundas afinidades, mas ao mesmo tempo representa para ele um desafio de conhecimento, pelas diferenças que comporta.⁵⁸⁰

Portanto, antes de tudo, é preciso assinalar que o esquema narrativo sugere uma postura em que o próprio escritor se coloca em posição de alguém que visa conhecer melhor o sertão⁵⁸¹ e sua gente, além das *afinidades* que já possuía. Um escritor que apesar de ter trabalhado como médico no interior de Minas Gerais fazia parte do circuito letrado ligado ao litoral.

A propósito, há uma passagem no *Grande Sertão: veredas* que sugere que o interlocutor é um escritor:

Ao tanto com o esforço meu, em esquecer Diadorim, digo que me dava entrante uma tristeza no geral, um prazo de cansado. Mas eu não meditava para trás, não esbarrava. Aquilo era a tristonha travessia, pois então era preciso. Água de rio que arrasta. Dias que durasse, durasse; até meses. Agora, eu não me importava. Hoje, eu penso, o senhor sabe: acho que o sentir da gente volteia, mas em certos modos, rodando em si mas por regras. O prazer muito vira medo, o medo vai vira ódio, o ódio vira esses desesperos? — desespero é bom que vire a maior tristeza, constante então para o um amor — quanta saudade... —; aí, outra esperança já vem... **Mas, a brasinha de tudo, é só o mesmo carvão só. Invenção minha, que tiro por tino. Ah, o que eu prezava de ter era essa instrução do senhor, que dá rumo para se estudar dessas matérias...**⁵⁸²

⁵⁸⁰ (ARRIGUCCI, 1994, p.19).

⁵⁸¹ Nesse sentido, é interessante apontar que, segundo Vasquez (2015), Rosa fora um demarcador de fronteiras dos Itamaraty enquanto escrevia o romance (CUNHA, 2015, p.14).

⁵⁸² (ROSA, 2019, p.188-189, grifo nosso).

Riobaldo assinala que da *brasinha de tudo*, memória dos torneios de sentimentos por Diadorim, restou *só o carvão*, ou seja, o registro da memória, que é também, como indica, um trabalho de *invenção*, algo que seria próprio do universo de trabalho do interlocutor, instruído *dessas matérias*. Isso sugere que o mesmo possa ser a representação de um ficcionista, sendo o próprio Guimarães Rosa ou Euclides da Cunha, em razão do perfil e dos propósitos.

Além do esquema narrativo sugerir uma procura do escritor pelo *outro*, como propõe Arrigucci (1994), ele interfere, de acordo com este mesmo autor, no sentido do *diálogo virtual ou pela metade*, entre Riobaldo e o interlocutor.

Essa situação de diálogo **virtual ou pela metade**, mesmo permitindo, na prática, o desenvolvimento daquilo que é propriamente um vasto monólogo ininterrupto, **mudalhe, na verdade, o sentido**. A relação com esse destinatário em primeiro plano estabelece a comunicação entre o universo do sertão e o mundo citadino, entre o universo da cultura rústica de base oral e o mundo da cultura escrita, preservando, no entanto, o modo de ser do outro, que fala ao interlocutor, com quem o leitor culto de algum modo se identifica.⁵⁸³

De fato, parece-nos que há uma convergência de interesses em tal interlocução, de mútuas descobertas que, alegoricamente, pode corresponder a um maior conhecimento do sertão pelo litoral e vice-versa, bem como à possibilidade de diálogo entre esses pólos, processo em que tanto a oralidade quanto a escrita estão presentes.

Mas antes de abordar os mútuos interesses e descobertas, há de se sublinhar que é preciso reconhecer as diferenças. Riobaldo sinaliza isso diversas vezes a seu interlocutor, como se fosse uma necessidade *a priori* a quem desejava pesquisar o sertão, *devassar* o seu *mar de territórios* a fim de *conferir o que existe*.⁵⁸⁴ Isto fica claro, por exemplo, quando Riobaldo supõe, *o senhor dirá*, que o interlocutor concebe como ilegítimo o julgamento de Zé Bebelo.

O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante. Por isso mesmo é que fiz questão de relatar tudo ao senhor, com tanta despesa de tempo e miúcias de palavras. — O que nem foi julgamento legítimo nenhum: só uma extração estúrdia e destrambelhada, doideira acontecida sem senso, neste meio do sertão...” — **o senhor dirá**. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas, no **centro do sertão**, o que é **doideira** às vezes pode ser a razão mais certa e de mais **juízo!**⁵⁸⁵

Riobaldo denota que tal avaliação do interlocutor se deve à diferença de valores entre o que ele, do litoral, carrega, e o sertão. O que o litorâneo pode julgar como *doideira*, no *centro*

⁵⁸³ (ARRIGUCCI, 1994, p.18-19, grifo nosso).

⁵⁸⁴ (ROSA, 2019, p.25).

⁵⁸⁵ (*Ibid.*, p.229-230, grifo nosso).

do sertão é juízo. Diferença que poderia dificultar a compreensão de certos aspectos da cultura sertaneja, como a hierarquia entre os jagunços.

Atinei mal, no começo, com quem era que mandava em nós todos. O Hermógenes. Mas, perto duns cinquenta — nesse meio o Acauã, Simião, Luís Pajeú, Jesualdo e o Fafafa — obedeciam a João Goanhá, eram dele. E tinha um grupo de brabos do Ricardão. Onde era que estava o Ricardão? Reunindo mais braços-de-armas, beira da Bahia. Se esperava também a vinda de Sô Candelário, com os seus. Se esperava o chefe grande, acima de todos — Joca Ramiro — falado aquela hora em Palmas. Mas eu achava aquilo tudo dando confuso. Titão Passos, cabo-de-turma com poucos homens à mão, era não obstante muito respeitado. **E o sistema diversiava demais do regime com Zé Bebelo. Olhe: jagunço se rege por um modo encoberto, muito custoso de eu poder explicar ao senhor.**⁵⁸⁶

A hierarquia no *regime* de Zé Bebelo seria espelhada na institucional, mais facilmente reconhecível pelo interlocutor, enquanto a existente no enorme grupo comandado por Joca Ramiro possuía, certamente, elementos culturais próprios do sertão, sendo mais *custoso*, assim, de *explicar*. Elementos sutis, frutos de acordos feitos tacitamente, “Assim sendo uma sabedoria sutil, mas mesmo sem juízo nenhum falável [...]”.⁵⁸⁷

Outros entendimentos do interlocutor não dependeriam da sua racionalidade, mas de suas crenças. Um caso que exemplifica, nesse sentido, é o do milagre da faca de ferro. Ainda que seja plausível uma explicação científica, Riobaldo sugere que se o interlocutor tem fé em Deus, compreenderia.

Deus vem vindo: ninguém não vê. Ele faz é na lei do mansinho — assim é o **milagre**. E Deus ataca bonito, se divertindo, se economiza. A pois: um dia, num curtume, a faquinha minha que eu tinha caiu dentro dum tanque, só caldo de casca de curtir, barbatimão, angico, lá sei. — “Amanhã eu tiro...” — falei, comigo. Porque era de noite, luz nenhuma eu não disputava. Ah, então, saiba: no outro dia, cedo, a faca, o ferro dela, estava sido roído, quase por metade, por aquela aguinha escura, toda quieta. Deixei, para mais ver. Estala, espoleta! Sabe o que foi? Pois, nessa mesma da tarde, aí: da faquinha só se achava o cabo... O cabo — por não ser de frio metal⁵⁸⁸, mas de chifre de galheiro. Aí está: Deus... Bem, o senhor ouviu, o que ouviu sabe, o que sabe me entende...⁵⁸⁹

A suposição de Riobaldo para o cabo da faca não ter sido corroído estava atrelada a uma ação divina, um *milagre*, que só poderia ser entendido pelo interlocutor, *o que sabe me entende*, se este compartilhasse da mesma crença.

⁵⁸⁶ (*Ibid.*, p.137, grifo nosso).

⁵⁸⁷ (*Ibid.*, p.137).

⁵⁸⁸ *O frio metal* nos parece ressoar a expressão “vil metal”, usada para se referir ao dinheiro em forma de moeda, antes da instituição do papel moeda. Seria *vil* porque corromperia o homem. No caso contado por Riobaldo é o próprio metal que é corroído, corrompido.

⁵⁸⁹ (*Ibid.*, p.23, grifo nosso).

Além de sugerir ao seu interlocutor uma abertura à alteridade, Riobaldo indica que estaria disponível a lhe ajudar nesse processo, que aquele diálogo lhe seria útil, porque há detalhes, sutilezas, que só um sertanejo como ele poderia notar.

Naquela hora, o senhor reparasse, que é que notava? Nada, mesmo. O senhor mal conhece esta gente sertaneja. Em tudo, eles gostam de alguma demora. Por mim, vi: assim **serenados** assim, os cabras estavam desejando querendo o sério divertimento.⁵⁹⁰

Riobaldo argumenta, na passagem acima, que vendo os jagunços *serenados*, talvez o interlocutor não desconfiasse que quisessem, na verdade, a aplicação imediata da lei tradicional do sertão sobre Zé Bebelo, o *sério divertimento*, porque esse é um tipo de percepção mais factível de ser captado por quem experienciou a cultura jagunça. E esse diálogo seria útil não somente ao interlocutor, mas também a Riobaldo:

Que isso merece que se conte? Miúdo e miúdo, caso o senhor quiser, dou descrição. Mas não anuncio valor. Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, **o que vale é o que está por baixo ou por cima — o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe. Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe;** mas principal quero contar é **o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.**⁵⁹¹

Riobaldo busca narrar de acordo com as necessidades de seu interlocutor, *Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe*, mas aproveita para, a partir de algumas problematizações, misturas, buscar também um esclarecimento, como aponta Arrigucci.

O esquema dramatiza esse contacto problemático com o outro, reproduzindo mimeticamente a situação do pesquisador que busca o acesso a outra cultura, como um etnólogo improvisado, e, por esse meio, se funda uma espécie de antropologia poética, em que a penetração na alma do rústico se encena, ao mesmo tempo, enquanto processo dialógico de esclarecimento. Na realidade, assim se abre uma sorte de palco dramático propício ao confronto e ao debate de idéias, onde o *mythos* se faz logos, encenação dramática em que o enredo narrativo se traduz no discurso intelectual.⁵⁹²

Riobaldo quer pontear os opostos, *o que vale é o que está por baixo ou por cima*, e considerar a relatividade das perspectivas, *o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe* e confirmar coisas sobre as quais não tem certeza e, *poder ser*, que o interlocutor *saiba*. Riobaldo vislumbra, portanto, uma conversa com duplo aprendizado, em que ambos

⁵⁹⁰ (*Ibid.*, p. 211, grifo nosso).

⁵⁹¹ (ROSA, 2019, p.186, grifo nosso).

⁵⁹² (ARRIGUCCI, 1994, p.13).

podem remirar os seus olhares. Troca que parece sugerir que o sertão e o litoral dialoguem, sem haver, no entanto, o apagamento da voz que, historicamente, foi subjugada, a sertaneja, o que demanda da interlocução o exercício da escuta. Acrescente-se que a referida aprendizagem pode ocorrer também para o leitor. O esquema utilizado convida o leitor, projetado no interlocutor, a conhecer o universo do sertão.

Esse esquema dialógico, de acordo com Bolle, responde também por uma necessidade histórica no país, que se fez notória no conflito de Canudos. Ao comentar a frase “só faltou conversa,” de um morador de Canudos, Bolle aponta que foi a *falta de diálogo* entre os donos do poder e o povo a causa da guerra de Canudos.

“Foi a **falta de diálogo** entre os representantes da então recente República brasileira e os rebeldes de Canudos que acabou levando àquela guerra fratricida; e é a ausência de um verdadeiro diálogo entre os donos do poder e o povo que caracteriza também a **nossa época**, constituindo-se num sério entrave para a plena emancipação do país. O mais preciso e mais complexo estudo dessa questão encontra-se na obra de outro sertanejo chamado João, no romance de Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.⁵⁹³”

De fato, esse é um problema que continua em *nossa época*, de modo que estudar esse tipo de interdição comunicacional que vem se perpetuando no país é uma forma de pensar melhor os problemas do presente. Interdição que, ao longo da história, foi reforçada pelas “ideologias geográficas” que permeiam a dualidade sertão *versus* litoral.

Além do proveito de poder testar o que sabe, *o que eu não sei se sei*, com um interlocutor letrado, de “suma doutoração”,⁵⁹⁴ o fato dele ser um estranho também contribui aos propósitos de Riobaldo.

Não devia de estar lembrando isto, contando assim o sombrio das coisas. Lenga-lenga! Não devia de. O senhor é de fora, meu amigo mas **meu estranho**. Mas, talvez por isto mesmo. **Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo.** Mire veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre por arredar mais de si. Para isso é que o muito se fala? E as **ideias instruídas** do senhor me fornecem paz. Principalmente a confirmação, que me deu, de que o **Tal não existe**; pois é não?⁵⁹⁵

O fato do interlocutor ser *estranho* lhe dá a sensação de estar falando consigo mesmo. Ele vê na conversa a possibilidade de entender o que aconteceu ao longo de sua trajetória, de entender a si mesmo. Narrar tem o sentido de afastar o que há de mal em si. Paradoxalmente, um sujeito que vem do pólo oposto ao sertão, o litoral, é que poderia lhe ajudar a afastar o

⁵⁹³ (BOLLE, 2004, p.17, grifo nosso).

⁵⁹⁴ (ROSA, 2019, p.16).

⁵⁹⁵ (*Ibid.*, p.35-36, grifo nosso).

tormento de ter feito o pacto com o diabo, confirmando que o *Tal não existe*. A paz não advém apenas da crença em Deus, mas também na razão, nas *ideias instruídas* de seu interlocutor.

As memórias de Riobaldo, todavia, são confusas, e narrar têm também o sentido de entendê-las e organizá-las. "O senhor me organiza? Saiba: Essas coisas eu pouco pensei no lazer de um momento."⁵⁹⁶ O perfil do interlocutor, aparentemente um pesquisador minucioso, parece ser adequado para tal fim. "Mas Medeiro Vaz não se achava, os nossos, deles ninguém não sabia bem. Tocamos, fim que o mundo tivesse. Só deerrávamos."⁵⁹⁷ Assim como o senhor, que quer tirar é **instantâneo das coisas, aproximar a natureza**. Estou entendido."⁵⁹⁸ A julgar pelo contexto, em que Riobaldo referia a dificuldade em localizar Medeiro Vaz, em contraste com os objetivos do interlocutor que queria se *aproximar da natureza*, captando o *instantâneo das coisas*, nos parece haver indicativos de que este se tratava de uma naturalista, em busca de descrições minuciosas do sertão. Esse rigor ajudaria Riobaldo, como já referido, a organizar as suas memórias: "Ao doido, doideiras digo. Mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, **fiel como papel**, o senhor me ouve, pensa e repensa, e **rediz**, então me ajuda. Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim **com mais pertença**."⁵⁹⁹ Ao elogiar o seu interlocutor, Riobaldo realiza uma valoração da linguagem escrita, *fiel como papel*, que certamente estava sendo utilizada pelo interlocutor cidadão. Este não apenas redige o que Riobaldo narra, mas comenta, *rediz*, de modo que a conversa mistura as suas opiniões com as memórias de Riobaldo, especialmente as *com mais pertença*, ou seja, que ficaram mais nitidamente gravadas pelas tintas da identidade. Rosa delega a narração a um sertanejo, mas não dispensa totalmente o auxílio da escrita, encarnada no interlocutor, que suscita uma organização das memórias e reflexões e assegura que não irão se perder, *fiel como papel*. Dessa forma, nos parece que Rosa consegue valorizar a oralidade, a cultura sertaneja, sem desconsiderar o valor do pensamento e da cultura letrada cidadina.

Os elogios de Riobaldo à cultura e à formação educacional de seu interlocutor, inclusive, são recorrentes. "Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal. Sou muito pobre coitado. **Inveja** minha pura é de uns conforme o senhor, **com toda leitura e suma doutoração**."⁶⁰⁰, "Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante. **Invejo**

⁵⁹⁶ (*Ibid.*, p.293).

⁵⁹⁷ De acordo com Martins, "deerrado" significa "errado". O prefixo não tem valor nocional, apenas enfático. (MARTINS, 2020, p.150).

⁵⁹⁸ (ROSA, 2019, p. 62).

⁵⁹⁹ (*Ibid.*, p.84).

⁶⁰⁰ (*Ibid.*, p.16).

é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes”⁶⁰¹ Riobaldo não somente elogia, mas inveja a condição de seu interlocutor. E, como vimos, busca espisar valores parecidos a ele. Os mais evidentes talvez sejam um certo ceticismo e a repulsa pela violência. “O senhor mais queria saber? Não. Eu sabia que não. Menos mortandades. Aprecio uns assim feito o senhor — homem sagaz solerte.”⁶⁰² Seja com o intuito de se afastar do passado que reprova e/ou se aproximar do interlocutor, Riobaldo aprova a sua repulsa. Valores atados a um pesquisador jovem “Mas Titão Passos trucou, senhor-moço”⁶⁰³, característica que pode indicar ser o interlocutor um representante de uma cultura nova e moderna.

O perfil do interlocutor, sua origem, seus propósitos, portanto, são convenientes a um diálogo que se pretende esclarecedor para ambos. Alegoricamente, é uma aproximação e articulação possível entre sertão e litoral, que reconhece as diferenças, sem que isso interdite possíveis consensos.

4.3.3.5 Vupes, o caixeiro viajante da modernidade

Outra aproximação de Riobaldo ao espectro da civilização, da cidade, do progresso, nos parece representada na figura de Vupes, um caixeiro viajante alemão.

Vupes! Não digo o que digo, se o do Vupes não orço — que teve, tãoamente. Esse um era estranha, alemão, o senhor sabe: clareado, constituído forte, com os olhos azuis, esporte de alto, leandrado, rosaltar — indivíduo, mesmo. Pessoa boa. Homem sistemático, salutar na alegria séria.”⁶⁰⁴

Este vendia produtos industriais - símbolos de modernidade - no sertão, e ensinava como utilizar alguns.

[...] ia desempenhando seu negócio dele no sertão — que era o de trazer e vender de tudo para os fazendeiros: arados, enxadas, debulhadora, facão de aço, ferramentas róggers e roscoces, latas de formicida, arsênico e creolinas; e até papa-vento, desses moinhos-de-vento de sungar água, com torre, ele tomava empreitada de armar.”⁶⁰⁵

Além de um emissário da modernidade, Vupes é também um referencial de civilização para Riobaldo que procura lhe corresponder, tratando-o com muita deferência “‘Seo Vupes, eu

⁶⁰¹ (*Ibid.*, p.83).

⁶⁰² (*Ibid.*, p.187).

⁶⁰³ (*Ibid.*, p.223).

⁶⁰⁴ (*Ibid.*, p.60).

⁶⁰⁵ (*Ibid.*, 60-61).

também folgo. Senhor também estar bom? Folgo...” — que eu respondi, **civilizadamente.**”⁶⁰⁶ Nos parece que o uso de tal advérbio não é ao acaso. Outras notas elogiosas apontam para isso: “Pessoa boa”⁶⁰⁷ “estatuto tão diverso de proceder”⁶⁰⁸, “Sujeito escovado!”⁶⁰⁹ Apesar das deferências e da busca por uma imitação do comportamento civilizado, Rosa sugere que esses processos de incorporação cultural não são feitos sem alterações. Isso nos parece indicado no trecho em que Riobaldo tenta pronunciar o nome de Vupes. “E como é mesmo que o senhor frasêia? Wusp? É. Seo Emílio Wuspes... Wúpsis... Vupses.” Percebe-se que Riobaldo quer aprender a pronúncia correta do nome do alemão, todavia não consegue e expressa a seu modo. Nos parece que essa nuance representa o processo de apropriação das influências culturais estrangeiras pelo sertanejo, mas sinaliza que foi uma incorporação com alterações.

Paradoxalmente, é logo esse sujeito civilizado que requer de Riobaldo a sua proteção de jagunço em momento que este queria desertar. “Sei senhor homem valente, muito valente... Eu precisar de homem valente assim, viajar meu, quinze dias, sertão agora aqui muito atrapalhado, gente braba, tudo...”⁶¹⁰ Vupes, assim, não só reconecta Riobaldo com a jagunçagem, como lhe recupera um certo orgulho em sê-lo.

“Mas **o mais garboso fiquei**, prezei a minha **profissão**. Ah, o bom costume de jagunço. Assim que é vida **assoprada**, vivida **por cima**. Um jagunceando, nem vê, nem repara na pobreza de todos, **cisco**. O senhor sabe: tanta **pobreza geral**, gente no duro ou no desânimo.”⁶¹¹

O orgulho, *o mais garboso fiquei*, deriva, em grande medida, da apreciação por quem solicitou o seu trabalho, levando-o a classificá-lo como *profissão*, termo mais associado ao espectro da cidade, de onde vinha o Vupes (e o interlocutor). E desse orgulho derivou, inclusive, um senso de distinção em meio ao mundo sertanejo. Sendo jagunço, os dramas e problemas sociais se transformam em *cisco*, é uma vida tão *assoprada*, tão cheia de movimentos, que não haveria tempo para se prestar atenção à *pobreza geral* do sertão. O jagunço vive *por cima* dos problemas desse mundo, alheamento político-social que Vupes, inclusive, também cultivava.

⁶⁰⁶ (*Ibid.*, p.61, grifo nosso).

⁶⁰⁷ (*Ibid.*, p.60).

⁶⁰⁸ (*Ibid.*, p.61).

⁶⁰⁹ (*Ibid.*, p.61).

⁶¹⁰ (*Ibid.*, p.61).

⁶¹¹ (*Ibid.*, p.61, grifo nosso).

“Homem sistemático, salutar na alegria séria. Hê, hê, com toda a confusão de política e brigas, por aí, e ele não somava com nenhuma coisa: viajava sensato.”⁶¹²

A participação de Vupes na ligação de Riobaldo com a jagunçagem não ocorre apenas nas condições anteriormente apresentadas. Ele o ensinara, um pouco, a atirar. “Só o que mesmo devo de dizer, como atiro bem: que vivo ainda por encontrar quem comigo se iguale, em pontaria e gatilho. Por meu bom, de desde mocinho. Alemão Vupes pouco me ensinou.”⁶¹³ Um cidadão e estrangeiro, proveniente do mundo civilizado, participa, portanto, no aprimoramento do principal atributo do jagunço Riobaldo: a boa pontaria. O maior ensinamento, nesse sentido, do alemão, fora que mais importante do que ter boa visão era ter equilíbrio mental. “Pontaria, o senhor concorde, é um talento todo, **na ideia**. O menos é no olho, compasso. Aquele Vupes era profeta?”⁶¹⁴ e espiritual “Ele me viu afinar mira, uma vez, e me louvou, por eu, de nascença, saber tão bem, na horinha, segurar de não respirar. Mesmo dizia: — ‘Senhor atira bem, porque atira com espírito. Sempre o espírito é que acerta...’”⁶¹⁵ Portanto, ainda que já soubesse atirar, por dádiva divina, “[...] acerto natural assim é de Deus, dom dado.”⁶¹⁶, o refinamento que Riobaldo obteve com Vupes é na dimensão do intelecto, um detalhe que reforça a dualidade do sertão, onde imperaria um privilégio do corpo físico em detrimento do cerebral, com o litoral moderno, onde aconteceria o inverso. De todo modo, Riobaldo parece ter aprendido bem a lição, aprimorando o *dom* que já possuía.

Como dito anteriormente, Vupes é um vetor da modernidade no sertão. Não por acaso, é ele o emissor da notícia de que trilhos de trem-de-ferro chegariam até ao Currálinho, que Riobaldo vislumbra como sinal de que a cidade entraria na rota do *progresso moderno* e lhe abria a perspectiva de enriquecimento. O progresso, portanto, na projeção de Riobaldo, está substancialmente ancorado em uma razão economicista, associada ao meio urbano e à modernidade que Vupes divulga.

Seo Assis Wababa oxente se prazia, aquela noite, com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos **os trilhos do trem-de-ferro** se armavam de chegar até lá, o Currálinho então se destinava ser **lugar comercial** de todo valor. Seo Assis Wababa se engordava concordando, trouxe canjirão de vinho. Me alembro: eu entrei no que imaginei — na ilusãozinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o **progresso moderno**: e que **eu me representava ali rico**, estabelecido. Mesmo vi **como seria bom, se fosse verdade**.⁶¹⁷

⁶¹² (*Ibid.*, p.60).

⁶¹³ (*Ibid.*, p.133).

⁶¹⁴ (*Ibid.*, p.133, grifo nosso).

⁶¹⁵ (*Ibid.*, p.103).

⁶¹⁶ (ROSA, 2019, p.133).

⁶¹⁷ (ROSA, 2019, p.103, grifo nosso).

Note-se, no trecho acima, que se correlaciona progresso com o desenvolvimento comercial da cidade de Curralinho, algo que se tornava possível a partir da articulação do sertão a outras partes⁶¹⁸ do país por meio do *trem-de-ferro*, espécie de símbolo da modernidade. A ênfase é tal que Riobaldo aplica à cidade uma qualificação econômica, *lugar comercial*, e atrela à perspectiva do *progresso* a de enriquecer, *eu me representava ali rico*. O progresso, portanto, na projeção de Riobaldo, está substancialmente ancorado em uma razão economicista. E, como dito anteriormente, o emissor da notícia é o Vupes, um estrangeiro alemão que morava na cidade, índice importante na associação do meio urbano com o progresso e a modernidade que Riobaldo, todavia, desconfiava que não aconteceria, *como seria bom, se fosse verdade*.

Riobaldo estava na casa de Assis Wababa porque havia fugido da casa de Selorico Mendes e é interessante assinalar a justificativa por ter escolhido esse endereço:

Arremessei o cavalo, galopei demais. Não ia para a casa de Nhô Marôto. Ante antes ia para o seo Assis Wababa — aquela hora **eu queria só gente estranha, muito estrangeira, estrangeira inteira!** Só fosse um pouco para ver a Rosa'uarda, essa assim eu amava? Ah, não. Gostasse da Rosa'uarda, mas aí nas delícias dela minha ideia não podendo se firmar — porque aumentava o desamparo de minha vergonha.

Riobaldo argumenta que não fora para ver a Rosa'uarda, filha do comerciante turco, uma de suas primeiras relações amorosas, e sim porque naquele momento *queria só gente estranha, muito estrangeira, estrangeira inteira!* Se congregarmos a imagem da fuga, com a motivação dessa escolha, mais o assunto destacado por Wababa, que comentamos anteriormente, me parece pertinente conceber que há um ímpeto, naquele momento, do jovem Riobaldo em ir para a cidade, ou de ao menos sair do lugar onde vivia, como transparece ao se propor a trabalhar para o Vupes: “[...] o que resolvia minha situação era trabalhar para ele, se viajar vendendo ferramentas por aí, descaroçador de algodão.”⁶¹⁹ Esse sentido nos parece confirmado quando, logo depois, Riobaldo justifica para Mestre Lucas o motivo de ter aparecido em sua casa.

E, quando Mestre Lucas me perguntou se eu vinha era de passeata, ou de recado da fazenda, expliquei que não: que eu tinha merecido licença de meu padrinho, para **começar vida própria** em Curralinho ou adiante, a fito de desenvolver mais estudos e **apuramento só de cidade**.⁶²⁰

⁶¹⁸ Se considerarmos a história econômica do país, seria uma articulação com o litoral.

⁶¹⁹ (ROSA, 2019, p.104).

⁶²⁰ (ROSA, 2019, p.104 - 105, grifo nosso).

Ao omitir a sua fuga e justificar a sua presença ali, a explicação que compareceu, de imediato, se vincula à *cidade*, onde poderia continuar os seus estudos e ter um *apuramento*, vivenciar o que é próprio *só* desse espaço. Além disso, associa a cidade com a independência em relação a Selorico Mendes - e por extensão em relação à cultura sertaneja? -, pois poderia *começar vida própria*.

Concebemos que esse desejo se associa, por um lado, ao desejo de deixar a jagunçagem, e por outro, como resultado da incorporação de alguns dos valores culturais da cidade, dos quais Vupes é um dos emissores.

Como é que se podia trazer notícias, para Sô Candelário? Notícia é coisa que se tira, a desejo, do **fim do sol**? Lá tinha um **capão-de-mato**. Ou era mata, muito velha. Os coatís desciam espirrando, de sua sesta deles, nas árvores, e os jacús voavam para outras árvores, se empoleirando para o sono da noite, com um escarcéu de galinheiro. **Tristeza** é notícia? Tanto eu tinha um aperto de desânimo de sina, vontade de **morar em cidade grande**. Mas que cidade mesma grande nenhuma eu não conhecia, digo. Assim eu aproveitei para olhar para a **banda** de donde ainda se praz **qualquer luz da tarde**. Me lembro do espaço, **pensamentos** em minha cabeça. (...) A fantasia, minha agora, nesta conversa — o senhor me atalhe. Se não, o senhor me diga: preto é preto? branco é branco?⁶²¹

No *espaço* em que fora fazer um trabalho de sondagem, a mando de Sô Candelário, *um capão-de-mato*, Riobaldo só vê *tristeza*, que associa ao anoitecer, *fim do sol*. Tal percepção fizera aflorar nos seus *pensamentos* a memória de uma vontade que alimentava: *morar em cidade grande*, associada, no contexto, à *luz*. Já que não podia obter as luzes da cidade, o jeito era aproveitar *qualquer luz da tarde* que, por alguma *banda*, chegasse. Tal contraste entre *luz* e *noite*, sertão e *cidade*, ressoa a dualidade civilização *versus* barbárie. Todavia, parece duvidar dela, *preto é preto? branco é branco?* O mundo é muito misturado para Riobaldo que busca discernimentos. Nesse processo, pode encontrar uma *terceira margem*, uma *vereda*?

4. 4 PELA IMAGINAÇÃO DO ESPAÇO UMA SUPERAÇÃO DA DUALIDADE?

Procuramos demonstrar, anteriormente, que no *Grande Sertão: veredas* a dualidade sertão *versus* litoral comparece, mas é complexificada. A literatura do Rosa *verte e reverte* suas *cartas*, porque é de seu gosto o embaralhamento, a mistura, o jogo dialético. Mas seria possível um próximo passo, a superação dessa dualidade? Conjecturamos que há na obra sinais, apontamentos, que indicam que sim. Neste capítulo buscaremos evidenciar, dialogando com a

⁶²¹ (*Ibid.*, p.199).

teoria e conceitos que a geógrafa inglesa Doreen Massey desenvolve em sua obra *Pelo Espaço*, que por meio da imaginação e representação do espaço, Rosa nos apresenta essa possibilidade.

Massey (2008) aponta que, a partir da crítica pós-colonial, a estória da modernidade está sendo recontada por meio de sua espacialização e que isso tem implicado na forma como é concebida.

A primeira implicação seria que a modernidade deixa de ser apenas o desdobramento da história da Europa, a partir do reconhecimento da existência de outras histórias que estavam acontecendo no decurso da modernidade. A segunda implicação, diretamente relacionada a essa, é que se percebeu que a espacialidade exerceu uma influência na forma como a história da modernidade foi contada, pois, geralmente, narrava-se primeiramente o que acontecia “dentro” da Europa e, depois, fora dela, mas sempre com o mesmo centro. Ou seja, havia uma imbricação geográfica, uma posicionalidade clara, que era a do eurocentrismo. Outra implicação foi o questionamento da suposta universalidade da modernidade. Ao se contar a sua história por meio da espacialização, revelou-se elementos contraditórios que estiveram em sua base, como o racismo, a opressão, etc. Massey exemplifica, nesse sentido, a rebelião no Haiti, inspirada nos ideais (modernos) da Revolução Francesa, que fora violentamente reprimida pelos franceses.

A espacialização da modernidade, portanto, evidenciou tanto o sistema de comando, a geografia do poder, quanto o sistema de conhecimento e representação da modernidade ao mostrar outras histórias além da europeia.

A partir dessas considerações, Massey analisa e problematiza as imaginações que, do espaço, foram formuladas. De acordo com a autora, o espaço foi imaginado como algo delimitado, como produto de uma *coerência interna*, perspectivado a partir da diferença a outros lugares. Processo investido de uma razão político-ideológica: legitimar a forma Estado-Nação como natural, como a desejável em uma linha de desenvolvimento progressivo. Na concepção da autora, tal *coerência interna* nunca existiu, sendo o Estado Nacional uma construção político-ideológica aparadora das arestas da diferença. Isso, ao mesmo tempo em que justificou os imperialismos territorialistas, acabou subjugando o espaço, pois ao assim representá-lo, não reconheceu as “[...] suas multiplicidades, suas fraturas e seu dinamismo.”⁶²² A propósito, o mesmo discurso que evoca a estabilidade advinda da coerência interna aos Estados Nacionais é usado também para referir os lugares como porto seguro, refúgio. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

⁶²² (MASSEY, 2008, p.103).

Outra imaginação que implicou na concepção do espaço como algo dividido, é a dos *isolados culturais do passado*,⁶²³ muito presente nos discursos colonialistas. Massey questiona e problematiza a existência deles. Para a autora, a especificidade cultural não advém apenas do resultado de processos internos ao lugar, mas da sua interação com o que está além. Ademais, ao se conceber os lugares como *isolados culturais*, esconde-se a geografia do poder a nível escalar maior.

Tal paroquialismo em relação ao lugar, investido de uma pretensa coerência interna, esteve/está presente, inclusive, nos discursos dos movimentos contrários à globalização, que é uma recuperação de uma ideia essencialista do lugar, como algo fechado. Uma visão reacionária, portanto. Para Massey, no lugar convergem múltiplas trajetórias, assim como várias são geradas a partir dele, de modo que é mais produtivo pensar as especificidades do lugar a partir dos contatos, relações que estabelece, do que a partir de um isolamento. Ainda nesse sentido, para a autora, deve-se buscar uma integração positiva do local com o global, em que a particularidade do lugar não está numa essência identitária, mas enquanto uma configuração particular de elementos locais em relação com fatores de alcance mais amplo, global. Isso não só aponta para um sentido extrovertido de lugar, como combate a visão modernista do espaço como o *grande externo* distanciado.

Portanto, para Massey a concepção de espaço dividido esconde o espaço, pois a sua especificidade deriva de ser um produto de inter-relações, que contempla não só conexões, mas também as desconexões, o que não é possível de ser concebido a partir de uma visão essencialista da origem dos lugares, bem como de uma espacialização que, ao demarcar, expulsa o diferente.

Tal demarcação foi concebida mobilizando-se o tempo, a partir de sequências temporais pautadas pelo progresso unilinear, pelas noções de progresso, desenvolvimento, etc. Nessa perspectiva, os lugares são vistos, portanto, como estágios diferentes de um só curso da história.⁶²⁴ África, por exemplo, não seria diferente da Europa, ela estaria *atrasada* em relação

⁶²³ Ela explica que a noção de *isolados culturais* foi forjada no seio da antropologia. Só que essa imaginação não corresponde nem mesmo às sociedades pré-capitalistas, pois estas interagiam, a exemplo da África e Ásia.

⁶²⁴ De acordo com Lima (2013), o contraste de ordens sociais distintas, foi predominante na sociologia do século XIX, dispostas, geralmente, em ordem temporal sucessiva, como se verifica, por exemplo, na oposição entre aristocracia e democracia, em Tocqueville; feudalismo e capitalismo, em Marx; comunidade e sociedade, em Tonnies; rural e urbano, em Simmel. No Brasil também se verifica um contraste de ordens sociais refletido no par sertão-litoral, espacial ou simbolicamente, todavia as épocas históricas apresentam-se justapostas. De modo que, na avaliação da autora, não basta considerar apenas a importância do espaço na formação nacional. Quando se trata de estudar o sertão e, sobretudo, em contraste ao litoral, é fundamental reconhecer que correspondem a temporalidades distintas e coetâneas. Tal heterotemporalidade seria um dos obstáculos para a constituição da nacionalidade brasileira, na medida que configuraria *dois brasis*. Seria de se supor que essa imaginação social, que se formaliza no pensamento social brasileiro nas primeiras décadas do século XX, produziria apenas

à Europa. Dessa forma, se nega a própria unicidade, no sentido da especificidade das inter-relações, da África, e se nega a sua coetaneidade. Isso não implica em exaltação de exotismos ou a negação da ideia de progresso e desenvolvimento, mas de uma postura respeitosa de reconhecimento do *Outro*, de acordo com Massey. Um ato político, portanto.

Esta imaginação do espaço foi espelhada nas representações do espaço brasileiro, ancorada na dualidade do sertão *versus* litoral, como vimos tratando na análise em curso. Conceber os espaços a partir de uma linearidade histórica, como se estivessem atrelados a uma trajetória única, se verifica nas representações do sertão desde o período colonial. De espaço do desconhecido, ao longo da história passou a ser o espaço para onde iam os rejeitados, o espaço dos *isolados culturais* de que fala Massey, o espaço que deveria receber as luzes da civilização. Todas essas imaginações espaciais do sertão foram constituídas em oposição ao referencial do litoral urbano, positivando este, que seria investido das diretrizes políticas, econômicas, culturais, etc, da modernidade, e negativando aquele.

Essa imaginação do espaço advinda da modernidade implica que ele não esteja aberto para o futuro, já que subjuga os que estão “atrás” no âmbito dessa trajetória única, assim como a temporalidade também não estaria, já que tempo e espaço, na concepção de Massey, estão sempre implicados. A partir dessa concepção, não haveria, portanto, a possibilidade da emergência de eventos, a possibilidade de existência de outras trajetórias, o que limitaria o exercício da política. A autora propõe, então, que o espaço seja imaginado a partir da abolição dos essencialismos e da incorporação de múltiplas trajetórias, o que implica estar, necessariamente, investido da heterogeneidade, da multiplicidade e da coetaneidade.

4.4.1 Pelas veredas da coetaneidade: o espaço de Riobaldo

Considerar a coetaneidade, ou seja, a existência de outras trajetórias, é uma das proposições de reimaginação do espaço por Massey (2008) em busca da superação das problemáticas das imaginações herdadas da modernidade. Em nossa concepção, em *Grande Sertão: veredas* esse exercício de imaginação está posto, balizado na escolha do narrador, na forma como narra e no interlocutor.

Diferentemente de grande parte da tradição literária que lhe antecedeu, o narrador de *Grande Sertão: veredas* não fala sobre o sertanejo, ele é um sertanejo, que conta oralmente as memórias do que viveu no sertão a um interlocutor, supostamente urbano, interessado naquela

heterogeneidades valorativas - como, de fato, produziu - mas sua perspectiva dual favoreceu também a homogeneização, seja dos espaços sertanejos seja dos sujeitos que os habitam.

trajetória. Concebemos que tais elementos simbolizam um reconhecimento e valorização da trajetória do *Outro*.

Primeiro, porque o interlocutor, possível alter ego de Rosa, ao se dirigir até o sertão para entrevistar Riobaldo, denota uma postura de quem se propõe a uma relação dialógica com o seu “objeto”, ao invés de uma análise distanciada.⁶²⁵

Segundo, porque efetivamente a história é contada a partir da perspectiva de Riobaldo, pois é ele quem narra do início ao fim. Ainda que o interlocutor, como já vimos, pondere reflexões e ajude a organizar a narrativa, é Riobaldo que a comanda. Por meio deste foco narrativo, posto sob o ângulo de visão de um sertanejo, vislumbramos um exercício de buscar enxergar o sertão e, conseqüentemente o Brasil, em perspectiva renovada ou, pelo menos, não muito usual entre aqueles que se propuseram a pensar e representar o país. A história dicotomizada em que o sertão seria um dos pólos e a cidade o outro, é o ponto de partida de uma narrativa que procura, dialeticamente,⁶²⁶ uma *terceira margem*, uma história que ultrapasse as dualidades postas no imaginário social do país. O sertão de Riobaldo se apresenta, dessa maneira, aberto para o futuro, assim como o espaço de Massey. Para contar a história dos vencidos, haveria de ser um espaço periférico e desconhecido, ao menos do imaginário social dominante. A narração de Riobaldo são as *veredas* rompendo o *sertão* da historiografia tradicional, do imaginário dominante sobre o espaço. É uma busca pelo autoconhecimento, mas é também a problematização da história do país.

Terceiro, porque se configura uma *rede de narração*⁶²⁷ labiríntica, como denomina Bolle (2004), à medida que Riobaldo, pela via da memória, narra suas errâncias pelo espaço sertanejo. A sua memória não obedece a uma linearidade histórica, a um encadeamento sequencial. Esse aspecto labiríntico que caracteriza a operação de sua memória, bem como a sua forma de narrar, reflete-se também na representação do espaço sertanejo. De acordo com Bolle (2004), o espaço do sertão é labiríntico porque os caminhos não são claramente sinalizados e seus nomes podem comparecer repetidos ou trocados. Isso em meio a uma vastidão monótona, pouco povoada, torna muito provável a possibilidade de se perder. Além disso, salienta que é um cenário de guerra (maior do que Canudos) e, conseqüentemente, vai

⁶²⁵ Nesse sentido, é pertinente apontar que Guimarães Rosa participou de viagens pelo interior de Minas Gerais, acompanhando vaqueiros, adotando, portanto, uma postura parecida, de experimentar o espaço físico e cultural que, posteriormente, transmutaria em obra de arte.

⁶²⁶ Somente um narrador dialético está capacitado a buscar a *terceira margem*, uma articulação mais profunda entre os brasis “[...] o narrador rosiano, dialético e luciférico, é construído de tal modo que ele se situa ao mesmo tempo dentro e fora do sistema de poder. É o que lhe permite articular reflexões mais agudas sobre o sistema; sobre o intelectual, mais ou menos comprometido com esse sistema; e também, e sobretudo, sobre as representações do sistema de poder no imaginário dos sertanejos.” (BOLLE, 2004, 143).

⁶²⁷ (BOLLE, 2004, p.86).

ser porejado por elementos desnorteadores como “[...] despistamentos, camuflagens e emboscadas.”⁶²⁸ Há, portanto, uma coerência entre forma e conteúdo, afinada pelo aspecto labiríntico. Alegoricamente isso parece ser um convite a conhecer o *outro geográfico*,⁶²⁹ a revisitar a história do Brasil, recontando-a de modo distinto.

O sertão roseano em forma de labirinto é o resgate de Canudos não como cópia daquela cidade empírica, mas como recriação, em outra perspectiva, do Brasil avesso à modernização oficial. A razão de ser histórica do discurso labiríntico de Guimarães Rosa é contestar a visão linear e progressista da história em Euclides.⁶³⁰

Essa contestação não ocorre de forma panfletária ou por via de um discurso político explícito, se substancia pela própria forma de contar a história e por quem a conta. Essa escolha e estratégia de Rosa na nossa concepção funciona muito bem porque ativa o leitor como um errante em meio à constelação dos causos e redes temáticas de Riobaldo. Assim como Riobaldo conta a sua história para tentar organizar a memória que tem dela, o leitor é desafiado a estabelecer os nexos da referida constelação. - “Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante.”⁶³¹ Como a narrativa não é linear, estabelecer esses nexos é muito *difícil*, e no trabalho de retomar fios narrativos interrompidos o leitor se aproxima da experiência do narrador, que é a de errar em meio ao labirinto.

Quando se abre o Grande sertão, não aparecem de início os fios de uma história principal, mas essa multidão de histórias ou historietas, constituindo uma gama enorme de formas narrativas, que vão desde essas formas mais primitivas assinaladas até os causos mais longos, semelhantes aos que ainda se ouvem pelo interior do Brasil. Quer dizer: ao abrir o texto, nos defrontamos com um Narrador que conta causos, estórias, à maneira de qualquer narrador dessa cadeia imemorial de contadores orais da tradição épica do Ocidente. Assim, a base fundamental do livro é constituída pela narrativa breve, o conto oral, de cujo tecido menor vai se armando e despregando aos poucos outro tipo de relato longo, que é a vida do herói.⁶³²

A *multidão de histórias ou historietas* que Riobaldo espalha inicialmente, como um narrador tradicional, cria, portanto, um emaranhado de fios narrativos que é preciso tecer e significar. Uma relativa linearidade só ocorre a partir do momento que a narração se concentra em contar *a vida do herói*.

⁶²⁸ (BOLLE, 2004, p.81)

⁶²⁹ (MORAES, 2003).

⁶³⁰ (BOLLE, 2004, p.80).

⁶³¹ (ROSA, 2019, p.83)

⁶³² (ARRIGUCCI, 1994, p.12).

Rosa arquiteta uma história não-linear bem como um espaço também difícil de situar, de forma que dificulta a prontificação de dualidades e estimula a curiosidade necessária para se colocar em contato com o desconhecido e para a alteridade acontecer. Errar pelo espaço é também a possibilidade de encontrar o insuspeito ou o que não foi justamente tratado.

Por último, pode-se dizer que a narração oral realizada por um sertanejo também é uma forma de valorização do outro. Massey (2008), citando Rabasa, aponta que a assunção da escrita frente à oralidade no contexto do Renascimento foi uma das vias de legitimação do discurso colonialista, pois a oralidade passou a ser tratada como a *forma primitiva*, reduzindo os *ameríndios a selvagens* que deveriam, então, aprender com a cultura letrada ocidental. A outra via foi a distinção entre o “sujeito” e o objeto de “conhecimento”. Assim, de acordo com Massey, “A oralidade é banida para a espacialidade do objeto, a pessoa escreve sobre ela (assim como a pessoa, supostamente, viaja através do espaço).”⁶³³ A cultura letrada, personificada no seu interlocutor, está presente, mas em momento algum assume as rédeas da narrativa, o que poderia ocultar a *trajetória*⁶³⁴ de Riobaldo.

O quadro do narrador oral se articula, assim, dramaticamente, com o quadro da cultura letrada num esquema narrativo de notável simplicidade e eficácia, uma vez que por ele se dá vazão à voz épica que vem do sertão, garantindo-lhe, em princípio, a autenticidade do registro, sem fazer dela a apropriação culta característica do narrador dos romances regionalistas tradicionais, concessivo diante das peculiaridades pitorescas da fala, do modo de ser e da conduta do homem rústico a que dá voz.⁶³⁵

Riobaldo não só é o agente de uma narrativa oral, como demonstra grande capacidade de refletir, de filosofar, o que, por extensão, questiona também a ideia do sertão como lugar atrasado.

Além de labiríntico, o espaço representado por esse sertanejo é marcado pela heterogeneidade, pela multiplicidade, pela abertura à relatividade, pela indefinição de limites. Ao referir a natureza dessa espacialidade, concebemos que há um discurso de Riobaldo ao mesmo tempo sobre si mesmo, “O sertão me produz [...]”,⁶³⁶ sobre as dualidades que cingem a sua trajetória, assim como é alegórica das dualidades que marcam a história da formação da nacionalidade brasileira. Em *Grande Sertão: veredas* a dualidade sertão *versus* litoral é colocada, por intermédio, como vimos, da lei do sertão *versus* a lei da cidade, da interlocução entre Riobaldo e o cidadão, etc, mas parece apontar para a busca da sua superação. Isso nos

⁶³³ (MASSEY, 2008, p.180).

⁶³⁴ (MASSEY, 2008).

⁶³⁵ (ARRIGUCCI, 1994, p.13).

⁶³⁶ (ROSA, 2019, p. 468).

parece comparecer na constante manifestação, por Riobaldo, da existência de uma ordem dos contrários, para a qual parece buscar uma síntese; na linguagem, que não é nem erudita nem popular, mas um amálgama, a apontar para a necessidade de uma língua nova, condição para uma sociabilidade nova acontecer; e, ao que mais interessa a este trabalho, na espacialidade. Não há um essencialismo a marcar a espacialidade do sertão representado por Riobaldo, porque o sertão narrado é heterogêneo, incartografável, fugidio e se lança à universalidade, características que se opõem, portanto, às simplificadoras polarizações que marcam a história da formação do Brasil.

4.4.2 Heterogeneidade: *no sertão tem de tudo*

Em contraposição à “*coerência interna*” das ideias essencialistas tanto de lugar quanto do Estado Nação, criticadas por Massey, o sertão de Riobaldo se desenha pelas tintas da multiplicidade, que permite a existência da diferença, da heterogeneidade.

Ao mesmo tempo em que é árido, “[...] a gente rompeu adiante, com bons cavalos novos para retroco. Sobre os gerais planos de areia, cheios de nada.”⁶³⁷, é também farto de água, “[...] eu era Riobaldo, com meus homens, trazendo glória e justiça em território dos Gerais de todos esses grandes rios que do poente para o nascente vão, desde que o mundo mundo é, enquanto Deus dura!”⁶³⁸. Às vezes se afigura bonito, “Esses Gerais em serras planas, beleza por ser tudo tão grande, repondo a gente pequenino”⁶³⁹, “Mas tem horas em que me pergunto: se melhor não seja a gente tivesse de sair nunca do sertão. Ali era bonito, sim senhor. Não se tinha perigos em vista [...]”⁶⁴⁰, às vezes, feio, “E por fim viemos esbarrar num lugar feio, como feio não se vê. — Tudo é Gerais... — eu pensei, por consolo”⁶⁴¹, “[...] fomos para a baixa dos Umbuzeiros, lugar feio, com os gravatás poeirentos e uns levantados de pedra. Partindo desse vau, a gente pega uma chapadinha — a Chapada-da-Seriema-Correndo.”⁶⁴² Marcado pela seca, “[...] chão [...] gretoso e escabro, [...] entranço de vice-versa, com espinhos e restolho de graviá, de áspera raça [...]”⁶⁴³ mas crivado também por veredas “[...] com seus buritis altos e a água ida lambida, donzela de branca, sem um celamim de barro. Diz-se que lá se pesca, e gordas piabas.”⁶⁴⁴, e

⁶³⁷ (*Ibid.*, p.419).

⁶³⁸ (*Ibid.*, p. 354).

⁶³⁹ (*Ibid.*, p.254).

⁶⁴⁰ (*Ibid.*, p.231).

⁶⁴¹ (ROSA, 2019, p.321).

⁶⁴² (*Ibid.*, p.203).

⁶⁴³ (*Ibid.*, p.44).

⁶⁴⁴ (*Ibid.*, p.438).

capins verdejantes, “[...] tudo, no redor, era verde capim em beira fresca, aguada e pastos bons.”⁶⁴⁵Tais multiplicidades são uma constante na narrativa, em que os opostos não se excluem e, muitas vezes, misturam-se.

Parece-nos que ao apresentar um sertão tão diverso, Rosa está questionando as imaginações uniformes que geralmente são feitas sobre o mesmo, tido como um espaço árido, pobre, onde quase não há vida. Tal contraposição nos parece sugestivamente encenada na narração das duas travessias realizadas por Riobaldo no Liso do Sussuarão, espécie de microcosmo do sertão. Na primeira, os referidos estereótipos se confirmam, pois o lugar é apresentado como desértico, “Água não havia”⁶⁴⁶, “O senhor sabe o que é frege dum vento, sem moita, um pé de parede pra ele se retrasar?”⁶⁴⁷, de calor extremo, “A luz assassinava demais”⁶⁴⁸, sem nem alimento para os cavalos, “Capim não havia”⁶⁴⁹, adversidades que forçaram o bando de Medeiro Vaz, que Riobaldo acompanhava, recuar “[...] como Deus foi servido, de lá, do estralal do sol, pudemos sair, sem maiores estragos. Isto é, uns homens mortos, e mais muitos cavalos.”⁶⁵⁰ Já na segunda, em que Riobaldo é o chefe do bando, ele percebe que o *Liso do Sussuarão* não era tão repulsivo quanto foi projetado a partir da primeira travessia: “O que era – que o raso não era tão terrível?”⁶⁵¹, surpreende-se com a existência de bichos, flores, “A uns lugares estranhos. Ali tinha carrapato...”⁶⁵² “Ali, então, tinha de tudo? Afiguro que tinha. Sempre ouvi zum de abelha. O dar de aranhas, formigas, abelhas do mato que indicavam flores”⁶⁵³, e até mesmo de água e árvores:

Digo – se achava água. O que não em- apenas água de touceira de gravata, conservada. Mas, em lugar onde foi córrego morto, cacimba d'água, viável, para os cavalos. Então, alegria. E tinha até uns embrejados, onde só faltava o buriti: palmeira alalã – pelas veredas. E buraco-poço, água que dava prazer em se olhar. Devido que, nas beiras – o senhor crê? - se via a coragem de árvores, árvores de mata, indas que pouco altaneiras: simaruba, o aniz, canela-do-brejo, pau-amarante, o pombo; e gameleira.⁶⁵⁴

⁶⁴⁵ (*Ibid.*, p.196).

⁶⁴⁶ (*Ibid.*, p.45).

⁶⁴⁷ (*Ibid.*, p.46).

⁶⁴⁸ (*Ibid.*, p.45).

⁶⁴⁹ (*Ibid.*, p.45).

⁶⁵⁰ (*Ibid.*, p.47).

⁶⁵¹ (*Ibid.*, p.507).

⁶⁵² (*Ibid.*, p.407).

⁶⁵³ (*Ibid.*, p.408).

⁶⁵⁴ (*Ibid.*, p.408).

Portanto, por meio da representação do *Liso do Sussuarão*, na segunda travessia, Rosa apresenta um sertão que vai além das concepções pejorativas⁶⁵⁵ da primeira, indicando que a sua multiplicidade não admite classificações redutoras. Entrevendo o condicionamento da imaginação do seu interlocutor cidadão, Riobaldo pergunta: *O senhor crê?*

Enfim, parece-nos que Rosa está propondo uma reimaginação do espaço parecida com a de Massey, que reconheça a existência de outras trajetórias, outras coetaneidades, em lugar da uniformização que a linearidade histórica da modernidade fomenta. E aqui é que está a possibilidade para a política acontecer, de acordo com Massey.

4.4.3 Incartografável: o senhor vê aonde é o sertão?

Além da imaginação do espaço como uma extensão delimitada, forjada, como vimos, no seio da modernidade, nos interessa aqui outra advertência de Massey: o perigo de concebermos os mapas como correspondentes ao espaço. De acordo com a autora, os mapas estabilizaram o tempo-espaço e, dessa maneira, ajudaram o humano a se posicionar em relação ao universo e a organizar o caos. Todavia, o mapa suprime a vida que há no espaço, já que se trata de uma forma de representação, e não do espaço em si. O que mais preocupa a autora é a impressão de “[...] que o espaço é uma superfície – que é a esfera de completa horizontalidade”⁶⁵⁶, quando, em verdade, há sempre conexões, justaposições a serem feitas no lugar. Portanto, o lugar não pode ser concebido como algo definitivo, mas aberto, o que é difícil de ser captado e representado pela cartografia convencional.

O sertão de Riobaldo, na nossa concepção, foge dessas armadilhas, pois é sem limites claros, não cartografável. Logo no início da narrativa, Riobaldo apresenta as controvérsias em relação à sua localização e aos seus limites:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucua. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, **arredado do arrocho de autoridade**. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes, culturas que vão de mata em mata,

⁶⁵⁵ Assim como não é possível reduzir o sertão a homogeneizações, o sertanejo também não: “O senhor ache e não ache. Tudo é e não é... Quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo de-seus-amigos!” (ROSA, 2019, p.14).

⁶⁵⁶ (MASSEY, 2008, p.160).

madeiras de grossura, até virgens dessas lá ainda há. O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer prova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de **opiniões**... O sertão está em toda a parte.⁶⁵⁷

Portanto, não há uma definição oficial dos limites do sertão, ficando a sua demarcação ao gosto, *opiniões*, de cada um. De modo que Riobaldo prevê dificuldades para o seu interlocutor circunscrevê-lo: “O senhor enche uma caderneta... O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?... Tudo sai é mesmo de escuros buracos, tirante o que vem do Céu.”⁶⁵⁸

Se pensarmos, de acordo com Massey (2008), que habituais formas de se imaginar o espaço derivaram das tentativas de dominá-lo,⁶⁵⁹ ao constituir uma imaginação do espaço sertanejo como não delimitável, não estaria Rosa aludindo à dificuldade da constituição da tradicional imaginação de domínio sobre o espaço que se confirmaria por meio de um aparato legislativo?

O sertão, sobretudo durante a República Velha, período histórico que situa a narrativa de *Grande Sertão: veredas*, foi considerado um espaço esvaziado do poder institucional, onde criminoso vivia *arredado do arrojo de autoridade*. Tal vazio foi preenchido, de certa forma, pelo jaguncismo, braço armado da “lei do sertão”. O embate entre as forças políticas que regiam o sertão e a que adviria do poder institucional são magistralmente trabalhados por Rosa, como já abordado em capítulo anterior, por meio do personagem Zé bebelo e de seu julgamento, dos quais é possível derivar reflexões sobre os impasses e contradições do processo de modernização no Brasil:

O processo do tribunal surgiu, por um lado, como a oportunidade de representar ao leitor, diretamente, as duas questões mais gerais e decisivas no romance: primeiro, a da formação do herói, como alguém se formar num universo social estratificado e sem padrões civilizatórios minimamente fixados, o que o levaria a um formar-se e deformar-se constante, num nunca se acabar; e, segundo, a da estruturação do lugar, as possibilidades e dificuldades de incorporação (Alceu Amoroso Lima diria assimilação) das instituições modernas e civilizadas num mundo rústico. Por outro lado, o tribunal focaliza um momento ímpar, poderíamos dizer, de alta política, que é o da tentativa encabeçada por Joca Ramiro de instaurar outra ordem no sertão, que fugisse ao conflito entre as forças locais e as legais ou, em outros termos, as do poder privado e as do poder público. O que o julgamento parecia fundar era uma instituição que incorporava o costume (e vice-versa), em vez de simplesmente combatê-lo para erradicá-lo e substituí-lo por uma ordem artificial vinda de fora. Isto é o que tentava Zé Bebelo e usava para isso os mesmos meios violentos dos jagunços. Entretanto, como resultado das experiências do julgamento, tudo parecia revirar e o sertão tornava-se ainda mais sertão. De alguma forma, o Brasil era ali também alegorizado, como um

⁶⁵⁷ (ROSA, 2019, p.11).

⁶⁵⁸ (*Ibid.*, p. 477).

⁶⁵⁹ (MASSEY, 2008, p.216).

enorme espaço periférico, dominado por relações ásperas e arcaicas, experimentando as possibilidades de civilização.⁶⁶⁰

O tribunal encena, portanto, as dificuldades de constituição de uma malha do poder republicano sobre o espaço do sertão. Para resolver esse impasse, Joca Ramiro, assim como Zé Bebelo, buscam uma *ordem* que concilie tais forças com as *locais*, como aponta Roncari. No entanto, o que parece prevalecer é a “lei do sertão” - *o sertão tornava-se ainda mais sertão*. Dessa maneira, nos parece pertinente supor que, em lugar de uma cartografia do domínio das *forças legais*, na qual o sertão apareceria bem localizado e delimitado, tenha Rosa escolhido o registro de uma cartografia fugidia, volátil, imprecisa, para o espaço do sertão, a fim de corresponder a uma disputa de poder e costumes instável, à procura de um regime de acomodação.

Além disso, tal cartografia, por assim ser, não se deixa domar pela dualidade sertão *versus* litoral, por seus esquadros mentais e de representação, pois a insituabilidade do sertão dificulta a sua configuração.

4.4.4 Fugidio: o sertão está movimentante todo-tempo

Massey se contrapõe de forma muito contundente à imaginação do espaço como uma estase, como algo fixo. Ela refere que escopos filosóficos como os de Bergson, do Estruturalismo e do Desconstrucionismo muito contribuíram para tal imaginação, na medida em que trataram espaço e tempo como dimensões opostas e dissociadas. Para a autora, ao contrário, há uma indissociabilidade do espaço com o tempo, de modo que ao invés de ser imaginado como um sistema fechado, o espaço deve ser perspectivado como uma *produção aberta contínua*, onde seja possível introduzir a temporalidade da *simultaneidade dinâmica*. Se partirmos, portanto, de uma imaginação do espaço como um sistema fechado imutável, conservador de uma essência identitária, o futuro se fecharia. Massey salienta, todavia, que isso não quer dizer que tempo e espaço sejam redutíveis um ao outro, já que são distintos, mas que estão implicados.⁶⁶¹ Enquanto o espaço deve estar aberto à dinâmica da temporalidade, as mudanças do tempo dependem das interações que acontecem no espaço, e estas, por sua vez, demandam a multiplicidade.

⁶⁶⁰ (RONCARI, 2004, p. 264-265)

⁶⁶¹ (MASSEY, 2008, p.90)

A representação do espaço do sertão em *Grande Sertão: veredas* nos parece imbuída destes pressupostos. “O sertão está movimentante todo-tempo.”⁶⁶² Além de heterogêneo, está sempre mudando. Do tempo da narração de Riobaldo para o em que a história aconteceu, é possível constatar que mudanças aconteceram no sertão, sobretudo na sua *geometria de poder*, com a decadência do jaguncismo:

Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora — digo por mim — o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no grameal vai mingando menos bravo, mais educado: casteado de zebú, desvém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegre. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada. Não fosse meu despoder, por azias e reumatismo, aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo⁶⁶³.

O jagunço como um despossuído que era, só tinha a sua mão de obra para vender e sua utilidade prevaleceu enquanto existia um vácuo de poder estatal. A partir do momento que esse vácuo foi ocupado, deixou de ser útil. Essa condição de explorado do jagunço é mais incisivamente encenada no episódio em que o fazendeiro Seo Habão quis tornar os jagunços do bando de Riobaldo seus *escravos*⁶⁶⁴, episódio já abordado por esse trabalho. Tal episódio, além de evidenciar essa condição do jagunço, acusa a permanência de arcaísmos que sempre compuseram o tecido social brasileiro: escravidão, patrimonialismo e mandonismo. Mas, como já apontamos neste subcapítulo, o sertão está *movimentante* o tempo todo. Se o passado ressoava, promessas de mudanças futuras também se preanunciavam, como fica suposto a partir da notícia de Vupes de que os *trilhos de trem de ferro*⁶⁶⁵ chegariam ao sertão.

A partir destes dois episódios da obra é possível apontar que no espaço do sertão o arcaico e o moderno se chocaram e, de certa forma, revelaram, alegoricamente, os impasses e contradições do processo de modernização no Brasil. Talvez por não investir em dicotomias ou maniqueísmos – assim como o senso de coetaneidade defendido por Massey - Rosa tenha, com a sua obra, realizado um dos trabalhos mais profundos de investigação de como se deu esse processo no país, elegendo o sertão, onde foi mais claro o *encontro de trajetórias*, que não

⁶⁶² (ROSA, 2019, p.414).

⁶⁶³ (*Ibid.*, p.25).

⁶⁶⁴ (*Ibid.*, p.333).

⁶⁶⁵ (*Ibid.*, p.103).

necessariamente se excluem e, muitas vezes, se misturam, como bem observa Arrigucci: “A questão é, pois, ainda entender a forma mesclada de um livro em que diversas temporalidades narrativas se misturam, correspondendo ao mundo misturado que é a nossa própria realidade.”⁶⁶⁶ Esse, efetivamente, é um dos aspectos que nos faz conceber que a espacialidade em *Grande Sertão: veredas* possui o caráter vívido do mundo, como requer Massey na reimaginação do espaço. E, se pensarmos no lugar não somente como nóculo de convergências de trajetórias, mas também como configurador de outras, o sertão de Rosa não só nos convida a sondar o processo de formação do Brasil, mas a projetar o seu futuro, algo que deve acontecer a partir de uma discussão do imaginário que há sobre esse sertão e ouvindo quem nele vive.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi examinar as expressões da dualidade sertão *versus* litoral em *Grande Sertão: Veredas*, a partir da hipótese de que essa formulação dualista se confirma, mas é também complexificada e, até mesmo, superada. Como se trata de uma dualidade fundante da formação brasileira, sondar a sua representação na obra nos pareceu conter, ainda, a possibilidade de rastreamos imagens sobre o país como um todo. O sertão é focalizado, mas o diálogo é com um interlocutor litorâneo, de modo que se fala também, no fundo, do Brasil.

Essa dualidade foi forjada, historicamente, em grande medida por decorrência do desconhecimento, que ofereceu um “solo fértil” à constituição de um arcabouço imaginário projetor do sertão como um lugar atrasado, bárbaro, rude, etc. Ou seja, a partir de um desconhecimento é mais fácil dualizar. Ao colocar em diálogo um sertanejo com um litorâneo, Rosa parece convidar nós, leitores, a conhecer melhor esse lugar desconhecido, *que ninguém ainda não sabe*, e, por consequência, o Brasil.

Sendo isto. Ao dôido, doideiras digo. Mas o senhor é homem sobrevindo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda. Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. **Ninguém ainda não sabe.** Só umas raríssimas pessoas — e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.⁶⁶⁷

⁶⁶⁶ (ARRIGUCCI, 1994, p. 24).

⁶⁶⁷ (ROSA, 2019, p.84, grifo nosso)

O diálogo com um sertanejo, permite ao interlocutor não só conhecer, mas também *repensar*. O sertão é desconhecimento que instiga. Todavia, conhecer significa se deparar com um *mundo misturado* e o sertão já não está *lá*, como um *pasto demarcado* oposto ao litoral. *O sertão está em toda parte.*⁶⁶⁸ Riobaldo não somente “pesquisa”, sonda o passado, está efetivamente ligado a ele. E nós, leitores, infundidos no interlocutor, somos convidados, sutilmente, assim, a refletir sobre a nossa ligação com esse passado e com esse sertão que compõe a nossa nacionalidade. Quais os vínculos, permanências desse passado de Riobaldo em nós? Tem quanto de sertão nas cidades, no litoral?

O sertão é um *grande sertão* de desconhecimento pelo litoral, pelo Brasil, mas *veredas, veredazinhas* de diálogo, é o caminho que pode se interpor entre a polarização e levar ao conhecimento mútuo. Todavia, esse processo gerará incômodos. Assim como Riobaldo precisa rever o seu passado que reprova, o leitor também precisará confrontar seus preconceitos, pressuposições sobre o sertão.

Exposto esse projeto de conhecimento que a própria obra sugere, cabe-nos agora, avaliar se os pressupostos metodológicos escolhidos para a nossa interpretação se mostraram pertinentes ou não ao alcance de nossos objetivos.

O pressuposto metodológico de Candido de que os *elementos externos* devem ser verificados na estruturação dos *internos* se mostrou procedente. Este trabalho defende que Rosa complexifica os termos da dualidade sertão *versus* litoral e isso nos parece repercutido em muitas dimensões de seu texto como, por exemplo, por meio de ambiguidades, ambivalências, contradições dos personagens; na ênfase à trajetória do *Outro*, o sertanejo Riobaldo, configurada por meio do foco narrativo e pela forma como o diálogo acontece. Este trabalho também defende que tal dualidade é superada e isso se verifica por meio da representação de um espaço incartografável, fugidio, heterogêneo.

Gadamer, por sua vez, nos possibilitou operar a interpretação de forma mais consciente. Procurei interpretar o texto de Rosa ciente que a minha leitura estaria condicionada pelas pré concepções esboçadas no projeto de pesquisa. Se por um lado isso pode ter turvado algo em minha compreensão, de outro, aprendi com Gadamer que haver um projeto de leitura é natural e benéfico, pois contribui na construção de sentido. É uma apropriação esperada. Todavia, tomamos o cuidado de não visarmos nossos objetivos a despeito da obra, ignorando sua natureza literária. Acolhemos a sugestão de Gadamer de que a *alteridade da obra* seja respeitada e para tanto, procuramos nos apropriar de nossas próprias concepções, como

⁶⁶⁸ (*Ibid.*, p.11).

aponta o filósofo, e sustentá-las a partir do próprio texto de Rosa, que as legitimou ou não. Uma tarefa difícil, mas ao mesmo tempo muito prazerosa.

Antes de nos lançarmos à leitura, estudamos outros autores que também se interessaram em investigar a matéria brasileira no *Grande Sertão: Veredas*, como é o caso de Antonio Candido, Walnice Nogueira Galvão, Willi Bolle e Luiz Roncari, autores com grande lastro de investigações sobre a obra de Rosa, buscando validar, de antemão, nossas concepções, como orienta Gadamer. Portanto, o meu projeto de leitura foi atravessado pela leitura desses autores, que reverberaram na minha interpretação. Todavia, tanto a desejável *distância histórica*, como recomenda Gadamer, em relação à obra analisada, quanto em relação à obra desses autores, bem como por ser uma mirada a partir de um outro campo do saber, a Geografia, esperamos que nosso trabalho possa ter contribuído, singelamente, em algum avanço dos estudos da matéria brasileira na obra rosiana.

Nesta pesquisa vimos que a dualidade sertão *versus* litoral se constituiu no bojo de *ideologias geográficas*, constituídas ao longo do processo de constituição do território brasileiro, e está na base de discursos políticos que configuraram a nação e que, ainda hoje, nos parece presente. O imaginário sobre sertão, fundamentado historicamente em oposição ao litoral, ainda comparece em discursos políticos, à procura de uma legitimação de seus projetos (ou de deslegitimação de outros), sobretudo sob o lema de que o sertão atrasado precisa ser modernizado. Supomos que nosso trabalho contribui para problematizar esses discursos. Qual é o parâmetro para se atestar um lugar, uma região, um território, como atrasado? Qual (is) entidade (s) política (s) está (ão) realizando essa classificação? Quais são os seus interesses? Construções simbólicas importam à Geografia porque estão na base de concepções sobre o espaço, como se categoriza, e fundamentam tanto a realização de projeções imateriais, como o estabelecimento de fronteiras, por exemplo, como reverberam em materializações, em *próteses*⁶⁶⁹ (estradas, pontes, fábricas, cidades, etc), termo de Santos (2006).

Said, em primoroso estudo sobre o *Oriente*, afirma que se trata de uma entidade geográfica concebida pelo homem e não apenas “[...] um fato inerte da natureza.”⁶⁷⁰ Ainda que haja uma correspondência física, o Oriente é uma construção simbólica a partir de representações feitas pelo *Ocidente*. Para que este, que também é uma construção simbólica, fosse caracterizado como o espaço do progresso, da civilização, da racionalidade, o Oriente foi imaginado e caracterizado em oposição. E a criação de tal dualidade não decorreu, alerta o

⁶⁶⁹ (SANTOS, 2006, p.39).

⁶⁷⁰ (SAID, 1990, p.17).

autor, “[...] simplesmente como uma necessidade da imaginação (...) a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma **relação de poder**[...]”⁶⁷¹, de dominação. Referindo-se à utilização de teorias biológicas sobre *desigualdade racial* como justificativa para a *degeneração* e a *desigualdade* do Oriente em relação ao Ocidente, Said aponta que tal argumentação carregava, implicitamente, um projeto de dominação dos povos do oriente e de seus territórios.

Juntamente com todos os demais povos variadamente designados como atrasados, degenerados, incivilizados e retardados, os orientais eram enquadrados em uma estrutura concebida a partir do determinismo biológico e da admoestação político-moral. O oriente foi assim ligado a elementos da sociedade ocidental (delinquentes, loucos, mulheres, pobres) que tinham em comum uma identidade que era mais bem descrita como lamentavelmente estrangeira. Os orientais raramente eram vistos ou olhados; a visão passava através deles, e eram analisados não como cidadãos nem como povo, mas como problemas a serem resolvidos, ou confinados, ou – **posto que as potências ocidentais cobiçavam abertamente o território deles – conquistados**. A questão é que a própria designação de uma coisa como oriental envolvia um juízo de valor já emitido, e, no caso dos povos que habitavam o decadente Império Otomano, **um programa de ação implícito**.⁶⁷²

Nota-se, portanto, a partir dessas passagens de Said, que as construções simbólicas devem ser analisadas numa perspectiva que una a cultura com a política. Como apontamos neste trabalho, Moraes (2003) postula o mesmo. Concebe que o sertão é uma construção simbólica, uma *ideologia geográfica*, sediada no campo da cultura, todavia isso não significa que seja um conceito de dimensão puramente abstrata, já que suas projeções se materializaram no processo de ocupação do território brasileiro.

Acompanhando o embate de Zé Bebelo, enquanto agente do *Governo*, com o bando de jagunços de Joca Ramiro, foi possível identificar os discursos políticos sobre o território do sertão e sua gente, bem como suas contradições, que questionam o imaginário incidente sobre a dualidade sertão *versus* litoral. Zé Bebelo desejava impor o *progresso* e em futuro próximo *a coisa republicana*, sobre o sertão dominado pela *jagunçada* e, para tanto, mobilizou o uso da força de jagunços. Isso evoca os processos de dominação e incorporação de territórios mundo afora, como os apontados por Said (1990) e Moraes (2003), que aconteceram, na maioria das vezes, sob o signo da violência. Sob a “capa” de progresso, modernidade, etc, brutalidades foram cometidas e me parece dispensável enumerá-las aqui, dado o seu amplo conhecimento. O caso de Canudos, no Brasil, tratado por Euclides, é um claro exemplo. O regime republicano foi imposto sobre uma suposta comunidade monarquista de forma brutal. Portanto, por meio das pretensões e ações de Zé Bebelo, bem como por todas as contradições que desencadeou,

⁶⁷¹ (*Ibid.*, p.17, grifo nosso)

⁶⁷² (*Ibid.*, p.213)

nos parece que Rosa endereça uma crítica a esses processos de incorporação forçada dos territórios e, talvez, se reportando especificamente ao caso de Canudos.

Zé Bebelo que, por outro lado, quando aprisionado, não foi tratado de forma bruta, e recebeu julgamento em moldes da “civilização” do litoral. As imagens de bárbaros, incivilizados, retardados, etc, atreladas a sertanejos, portanto, são questionadas nesse episódio da obra, que analisamos em pormenores, bem como por meio do sertanejo filósofo que é o narrador Riobaldo.

O que resulta deste *tribunal do sertão*, todavia, é a prevalência do poder local privado ante a tentativa de espraiamento do poder público. Ao narrar a sua participação nos bandos de jagunços, Riobaldo ilumina, sob outro ângulo, a engrenagem das relações de poder estabelecidas durante o Coronelismo. Provavelmente em virtude dessa ênfase, a presença dos coronéis é apenas aludida. Como vimos no capítulo 2, a partir das primeiras bandeiras e da constituição de uma sociedade pastoril, foi se constituindo no sertão uma autonomia política em relação ao litoral (*região colonial*). Essa tendência de fortalecimento de um poder local, privatista é, contudo, repaginada durante o Coronelismo, de acordo com Leal (2012), já que esse poder local, a partir da decadência econômica dos fazendeiros, precisou estabelecer laços políticos além do lugar, criando uma rede de relações que ia até o presidente da República, configurando, portanto, todo um complexo sistema de poder.

Muito longe estão os “coronéis” de hoje e de ontem — que tão repetidamente têm de apelar para o braço do delegado de polícia — daqueles rebeldes e poderosos senhores rurais de certo período colonial, que eram o governo e a lei de seus domínios.⁶⁷³

Na visão do autor, portanto, o Coronelismo expressa um enfraquecimento do poder local em relação ao período colonial e indica um fortalecimento do poder do Estado. Ou seja, é um período histórico de mudança na correlação de forças entre o poder local e o federal. E é justamente esse período, 1889 a 1930 (Primeira República), que corresponde ao em que a ação narrativa do *Grande Sertão: Veredas* ocorre. Os combates entre o bando de Joca Ramiro (agente do poder local) e o bando de Zé Bebelo (agente do poder federal), com grandes inflexões antes e depois do referido *tribunal do sertão*, a nosso ver representam o tensionamento da referida mudança na correlação de forças durante o Coronelismo. Esperamos que nossa análise tenha sido exitosa em evidenciar isso, pois trata-se de uma disputa entre o sertão e o litoral.

⁶⁷³ (LEAL, 2012, p.64).

O diálogo entre o sertanejo Riobaldo e o interlocutor litorâneo, todavia, não é ostensivo. Pelo contrário, há um mútuo interesse nele e mútua cooperação. A interlocução do litorâneo, com *suma doutorção*, ajuda Riobaldo, já fazendeiro, a organizar a memória da vida de jagunço que precisa entender, em contrapartida, ao narrá-la, Riobaldo permite ao interlocutor conhecer melhor o sertão. Há uma mútua aproximação. Assim como o interlocutor se dirige diretamente ao sertão para conhecê-lo, Riobaldo busca se aproximar dos valores urbanos de seu interlocutor. Em nossa interpretação, é um diálogo que encena a possibilidade de complexificar ou até mesmo superar a dualidade que marca o lugar de origem dos dois. Todavia, para que ocorra mudanças nos paradigmas de tal dualidade, o fato da narrativa ser conduzida por Riobaldo é fundamental, já que historicamente a voz apagada foi a do sertanejo. É a oportunidade de complexificar as imagens historicamente atribuídas ao sertão e ao sertanejo, assim como ao litoral. Na nossa interpretação, Riobaldo embaralha as imagens dessa dualidade, seja representando um sertanejo capaz de refletir, dotado de sensibilidade etc, seja mostrando a violência dos agentes do *Governo*, ou por meio da representação de um espaço sertanejo heterogêneo, fugidio, incartografável, que esperamos ter demonstrado.

Salientamos, no entanto, que Riobaldo narra a sua história já na condição de fazendeiro. Ainda que tenha saudado o progresso, a modernidade, a civilização, sobretudo por meio de elogios a Zé Bebelo, Vupes e ao interlocutor, nota-se que para manter os seus privilégios de classe estaria disposto a fazer o uso violência. Essa configuração nos pareceu representar o processo de modernização conservadora no Brasil, o qual não pudemos analisar mais detidamente nesta pesquisa que certamente conta com outras lacunas.

Terminamos esse texto cientes de que um grande empenho analítico foi empreendido, mas que os sentidos de uma obra literária são inesgotáveis. Espero ter acrescido os meus à obra, assim como, de novo, ela ampliou veredas no meu sertão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de história do Brasil: 1500-1800.** Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALMEIDA, Martins. **Brasil errado:** ensaio político sobre os erros do Brasil como país. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1932.
- AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990> >. Acesso em: 15 jan. 2021.
- ARRIGUCCI JR., Davi. **O mundo misturado:** romance e experiência em Guimarães Rosa. In: Novos estudos Cebrap, nº 40, nov. 1994, p. 7-29. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4457413/mod_resource/content/1/Davi%20Arrigucci%20-%20O%20mundo%20misturado.pdf. Acesso em: 23 de jan. 2021.
- BOLLE, W. **Grande Sertão.br:** o romance de formação do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. **As diversas vidas de Zé Bebelo.** Estudos Avançados, v.17, nº 49, p.343-348, dez. 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300021> >. Acesso em: 25 de abril de 2021.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Norte de Minas:** cultura catrumana, suas gentes, razão liminar. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.
- CANDIDO, A. jagunços mineiros de Claudio a Guimarães Rosa. In: **Vários Escritos.** 2.ed. São Paulo: Duas cidades Ltda., 1977.
- _____. Crítica e sociologia. In: _____ **Literatura e sociedade.** 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p.13-26.
- CORPAS, Danielle dos Santos. **O jagunço somos nós:** visões do Brasil na crítica de *Grande Sertão: Veredas*. 2006. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000665391&local_base=UFR01#.Y8rEdXbMLIU >. Acesso em: 02 de maio de 2021.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Três, 1984.
- CUNHA, Martim Vasques da. **A poeira da glória:** uma (inesperada) história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- DAL RI Jr., Arno; DAL RI, Luciene. **Civis, hostis ac peregrinus** – Representações da condição de homem livre no *ordo iuris* da Roma Antiga. Pensar, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 328-353, mai./ago. 2013. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rpen/article/download/2695/pdf/8554>>. Acesso em: 17 de out. de 2022.
- DORNELLES, Soraia Sales. **A história em As vítimas do bugre,** ou como tornar-se bugre na História. Anos 90, [S. l.], v. 18, n. 34, 2011. DOI: 10.22456/1983-201X.24028. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/24028>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3.ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. São Paulo : Global, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de: MEURER, Flávio Paulo. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

_____. **O império do Belo Monte**: vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Camila Teixeira. Sertões e as veredas da Modernização Nacional. In: PEREIRA, Marcos Paulo Torres e LACHAT, Marcelo (org.). **Pelo Sertão, o Brasil**. Macapá: UNIFAP, 2016, p. 48-71. disponível em: <<https://www2.unifap.br/editora/files/2014/12/Pelo-Sert%C3%A3o-o-Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

_____. Hermenêutica e abordagem literária. In: _____ (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.63-96.

LIMA, Nísia Trindade Lima. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. **O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII**. Dissertação (Mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1995.

MARTINS, Nilce Sant'Anna Martins. **O léxico de Guimarães Rosa**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, Adriana Ferreira de. **O lugar-Sertão: grafias e rasuras**. 2006. Dissertação (Mestrado em geografia) - Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-6VRHHG>>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **O Sertão: um outro geográfico**. Terra Brasilis, 2003. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>>. Acesso em 12 de abr.de 2020.

_____ **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____ **Território e História no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008.

PELLISSARO, Suelen Rosa. **O Sertão e suas metamorfoses em Sagarana e Primeiras Estórias, de João Guimarães Rosa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21062012-164503/pt>>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

ROMERO, Jorge Henrique da Silva. O sertão e a geografia fantástica do desconhecido. In: PEREIRA, Marcos Paulo Torres e LCHAT, Marcelo (Orgs.). **Pelo Sertão, o Brasil**. Macapá: UNIFAP, 2016, p. 48-71. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/editora/files/2014/12/Pelo-Sert%C3%A3o-o-Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____ **O cão do sertão: literatura e engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ROSA, João Guimarães Rosa. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____ **Diálogos com Guimarães Rosa**. Entrevista concedida a Günter Lorenz. disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2011/01/dialogo-com-guimaraes-rosa-entrevista.html>>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. **Guimarães Rosa: arte e pensamento brasileiro**. In: **Redes**. Revista de Desenvolvimento Regional, vol.12, núm.1, enero-abril, 2007, pp.10-27. Universidade de Santa Cruz do sul, Santa Cruz do Sul, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056858001>>. Acesso em: 04 de fev. 2021.

SANTOS, Joubert Antônio dos. **Paisagem e paixão em Grande Sertão: veredas**. 101f. Monografia (bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010. Disponível em: <<https://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/geo/www/wp-content/uploads/2013/08/Joubert-Antonio-dos-Santos.pdf>> Acesso em: 04 de fev. 2021.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Homens provisórios. Corenelismo e jagunçagem em Grande sertão:veredas. **Scripta**, v. 5, n. 10, p. 321-333, 21 mar. 2002. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12410>>. Acesso em: 25 de jan. 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de: BUENO, Tomás Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARZ, R. **A sereia e o desconfiado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaios sobre a grande propriedade pastoril. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.